

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

A INVENÇÃO DA DIVERSIDADE
Construção do Estado e diversificação territorial no Brasil (1889-1930)

Rafael Winter Ribeiro

Orientadora: Iná Elias de Castro

Tese de Doutorado apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Geografia da
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2005

T
M06
R1841

A INVENÇÃO DA DIVERSIDADE

Construção do Estado e diversificação territorial no Brasil (1889-1930)

RAFAEL WINTER RIBEIRO

Tese de Doutorado apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Geografia da
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Orientadora: Profa. Dra. Iná Elias de Castro

Rio de Janeiro

2005

T
M
R
R

A INVENÇÃO DA DIVERSIDADE

Construção do Estado e diversificação territorial no Brasil (1889-1930)

RAFAEL WINTER RIBEIRO

Tese de Doutorado submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessário à obtenção do grau de Doutor

Aprovada por:

Prof. Dra. Iná Elias de Castro, PPGG/UFRJ - Orientadora

Prof. Dr. Wanderley Messias da Costa, Depto. de Geografia/USP

Prof. Dr. Antonio Carlos de Souza Lima, PPGAS/MN/UFRJ

Prof. Dra. Ana Maria Lima Daou, PPGG/UFRJ

Prof. Dr. Mauricio Abreu, PPGG/UFRJ

Rio de Janeiro

2005

RIBEIRO, Rafael Winter

A invenção da diversidade: construção do Estado e diversificação territorial no Brasil (1889-1930) / Rafael Winter Ribeiro. Rio de Janeiro: UFRJ/IGEO/PPGG.

259 p.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2005.

1. Brasil - Primeira República - Construção do Estado - Tese. 2. Diversidade territorial; Regionalização - Tese. I. Título. II. Tese (Doutorado - UFRJ/IGEO/PPGG).

Para Miguel,
como prometido

Para Iná,
por confiar

Para Antonio,
por fazer acreditar

Para Ronaldo e Emilia,
por tudo

AGRADECIMENTOS

Escrever uma tese e uma atividade solitária, mas ao mesmo tempo impossível de ser realizada sem a contribuição de uma série de pessoas. Relaciono aqui algumas das que foram importantes ao longo dos quatro anos de trabalho ou em momentos específicos mas cruciais. Peço desculpas de antemão por possíveis omissões. Deixo claro ainda que as falhas e lacunas no trabalho são de minha exclusiva responsabilidade.

Em primeiro lugar, devo muito à professora Iná Elias de Castro, aliás, lhe devo quase tudo. Como orientadora da tese, mostrou caminhos que poderiam ser trilhados, apontou erros e indicou soluções. Sua leitura crítica do trabalho em diferentes momentos foi fundamental. No entanto, sua importância vai muito além disso. Quando ela ofereceu espaço em seu grupo de pesquisas a um calouro que acabara de entrar na graduação em geografia sem saber muito o que iria fazer com o curso, com enorme generosidade ela lhe abriu caminhos. Transformou o calouro em geógrafo. É por tudo isso, apesar de todas as imperfeições dessa tese, provenientes exclusivamente da minha incapacidade de alcançar todas as suas recomendações, que lhe dedico este trabalho.

Ao professor Antonio Carlos de Souza Lima também devo uma parte de minha formação profissional. Lhe sou grato pela dedicação e incentivo e, por várias vezes, ter acreditado em mim mais do que eu mesmo acreditava. Acima de qualquer outra coisa, lhe sou grato pela amizade.

Ao professor Vincent Berdoulay sou grato pela acolhida na França e por ter aberto as portas do laboratório que dirigia me oferecendo as melhores condições de trabalho possíveis. Sua leitura das primeiras versões de partes do trabalho e nossas agradáveis discussões de trabalho, seja assistindo a uma *course landaise*, seja caminhando pelo Jardim Botânico do Rio de Janeiro, trouxeram importantes pontos de reflexão.

Na França, devo ressaltar ainda o empenho e excelente acolhida que tive de toda a equipe do *Laboratoire Société, Environnement, Territoire*, que tornou minha estadia bastante profícua. Ainda no laboratório de pesquisas, devo a três doutorandas em

especial, Mariana Crepaldi de Paula, Sylvie Miaux e Danielle Guesnet pela acolhida, pela convivência diária e por toda a ajuda prestada a um brasileiro novato em terras ao sopé dos Pirineus. A Raymond Badel devo sobretudo o fato de ter colocado a paisagem dos Pirineus dentro de minha geografia emotiva. A Marie Thérèse sou grato pela ajuda na biblioteca.

Devo registrar gratidão ainda a Julien Vandeburie da Universidade Livre de Bruxelas com quem, a partir de um insólito encontro num frio início de primavera de Moscou, pude desenvolver um instigante e agradável intercâmbio Bélgica/Brasil. No mundo fora da universidade, a Philippe, e também Fernand e François, que tanto enriqueceram minha estadia, sou grato por me inserirem na vida cotidiana francesa e pela amizade.

A Caio Maciel que me passou o posto de brasileiro *palois* e que passou, antes de mim, por todos os estágios da vida de um estudante brasileiro no exterior, agradeço por ter sempre procurado me precaver de todas as fases, altos e baixos, pelas quais passaria. Sua acolhida inicial e dedicação, as importantes indicações de pessoas e lugares foram fundamentais para que minha estadia fosse bem sucedida.

Aos colegas do Geopoll que em diferentes momentos ouviram diferentes versões do trabalho. A Eduardo e Fabiane devo ainda a ajuda com os levantamentos de dados biográficos.

A professora Ana Maria Daou que acompanhou de perto todas as fases de minha formação acadêmica, seja no dia a dia dos corredores, seja nas diferentes bancas de defesa nas quais estive presente. Foi com ela também que primeiro tomei conhecimento da enormidade de informações existentes sobre a administração pública brasileira, representada nos relatórios administrativos dos presidentes de província e ministeriais.

A Ildione e Nildete da secretaria do PPGG sou grato pela ajuda em todas as exigências de nossa existência enquanto *homos burocraticus*, no preenchimento de formulários e relatórios que algum dia poderão fazer sentido para algum pesquisador da administração pública brasileira. A Maria Luisa Filgueiras da Biblioteca do PPGG sou grato por toda ajuda na biblioteca de geografia.

Aos professores do departamento de geografia da UFRJ que estiveram presentes em diferentes fases da minha formação, em especial Paulo Cesar da Costa Gomes, Mauricio Abreu, Roberto Lobato Corrêa e Lia Machado.

A Pedro Tórtima sou grato por importantes indicações bibliográficas e por indicar os caminhos na Biblioteca do IHGB.

A Beatriz Lessa e Renata Sá Gonçalves sou grato pela compreensão das angústias do interminável período de “final de tese”.

A Capes pelo financiamento da pesquisa através de uma bolsa de doutorado e de uma bolsa de estágio no exterior.

A Leticia, Márcio e Mauro sou grato por estarem aqui.

RESUMO

RIBEIRO, Rafael Winter. A invenção da diversidade: construção do Estado e diversificação territorial no Brasil (1889-1930). Orientadora: Iná Elias de Castro. Rio de Janeiro: UFRJ/IGEO/PPGG, 2005. Tese (Doutorado em Geografia).

Partindo da idéia de que a noção de diversidade é socialmente construída, o trabalho analisa as representações sobre a diversidade territorial brasileira durante a Primeira República (1889-1930) e como elas estão associadas à organização e ação do Estado no Brasil. A tese principal que é defendida é de que a ascensão ao poder de partes das elites periféricas conferiu maior visibilidade a novos territórios e territorialidades dentro do aparelho de Estado, o que permitiu a emergência da representação de uma diferenciação interna bem maior, facilitando mesmo a recomposição de uma nova geografia nacional. O trabalho mostra como o aparelhamento do Estado no sentido de conferir visibilidade a essas elites e seus territórios foi um dos fatores fundamentais na construção das novas geografias do país. O foco da análise é direcionado para o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, criado em 1906/1909, a partir das demandas de partes da elite desligadas da produção do café. Baseado no discurso da necessidade de diversificação da produção brasileira, este Ministério reunia repartições que deveriam se encarregar da produção de conhecimento sobre o território embasadas num discurso técnico científico, como o Serviço Geológico e a Diretoria de Meteorologia. Possuía também repartições ligadas à propaganda do país e do seu território para diferentes públicos, como o Museu Comercial, o Serviço de Informações e o Serviço de Propaganda do Brasil no Exterior. A ação desses órgãos, mostrando um Brasil com diferenças internas significativas, contribuiu para quebrar velhas visões homogeneizantes do território nacional.

ABSTRACT

RIBEIRO, Rafael Winter. A invenção da diversidade: construção do Estado e diversificação territorial no Brasil (1889-1930). Orientadora: Iná Elias de Castro. Rio de Janeiro: UFRJ/IGEO/PPGG, 2005, Tese (Doutorado em Geografia).

Based on the idea that the notion of diversity is socially built, this work analyzes the representations about the Brazilian territorial diversity during the First Republic (1889-1930) and how they are related to the organization and action of the Brazilian State. The main thesis defended here is that the ascending of part of the peripheric elites into power conveyed grand visibility to new territories and territorialities inside the State apparatus, what allowed the emerging of their representation and a greater internal differentiation, facilitating the recomposition of a new national geography. This work demonstrates how the visibility of these elites and their territories was one of the most fundamental factors in the building of the new country geography. The analysis focal point is the Agricultural, Industry and Commerce Ministry, created in 1906/1909, as a result of the demands of part of the elites excluded from the coffee production. Grounded on the justification of the Brazilian need of production diversification, this Ministry was in charge of the knowledge production about the territory, based on a technical-scientific discourse, with the Geological Service and the Meteorology Directory. This Ministry had also branches involved with the country's and its territory propaganda to different targets like the Commercial Museum, the Information Service and the Brazilian Propaganda to Foreign Countries. The work of these branches, showing Brazil with significant internal differences, contributed to shatter the old homogenizing vision of the national territory.

RESUMÉ

RIBEIRO, Rafael Winter. A invenção da diversidade: construção do Estado e diversificação territorial no Brasil (1889-1930). Orientadora: Iná Elias de Castro. Rio de Janeiro: UFRJ/IGEO/PPGG, 2005, Tese (Doutorado em Geografia).

En partant de l'idée que la notion de diversité est socialement construite, ce travail choisit d'analyser les représentations de la diversité territoriale brésilienne durant la première République (1889-1930) ainsi que de voir comment celles-ci sont associées à l'organisation et à l'action de l'État au Brésil. La thèse principale qui est défendue met en avant que l'ascension au pouvoir d'une partie de l'élite périphérique confère une meilleure visibilité à de nouveaux territoires et territorialités à l'intérieur de l'appareil de l'État, ce qui permet l'émergence de la représentation d'une différenciation interne bien meilleure, facilitant même la recomposition d'une nouvelle géographie nationale. Ce travail montre comment l'appareillement de l'État, dans le sens de conférer une visibilité à ces élites et à leurs territoires, a été un des facteurs fondamentaux dans la construction de nouvelles géographies du pays. Le centre de l'analyse est dirigé par le Ministère de l'Agriculture, de l'Industrie et du Commerce, créé en 1906/1909, à partir des exigences d'une partie des élites détachées de la production du café. En se basant sur le discours de la nécessité de diversification de la production brésilienne, ce Ministère a réuni les services qui devraient se charger de la production de connaissance sur le territoire, appuyés sur un discours technique et scientifique, comme le Service de Géologie et la Direction de la Météorologie. Tel Ministère possédait aussi des services liés à la propagande du pays et de son territoire pour différents publics, comme le Musée du commerce, le Service d'informations et le Service de Propagande du Brésil à l'extérieur. L'action de ces organes, montrant un Brésil avec des différences internes significatives, contribue à briser les vieilles visions homogénéisantes du territoire national.

LISTA DE ABREVIACÕES

BN - Biblioteca Nacional

MACOP - Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas

MIVOP - Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas

MAIC - Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio

MF - Ministério da Fazenda

MinG - Ministério da Guerra

MIPCT - Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos

MInt - Ministério do Interior

MImp - Ministério do Império

MJ - Ministério da Justiça

MJNI - Ministério da Justiça e Negócios Interiores

MM - Ministério da Marinha

MRE - Ministério das Relações Exteriores

RMAIC - Relatório do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio

RMIVOP - Relatório do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas

RMACOP - Relatório do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas

SNA - Sociedade Nacional de Agricultura

MinC - Ministério da Cultura

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IHGB - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

FGV - Fundação Getúlio Vargas

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

LISTA DE ARQUIVOS E BIBLIOTECAS CONSULTADOS

Arquivo Nacional

Biblioteca Central do CCMN - UFRJ

Biblioteca da FGV/RJ

Biblioteca do Clube de Engenharia

Biblioteca do IHGB

Biblioteca do Ministério da Fazenda - RJ

Biblioteca do PPGAS/MN - UFRJ

Biblioteca do PPGG - UFRJ

Biblioteca Nacional

Biblioteca Noronha Santos - IPHAN

Centro de Documentação da República - Museu da República

Bibliothèque Franz Schrader: Université de Pau et des Pays de l'Adour. Bibliothèque
Spécialisée Géographie - IUP Aménagement

LISTA DE QUADROS

QUADRO I	- MAIC, Ministros titulares e origem (1909-1930)	72
QUADRO II	- MAIC, Organograma, 1909-1910	74
QUADRO III	- MAIC, Organograma, 1910-1915	75
QUADRO IV	- MAIC, Organograma, 1915-1930	76
QUADRO V	- Órgãos subordinados ao MAIC entre 1909 e 1930	80
QUADRO VI	- Ministros do MAIC. Profissão e permanência no cargo, 1910-1930	82
QUADRO VII	- Membros da Comissão Exploradora do Planalto Central	99
QUADRO VIII	- Estações Meteorológicas criadas até 30 de junho de 1911	116
QUADRO IX	- Estações Meteorológicas em vias de instalação em 1911	117
QUADRO X	- Estações Meteorológicas em 1915	118
QUADRO XI	- Exposições Universais no século XIX: Visitantes, Expositores e Superfície	144
QUADRO XII	- Comissários brasileiros na Exposição de 1893	156
QUADRO XIII	- Museu Comercial do Rio de Janeiro: amostras em exposição em 1911	184
QUADRO XIV	- Museu Comercial do Rio de Janeiro: Ofícios expedidos, 1907-1912	186
QUADRO XV	- Conferências patrocinadas pelo Serviço de Propaganda no Exterior em 1908	216
QUADRO XVI	- Publicações do Serviço de Propaganda no Exterior em 1909	218

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa das Matas e Campos do Brasil	129
Figura 2 - Mapa das Matas e Campos do Brasil, Detalhe	129
Figura 3 - Mapa das Matas e Campos do Brasil, Detalhe	130
Figura 4 - Mapa das Matas e Campos do Brasil, Detalhe	131
Figura 5 - Esboço da Carta Geológica do Brasil	132
Figura 6 - Mapa Geológico do Brasil	133
Figura 7 - Carta Geral do Brasil, Folha 1	134
Figura 8 - Carta Geral do Brasil, Folha 2	135
Figura 9 - Carta Geral do Brasil, Folha 3	136
Figura 10 - Carta Geral do Brasil, Folha 4	137
Figura 11 - Carta Geral do Brasil, Detalhe	138
Figura 12 - Mapa das Jazidas Minerais do Brasil, Folha 1	139
Figura 13 - Mapa Geral do Brasil,	224
Figura 14 - Mapa Geral do Brasil, Detalhe	225
Figura 15 - Mapa Geral do Brasil, Detalhe	226
Figura 16 - Mapa Econômico do Brasil	227
Lista 17 – Carte des États-Unis du Brésil	228

SUMÁRIO

Introdução	01
I. Alinhamentos e contextos	18
1. Estado e Território	20
<i>Representação e Território</i>	25
<i>Representação e Administração Pública</i>	29
2. A diversidade como questão	34
<i>(In)Definindo Diversidade: diversidade como construção do diferente</i>	35
3. Diversidade territorial e construção do Estado Nacional: alguns exemplos	42
<i>França</i>	42
<i>Espanha</i>	47
<i>Argentina</i>	49
II. A construção do Estado e da Nação no Brasil Republicano. A Experiência do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio	53
1. A Construção do Estado Republicano e as representações do território	53
<i>Representações da Natureza e do Território: a (re) invenção da geografia brasileira</i>	59
2. A construção do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Estrutura e funcionamento.	62
<i>O MAIC e a questão da Diversificação Agrícola</i>	83
III. A República redescobre o país: As atividades de Exploração e Pesquisa	93
1. As comissões de exploração	95
2. O território sob nossos pés: O Serviço Geológico e Mineralógico	103
3. O território sobre nossas cabeças: A diretoria de Meteorologia e Astronomia	115
4. A instalação do Serviço Florestal do Brasil	122

IV. E a República mostra o país: Território, espetáculo e exibição	140
1. O território brasileiro nas exposições universais	142
<i>As exposições comerciais e a celebração da diversidade</i>	151
<i>1893: A Exposição de Chicago</i>	154
<i>1904: A Exposição Universal de Saint Louis</i>	158
<i>1908: A Exposição Nacional do Centenário da Abertura dos Portos</i>	162
<i>1910 e 1911: As Exposições Universais de Bruxelas e de Turim Roma</i>	169
<i>1922: A Exposição do Centenário da Independência</i>	172
2. O Museu Comercial	180
3. O Serviço de Informações e Biblioteca do Ministério da Agricultura	
193	
<i>As publicações</i>	198
<i>O Boletim do Ministério da Agricultura Indústria e Comércio</i>	203
<i>As divisões do país</i>	204
4. O Serviço de Propaganda e Expansão Econômica do Brasil no Estrangeiro	214
Considerações Finais	229
Referências	236
Anexo	254

Nota

Todas as citações em português tiveram a ortografia atualizada. As citações em língua estrangeira são acompanhadas de nota de pé de página com tradução livre do autor.

Vejam esta maravilha de cenário
É um episódio relicário
Que o artista num sonho genial
Escolheu para este carnaval
E o asfalto como passarela
Será a tela do Brasil em forma de aquarela

Silas de Oliveira,
G.R. E. S. Império Serrano, carnavais de 1964 e 2004

Introdução

Conhecer o Brasil. Este empreendimento tem desafiado a muitos desde que se adotou este nome para chamar as terras conquistadas pelos portugueses na América. Ao longo de nossa história, dezenas de textos foram produzidos tentando dar conta de explicar o país. O conhecimento produzido terminou por moldar a forma como vemos o Brasil. Conhecer, isto é, produzir um conhecimento sobre qualquer coisa, significa produzir uma representação sobre tal objeto e, neste sentido, significa também produzir o próprio objeto. Dessa forma, aqueles que se depararam com esta tarefa entre nós, produziram um conhecimento sobre o país que moldou a visão que temos dele. Moldou também a forma de atuação, uma vez que ação e representação são indissociáveis. A ação sobre o território, como sobre qualquer objeto, se faz a partir de uma pré-visão sobre aquilo sobre o qual se atua. Tal visão é ainda condicionada por inúmeros fatores e, longe de ser homogênea, é diferenciada segundo grupos sociais, indivíduos e o tempo histórico.

O século XX foi pródigo na tentativa de elaboração de narrativas sobre a formação nacional que procuravam entender aquilo a que chamamos de Brasil. Os trabalhos de Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior, Sergio Buarque de Holanda e Celso Furtado¹, apenas para citar os mais conhecidos, realizados em diferentes momentos e a partir de diferentes matrizes, são exemplares deste tipo de narrativa². Inventaram o país

¹ Os três primeiros fariam parte daquilo que Moreira (1994) chamou de a era dos retratos, quando autores ligados de uma forma ou de outra ao movimento modernista se preocuparam de forma mais intensa em traçar o retrato do Brasil. No entanto, é verdade que "retratistas" sempre existiram e continuaram a existir após esse movimento.

² "Uma das singularidades da história do Brasil é que este é um país que se pensa continuamente. Ele se pensa de forma particularmente sistemática, no contexto de conjunturas críticas ou a partir de dilemas e perspectivas que se criam quando ocorrem rupturas históricas. Nessas ocasiões, a sociedade nacional como um todo, ou em alguns de seus setores sociais mais atingidos pela ruptura, ou mais interessados nela, logo se põem a analisar o curso dos acontecimentos, suas raízes próximas e remotas, suas tendências prováveis no futuro. As interpretações tanto podem priorizar um ou outro setor da sociedade como formular visões de conjunto, integrativas, buscando as linhas mestras da história nacional. Daí a profusão de explicações, interpretações ou teses que se multiplicam, sucedem, complementam e polemizam." (IANNI, 2004: 41)

que queriam compreender. O conhecimento científico, dentre eles a geografia, ao construir um conhecimento sobre o espaço, funda um discurso sobre este (BERDOULAY, 1988), que também orienta a forma de relação com o mundo³.

A produção de uma identidade para o Brasil também passa pela produção de uma identidade para seu território. O Brasil da mulata, do acarajé, das escolas de samba, da casa grande e da senzala também é o Brasil do Pantanal, do Nordeste, da Amazônia, do Pampa. Entre os diferentes elementos que ao longo do tempo foram construídos como definidores de uma identidade brasileira, também estão os diferentes elementos que compõem o território e as diferentes partes em que este foi dividido, seja esta divisão, política, econômica, ou simplesmente imaginária.

Pouco estudada até hoje, a forma como o território brasileiro é visto nesse processo de "construção intelectual e material" do Brasil é fundamental, uma vez que o território sempre foi apontado como um elemento crucial da nacionalidade. Conhecer o Brasil significa conhecer seu território e os elementos nele incluídos. Dessa forma, todas as tentativas de conferir sentido àquilo que chamamos de Brasil, direta ou indiretamente, passam pela produção de um significado para seu território.

Será um fio deste emaranhado que este trabalho irá desfilar. Será analisada aqui a forma pela qual o território brasileiro foi representado e como esta representação está associada à organização da ação sobre esse território imaginado. Trata-se de procurar compreender a relação entre representação e ação. Para tal intento será tomado um dos principais agentes ligados à gestão e ação sobre o território no período - o Estado. O trabalho analisará como durante o processo inconcluso de construção do Estado brasileiro, especialmente aquele correspondente ao final do Império e consolidação da república federativa, este criou e/ou se apropriou de representações sobre o território e como estas se ligam à forma como o próprio Estado se organizou para atuar sobre seu território.

³ Não só de textos acadêmicos é feita a construção do sentido para o Brasil, e a epígrafe acima bem o demonstra. *Aquarela Brasileira*, aquele que em várias ocasiões foi eleito o melhor samba-enredo de todos os carnavais, duas vezes editado na passarela, faz um passeio por diferentes partes do território nacional, reproduzindo determinadas visões do Brasil. Mesmo que esse trabalho esteja concentrado sobre um tipo específico de produção e reprodução de representações sobre o país, é necessário deixar claro que elas se interpolam umas as outras, num verdadeiro emaranhado de influências. Para uma análise sobre as representações do Brasil através do samba-enredo ver Augras (1998).

De um modo geral, as visões sobre o território brasileiro transformaram-se ao longo dos anos. Tomando as visões da diferenciação interna do Brasil independente, pode-se notar duas grandes distinções entre o século XIX e o século XX. O território brasileiro do Império era percebido como um território homogêneo, a divisão entre as províncias era meramente administrativa e suas diferenças não eram valorizadas, ou antes minimizadas, frente à unidade nacional. A única divisão amplamente difundida era aquela entre norte e sul. Realizada, em geral, a partir do centro do poder - a Corte - o Brasil era dividido entre as terras situadas ao norte e as terras situadas ao sul. Um genérico norte englobava províncias como a Bahia e o Pará, sem que fossem feitas muitas distinções entre elas, sobretudo nos aspectos físicos.

Sintomático desse tipo de visão sobre o território é o caso descrito por Evaldo Cabral de Melo. Ao estudar o relacionamento entre o norte agrário e o Império, aquele autor aponta para a surpresa com que, em 1888, os congressistas acolhiam o discurso de um colega do Pará, Mâncio Ribeiro, que falava sobre a Amazônia. Ainda nesta mesma sessão, um deputado mineiro, sobressaltado, lhe indaga pela localização "dessa Amazônia" e Coelho Rodrigues, do Piauí, lente da Faculdade de Direito do Recife, desaprova o discurso de seu colega paraense, apontando para o perigo separatista da utilização de novas denominações (MELO, 1999: 15). O Brasil de então se dividia em dois grandes blocos, nos quais as diferenças internas eram pouco ou quase nada reconhecidas. Opção que fora levada a cabo por um Império altamente centralizado, construído desde o momento de independência de modo a anular as diferenças regionais, vistas como perigosas para a integridade do país-continente que se queria conservar.

A única outra forma de divisão do país possível no mesmo período era aquela encontrada em alguns compêndios de geografia, como o de Manuel Frazão, de 1883, que dividia as províncias entre marítimas e centrais⁴, divisão esta que em nada apontava para as diferenças internas do país, a não ser entre as províncias que possuíam ligação direta com o mar e aquelas que não possuíam. Transformada na dicotomia sertão e litoral, esta diferenciação seria amplamente discutida pela intelectualidade brasileira nas

⁴ "O Brasil divide-se em vinte províncias e um município neutro. As províncias subdividem-se em marítimas e centrais. Chamam-se marítimas as dezesseis que ficam sobre o litoral. centrais são as quatro que ficam no interior." (FRAZÃO, 1883: 50).

primeiras décadas do século XX, quando ai sim, ela toma um forte caráter de distinção entre o litoral "progressista" e um interior atrasado para alguns, ou um litoral contaminado por idéias e modo de viver transplantados da Europa e um interior onde estaria o verdadeiro Brasil, para outros (SOUZA, 1997; LIMA, 1999). No entanto essa diferenciação permanecia sobretudo na escala do social, mas não do físico, da natureza.

Já o século XX produziu um outro olhar sobre o território brasileiro e sua diferenciação interna. Ainda predominante hoje, a divisão do país nas grandes regiões geográficas do IBGE foi construída e consolidada a partir da década de 1940, firmando-se praticamente como a única forma de divisão das diferenças internas do país, ou antes como sua forma hegemônica. Nesse sentido, a divisão hoje consagrada e por muitos naturalizada das cinco regiões do IBGE foi algo construído e consolidado ao longo do século XX por diferentes fatores, seja a necessidade de planejamento por parte do Estado, seja o desenvolvimento e consagração da geografia e do método regional como portadores de autoridade para tratar do assunto.

No início da década de 1940, o recém criado IBGE, através do Conselho Nacional de Geografia, recebeu a incumbência da presidência da República de estabelecer uma regionalização oficial para o Brasil, "a bem da própria organização do serviço público", que até então utilizava diferentes formas de divisão do país. O engenheiro Fábio de Macedo Soares Guimarães, chefe da seção de estudos do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica, foi então encarregado de proceder a um estudo de todas as regionalizações já criadas, terminando por dar parecer favorável àquela criada em 1913 por Delgado de Carvalho (GUIMARÃES, 1941). Esta foi de fato implementada, sendo, em seguida, recomendada para que fosse utilizada por todo o serviço público⁵. No entanto, o próprio fato de ser necessário um estudo comparativo

⁵ O teor da circular emitida pela Secretaria da Presidência para todos os Ministérios que regulamenta essa divisão, publicada no Diário Oficial de 4 de fevereiro de 1942 é o seguinte: "Senhor Ministro: O Excelentíssimo Senhor Presidente da República, tendo presente sugestão que lhe apresentou o IBGE, resolveu determinar que, para os trabalhos e estudos procedidos por este Ministério, nos quais não se imponha uma peculiar divisão do território nacional, se adote a organizada pelo referido Instituto, transcrita em seguida: I – *Região Norte*: Território do Acre e Estados do Amazonas e Pará; II – *Região Nordeste*, dividida em duas partes: *Nordeste Ocidental*: Estados do Maranhão e Piauí; *Nordeste Oriental*: Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas; III – *Região Leste*, dividida em duas partes: *Leste Setentrional*: Estados do Sergipe e Bahia e *Leste Meridional*: Estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e o Distrito Federal; IV – *Região Sul*: Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; V – *Região Centro Oeste*: Estados de Goiás e Mato Grosso. Aproveito o ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevada consideração e distinto apreço.

entre as diferentes formas de divisão do país existentes até então demonstra que, desde o final do século XIX, várias regionalizações vinham sendo definidas por diferentes autores, com diferentes finalidades, o que já evidenciava as novas formas de ver a natureza, a sociedade e o território do país, distintas daquela que vigorou durante a maior parte do oitocentos. Há quem aponte a construção oficial das regiões do Brasil através do IBGE como uma reação do Estado Novo varguista ao federalismo exacerbado da Primeira República, como uma forma de ter sob controle os regionalismos expostos e mesmo estimulados durante o período anterior a 1930⁶. O importante nessa discussão é ver o período consagrado pela historiografia como *República Velha* ou *Primeira República* como o momento em que emergiram novas formas de ver a divisão interna do país.

Os geógrafos do recém criado IBGE na década de 1940 não criaram suas representações a partir do nada. As visões sobre o território sobre as quais eles se basearam estavam em circulação há algum tempo. A própria escolha da primeira regionalização oficial do país caiu sobre uma que havia sido feita na segunda década do século. Vale lembrar que o próprio IBGE fora criado como um organismo de Estado pensando facilitar a administração.

No entanto, quanto aos estudos e análises acerca das representações sobre o Brasil, entre as duas visões, a homogênea do Império e a consagração da divisão regional do IBGE a partir da década de 1940, há um hiato. Como se deu essa transição da visão do território dividido entre norte e sul para a das regiões geográficas? Como a visão do território em bloco passou para uma visão do território em partes distintas? Que fatores permitiram a lisibilidade de novas diferenciações internas para o país? Como o novo Estado republicano brasileiro que, durante o período imperial sempre teve como preocupação a unidade, atua nesse sentido? É este o caminho que este trabalho percorre.

Em 31 de janeiro de 1942 – *Alberto de Andrade Queiroz, Secretário do Presidente da República, interino*”. Esta circular encontra-se transcrita na *Revista Brasileira de Geografia*, 1942, 3 (1), p. 149.

⁶ "A primeira divisão regional do Brasil considerada oficial data de 1942 e está vinculada a um amplo conjunto de medidas cujo objetivo primordial era combater o poder das oligarquias locais que, segundo a ótica estadonovista, vinham defendendo seus interesses particulares e ameaçando, até com o separatismo, os interesses gerais da nação. Embora à primeira vista isso possa parecer estranho e até contraditório, é preciso entender que o Estado Novo estabelecia como estratégia a um regionalismo negativo, baseado na descentralização política, um outro tipo de regionalismo positivo e nascido da própria centralização do regime autoritário (GOMES, 2002: 179).

Alguns fatores podem ser apontados como respostas a essas questões, como o crescimento e institucionalização da geografia acadêmica e aplicada no Brasil, além do próprio desenvolvimento do país e da especialização de determinadas áreas na produção de diferentes produtos. No entanto, essas respostas são muito generalizantes. É necessário ir mais além. Tanto o desenvolvimento da geografia como o processo de desbravamento e desenvolvimento interno do país têm ligações íntimas com interesses e opções que se consolidavam no interior do Estado brasileiro naquele momento. Nesse sentido, elas também estão ligadas ao próprio desenvolvimento do Estado e da administração pública no país e na acomodação de diferentes interesses dentro de sua estrutura.

Um caminho, senão o mais fácil para um geógrafo, ao menos o mais óbvio, seria o de procurar dentro da história da sua disciplina, naquele momento firmando-se como um saber estratégico no país, as transformações que esta imprimiu nas representações sobre o território. No entanto, não será esse o caminho aqui trilhado. O que será feito aqui será uma análise da forma como o Estado brasileiro cria e/ou se apropria de representações do território e como este se encarrega de difundir para a sociedade, analisando também, de que forma estas representações funcionam no seio de sua administração. Por outro lado, também não se trata de estabelecer aqui uma visão do Estado como o único e grande responsável pela produção de sentido sobre o país, mas sim ressaltar a sua atuação e colocá-la dentro da esfera de discussão.

Nesse sentido então, não cabe uma busca por textos de autores que se diziam geógrafos e que procuravam explicitamente proceder à regionalização do Brasil como o método por excelência da geografia, mas sim a autores que pensando problemas da administração pública acabaram por contribuir para pensar divisões do país, além do material utilizado por essa administração para tomar decisões e para difundir sua visão de Brasil para públicos específicos.

Assim, cabe ainda uma análise de como as representações do território atuaram no processo de construção de um Brasil republicano e moderno e de que forma determinadas divisões internas puderam ser valorizadas. Dessa forma, o objetivo deste trabalho é o de analisar as representações sobre o território brasileiro em um período

específico e oriundas de um contexto específico: as atividades do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio durante a República Velha.

O fim do Império e a instalação da República no país abriram a possibilidade de um novo projeto nacional, no qual as idéias de modernização do país têm um peso fundamental. Civilizar o Brasil, colocá-lo no mesmo compasso que as nações mais progressistas do globo, também significava colocar o país numa posição de maior destaque na economia mundial. O aumento e diversificação da produção transformou-se então numa das questões centrais do Estado nesse período e a incorporação de todo o território nacional ao sistema produtivo mundial esteve presente nas preocupações daqueles que pensaram o Estado brasileiro no período. Nesse sentido, o que será demonstrado aqui é que o período em questão, qual seja, a Primeira República, corresponde a um período singular no processo de (re)invenção da diversidade territorial brasileira. As questões colocadas ao Estado naquele momento fizeram com que este produzisse todo um aparato capaz de dar uma nova visão ao território para a qual a idéia de diversidade era muito cara. A criação de uma série de repartições e serviços ligados à pesquisa e ao reconhecimento do território, bem como sua exibição, são demonstrativos desse interesse.

A riqueza e diversidade do território nacional já foram cantadas por muitos desde o período colonial, mas foi só na República Velha que essa diversidade se institucionalizou. Nesse sentido, a criação do Ministério da Agricultura representou um papel fundamental. A proclamação da República e a imediata instalação do regime federativo no país permitiram uma maior ascensão de determinadas elites periféricas ao poder e, assim como elas, seus territórios ganhavam maior visibilidade. Dentro do novo sistema em vias de implantação, o Ministério da Agricultura representou exatamente um instrumento de poder das elites periféricas da federação no executivo e onde seu poder e suas representações do Brasil podiam ser melhor percebidos.

A inexistência nos primeiros anos da vida republicana de um ministério da agricultura em um país no qual essa atividade era o principal motor da economia é sintomático. Extinto na reforma de 1891, o Ministério da Agricultura só seria novamente recriado em 1906 e definitivamente instalado apenas três anos mais tarde. Foi fruto de uma demanda por parte das elites periféricas que clamavam por uma pasta

que cuidasse dos assuntos da lavoura além do café, uma vez que os interesses desse último eram bem representados no poderoso Ministério da Fazenda, dominado pelos paulistas e que detinha o controle do orçamento da União. Nesse sentido, a instalação de um ministério que cuidasse dos assuntos agrícolas de todo o país foi fruto de uma intensa negociação e, apesar da tentativa de controle dos paulistas nos primeiros anos de sua existência, consolidou-se em um órgão controlado pelas elites periféricas.

Quanto ao recorte temporal, optou-se por analisar o período consagrado pela historiografia tradicional como *Primeira República* ou *República Velha* (1889-1930). Ele representa o período de institucionalização do regime presidencialista e federativo no país, instável nos primeiros anos e consolidado na primeira década do século XX. Nesse sentido, apesar de todas as reformas pelas quais passa o serviço público, há uma certa regularidade no regime de poder, quebrada com revolução de 1930, que levaria Vargas ao poder e que provocaria toda uma revisão no sistema de poder e da administração do país, culminando com a proclamação do Estado Novo em 1937. Assim, o período de 1889 a 1930 se justifica pelo estabelecimento e institucionalização de um projeto de nação e de administração distinto daquele que vigorou durante o Império, mas distinto também daquele que seria implantado a partir da subida ao poder de Getúlio Vargas, e no qual as representações do território tinham um papel especial. Este período também se caracteriza pela mais forte experiência federativa do país quando, uma vez quebrada a centralização do poder imperial, a tentativa de se copiar o modelo americano, deu aos estados e suas elites locais, amplos poderes, que viriam a ser novamente quebrados, numa volta à centralização, durante o Estado Novo.

Alguns autores preocupados com a discussão sobre agricultura no país durante a República Velha apontam para uma intensificação da preocupação com a diversificação das culturas agrícolas, como contraponto à dependência da monocultura cafeeira. Apesar do fato de ter sido o estado de São Paulo o maior beneficiário dessas políticas, exatamente aquele estado que dominava a cafeicultura, este discurso tem um valor fundamental para as transformações nas visões do território. Uma vez que a agricultura é uma atividade dependente das condições físicas do local, a possibilidade de aumentar a variedade das culturas só poderia ser provada demonstrando-se a variedade das condições de produção presentes no território. Se a agricultura poderia ser diversificada, o território nacional deveria dar condições para isso. Assim, a implantação do

Ministério da Agricultura amparado no discurso da diversificação das culturas, trouxe consigo a criação de uma série de repartições que deveriam estudar o território em seus diferentes aspectos e mostrar a sua diversificação e possibilidades produtivas.

É nesse sentido que pretendo analisar aqui como se gestou a idéia de diversidade territorial brasileira, uma das bases da divisão regional do Brasil. Em outras palavras, cabe ver como a própria geografia do país era vista e pensada e como a estrutura burocrática organizada pela República Velha, aqui representada pelo Ministério da Agricultura, inventou a diversidade brasileira. No entanto, proponho um caminho distinto daquele que seria procurar nos textos eminentemente geográficos essa distinção, como os compêndios de geografia preparados para os estudantes. Na verdade pretendo analisar como essas idéias de diferenciação interna do território surgiram dentro do aparelho de Estado brasileiro que, no caso da idéia de diversidade do território, era um grande interessado em sua maior difusão.

Junto com o Ministério da Agricultura e Comércio - MAIC - pensado como um ministério técnico, foram criadas uma série de repartições que deveriam produzir conhecimentos específicos sobre o território, e outras tantas encarregadas de torná-los públicos. Foi nesse contexto que foram criados uma Diretoria de Meteorologia para produzir informações padronizadas sobre o clima nacional e um Serviço Geológico para o conhecimento do subsolo, só para citar alguns dos exemplos que serão aqui analisados. Além disso, foi incorporado um Museu Comercial que deveria exibir os diferentes produtos que o país tinha capacidade de produzir, bem como serviços de informações e propaganda no país e no exterior que, uma vez alimentado por informações das diferentes repartições governamentais, deveriam se encarregar de transmiti-las ao público, visando diferentes interesses, seja a atração de mão-de-obra ou de investimentos, seja conseguindo mais mercados para os produtos brasileiros. Esses dois interesses, mão-de-obra e de investimentos, tiveram um peso fundamental na forma como o Brasil era representado pelo Estado no exterior, uma vez que cabia mostrar um país que fosse capaz de atraí-los.

Dessa forma, tanto as atividades de pesquisa e de publicidade estavam intimamente ligadas e tinham como objetivo principal apoiar a diversificação da produção brasileira e, conseqüentemente, mostrar um território diverso. Foi nesse

sentido que a ação do Estado nesse período proporcionou um incremento considerável de dados, informações e representações sobre o território brasileiro que constroem a nova geografia do país⁷.

É necessário tomar cuidado, no entanto, para não cair no erro de imaginar que o conhecimento é cumulativo, que a medida que os estudos foram sendo feitos, o conhecimento acumulado foi sendo cada vez maior. Não necessariamente. Na verdade, os estudos que são aproveitados são aqueles que são interessantes por razões de ordem diversa e que, por sua vez, podem ser abandonados mais tarde, bem como estudos que haviam sido deixados de lado em um dado momento, podem ser recuperados, se as circunstâncias assim o permitirem. Desse modo, o aumento dos estudos e do conhecimento do território no período analisado não deve ser visto de uma forma simplista como acarretando um aumento linear do conhecimento. Deve-se evitar uma leitura teleológica e evolucionista de que o caminho natural do avanço do conhecimento levaria à forma de conhecimento que temos hoje do território e de que a divisão atual do país é um mero fruto do avanço do conhecimento científico. Um dos esforços do trabalho é exatamente o de desnaturalizar certas visões do país, incluindo visões sobre o dito meio natural, mostrando que elas são frutos de determinadas escolhas e ações levadas a cabo por determinados atores em momentos históricos específicos.

Para efeito da análise que será feita a idéia de *Governamentalidade* mostra-se bastante profícua. Este foi o termo usado por Michel Foucault para se referir a novas formas de racionalidade política que emergiram na Europa entre os séculos XVI e XVIII, tendo como resultado o aparecimento de uma série de novos objetos para o Estado, dentre eles a população. Na verdade, o que Foucault pretende como governamentalidade é o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança (FOUCAULT, 2001).

⁷ Evidentemente a concentração do trabalho sobre o MAIC não esgota as ações do governo no sentido de pesquisa e produção de informação sobre o território. Outros ministérios possuíam também uma ação razoavelmente importante. A expansão da rede ferroviária e telegráfica, a cargo do Ministério da Viação e Obras Públicas depois da criação do MAIC era também uma ação que dependia do conhecimento sobre o território para que fosse realizada, apenas para citar uma repartição fora do alcance da análise aqui empreendida. No entanto, este fato não invalida a argumentação de que foi o MAIC o principal responsável pela difusão da idéia de diversidade territorial dentro da esfera do Estado.

Embora Foucault insista em que para um Estado de governo a questão da territorialidade tenha deixado de ser uma questão essencial, acreditando que o controle da massa da população passou a ser seu fundamento, sendo o território apenas um dos seus componentes, o conceito de governamentalidade aplicado ao território já foi anteriormente usado por Braun (2000). Seu trabalho relaciona a geologia com formas de racionalidade governamental no Canadá no final do século XIX. Ele introduz uma discussão sobre o papel que as ciências da terra desempenharam na evolução histórica de formas de racionalidade política. Interessante para este estudo é o fato de que Braun contesta o entendimento da relação entre conhecimento científico e racionalidade estatal como sendo apenas instrumental, procurando ver como a ciência é constitutiva da racionalidade política.

Assim cabe questionar: como a visão do território e de sua diferenciação interna se relaciona com formas de racionalidade estatal? Mas também num outro sentido, de que maneira as práticas e a organização do Estado se articulam com as representações do território e da sua diversidade? Foucault, ao desenvolver o conceito de governamentalidade, utilizando a temática da população, demonstrou muito bem como a inteligibilidade desta e de suas qualidades estão intrinsecamente ligadas à uma racionalidade política. No entanto, pouco foi desenvolvido sobre a relação com o território.

Concordo com Braun quando este afirma que não se pode entender a governamentalidade fora de como o território do Estado é transformado num espaço da diferença, da mesma forma como não se pode entender formas de racionalidade estatal fora da emergência histórica da população como um problema de governo. Embora pouco desenvolvido, Foucault já defendia o fato de que o território e suas qualidades são historicamente contingentes.

Estudando a forma como a geologia do Canadá foi apropriada por diferentes agentes, Braun afirma que esta poderia ter entrado para a história de outras maneiras além daquela pela qual entrou. Tal fato teria importantes conseqüências para o capital, o trabalho e a terra, mas também para a regulação "do homem e das coisas" para usar os termos de Foucault, para a forma como o Estado canadense percebia, atuava e

organizava seu território, bem como para a forma como sujeitos individuais foram construídos e relacionados nesses novos espaços de visibilidade.

Nesse sentido, a tese principal que será defendida aqui é de que a ascensão ao poder de partes de uma elite periférica conferiu maior visibilidade a novos territórios e territorialidades dentro do aparelho de Estado, o que permitiu a emergência da representação de uma diferenciação interna bem maior, facilitando mesmo a recomposição de uma nova geografia nacional. O aparelhamento do Estado no sentido de conferir visibilidade a essas elites e seus territórios foi um dos fatores fundamentais na construção das novas geografias do país.

O processo de construção dos Estados-Nacionais, *nation-building*, requer estratégias de integração social e territorial ou, para usar os termos de Norbet Elias, verticais e horizontais (ELIAS, 1972). Os usos da geografia e das representações do território nesse processo têm sido pouco esmiuçados pela literatura em geral e pela geografia em particular. São poucos os estudos que abordam a relação entre Estado e território no Brasil, em especial durante o rico período do início da experiência republicana e federativa no país. Angela de Castro Gomes (2002) procurou traçar uma análise de como território e população foram abordados ao longo da história republicana. No entanto, sua ênfase durante a Primeira República é direcionada para a forma como determinados intelectuais representavam o território, além de dar uma ênfase especial ao processo de consolidação das fronteiras externas e internas que estavam sendo levadas a cabo pela ação, respectivamente, do Barão do Rio Branco e do Marechal Rondon. Apesar de reconhecer a importância da ação do Estado e de sua organização esta autora prossegue seu estudo, no entanto, sem entrar na análise dos meandros do funcionamento da burocracia estatal na dotação de sentido para o território.

Da mesma forma, Antonio Carlos Robert de Moraes (2002), mostra que a concepção do Brasil como sendo o seu território e a ocupação do espaço como sendo a construção do país estão reificados no pensamento das elites e ligados intimamente ao processo de construção do Estado nacional. No entanto, um estudo mais detalhado desses processos ainda permanece a espera de realização.

As fontes utilizadas para a pesquisa são a série de relatórios produzidos em massa pela burocracia que justificava suas ações, feitos para utilização interna, mas também aqueles trabalhos destinados ao grande público. Assim, serão analisados os *Relatórios do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio*, doravante RMAIC, publicados anualmente e apresentados à Assembléia Legislativa que além de expor as ações do Ministério, justificavam pedidos de verbas para ações futuras e, desse modo, eram baseados na retórica da necessidade e no louvor do trabalho das repartições existentes. Nesse sentido, o caráter laudatório e 'inverídico' destes relatórios não representa um problema para nossa análise. Muito pelo contrário, esse caráter deve ser visto como um dos elementos dessa representação. Esse relatórios podem ser encontrados microfilmados na Biblioteca Nacional e também na forma digital diretamente na internet⁸.

Além disso, serão analisados também alguns relatórios emitidos pelas repartições estudadas e dirigidas ao Ministério que por sua vez, em sua maioria, orientavam a produção do relatório final. Além dessa produção, digamos interna à administração, serão analisados os trabalhos dirigidos ao grande público. Dentre eles destaca-se o *Boletim do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio*, que apesar de sua periodicidade irregular, representava o periódico de larga distribuição pensado como a "voz" do MAIC para o grande público. Além dele, as publicações feitas com o apoio do Serviço de Informações do Ministério, davam um caráter institucional a determinados estudos, mesmo que realizados por pessoas sem um vínculo direto com o Estado. As publicações desse Serviço eram também o principal meio de difusão das pesquisas empreendidas pelos diferentes Serviços que compunham o MAIC. Além de difundir novas técnicas entre os agricultores, num esforço de modernização do campo, o Serviço de Informações, através de suas publicações, também subsidiava a atividade de propaganda dos produtos brasileiros e captação de capitais e mão-de-obra, seja no mercado interno ou no mercado externo. Foram selecionados os trabalhos presentes nessas fontes e para cada um dos textos foram preenchidas fichas, sendo uma específica para os Relatórios Ministeriais e outra para as demais publicações, que então foram analisadas. Também foram preenchidas fichas biográficas, sempre que possível, sobre os autores dos textos (vide anexo).

⁸ O endereço para consultas é <http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33&l4=22>.

O trabalho está dividido em quatro capítulos. No primeiro é discutido o referencial teórico sobre o qual está apoiado. O capítulo aponta a importância do território como um fundamento do Estado, discutindo também como através da administração pública, o Estado cria e/ou se apropria de representações do território para sua ação. Procuro mostrar também como as representações da diversidade territorial são fundamentais para o Estado Moderno, seja para louvá-las, seja para negá-las. Tomando três exemplos, França, Espanha e Argentina, analiso como esses Estados lidam com as representações de suas diversidades internas, e como a idéia de diversidade pode ser apropriada de diferentes formas a partir de contextos distintos, para melhor compreender o processo de formação das representações da diversidade no Brasil.

No segundo capítulo é analisado o contexto de estruturação do Estado republicano no Brasil e de sua administração, dando especial atenção ao processo de construção e de funcionamento do MAIC, destacando a importância do discurso sobre a diversificação da produção como um dos principais componentes ideológicos dessa construção e de fundamental importância para o entendimento da idéia de diversidade territorial, objeto deste estudo.

O terceiro e quarto capítulos estudam respectivamente as atividades de pesquisa e as de propaganda e exibição de informações. Trata-se de atividades complementares que muitas vezes fundem-se, sendo a sua separação em capítulos diferentes apenas uma opção metodológica. Desse modo, no terceiro capítulo analiso a importância das expedições geográficas na construção do Estado brasileiro, além de serem analisados os trabalhos do Serviço Geológico, da Diretoria de Meteorologia e do Serviço Florestal, as duas primeiras, repartições criadas ao mesmo tempo em que era gestado o MAIC, enquanto a segunda é uma criação da década de 1920. No capítulo quatro é analisada a participação do Brasil nas Exposições Universais, organizadas com o apoio do MAIC, as atividades do Museu Comercial instalado no Rio de Janeiro, os trabalhos do Serviço de Informações, bem como o Serviço de Propaganda do Brasil no Exterior.

Este trabalho é fruto do cruzamento de diferentes campos científicos e de diferentes experiências de pesquisa. Ele se insere numa discussão sobre o papel do Estado e de seu processo de formação, na geografia dominado pela geografia política,

explorando um lado pouco abordado deste subcampo nos últimos anos, ligado às formas de ação da administração pública, mas também incorpora algumas das questões levantadas pelos movimentos pós-estruturalistas e pós-modernistas com o desconstrucionismo e com as teorias da representação.

Desde fins do século XIX o subcampo da geografia que se dedica ao estudo da relação entre Estado e território tem sido a geografia política, ao ponto de a reflexão sobre o Estado tomar quase toda a sua agenda de pesquisa até a primeira metade do século XX. A partir da década de 1970 observa-se um movimento de renovação dentro da disciplina que pretendia libertá-la do que poderia ser chamado de sua obsessão pelo Estado. Descobre-se que a relação entre política e território pode ser estudada considerando-se diferentes agentes, em diferentes escalas. No entanto, esse movimento da geografia política na direção de uma busca por uma multiplicidade de enfoques, muitas vezes provocou uma negligência para com a importância do Estado, agravada por aqueles que, diante do movimento de globalização, chegaram a falar em fim do Estado territorial (BADIE, 1995). Outros, no entanto, passaram a se preocupar com a redefinição do papel do Estado utilizando teorias oriundas da economia política como a Economia-Mundo de I. Wallerstein (TAYLOR e FLINT, 2002, 1ª. ed. 1985) ou mais diretamente da teoria-política moderna (SMITH, 1996)⁹.

No entanto, uma linha permanece com uma preocupação ligada às questões do *funcionamento interno do Estado e como a sua forma de organização interfere na ação sobre o espaço*. Nesse sentido, alguns autores se dedicam mais intensamente ao estudo da administração pública e a importância de sua distribuição e o alcance de sua malha como um importante agente espacial a ser considerado (COX, 1979; MAUREL, 1984; SMITH, 1985; BENNET, 1989; LÓPEZ TRIGAL e BENITO DEL POZO, 1999). É nesta linha de valorização da rede burocrática estatal como um importante agente de estruturação do espaço que se direciona este trabalho, embora suas preocupações e metodologia sejam consideravelmente diferentes dos seus antecessores.

Associo esta preocupação com a estrutura do poder burocrático sobre o território a uma outra linha ligada às questões da representação do espaço. Estas questões começaram a tomar forma com a geografia humanística que valorizava a experiência do

homem e criticava as abordagens tanto da geografia quantitativa, quanto da geografia crítica. Ela foi também incorporada pelo movimento de renovação da geografia cultural que tomou força na década de 1980, e impulsionada com vigor com a entrada da discussão sobre o pós-modernismo e o desconstrucionismo, sobretudo na geografia anglo-saxônica. Nesse sentido, os trabalhos de Foucault, algumas vezes de forma explícita, outras nem tanto, exercem uma grande influência neste estudo, sobretudo no levantamento de questões relacionadas à organização de saberes e poderes. No entanto, também estão presentes aqui reflexões tomadas a partir do trabalho de outros autores, não ligados ao pós-modernismo, como a obra de Max Weber e de Pierre Bourdieu e que, se por um lado pareceriam incompatíveis, mostro que é exatamente neste cruzamento de idéias e de influências que surge a riqueza do estudo.

O interesse pelo tema também é oriundo de um cruzamento de experiências de pesquisas por mim vividas. Ela é fruto da participação no projeto de pesquisa intitulado *Natureza e Imaginário Político-Territorial antigo e moderno no semi-árido nordestino*, coordenado pela professora doutora Iná Elias de Castro, desenvolvido no departamento de geografia da UFRJ entre os anos de 1992 e 1997, com financiamento do CNPq, no qual me dediquei à discussão sobre a importância das representações sobre a natureza na formação do discurso regional no Nordeste. Das discussões ali empreendidas surgiram minha monografia de graduação, *Seca e Determinismo: a gênese do discurso da seca nordestina* (RIBEIRO, 1997) e minha dissertação de mestrado *A construção da aridez: representações da natureza, regionalização e institucionalização do combate à seca, 1877-1909* (RIBEIRO, 2001), na qual a idéia de emergência de uma divisão territorial a partir dos trabalhos ligados à administração pública foi primeiro esmiuçada. Discussão que continua enquanto participante do GEOPPOL - Grupo de Pesquisas e Estudos sobre Política e Território, formado por pesquisadores, doutorandos, mestrandos e graduandos, sob coordenação da professora Iná Elias de Castro.

Esta experiência também é fruto de minha participação como colaborador entre 1999 e 2002 no projeto de pesquisa *Administração pública e formação de comunidades políticas: formas de poder, saberes de Estados – uma proposta de análise antropológica*, coordenado pelo professor doutor Antonio Carlos de Souza Lima,

⁹ Para uma análise das transformações epistemológicas da geografia política e da geopolítica desde Ratzel até o início da década de 1990 ver o excelente trabalho de Wanderley Messias da Costa (1992).

desenvolvido no departamento de Antropologia do Museu Nacional da UFRJ. Ligação institucional que continuou com minha participação no LACED - Laboratório de Pesquisa em Cultura, Etnicidade e Desenvolvimento, coordenado pelos professores doutores Antonio Carlos de Souza Lima e João Pacheco de Oliveira. Algumas das discussões ali empreendidas podem ser observadas em Lima (2002b).

Por fim, a participação, durante um ano, entre 2002 e 2003 como bolsista da CAPES para estágio no exterior no Laboratório *Société, Environnement et Territoire*, coordenado na Université de Pau et des Pays de l'Adour na França pelo professor doutor Vincent Berdoulay, também presidente da Comissão de História do Pensamento Geográfico na UGI, completa a tríade de influências de pesquisa mais fortes que inspiraram o trabalho. É nesse sentido que este trabalho cruza experiências e preocupações com a formação do Estado e da administração pública no Brasil, das representações da natureza e do território e da relação entre saberes e poderes.

Capítulo I

Alinhamentos e Contextos

Falar em diversidade tornou-se um assunto corrente. Nos últimos anos, com as preocupações ligadas ao pós-modernismo que invadiram as ciências sociais e em especial a geografia, falar sobre questões ligadas à diferença tem se tornado cada vez mais comum, e termos como diversidade cultural, diversidade regional ou territorial voltaram a constar no vocabulário corrente das ciências humanas¹⁰. No entanto, fora do contexto da biologia e das ciências naturais em geral, o termo diversidade continua sendo utilizado das mais diferentes formas e pouca ou quase nenhuma preocupação foi dada a uma definição de um conceito ou noção de diversidade territorial. Preocupações como a questão da homogeneização dos espaços e perda da diversidade que estaria ou não sendo efetivada a partir do movimento de globalização têm sido levadas a cabo por geógrafos e outros pesquisadores sem uma preocupação mais apurada em definir o que se está chamando de diversidade, seja ela cultural, regional ou territorial. Adota-se o termo como se ele detivesse uma objetividade em si, quando no entanto, ele é carregado de noções subjetivas.

Esta incapacidade de definição do termo e a sua maneabilidade têm permitido a sua utilização das mais diferentes maneiras e, dependendo das variáveis adotadas, e sobretudo da vontade de quem o utiliza, um mesmo território pode ser visto como detentor de uma grande diversidade ou não. A querela sobre a ampliação, manutenção ou diminuição da diversidade na União Européia é só um exemplo dos mais gritantes disso¹¹.

¹⁰ É bastante interessante notar a mudança de perspectiva quanto ao termo nos dicionários de geografia por exemplo. Enquanto Brunet, Ferras e Théry (1993, 1ª. ed. 1992) no início da década de 1990 definem *diversidade* como um termo vazio e um cliché geográfico, onze anos mais tarde, Lévy e Lussault (2003) definem o mesmo termo como um conceito importante para pensar o espaço.

¹¹ Como exemplo dos inúmeros trabalhos do gênero, podemos citar o de Kaelble (1988) que após estudar as transformações na Europa ocidental dentro de um século conclui que o processo de industrialização e urbanização, seguido pelo aparecimento da sociedade de massa e da mundialização da economia levaram a uma diminuição drástica e definitiva da diferença. No entanto, em trabalho patrocinado pela Comunidade Européia e estudando quatro regiões diferentes, Scardigli *et al* (1993) concluem que a

As transformações recentes na estrutura do mundo e do conhecimento científico trouxeram à tona esta discussão sobre diferença e diversidade, contando com um emprego de um aparato metodológico e filosófico bastante variado na tentativa de sua explicação. No entanto, ela não é nova, já foi colocada de outras maneiras em outros contextos.

Na verdade, a noção de diversidade e a preocupação com a diferença têm ocupado uma parte importante das preocupações dos Estados-nacionais desde a sua fundação. A gestão da diversidade social e territorial é uma necessidade para que o Estado possa exercer seu caráter unificador e daí a necessidade de seu poder despótico. Trata-se portanto, de um elemento fundamental no controle do território. O nacionalismo reforçado a partir do século XIX é apenas uma das formas mais evidentes de se tentar controlar esta diversidade através de representações e de ações.

Se a gestão da diversidade é uma das principais atribuições do Estado, um dado importante é que esta gestão sobre o território está intimamente ligada à forma como esta diversidade é vista e aos fatores que a fazem ser encarada de uma forma e não de outra. É a partir da visão do que é diferente e do que não é e como ele deve ser tratado que o Estado se organiza para executar determinadas decisões. É exatamente isto que faz de um estudo sobre as representações da diversidade um instrumento fundamental para se entender como o espaço e a sociedade são pensados e geridos.

Este é o objetivo deste capítulo: discutir as formas de uso própria noção de diversidade no território e mostrar como ela tem sido uma questão chave dos Estados-nacionais, ligada intrinsecamente à gestão e ao controle do território. Para entender o funcionamento destas representações sobre a diversidade e como elas se associam direta ou indiretamente à gestão e ao controle, também é necessário analisar como o Estado, através da sua administração pública cria e/ou se apropria das representações sobre o território.

Nesse sentido, o objetivo deste capítulo é também o de compreender e explicar os mecanismos através dos quais a administração pública utiliza representações sobre o território, o grau de importância destas representações para a organização estatal e a

inter-relação entre a transformação/manutenção das representações e a burocracia estatal, utilizando a discussão sobre a valorização da noção de diversidade territorial.

Dividido em três partes, neste capítulo, na primeira discuto a relação entre Estado e território, na qual analiso o território como um fundamento do Estado Moderno, seguido de uma análise mais próxima da relação entre a administração pública e as representações do território como meio de ação e estratégia estatal para domínio e controle territorial. Na segunda parte introduzo a discussão sobre a noção de diversidade territorial e como ela se insere no contexto de formação de alguns Estados. Análise como três Estados - França, Espanha e Argentina - foram colocados frente à questão da diversidade territorial. Nos dois primeiros, a questão da diversidade é marcante na construção do Estado, mas em função de contexto bastante diferenciados, tomou rumos significativamente diferentes. O caso da Argentina é analisado como uma maneira de analisar a experiência de como a questão da diversidade foi colocada em um outro Estado que, a exemplo do Brasil, tendo sido fruto da expansão européia sobre o continente americano, teve no início do século XIX a tarefa de consolidar um Estado e uma nação após os movimentos de independência.

Pretendo com isso estabelecer a base conceitual sobre a qual analisarei como a visão da diversidade territorial foi trabalhada pela administração pública brasileira, mais especificamente pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, durante a instalação e consolidação da república e do sistema federativo no país.

1. Estado e Território

O processo de formação do Estado e da administração pública possui uma base territorial essencial. O exercício do poder sobre o território e sobre os objetos nele contidos é uma das condições fundamentais para a consolidação do Estado moderno, que recorre a diferentes mecanismos, sejam eles violentos ou ideológicos, atuantes no território através da administração pública. A gestão e a representação do território são ações indissociáveis e a forma como o Estado se organiza para gerir seu território deixa marcas na forma como este é representado e vice-versa. Nesse sentido, a produção de um pensamento sobre o espaço e de representações sobre o território têm sido

fundamentais no processo de formação e construção dos Estados, tendo o conhecimento geográfico desempenhado um papel importante como a disciplina diretamente ligada ao pensamento sobre o território. Nesse sentido ainda, a burocracia estatal, sendo um agente de atuação sobre o território, possui também a responsabilidade de produzir e reproduzir representações sobre seu objeto de atuação. É essa discussão que realizo a seguir, promovendo uma primeira aproximação à pesquisa que intenciono empreender.

O território é o fundamento do Estado. Na verdade, a dominação e a gestão do território sempre foram centrais no processo de formação do Estado moderno e condição para sua consolidação, uma vez que todo Estado supõe um território sob sua jurisdição. Foi exatamente a concentração do poder antes disperso em diferentes setores da sociedade e do território que propiciou o surgimento do Estado moderno no final da idade média (HELLER, 1979), poder esse que procurou cada vez mais demarcar os limites sobre o território que dominava.

Em sua tese na área do direito público, Aliés (1980) está preocupado em demonstrar como o espaço se torna projeto do Estado pela mediação da sua administração, uma vez que a administração se torna o elo estruturante entre a sociedade civil e o Estado, produzindo, dessa forma, território. Nesse trabalho, o autor analisa três escolas que lidam de forma diferenciada sobre como a relação entre Estado e território tem sido abordada no pensamento jurídico. As categorias jurídicas nas quais a doutrina incorporou o território se diferenciaram ao longo dos períodos históricos. Segundo a época, o recurso a diferentes concepções do território pode fecundar o pensamento jurídico, exprimindo suas nuances e flexibilidade. O problema então não é de medir a relatividade das definições dominantes do território comparadas àquelas do Estado. O autor examina a validade das explicações por elas mesmas, considerando três escolas: a do território objeto; a do território sujeito; a do território função. Vejamos cada uma delas mais detidamente.

A primeira delas vê o território como objeto do Estado, como a base da sua soberania, uma vez que é sobre o território que o Estado atua. Na verdade, a questão da soberania é fundamental ao Estado Moderno desde a sua criação. Alguns juristas, no entanto, se recusam a ver o Estado como sujeito e o território como objeto e constituem a segunda escola apontada pelo autor. Eles preferem definir o território como um

elemento constitutivo do Estado, com aquele funcionando como sujeito jurídico, ou como um elemento de sua personalidade jurídica. O Estado nessa teoria não é uma pessoa física proprietária do solo, mas a combinação de muitos elementos, pessoas e organização jurídica, onde o território ocupa um lugar original e constitutivo. Uma terceira linha, no entanto, identifica o território não como objeto do Estado, nem como sujeito, mas como função do Estado, uma vez que vê a concepção do território como limite da soberania como insuficiente, já que ela não ajuda a precisar as condições de utilização do território pelo Estado nas suas funções contemporâneas. Nesse sentido, os trabalhos públicos, a regulamentação da propriedade, a exploração das riquezas naturais, a defesa nacional, tudo leva a uma mesma utilização do território, a um território que é meio de ação do Estado, e não simplesmente um lugar geofísico de competência.

Como já havia notado Max Weber, a expansão do que ele chama de poder burocrático esteve inseparavelmente ligado ao desenvolvimento do Estado territorial e da economia capitalista, devido a sua capacidade de coordenação da ação numa vasta área, sua continuidade de funcionamento, seu monopólio de especialização e controle dos processos, sua coesão moral e social internas e seu poder de coerção (WEBER, 1964).

Deste caráter de organizador do território, também deriva, segundo Mann (1992), a autonomia do Estado. Uma das principais características do Estado, negligenciada pelas teorias mais gerais, é o caráter autônomo de seu poder em relação aos agrupamentos de maior poder da sociedade civil, autonomia esta que deriva da capacidade única de prover uma forma de organização centralizada territorialmente.

Na verdade, segundo Mann, podemos encontrar dois sentidos através dos quais o Estado e suas elites podem ser considerados detentores de poder: o *poder despótico*, caracterizado pela extensão das ações que a elite é capacitada a empreender sem a negociação de rotina, institucionalizada, com grupos da sociedade civil; e o *poder de infra-estrutura*, que nos interessa mais de perto, e que representa a capacidade do Estado de realmente penetrar a sociedade civil e de implementar logisticamente as decisões políticas por todo o seu domínio (MANN, 1992: 170).

Alguns dos recursos logísticos que ajudaram o Estado a penetrar efetivamente na vida social ao longo da história são apontadas por aquele autor:

- a) a escrita, que permitiu a transmissão de mensagens padronizadas através do território e possibilitou que fossem codificadas e estocadas as responsabilidades legais;
- b) o estabelecimento de sistemas de pesos e medidas propiciou a troca de mercadorias, sob a garantia última de valor pelo Estado;
- c) a rapidez de comunicação de mensagens e transporte de pessoas e recursos, através de estradas melhores, navios, telégrafos, etc.; além de
- d) uma divisão do trabalho entre as principais atividades do Estado que ele coordena centralmente.

É verdade que essas técnicas não são exclusivas do Estado, mas são por ele apropriadas. No entanto, isso faz com que as sociedades em geral, e não apenas os Estados tenham aumentado seus poderes, acarretando que o poder do Estado não derive de técnicas ou mecanismos que lhe são peculiares. Normalmente o Estado não mantém o controle sobre suas próprias invenções logísticas, como a estatística, por exemplo.

Nesse sentido, Mann coloca as questões: se os poderes infra-estruturais são uma característica geral da sociedade, em que circunstâncias eles são apropriados pelo Estado? Quais são as origens do poder autônomo do Estado? A resposta que o autor dá se desdobra em três estágios: o primeiro relativo à *necessidade* do Estado, o segundo, à *sua multiplicidade de funções* e, por fim, à sua *centralidade territorializadora*, sendo, ainda segundo ele, os dois primeiros identificados pela teoria corrente, mas não o último.

O autor pretende demonstrar que o Estado realmente difere sócio-espacialmente e organizacionalmente dos agrupamentos de maior poder da sociedade civil, pelo fato de que somente ele é inerentemente centralizado em um território delimitado, sobre o qual ele exerce um poder autoritário. Diferentemente dos grupos econômicos e ideológicos da sociedade civil, os recursos da elite estatal se irradiam autoritariamente de um centro, mas param em limites territoriais definidos.

Na medida em que as sociedades necessitam de que algumas de suas atividades sejam centralmente reguladas sobre um território, elas entregam recursos de poder às elites. Entretanto, o uso que o Estado faz dos recursos que lhe foram conferidos gera mais poder do que era a intenção dos grupos da sociedade civil. Na realidade o controle centralizado sobre o território nas mãos do Estado, leva a um grau significativo de autonomia do poder.

Nesse sentido ainda, uma das bases da dominação e do poder de organização sobre o território está na sua integração, cuja necessidade é um dos elementos fundamentais para a afirmação do Estado Nacional. Integrar significa gerir a diferenciação interna. É nesse sentido que o discurso sobre o território assume um papel importante no processo de construção ideológica da nação que sustenta a construção do Estado. Não cabe aqui entrar na longa e intrincada discussão sobre o nacionalismo, mas apenas apontar como o discurso sobre o território, via discurso nacional, foi um dos mecanismos ideológicos mais eficientes encontrados para a afirmação do Estado. Como aponta Elias (1972), no processo de construção da nação, dois processos de integração se destacam: processos de integração territorial ou regional e processos de integração entre estratos sociais. Assim, as sociedades só se caracterizariam como nações na medida em que tanto a interdependência funcional entre suas regiões e seus estratos sociais, quanto seus níveis hierárquicos de autoridade e subordinação, tornam-se grandes o suficiente para que nenhum deles seja capaz de desconsiderar o outro. Nesse sentido, uma das principais preocupações do Estado deve ser a integração de seu território que lhe garanta o domínio sobre este, que por sua vez é garantido através do estabelecimento de um aparato administrativo e ideológico¹². O domínio de fato do território impôs sérios problemas à consolidação do Estado argentino, por exemplo, como será analisado adiante. Apesar da independência precoce, a integração do território e consolidação de Buenos Aires como centro de controle só foi efetivada entre 1890 e 1920, quando as elites regionais se submetem à capital e as populações indígenas beligerantes da Patagônia foram controladas ou exterminadas, até então fora do controle de fato do Estado.

¹² Hartshorne (1950) também já identificava como o principal objetivo do Estado o de unir diversos segmentos sociais e territoriais em um conjunto eficaz. Tal integração poderia ser feita verticalmente no caso dos grupos sociais ou horizontalmente no caso dos grupos territoriais. No entanto, ele acreditava que à geografia política cabia apenas o estudo das integrações horizontais.

Dessa forma, acompanhada da tarefa ideológica de integração do território, de justificar a concentração do poder sobre aquela área comandada por um mesmo centro, também é necessária a construção de todo um aparato administrativo que possa exercer esse poder de fato sobre o território. Aparato este que necessita de representações para ser aceito sob as populações sobre as quais atua. É nesse sentido que o direito divino dos reis justificava a ação de um Estado absolutista e central. É nesse sentido também que em plena Renascença, Maquiavel já nos lembrava da dificuldade de se empreender novas instituições sobre territórios dominados e da necessidade do Príncipe de se fazer crível para conseguir tal intento, seja pela persuasão, seja pela força (MAQUIAVEL, 1996). Veremos adiante como a representação do território e dos objetos nele contidos significa um elemento fundamental no funcionamento da gestão estatal, ao mesmo tempo influenciando e sendo influenciada por esta gestão.

Representação e território

É necessário estar atento para o fato de que ao mesmo tempo em que as representações constituem formas de olhares sobre o mundo, elas dirigem a ação sobre esse mundo. Ao tratar as informações para apreender a realidade, as representações também elaboram condutas de ação sobre essa realidade apreendida. É significativo o fato de que as representações de um dado objeto orientam a forma de ação sobre ele. Conseqüentemente, o que é interessante para a geografia é o fato de que as representações sobre o espaço interferem na forma como os indivíduos interagem com seu território. A ação humana sobre o território está intimamente ligada às representações que os agentes dessa ação fazem, uma vez que os homens não agem em função do real, mas da imagem que fazem dele (CLAVAL, 1997). Nesse sentido, o domínio do simbólico possui um inegável valor explicativo, uma vez que constitui a base das representações que orientam a relação do homem com o espaço (CASTRO, 1997).

O discurso sobre o território, ao estar intimamente ligado ao seu produtor, que por sua vez está imbuído de características culturais ligadas à sua posição em dada sociedade, é capaz de revelar a forma como esse produtor compreende e age sobre este

território. É assim que GUMUCHIAN (1991) aponta para o fato de que dentre todos os materiais suscetíveis de serem incluídos em uma reflexão sobre o espaço e seu gerenciamento, o discurso é certamente um dos mais ricos.

Vários autores, seguindo diferentes correntes, já demonstraram como as formas de representação da natureza no mundo ocidental estão ligadas às atitudes que o homem toma em relação a ela. É bastante comum a identificação de uma mudança radical na compreensão da natureza, que se faz especialmente a partir da entrada em vigor do paradigma mecanicista nas ciências no século XVII e XVIII. Nesse momento, a natureza deixa de ser vista como uma mãe protetora, passando a ser identificada com uma máquina, fato que é acompanhado por uma intensificação da exploração do meio natural, baseado na técnica (MERCHANT, 1992; SIMMONS, 1993; LIVINGSTONE, 1995).

No tocante ao gerenciamento do território, o discurso, como manifestação das representações, torna-se agente primordial para sua compreensão, uma vez que ele reflete diretamente o processo de produção do espaço que se pretende realizar. Gerenciar um território consiste em tomar decisões refletidas sobre a maneira como uma população deve utilizar uma parte do espaço terrestre. As opções de intervenção tomadas se inscrevem numa lógica teoricamente explícita em função de objetivos e de critérios precisamente enunciados, contabilizadas as condições atualmente conhecidas ou previstas a curto prazo (GUMUCHIAN, 1991: 95). No entanto, isso é feito a partir das representações construídas pelos grupos envolvidos nesse gerenciamento, que interferem nas suas concepções do que seria certo ou errado em matéria de gestão a partir de seus interesses envolvidos. Indo mais longe ainda, é possível afirmar que o tipo de conhecimento que se tem sobre um determinado território, a forma com a qual este é representado e as estratégias de intervenção sobre ele propostas compõem uma intrincada rede de relações, que não devem ser postas de lado quando da análise de qualquer projeto ligado à gestão do território.

Um fato que deve ser levado em consideração é que o território será valorizado segundo diferentes grupos, de forma diferenciada em diferentes tempos, em função do relacionamento destes grupos com os objetos existentes nesses territórios. A forma como esse relacionamento se dá, também é mediatizada pela técnica disponível ao

grupo, e pelas práticas realizadas, uma vez que são elas, em grande parte, que organizam o valor e os usos desses objetos no território. No entanto, assumir apenas a técnica como esse elemento mediatizador dessa relação representaria tomar uma posição materialista extremamente reducionista. Elementos como a cultura e a política interferem sobremaneira na valoração dos recursos de um território, que não devem ser negligenciados.

Além disso, mudanças na constituição de determinados grupos podem trazer mudanças de interesses ligados a esse território e conseqüentemente mudanças de representações. Nesse sentido é necessário que se leve em conta quem são os produtores das representações hegemônicas sobre um dado território e na constituição de seus grupos e de seus interesses.

Pierre Bourdieu, interessado na ação política de agentes sociais acredita que essa ação tem como objetivo produzir e impor representações do mundo social capazes de agir sobre esse mundo, atuando sobre as representações dos agentes a seu respeito (BOURDIEU, 1996: 117). Assim, a pré-visão política na verdade seria uma pré-dição que pretende fazer acontecer aquilo que enuncia e a manutenção de seu poder está exatamente na capacidade de se fazer crível.

Ainda segundo esse autor, os grupos dominantes tendem a retaliar qualquer tentativa de instituição de novas representações, uma vez que são os mais interessados na perpetuação de uma *dóxa* com o mundo social, tendente a aceitar como naturais as representações estabelecidas ou negá-las simbolicamente pela afirmação de uma unidade mais alta. Segundo ele ainda, as categorias pelas quais um grupo se pensa, e com as quais ele representa sua própria realidade, contribuem para a realidade desse mesmo grupo (BOURDIEU, 1996: 123). O domínio do aparato estatal por parte desses grupos faz desse aparato um produtor das representações ligadas a esse grupo e o caminho mais lógico para alcançarem a imposição de seus ideais e visão de mundo.

Nesse sentido, o Estado funciona como um elaborador de representações para a sociedade. Para Durkheim (1983: 46) o Estado é definido como sendo um grupo de funcionários *sui generis*, no qual se elaboram representações e volições que envolvem a coletividade, embora não sejam obra desta. Assim, o Estado para Durkheim é um órgão especial encarregado de elaborar certas representações que valem para a coletividade.

Esse caráter de produtor de representações faz do Estado no pensamento Durkheimiano uma entidade de caráter não ligado diretamente à ação mas sim à deliberação, com uma função central que é pensar. Somente indiretamente, por sua administração, o Estado se ligaria à ação.

Trabalhando com o conceito de imaginário, Castro (1995) propõe para a geografia um caminho inverso àquele que têm sido realizado por antropólogos que utilizam valores simbólicos do espaço das sociedades como recurso para compreensão do seu imaginário e conhecimento dos formatos fundamentais de sua organização. Para ela, a geografia pode se apropriar do conceito de imaginário para compreensão das formas de apropriação do espaço pela sociedade. Não cabe aqui traçar um paralelo entre as discussões dos conceitos de imaginário e representação, mas apenas transferir essa discussão sobre imaginário político e território para as preocupações aqui levantadas sobre representação e gestão do território.

As representações produzidas e reproduzidas pelo Estado refletem aquelas associadas aos grupos a ele ligados, que têm na difusão destas representações um dos principais meios de imposição e de perpetuação de sua ordem. Nas representações produzidas pelo Estado o território ocupa um espaço importante, e apesar de Durkheim negar a associação direta e histórica entre Estado e território, mesmo ele a aceita para as sociedades modernas. A natureza e o território desempenham um importante papel nas representações produzidas pelo Estado-Nacional funcionando, ao lado da noção de povo e de nação, como a base a partir de onde este se constrói e se justifica. Assim, é a partir da estruturação dessas representações ligadas aos grupos que estão associados à administração estatal que se constrói a gestão do território por parte do Estado. No entanto, a forma como esses grupos constroem suas representações vai muito além de uma lógica simples e maniqueísta unicamente econômica ou política. Suas representações também são influenciadas por toda a composição de representações da sociedade e a administração pública é estruturada a partir deste conjunto de representações, como veremos a seguir.

Representação e administração pública

Através de sua ação, a administração produz território (ALLIÈS, 1980: 147). Um dos aspectos mais marcantes dessa produção do território diz respeito ao fato de que *ela também se difunde através de representações*. Gestão, controle e representação são ações indissociáveis. Como visto anteriormente, o atuar sobre o mundo requer uma representação sobre este. A eficácia e aceitação da gestão estarão também ligadas à capacidade de aceitação por parte dos atores envolvidos, sejam eles os gestores ou aqueles sobre os quais recai a gestão. Em outras palavras, a eficiência da gestão depende também da aceitação por parte dos grupos envolvidos das razões da intervenção, aceitação esta que pode ser obtida por meios ideológicos ou violentos. Dessa forma, compreender a associação entre representação e o aparato organizado para a ação é capaz de nos fornecer muitas respostas sobre como o mundo é pensado e gerido.

Jean Gottman (1952) utiliza o conceito de iconografia nacional para indicar o conjunto de princípios abstratos e símbolos capazes de manter a unidade de determinadas comunidades e a sua separação das outras. Esta iconografia orienta constantemente atitudes em consideração ao meio físico, como o estabelecimento de tabus, favorecendo certas utilizações. Esta iconografia funcionaria também como um fator de resistência a mudanças, sobretudo aquelas oriundas de contato com outros grupos, que o autor define através do princípio de circulação. Ao se opor à circulação, princípio de movimento, e arraigar determinadas idéias e formas de ação de uma comunidade, se opondo ao que lhe vem do exterior, esta iconografia nacional está ligada à organização da sociedade e suas formas de ação sobre o espaço. Na verdade, Gottman pretende demonstrar como circulação e iconografia estão associados na formação da autoridade política. Nesse sentido, o Estado nacional é um organismo extremamente paramentado de representações ligadas à sua própria necessidade de existência e de ação. Esta representação, no entanto, não é realizada solta no ar, ela depende de elementos para se fazer crível.

A burocracia estatal¹³ tem como função a atuação sobre as populações e o território sob controle do Estado. Ela é o aparelho que reifica as relações sociais e contribui efetivamente para a sua definição. Esta atuação diz respeito também à construção de modelos críveis de organização da sociedade e do território e o poder infra-estrutural do Estado, para adaptar o termo de Mann descrito anteriormente. tende a ser maior na mesma proporção em que a ação de sua burocracia corresponde à estes modelos críveis de sociedade e de território.

Nesse sentido, esta construção das representações do Estado não está ligada a uma lógica puramente interna à administração, mas antes ela necessita ter respaldo na sociedade. Sendo assim, a burocracia não está totalmente livre para criar as representações que bem desejar simplesmente para justificar a sua ação, ela precisa estar baseada nas representações passíveis de serem aceitas pela sociedade, ou procurar construir meios para que a sociedade aceite novas conformações que, nas sociedades democráticas, deve ser obtido por convencimento e não por ações violentas. Dessa forma, muitas vezes ela se baseia em representações já existentes e plenamente aceitas, mas outras, sobretudo em situações de mudança na estrutura do poder que requerem também uma reorganização da estrutura burocrática, cabe a tarefa de transformar essas representações para que elas correspondam às novas formas de ação a serem implementadas.

Outro ponto importante é que a burocracia estatal não é apenas um apêndice, refletindo as decisões que são tomadas nos níveis políticos. É necessário estar atento para a influência da burocracia no planejamento da orientação política que muitas vezes é negligenciada ou mesmo negada. Nesse sentido, concordo com Beetham (1988) que critica a visão do objeto da burocracia apenas como o de por em prática políticas e objetivos já definidos, desprezando a sua contribuição para a formulação inicial desses

¹³ Prefiro referir-me à burocracia utilizando o qualificativo estatal porque, diferente das teorias mais empregadas na administração pública ou na economia política que definem burocracia como a estrutura organizacional própria do Estado ou de atividades fora do mercado respectivamente, baseio-me na definição de burocracia weberiana que identifica a burocracia como um sistema de administração realizado por profissionais treinados de acordo com regras prescritas e, nesse sentido, poderíamos também falar de uma burocracia das empresas privadas, por exemplo.

objetivos¹⁴. Muito além de meros conselhos por parte dos administradores aos políticos encarregados das decisões nos mais altos níveis, numa situação de estabilidade, a força das representações utilizadas pela administração, se enraizadas, podem concorrer fortemente na condução da política. Nesse sentido, as representações sobre o território produzidas pela burocracia não são um mero reflexo dos interesses dos grupos, mas sua capacidade de enraizamento pode mesmo dirigir de certa maneira esses interesses, na medida em que as representações produzidas por eles não revelam apenas como querem que o mundo seja visto, mas também como estes vêem o mundo.

No entanto, em casos de ruptura forte no ambiente político que se reflita também na administração, pode haver o interesse de transformação total dessas representações, que então refletiriam novos interesses, novos modelos de sociedade e de território que se desejaria implantar, mas que, ainda sim, seriam pensados em relação às representações já existentes, mesmo se com o intuito de lhes fazer oposição.

Quanto à formação da burocracia estatal que será aqui analisada é necessário deixar claro a perspectiva adotada. Assim como Angela de Castro Gomes no estudo sobre a formação de novas elites burocráticas no Brasil pós 1920, deve-se vê-la como um segmento que representa ao mesmo tempo os interesses gerais do Estado; seus próprios interesses, ligados à expansão do poder e reprodução; além daqueles dos grupos setoriais externos ao Estado, mas a ele articulados. Desse modo,

"essa é a melhor possibilidade de fugir das armadilhas que encaram a burocracia ou como reflexo e correia de transmissão de interesses de classe e frações de classe *tout court*, ou como grupo "egoísta" alheio a quaisquer outros interesses e valores mais gerais, ou, por fim, como setor "acima" de quaisquer interesses (de classe ou próprios), pairando no que seria uma espécie de reino das virtudes orientadas pela ciência neutra" (GOMES, 1994: 08).

O que proponho então, para compreender a relação entre a administração pública e as representações do território é ir além do estudo das representações do território

¹⁴ "Os administradores, especialmente ao mais alto nível, atuam como conselheiros dos políticos sobre política. E como têm geralmente a vantagem sobre um ministro de uma maior experiência e conhecimento na área política, pelo menos coletivamente, os seus conselhos podem ser fundamentais para a determinação do conteúdo dessa política."(BEETHAM, 1988: 73).

como um mero reflexo dos interesses dos grupos envolvidos na representação, como uma mera justificativa para as suas formas de ação, como se procurássemos nas representações os interesses escondidos dos grupos. Proponho ver as representações do território como algo que, ao mesmo tempo em que é capaz de ser influenciado por esses interesses, também é capaz de influenciá-los. Não tratarei as representações do território como um mero joguete consciente dos grupos dominantes para impor suas estratégias que teriam uma justificativa final política e econômica, mas como algo capaz de influenciar essas estratégias. Na verdade, a equação não é simplista, é necessário ver não apenas como os interesses políticos e econômicos dos grupos envolvidos na gestão influenciam nas representações sobre o território, mas também como as representações influenciam nesses interesses para se chegar a compreender a relação entre a representação e a gestão.

É nesse sentido que verei a estrutura montada pela administração também como um reflexo da forma como a realidade é representada e não apenas como fruto do *interesse dos grupos que têm acesso ao aparelho estatal*, uma vez que estes interesses também estão ligados a estas representações sob as quais não detêm total controle. Esta estratégia de análise é importante sobretudo para a compreensão da dinâmica das transformações das representações territoriais.

No entanto, é necessário verificar como funcionam essas representações, quais são os meios que a administração detém para veiculá-las e como elas se materializam na ação sobre o espaço. A ação da burocracia estatal nas democracias modernas é baseada em uma série de estudos e relatórios que se pretendem os mais sérios e objetivos possíveis. No entanto, eles estão intimamente associados à visão de mundo e interesses daqueles encarregados de sua confecção ou para quem são feitos.

Nesse sentido, relatórios, descrições, divisões, mapas, inventários estatísticos, censos, etc. não constituem um mero reflexo do mundo objetivo, mas estão diretamente relacionados à construção do mundo que descrevem. Além de refletirem as idéias de quem os produziu, eles têm como objetivo produzir uma forma de conhecimento sobre o mundo que será a base para a ação sobre este. Ao fundamentar a ação da administração pública estes objetos constituem um excelente elemento de análise para se compreender

as estratégias de ação que envolvem a administração estatal e sua lógica de fundamentação.

Vários autores também já demonstraram como os mapas, uma ferramenta historicamente fundamental das administrações para gerir e reproduzir visões sobre o território, longe de uma visão objetiva do mundo são na verdade uma forma de representação (MONMONIER, 1993; HARLEY, 1995) afinal, um mapa do império não é o império, para utilizar a conhecida alusão ao texto de Jorge Luis Borges.

A utilização dos mapas, como veículos de representações do território é talvez o mais conhecido dos instrumentos adotados pela administração para ação. Entretanto, existe uma série de outros instrumentos utilizados e/ou produzidos pela administração pública nos quais essas representações sobre o território e os objetos nele contidos são veiculadas, algumas vezes de formas tão ou mais eficientes que nos mapas.

Silvana Patriarca (1996) estudando a Itália do século XIX mostra a utilização da estatística como uma espécie de pedagogia nacional, trazendo informações aos cidadãos sobre o bem coletivo que é o território. O censo também representa uma forma de classificação genérica dos indivíduos. Classificação esta que, ao sabor do critério utilizado, ao mesmo tempo em que ressalta algumas diferenças silencia sobre outras formas possíveis de diferenciação. É nesse sentido que compreender a estratégia de formação dessas classificações e como essas divisões são formadas podem nos fornecer muitas explicações sobre a relação entre representação e ação, da qual o território não está excluído, uma vez que todas essas informações existem em relação a espaços delimitados.

Em pesquisa anterior (RIBEIRO, 2001) demonstrei como os relatórios apresentados periodicamente pelos presidentes de província e depois de estado no Brasil da virada do século XIX para XX, pretendidamente objetivos, estão impregnados de representações sobre o território e a natureza no intuito de justificarem a ação que é levada a cabo; mostrando também como estas representações e ações levaram à justificação de novas divisões e novas formas de ver o território que acabam depois sendo naturalizadas. A pesquisa demonstrou como a região nordeste emergiu das discussões empreendidas a partir da grande seca de 1877, quando a natureza das províncias, posteriormente estados, afetados pelo fenômeno começou paulatinamente a

ser vista como algo constituindo um conjunto diferenciado do restante do país pela administração pública.

Este conjunto de elementos que embasam e justificam as estratégias de ação do Estado são capazes de nos fornecer uma visão de como o território é visto pelos quadros estatais e como esta visão está ligada à ação. A forma como a administração se organiza, suas divisões em autarquias, superintendências e toda a sorte de organizações, bem como sua forma de distribuição no espaço está também ligada a forma como o território é representado. Nesse sentido, além do material e estudos que embasam a ação da administração, a própria forma de estruturação dessa administração é um elemento revelador dessas representações e da forma como elas são utilizadas.

Estudando as representações do território francês durante as discussões sobre a nova divisão do território após a revolução de 1789, Marie-Vic Ozouf-Marignier (1989) mostra como este novo empreendimento revelava os ideais da revolução. No entanto, o processo e a análise não são simples. A autora mostra uma grande multiplicidade de intenções, muitas vezes opostas, que se baseavam na forma como o território e a ação sobre este eram vistos. Assim, a compreensão das representações existentes pode nos fornecer explicações sobre como a ação sobre o território é efetivada. Na medida em que o Estado é um órgão encarregado de lidar com a diferença, a forma como esta diferença é encarada e as estratégias de intervenção sobre o diferente merecem um destaque especial. É essa discussão que empreenderei a seguir.

2. A diversidade como questão

Até agora procurei demonstrar como a forma de representação de um território, mesmo realizada a partir de uma instituição como o Estado vai muito além do que seria uma descrição "objetiva" dos elementos que compõem o espaço. Apontei também a função e a importância destas representações no funcionamento do Estado e na gestão do território. Nesta seção demonstro como as próprias noções de diversidade/unidade e heterogeneidade/homogeneidade que desempenham um papel importante na construção dos Estados Nacionais, são também um construto variável segundo os interesses e capacidade de quem constrói a representação. Longe de ser um termo objetivo, as

noções de diverso e de diferente são socialmente construídas e estão carregadas de subjetividade e de variações que interferem na forma como a ação é tomada. Nesse sentido, inicialmente discuto a própria noção de diversidade, para em seguida ver diferentes exemplos de como a questão da diversidade tem sido trabalhada em diferentes Estados-nacionais.

(In)Definindo Diversidade: diversidade como construção do diferente

"Depuis longtemps les géographes ont cherché des principes de classifications des divers pays et des régions du globe: ils ont rarement trouvé des principes qui fussent généralement applicables et acceptables; ils ont pourtant dû s'essayer à des systèmes de classement. Il y a ainsi parmi les formes du terrain des plaines, des plateaux et des montagnes. On a bien du mal à distinguer en certains cas plaine et plateau, en d'autres plateaux et montagne. La nature comporte tant de forme diverses, tant de subtiles transitions, tant de variété! Il en est de même pour les climats: on peut encore s'étendre, non sans mal, sur la définition de ce qu'est un climat froid et un climat chaud, mais si l'on quitte un instant de domaine assez simple de la température, il devient bien plus difficile de dire ce qu'est un climat humide et où commence et s'arrête le climat aride. Que l'on passe ensuite au domaine bien plus complexe et plus nuancé de l'économie et de la politique, comment pourra-t-on définir un État fort d'une part, un État faible de l'autre? Une nation riche est-elle aisée à distinguer d'une nation pauvre? Et quels degrés conviendrait-il de distinguer dans ce notions de force et de richesse? Travail d'Hercule, toile de Pénélope que ce genre de recherches. Et pourtant la chose existe. Les États et les nations se différencient bien par des degrés de puissance et de moyens économiques. Ces différences régissent même les relations internationales et, en fonction de ces situations, que la géographie contribue à décrire, on élabore les politiques." (GOTTMANN, 1952: viii)¹⁵

¹⁵ "Há muito tempo os geógrafos procuram princípios de classificações de diversos países e regiões do globo: eles raramente encontraram princípios que fossem aplicáveis e aceitáveis de uma forma geral; no entanto, eles tiveram de tentar diversos sistemas de classificação. Existe assim, entre as formas do terreno planícies, planaltos e montanhas. Temos dificuldade de distinguir em certos casos, planície e planalto, em outros, planalto e montanha. A natureza comporta tantas formas diversas, tantas transições sutis, tanta variedade! Ocorre o mesmo com os climas: nós podemos ainda nos dedicarmos, com dificuldade, sobre a definição do que é um clima frio e um clima quente, mas se deixarmos um momento o domínio simples da temperatura, se torna bem mais difícil de dizer o que é um clima úmido e onde começa e termina um clima árido. Passando em seguida ao domínio bem mais complexo e nuancado da economia e da política, como poderíamos definir um Estado forte de um lado, e um Estado fraco por outro? Uma nação rica é fácil de distinguir de uma nação pobre? Em quantos graus é conveniente a distinção dessas noções de força e de riqueza? Trabalho de Hércules, teia de Penélope são esses gêneros de pesquisa. No entanto a coisa existe. Os Estados e as nações se diferenciam por graus de potência e meios econômicos. Essas diferenças regem mesmo as relações internacionais e é em função dessas situações que a geografia contribui a descrever que são elaboradas as políticas."

A noção de diversidade ligada ao espaço, seja ela territorial, paisagística, natural, entre outras, tem sido utilizada sem muita preocupação conceitual seja pelo senso comum, seja mesmo por geógrafos. A questão do estabelecimento da diferença é fundamental à ciência moderna e em especial à geografia. Apesar de sua utilização ser corrente, na maioria dos casos algumas questões que poderiam auxiliar um melhor entendimento da noção não são colocadas. Como se mede o grau de diversidade de um território? Afinal, o que é diversidade territorial? Um território diverso seria aquele constituído por diferentes unidades espaciais com alguma coesão interna em cada uma (poderíamos estar falando aí de diferentes regiões), ou é simplesmente um território com uma grande variedade de elementos dispostos sem constituírem necessariamente subconjuntos, ou seja, não regionalizáveis? Qual é a medida utilizada para diferenciar um território homogêneo de um território heterogêneo? Essas são algumas das questões que precisam ser postas antes de avançarmos na compreensão da discussão sobre a diversidade territorial, sem as quais o termo permanece desprovido de qualquer sentido. Adiantando um pouco a discussão posso afirmar que a principal característica da noção é capacitar quem representa a ver ou não a heterogeneidade/homogeneidade através das categorias que constrói, já que esta é uma noção construída e dependente de sistemas de classificação e do que se considera diferente e o que se considera igual. Veremos adiante.

A questão do estabelecimento e classificação das diferenças foi um dos alvos preferenciais dos geógrafos. Apesar da pouca atenção com o uso do termo, historicamente ele em suas diferentes variações sempre constituiu um elemento fundamental do pensamento geográfico. A preocupação com a diferenciação dos espaços funda a geografia. A descrição do mundo, de espaços diferentes marca os relatos geográficos desde Heródoto. A preocupação de fazer um relato do mundo exterior, de compará-lo ao mundo conhecido provoca desde então um grande interesse pelo saber geográfico.

A expansão do capitalismo durante o século XIX fez da geografia e de seus relatos sobre os novos mundos um saber estratégico. Assim como à etnografia cabia a descrição dos diferentes povos, à geografia cabia a descrição dos diferentes espaços.

Além disso, a necessidade de afirmação de uma identidade nacional no processo de consolidação dos Estados modernos fez da geografia um saber também importante para a procura dos elementos do território capazes de unir a população em torno de ideais comuns e de diferenciá-la do "outro". Foi exatamente a necessidade de formação de professores de geografia para o ensino primário e secundário, cujas funções seriam a de inculcar uma idéia de identidade nacional e de promover um conhecimento sobre o império colonial, que deram um grande impulso à institucionalização da geografia universitária na segunda metade do século XIX, após um período de certa decadência e de perda de espaço para outras disciplinas (CAPEL, 1996). A criação desta identidade era feita a partir do reconhecimento do que fazia de cada nação um elemento único. Neste sentido, a procura por uma identidade nacional era também a busca do que era homogêneo em "nós" e no que somos diferentes em relação aos "outros", era então uma atividade de construção da diferenciação. Nesse sentido, seja pela ação das sociedades de geografia que patrocinavam explorações em áreas menos conhecidas, notadamente na África, mas também na Ásia, Américas e Oceania, seja pela valorização do caráter nacional enfatizado pela geografia escolar, o saber geográfico nessa perspectiva é uma busca pelo que é heterogêneo e o que é homogêneo no espaço.

Nesse sentido, a geografia regional, seja a desenvolvida na França sob regência de Vidal de La Blache, seja a desenvolvida nos Estados Unidos sob diferentes matrizes também fazia da questão da identificação do diferente e do parecido uma característica central da disciplina. A atividade de classificação, objetivo da geografia regional, é em última instância a atividade de identificação segundo critérios estabelecidos daquilo que é igual é daquilo que é diferente.

Os estudos regionais no sentido vidalino, ao procurar a identidade das regiões, ao procurar ser caráter único, operam uma diferenciação com aquilo que é exterior às regiões estudadas, mesmo que esta exterioridade não esteja implícita no estudo. A tarefa de classificar e de agrupar espaços em unidades coerentes fez da geografia regional o campo onde a preocupação com a busca pelo que é parecido e pelo que é diferente, pelo homogêneo e pelo heterogêneo era um dos focos principais de seu interesse.

O estabelecimento de uma região exige a diferenciação de um determinado espaço dos demais. No entanto, a geografia tradicional sempre teve problemas para

trabalhar com termos como diversidade e variedade¹⁶. Apesar da importância da diferenciação dos espaços para a geografia, o termo diversidade na maior parte das vezes foi evitado ou utilizado sem maiores cuidados.

A ruptura com essa geografia que F. Schaefer no início da década de 1950 chamou de *exceptionalista* (SCHAEFER: 1996) provocou uma mudança nessa orientação. Ao criticar a procura pelo único e o método *idiográfico*, Schaefer acreditava que a única forma da geografia ser considerada ciência era ir além da descrição e da classificação, passando à explicação e à formulação de generalizações capazes do estabelecimento de leis espaciais. Suas críticas direcionadas sobretudo a Hartshorne, o principal autor americano identificado com a tese *exceptionalista*, animaram um debate sobre a cientificidade da geografia que serviu de base para o desenvolvimento de uma nova corrente que se afirmaria como o *mainstream* geográfico nos anos vindouros. A "Nova Geografia" que nasce, primeiro em algumas universidades americanas e que viria a trazer a "revolução quantitativa" tem na procura de leis, na procura de uma ordem geral das coisas sua principal preocupação.

Uma reação a esse movimento viria na "geografia crítica" que chega ao Brasil por volta da década de 1970. Nesse sentido, na tradição da crítica marxista, o trabalho de Neil Smith (1988) sobre o desenvolvimento desigual tentava criar uma meta-teoria para a explicação das diferenças entre os espaços, tendo o materialismo histórico como base.

A crescente discussão sobre o pós-moderno e sua valorização da diferença, do único e do particular tem trazido novamente à pauta da geografia a questão da diferenciação de áreas, se bem que num contexto e arcabouços teóricos distintos daquele de Hartshorne (GREGORY: 1996). O pós-modernismo invade a geografia

¹⁶ "Cet espace géographique est bien entendu varié. encore que cette 'variété' soit difficile à définir pour certaines zones très vastes: dans quelle mesure la haute mer est-elle variée dans les climats chauds? Un navigateur abandonné sur un esquif, hors de vue des côtes, en plein Océan Pacifique ou Atlantique, pourra-t-il constater la variété des zones que l'esquif pourrait traverser sous la poussée des vents et des courants? Dans quelle mesure peut-on parler encore de la variété de l'air? (...) Variété est un caractère important, il ne nous paraît pas être un qualificatif satisfaisant de l'espace géographique." (GOTTMANN, 1952: 04). "Esse espaço geográfico é variado, ainda que essa variedade seja difícil de definir para certas zonas muito vastas: em qual medida o alto-mar é variado nos climas quentes? Um navegador abandonado sobre um barco, fora da visão do litoral, em pleno oceano Pacífico ou Atlântico, poderia constatar a variedade de zonas que o barco poderia passar empurrado pelos ventos e pelas correntes? Em qual medida podemos falar ainda da variedade do ar? (...) Variedade é um caracter importante, ele não nos parece ser um qualificativo satisfatório do espaço geográfico. "

anglo-saxônica no final da década de 1980 e induz a produção de uma grande massa de reflexão sobre as diferenças e faz com que os chamados *Feminist Studies* ou *Gender Studies*, *Gay and Lesbian Theories*, e ainda as *Post-colonial Theories* se tornem correntes numa geografia de língua inglesa¹⁷. No entanto, os estudos das diferenças estão, nesses casos, mais preocupados em como as diferenças sociais engendram os territórios. Nesse sentido, a preocupação central, na verdade é com a diferenciação social.

Assim, ainda baseado numa perspectiva marxista e preocupado com conceitos como justiça social, e na construção de um materialismo histórico-geográfico, mas já adotando conceitos e idéias em voga na discussão sobre a pós-modernidade, David Harvey procura a sua geografia da diferença (HARVEY: 1996). Segundo ele, é necessário construir formas críticas para pensar como são produzidas as diferenças ecológica, cultural, econômica e social, mas também é necessário criar condições para que se julgue a justiça/injustiça dessas diferenças. O argumento principal que adota é o de que as diferenças espaciais e ecológicas não são apenas constituídas por, mas constitutivas daquilo que chama de processo sócio-ecológico e político econômico.

Harvey sustenta parcialmente o argumento realitvista, mas é contrário ao que chama de "um novo idealismo" no qual o discurso e o pensamento são tidos como únicos fatores importantes, acreditando que a redução de tudo a fluxos e circulação e a conseqüente ênfase na transitoriedade de todas as formas e posições tem seus limites. Enquanto o autor aceita o argumento geral de que processos, fluxos e circulação deveriam ter uma certa prioridade ontológica no entendimento do mundo, ele também insiste de que esta é exatamente a razão de que se deveria dar mais atenção ao que ele chama de "permanências" que nos envolvem e que nós construímos para ajudar a solidificar e dar sentido às nossas vidas.

Podemos então entender diversidade territorial como um termo vasto que, apesar de nunca ter sido definido como um conceito da geografia, sempre teve seus correlatos diferença entre e no território como objetos da geografia acadêmica. No entanto, a incapacidade de criação de uma conceituação acadêmica para o termo, a despeito de sua

¹⁷ Para uma avaliação francesa de essas correntes anglo-saxônicas ver: STASZAK *et al.* (2001).

grande utilização pelo senso comum, mas também no meio universitário, permite que ele seja utilizado das mais diferentes formas, servindo aos mais diferentes interesses.

Um dos raros esforços no sentido de dar uma definição à noção de diversidade na geografia foi realizado recentemente por Lévy (2003). Para este autor, a palavra diversidade significa a relação entre o nível de heterogeneidade das realidades copresentes num dado espaço e aquele existente num espaço englobante que serve de referência. Nessa perspectiva, a visão da diversidade sempre é feita a partir da comparação com um espaço exterior.

A adoção de um ponto de referência para o estabelecimento do grau de diversidade de um território é uma tentativa de conferir objetividade ao termo. A diversidade, através dessa abordagem, se constrói então a partir da comparação, a partir de um referencial. No entanto, mesmo encontrando uma definição aparentemente satisfatória para o termo, ele não elimina a sua fluidez. Ao depender de comparações com outros espaços, um mesmo território pode ainda ser considerado, ao mesmo tempo com grande ou pequena diversidade, dependendo do referencial adotado. Nesse sentido, sua avaliação fica dependente da escolha do referencial.

Uma outra questão importante referente à diversidade no território diz respeito ao próprio conceito de território, na medida em que este engloba todos os elementos constitutivos de um espaço delimitado. Sendo assim, quais são os elementos relevantes para a delimitação da diversidade em um dado território ou, para utilizar ainda a expressão de Jacques Lévy, que realidades copresentes seriam levadas em consideração? Esse autor afirma que esta diversidade se aplica a toda espécie de realidade - social, econômica, política, etc. - e a partir de cada uma dessas categorias seria permitido caracterizar o grau de semelhança entre os espaços. Nesse sentido, a delimitação da diversidade dependeria também da categoria escolhida, ou seja, podendo ser ainda altamente variável para um mesmo território, mesmo que se adotasse sempre o mesmo referencial.

Uma solução a essa questão poderia ser dada afirmando que um território diverso é aquele composto por diferentes unidades espaciais, por diferentes regiões com alguma coesão interna entre cada uma capaz de diferenciar as unidades umas das outras

dentro de um mesmo território, mas isso se a delimitação dessas unidades também não fosse o fruto de uma classificação, dependente da escolha de diferentes variáveis.

Nesse sentido, a definição de um conceito de diversidade do território objetivo e unívoco é impossível. Ele está amarrado à escolha das categorias e à valorização de uma categoria em detrimento de outras. Assim, é a partir de escolhas e da categorização do que é diferente e o que não é que a questão da diversidade deve ser encarada, assumindo a subjetividade inerente ao termo.

Acredito que uma definição muito mais próxima do ponto de vista deste estudo seria encarar a diversidade como a visão do grau de variação do diferente. Nesse sentido, ela é intrinsecamente amarrada à visão do diferente, uma visão já altamente subjetiva¹⁸. O termo diferente é dotado de uma grande ambivalência, agravada por sua pseudo-neutralidade, uma vez que nem todas as diferenças são iguais, nem igualmente interessantes (LORIAUX, 1992). Nesse sentido, a noção de diversidade está intrinsecamente ligada à forma de ver a diferença. É em função daquilo que se considera diferente que estabelecemos uma categorização para avaliar o grau de diversidade de alguma coisa.

Desse modo, através dessa perspectiva, uma análise mais acurada sobre como a noção de diversidade de determinados territórios é construída nos permite enxergar como a diferença é vista e trabalhada, quais os elementos considerados importantes no estabelecimento dessa diferenciação que embasam esta construção e também quais os motivos que levam à escolha de determinadas categorias para o estabelecimento da diferenciação.

Além disso, ao transportar esta questão para a problemática da gestão do território e da construção dos Estados Nacionais, e vendo o Estado nacional como tendo uma função de gerir a diversidade que existe em seu território a forma como a diversidade é abordada e como a idéia de diferença é construída e/ou anulada se transforma numa questão fundamental.

É nesse sentido que a construção e a gestão da visão da diferenciação interna e externa é crucial para os Estados, visões estas que puderam evoluir em contextos

¹⁸ Não cabe aqui entrar na discussão filosófica sobre a diferença que remonta à Grécia clássica, mas apenas indicar a sua importância para a compreensão da noção de diversidade.

bastante distintos uns dos outros. Veremos adiante como alguns Estados nacionais resolveram esta questão.

3. Diversidade territorial e construção do Estado Nacional: alguns exemplos

Nesta seção analisarei a relação entre o processo de construção do Estado e como se construíram as visões hegemônicas do território em três casos específicos: França, Espanha e Argentina. São tomados três Estados ocidentais que se constituíram em contextos bastante diferenciados entre si. Com isso, procurarei mostrar como a idéia de diversidade territorial foi apropriada de diferentes formas em diferentes contextos. Esses exemplos servirão como base para comparações e melhor entendimento do caso brasileiro que será analisado posteriormente.

França

A idéia de unidade na diversidade há muito é cara à formação de uma identidade francesa. A França constrói sua identidade a partir da idéia de diversidade territorial. Nesse sentido, as obras de Michelet e de Vidal de la Blache foram elementos fundamentais na construção dessa identidade reforçada um pouco mais tarde pelo trabalho de Fernand Braudel. A idéia presente em todos esses trabalhos é exatamente o de que um dos elementos fundamentais da identidade francesa, e que faz a França ser única diante de outras nações é a coexistência harmoniosa de uma grande diversidade de culturas e de paisagens.

No entanto, a França representa também um dos modelos mais conhecidos de administração estatal centralizada no mundo¹⁹. Essa coexistência entre a idéia de diversidade como um elemento fundamental do olhar para si mesmo e uma

¹⁹ É significativo, no âmbito dos objetivos deste trabalho, compreender como todas estas representações sobre a diversidade territorial surgiram num Estado que é tido como modelo de Estado centralizado no mundo, ao passo que no Brasil, como veremos adiante, foi o Estado monárquico centralizador um dos principais elementos que impedia a visão de um território mais diverso.

administração altamente centralizada já incentivou alguns trabalhos. Para Hervé Le Bras e Emmanuel Todd (1981), o Estado francês é forte justamente porque ele deve assegurar a sobrevivência de um sistema antropológico descentralizado. Segundo esses autores, a República Una e indivisível abarca cem tipos distintos de estruturas familiares, cem modelos de comportamento absolutamente independentes uns dos outros, na qual o Estado forte representa a forma de controle encontrada para esta grande diversidade.

Os autores desenvolvem a tese de que a França tem medo da antropologia. Primeiro, da antropologia física, que mostrava a inferioridade de povos misturados e sobretudo, a inferioridade dos franceses, frente aos alemães. Com a antropologia cultural e social a resposta também foi a mesma, na medida em que elas se dedicaram ao estudo da diferença. Foi desse modo que enquanto a antropologia cultural americana e a antropologia social britânica faziam o inventário das diferenças, a etnologia francesa fazia o inventário das semelhanças (LE BRAS e TODD, 1981: 17).

Esses autores vêem o Estado francês em suas diferentes fases como uma instituição que em vários momentos contribuiu para a diminuição dessa diversidade. Assim, uma união maior foi forjada nos últimos séculos e a modernização, ao mesmo tempo em que permitiu dar mais força ao Estado, contribuiu para nuançar essa diversidade em vários níveis.

No fim do século XVIII a revolução transforma o sistema. Ela fabrica uma unidade administrativa e jurídica perfeita, sem equivalente no mundo. Ela divide a França em departamentos de tamanhos comparáveis e propõe ao país um código civil único, lógico e exaustivo. O século XIX é a época da unificação cultural. Entre 1800 e 1900 o conjunto da nação aprende a falar francês que até então possuía sua circulação como língua corrente a partes restritas do território. No século XX ocorre a unificação econômica e a França descobre a homogeneidade na prosperidade. A elevação do nível de vida tira as províncias da miséria (LE BRAS e TODD, 1981: 82).

Nesse sentido, o Estado é centralizado, justamente para lidar com essa grande diversificação e haveria um conflito intrínseco entre o Estado e a diversidade no qual, apesar do grau de diferenciação interna ainda ser elevado, este tem sido paulatinamente diminuído em detrimento do crescimento do poder do Estado. Essa interpretação faz crer que, pelo menos no caso francês, a diversidade tem sido vista como um empecilho

para o Estado. Desse modo, essa abordagem difere de uma grande parte de outros trabalhos que identificam uma perfeita harmonia entre o Estado e a diversidade francesa, mas continua vendo a diversidade como algo objetivo e inquestionável, tal qual os trabalhos que fazem da diversidade a "alma" da identidade francesa, dos quais um dos mais significativos é o estudo de Fernand Braudel, como veremos adiante.

Fernand Braudel (1986), ao procurar quais os elementos que conferem identidade à França, parte de uma constatação de que a França é positivamente heterogênea em vários aspectos e que essa heterogeneidade não é uma construção da sociedade e do Estado Francês após sua constituição, mas ela é algo quase que natural.

Para Braudel, a diversidade francesa existe realmente e é maior do que em outros países. Partindo então do pressuposto de que a França é realmente diversa, de que não se trata de uma maneira de ver, mas de um dado real, o autor passa a procurar as causas dessa diversidade. É dessa forma que ele estuda a geografia física da França. Após fazer uma longa descrição do relevo e do clima do país, Braudel conclui que o espaço físico teria um aspecto fundamental para a diversidade da França que não teve para outros países. Ele compara, por exemplo, a grande variedade de paisagens da França com o que considera a monotonia da paisagem de grandes regiões da Escandinávia ou do Brasil para concluir que, diante dessas regiões, a França possui uma diversidade muito maior.

Ainda para Braudel, além do aspecto natural, a diversidade de economias regionais também ajudaria a explicar a diversidade francesa. Um aspecto importante levantado pelo autor está na resistência local à centralização do governo de Paris. Isso ajuda a explicar como, mesmo tendo um governo altamente centralizador, a França manteve a diversidade interna.

Além disso, para o autor, uma das principais causas da grande diversidade em que vive a França era o fato de que há tempos atrás, as distâncias eram muito maiores do que são hoje em dia e o isolamento contribuiu para a diversificação cultural.

"La diversité est donc fille première de la distance, de l'immensité qui a préservé tous nos particularismes, venus du fond des âges. Mais, à son tour, cette diversité de longue durée a été une force de l'histoire. Je crois, en effet, dur comme fer, que la division ancienne du pays, sa somme

d'isolements, a avantage toutes les tentatives de domination, aussi bien locales que générales. Si la superstructure dominante pousse, s'étend si vite, c'est qu'elle ne rencontre pas, à sa hauteur, d'obstacle décisifs, de résistances bien groupées. Quand la monarchie a réalisé ses annexions, c'est au plus une province, ou même une partie de cette province qui s'est soulevée contre elle; elle a mené ses combats un à un, sur tel point du territoire... De même, sous la Révolution, la révolte girondine (1793) s'étale sur bon nombre de départements, mais en surface; elle n'atteint pas les populations en profondeur; le Nord et l'Est, où sont les armées, ne bougent pas. Plus que la perversité du multiple, c'est l'indifférence, l'inertie du multiple qui favorise les querelles politiques, sociales et religieuses de la France, où qu'elles s'enflamment."(BRAUDEL, *op. cit.* p.115)²⁰

Nesse sentido, Braudel passa uma longa parte do trabalho explicando a ocupação da França e utiliza a diferenciação entre burgos, vilas e cidades para mostrar as diferentes formas de inserção dessas unidades no país. Cada uma delas se inseria de uma forma, bem como suas relações com o poder central eram diferentes, por isso também houve a diversificação. Por outro lado, é essa rede de ligações que confere unidade à França, que segundo ele, ela não é obra dos seus reis, mas se fez sozinha.

Quanto às razões da construção de uma unidade em meio a tanta diversidade, o autor questiona aqueles, dentre eles Vidal de La Blache, para quem a França deve sua unidade sobretudo por ter sido o caminho entre as comunicações do Mediterrâneo com o Atlântico Norte, o chamado " istmo francês". Braudel mostra que essa circulação entre o norte e o sul não era tão importante para o espaço francês, e que a França nem mesmo era a rota principal dessa circulação, que tinha como opção melhor, partir da Itália, cruzar os Alpes e seguir pela Alemanha até o Mar do Norte. É verdade que ele não nega a existência dessa circulação, mas afirma que ela não teve o papel tão preponderante na formação da unidade francesa. Para ele, essa unidade foi construída a

²⁰ A diversidade é então filha primeira da distância, da imensidão que preservou todos os nossos particularismos, oriundos do fundo das eras. Mas, por seu lado, essa diversidade de longa duração foi uma força da história. Eu creio de fato que a divisão antiga do país, sua soma de isolamentos, facilitou todas as tentativas de dominação, tanto locais quanto gerais. Se a superestrutura dominante pôde se estender tão rápido, é porque ela não encontra, a sua altura, obstáculos decisivos, resistências bem agrupadas. Quando a monarquia realizou suas anexações, era no máximo uma província que se sublevoou contra ela; ela levou seus combates um a um, sobre tal parte do território... Da mesma forma, sob a Revolução, a revolta girondina (1793) se instalou em um bom número de departamentos, mas em superfície; ela não tomou a população em profundidade; o Norte e o Leste, onde estava o exército, não se mexeram. Mais do que a perversidade do múltiplo, é a indiferença, a inércia do múltiplo que favorece as querelas políticas, sociais e religiosas da França, onde quer que elas se inflamem".

partir do centro, Paris, englobando aos poucos as diferentes partes do que hoje é a França.

Nesse sentido, para Braudel a consolidação do Estado francês é um evento político bastante posterior à formação dessa diversidade e que por isso mesmo, para garantir a sua soberania precisou saber lidar com isso. As drásticas reformas administrativas implementadas após a Revolução de 1789 representam bem este exemplo.

Uma crítica que pode ser feita a este tipo de estudo é o fato de que todos esses trabalhos que se preocupam com o estabelecimento da identidade francesa a partir da questão da diversidade, a tratam como uma noção objetiva, como inquestionável e não como algo construído, como uma representação que possa ser questionada. A questão que é colocada nesses trabalhos, não é se a França é diversa, ou como se construíram essas representações, mas como essa grande diversidade pôde ser formada e quais as suas implicações para a nação e o Estado francês. Nesse sentido eles reificam a noção de diversidade francesa e funcionam como um reforço à constituição da identidade nacional a partir da idéia de diversidade.

O importante dessa discussão sobre o caso francês é apontar como a idéia de diversidade é trabalhada e como ela coexiste ainda hoje com uma administração estatal altamente centralizada. Apesar da brevidade da discussão, alguns pontos de comparação com o caso brasileiro podem já ser levantados que podem nos ajudar a explicar a diferenciação com as formas como as representações da diversidade foram construídas no Brasil.

No caso francês, o Estado central se consolida a partir de um emaranhado de poderes e de estruturas e uma série de representações prévias do território que fez com que este tivesse que se articular com essas representações e transformar a diversidade não num empecilho mas num forte elemento de sua identidade. O processo de formação do Estado brasileiro será melhor analisado nos capítulos seguintes, mas a partir da análise do caso francês, pode-se adiantar que, diferente da França, o Brasil, no momento de sua independência política, herda um Estado altamente centralizado num território que havia sido ocupado anteriormente por populações indígenas que não haviam construído marcos físicos importantes no território e, portanto, com uma história

fácilmente apagada e/ou reconstruída. Além disso, boa parte do território era ainda desconhecida pelo Estado e, nesse sentido, aliada à pequena capacidade de resistência das representações das populações que ali viviam, pôde ser mais facilmente "moldado". Nesse sentido o Estado Imperial centralizador brasileiro possuiu uma liberdade de construção das representações que justificaram sua atuação muito maior. Dessa forma, a diversidade passa a ter uma outra conotação, passa a ser vista de uma outra forma, como veremos posteriormente. Passemos agora a uma breve análise da problemática da diversidade para o Estado espanhol.

Espanha

Diferente da França, onde o Estado centralizador conseguiu se impor sobre os localismos e regionalismos e sua propalada diversidade não impõem hoje grandes desafios à ordem institucionalizada, tendo sido mesmo apropriada como um elemento de identidade do Estado-nacional, a Espanha é um caso bastante diferente. A diversidade, que se pretende ser maior na França e que não lhe tem criado grandes questões e disputas internas, na Espanha ganha uma outra dinâmica política e identitária. Neste país os localismos e regionalismos representam um verdadeiro desafio à consolidação e soberania interna do Estado, que pode ser visto presente ainda hoje nas disputas separtistas de determinados grupos.

O atual mapa político da Espanha é fruto de diversas reformulações e discussões, nas quais se destacam a divisão provincial de 1833 e a redivisão administrativa de 1975 (GARCIA ALVAREZ, 2002). Reformar a divisão política para promover a unidade do território espanhol já era um dos objetivos da comissão encarregada de elaborar a divisão territorial de 1833 (NADAL, 1990). No entanto, diferente do caso francês, em função da força dos diferentes grupos arraigados à determinadas regiões, a distribuição do poder permaneceu diferenciada no território. Ela é fruto de uma longa discussão e os diferentes pesos e graus de autonomia de diferentes partes do território estão ligados à capacidade de articulação política dessas partes, embasada num forte discurso identitário. O discurso identitário de regiões como a Catalunha, a Galícia ou o País Basco, que foram fortemente reprimidos durante o período de autoritarismo político por

serem vistos como um perigo para a unidade nacional, baseia-se exatamente na diferença, na não identificação com as regiões a partir do qual o poder é exercido para reivindicar uma maior autonomia e, em alguns casos extremos, a total separação do Estado espanhol.

Nesse sentido, na Espanha, as imagens de sua diversidade interna são utilizadas por muitos como, mais do que um elemento de união do Estado, um elemento de fragmentação e de fraqueza que parece mal resolvido ainda hoje vendo a força dos movimentos de independência de algumas regiões.

Ao comparar os casos francês e espanhol, não pretendo fazer tábula rasa do longo e diferenciado processo de construção do Estado nesses dois países que passaram por contextos completamente diferentes e que fizeram com que a questão da diversidade fosse encarada de formas também bastante diferenciada. Pretendo apenas mostrar como a questão da diversidade pode ser encarada de formas completamente diferentes, ligadas a maneiras de ver e de agir muito distintas.

Como vimos anteriormente, o Estado tem como uma de suas tarefas submeter o território, as pessoas e as coisas nele contidas. Nesse sentido, o processo de construção do Estado Nacional é também um processo de domínio de uma região sobre as outras. No caso francês, do norte sobre o sul. No caso espanhol, de Castela sobre os demais reinos da península Ibérica, no qual apenas Portugal obteve sucesso na manutenção de sua soberania, mesmo assim não sem conflitos. Na França essa submissão foi feita de maneira muito mais eficiente a ponto de minimizar consideravelmente (mas não anular completamente) maiores reivindicações de maior autonomia das demais partes do território. Na Espanha a submissão do território ibérico por parte de Castela continua ainda hoje uma questão que apresenta problemas. É em parte em função desse contexto que a questão da diversidade pôde ser trabalhada e valorizada de maneiras significativamente diferentes nos dois países. Analisarei a seguir como a questão tem sido tratada um país do continente americano.

Argentina

A construção da idéia de nação ganha um contexto completamente diferente no continente americano, onde, em alguns dos países, como no Brasil, o estabelecimento de todo o aparato estatal precede a construção da nação. No momento da independência política das colônias quando uma busca por uma nacionalidade passou a se fazer necessária, em diferentes graus já existia um aparato burocrático montado.

A análise do caso argentino pode revelar semelhanças e disparidades com o Brasil. Se por um lado o Brasil consolidou seu imaginário como o país do futuro, no título do conhecido livro de Stefen Zweig, mesmo que para os críticos fosse um futuro que nunca chegaria, a Argentina ao longo do tempo consolidou uma idéia de um país do passado, que já teria atravessado sua idade de ouro (FAUSTO e DEVOTO, 2004). De um modo geral, no pensamento social argentino pode-se notar um consenso em torno de uma visão sobre o território que pondera sua diversidade em termos de natureza, mas lamenta suas disparidades internas em termos sócio-econômicos e populacionais. Por um lado, distintas perspectivas historiográficas buscam na heterogeneidade territorial certas chaves para interpretar conflitos não resolvidos do processo social argentino: o despovoamento e as distâncias, os antagonismos litoral-interior ou província-nação (QUINTERO, 2002).

Mesmo tendo aquilo que viria a ser considerada a maior parte de seus territórios delimitados ainda durante o período colonial - o Brasil com o tratado de Madri de 1750 e a Argentina com a criação do vice-reinado do Rio da Prata em 1778 - as constantes crises políticas e guerras civis, a dificuldade de Buenos Aires em fazer-se impor sobre as demais províncias e a falta de ocupação efetiva do território, dominado em sua maior parte por nações indígenas fortemente beligerantes, fez da formação do Estado argentino uma situação bastante diferenciada da brasileira. Apesar da independência política precoce, a posse efetiva do território argentino só foi efetivada entre 1890 e 1920, quando o controle político e militar centralizado em Buenos Aires tomou acento de todo o território em detrimento das sociedades aborígenes, ao mesmo tempo em que

foram estabelecidas as fronteiras com os Estados vizinhos e se experimentou um grande crescimento econômico com a inserção da Argentina como país agroexportador²¹.

Ao comparar os processos de formação do Estado no Brasil e na Argentina, Trindade (1985) nota que, nesta última, a ausência de uma articulação mais ampla entre a economia e a ocupação do território, bem como a frouxa e descentralizada ligação com a Espanha provocaram uma formação tardia do Estado a despeito de sua independência política prematura. Enquanto isso, no Brasil, a diversificação da economia e a longa tradição de controle centralizado das instituições coloniais auxiliaram na agilidade e complexidade do aparelho estatal montado. Em ambos os casos, a forma como emerge o "centro" é dada, em grande parte, pela estratégia de integração nacional levada a cabo pela elite que controla o aparelho do novo Estado e pela sua capacidade de atrair as elites periféricas.

Um outro fator que dificultou a formação do Estado argentino em relação ao processo ocorrido no Brasil está ligado também à forma de ocupação do espaço (FAUSTO e DEVOTO, 2004: 34). O Brasil foi ocupado a partir de toda a sua costa para o interior, fato que teria dado uma certa continuidade espacial e uma inserção litorânea, inexistentes na Argentina²². Aquilo que vira a ser a Argentina possuía um porto internacional único, que se comunicava com sua hinterlândia por uma estreita faixa de terra, estrangulada pelos territórios indígenas do norte e do sul, além de pessimamente servida de estradas, situação que pouco seria alterada ao longo dos seus primeiros quarenta anos de história.

Silvina Quintero (2002), também preocupada com as imagens que se constroem por volta da virada do século sobre as diferenças internas do território argentino, dirige

²¹ A maior parte da Patagônia, porção considerável do que hoje é a Argentina só foi anexada após o conflito que ficou conhecido como Campanha do Deserto (1879-1885), quando as populações indígenas foram militarmente vencidas e, aquelas que não foram exterminadas, foram obrigadas a se submeter ao Estado argentino.

²² "Isso, por sua vez, tinha a ver com a localização das sucessivas economias exportadoras: açúcar, ouro, mais tarde o café e secundariamente o algodão, arroz e pecuária, no Nordeste e Sul. Estas duas regiões, embora destinassem sua produção para o abastecimento das áreas dinâmicas, também constituíam economias de exportação, pelo menos do último caso (couro, depois charque). Já a Argentina fora ocupada a partir de seus dois extremos, o Noroeste e o rio da Prata - ou, para ser mais exato, o Prata conjugado com o Paraguai, que, tendo sido colonizado desde o sul, refletiu populações sobre o litoral. isto é, a região que compreende as províncias de Buenos Aires, Santa Fé, Entre Ríos e Corrientes. Houve ainda uma povoação secundária a partir do oeste (Chile), o chamado Cuyo." (FAUSTO e DEVOTO, 2004: 34).

sua análise para a produção dos manuais escolares. Preocupada com o processo de regionalização da Argentina, é interessante notar para o fato apontado pela autora de que a divisão regional não coincide com a divisão provincial, fato realizado de propósito por aqueles que pensaram a divisão regional, afirmando que esta, por ser científica, não deveria ter nenhuma ligação com a divisão política. É interessante então comparar com o caso brasileiro, onde a regionalização oficial foi pensada sempre como um instrumento da administração pública e por isso, também propositadamente, houve a preocupação de fazer coincidir os limites regionais com os limites dos estados.

Na conclusão, a autora mostra, de um modo geral que a regionalização Argentina se elabora entre as décadas de 1930 e 1950, mas ela foi composta de nomes, formas cartográficas e visões das diferenças internas do país que se produziram com anterioridade. Nesse sentido, vários indícios sugerem que foi nas primeiras décadas do século XX que se formulou um mapa regional da Argentina que acompanha e intervém na profunda transformação social e territorial do país.

Ao comparar o processo de regionalização da Argentina com o brasileiro, uma diferenciação salta aos olhos. Enquanto no Brasil, ao estabelecer a divisão regional oficial na década de 1940 houve uma preocupação expressa com a necessidade de coincidência dos limites regionais com os das unidades administrativas, na Argentina a preocupação foi no sentido contrário. Tal fato é passível de explicação a partir dos objetivos da regionalização, enquanto no Brasil ela foi estabelecida por ordens da administração e visando objetivos administrativos, mesmo se continuasse a não ter qualquer efeito na distribuição do poder da república, na Argentina a divisão regional se estabelece com fins didáticos, obedecendo a uma lógica puramente "científica" e não burocrática. No entanto, é necessário deixar claro que mesmo sendo realizada sem uma preocupação eminentemente administrativa como a brasileira, o conhecimento científico sobre o território e a regionalização Argentina não estiveram apartados do processo de construção do Estado naquele país. Tratava-se também de uma estratégia de disciplinar territórios e pessoas a partir dos manuais escolares, tomando a ciência como meio de ação.

Acredito ter demonstrado na discussão acima a importância das representações do território para a compreensão da dinâmica de construção do Estado e de seus sistemas de administração e como a análise destas representações pode nos auxiliar na compreensão das ações sobre o território. Mostrei também como a ideia de diversidade é cara a essa compreensão e como ela pode ser trabalhada em diferentes contextos. Nos capítulos seguintes utilizarei esta discussão para analisar como as representações da diversidade territorial se constroem durante a implantação da república e como a forma de organização da administração pública se articula com estas representações. Na parte que segue, analisarei mais de perto o processo de construção do Estado no Brasil e a importância das representações do território neste processo que também auxiliará a argumentação seguinte sobre a constituição de uma repartição específica que será o nosso foco de análise: O Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

Capítulo II

Construção do Estado e da Nação no Brasil Republicano.

A experiência do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio

Nesse capítulo será analisado mais de perto o processo de construção do Estado republicano brasileiro. Na primeira parte analiso o contexto e as discussões na formação do Brasil republicano. Será analisada também nessa parte a importância que as representações da natureza e do território tiveram na construção do Estado no país. Na segunda parte analiso o processo de construção do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, que começa a atuar em 1909. O MAIC é visto como o *locus* de ação de uma elite periférica que encontra ali acomodação para partes de seus interesses. Demonstro como a ascensão dessas elites periféricas ao aparelho de Estado representa também a ascensão dos territórios por elas comandados que ganham então uma maior visibilidade dentro do aparelho de Estado, permitindo assim que seja aberto um caminho institucional para a demonstração da diversificação territorial. Nesse sentido, o caráter territorial do Estado-moderno discutido anteriormente é refletido também na sua estrutura burocrática, na qual diferentes partes do território encontram ali representações. Veremos adiante.

1. A construção do Estado republicano e as representações do território

No momento em que alcança sua independência política em 1822, o novo Estado brasileiro herda uma malha administrativa complexa e centralizada. Implementada pelos portugueses durante três séculos de colonização, foi adensada com a chegada da família Real e a instalação da Corte portuguesa no Rio de Janeiro em 1808, quando, durante 13 anos, a antiga cidade colonial se transformou na sede de todo o império colonial português. Tal processo não encontra outro igual, mesmo no novo mundo.)

Nesse sentido, durante os primeiros anos da monarquia brasileira opera-se a consolidação da maior parte do território nacional e o perigo do desmembramento, presente nos primeiros anos de vida independente e manifesto em diferentes revoltas regionais, das quais a mais expressiva foi a Revolução Farroupilha no sul do país (1835-1845) vencidas pelo poder central, aos poucos deixa de ser uma preocupação tão marcante, embora seu fantasma continuasse sempre a assombrar a administração. A Corte no Rio de Janeiro consegue com sucesso a manutenção da unidade territorial do país. Com exceção da província Cisplatina, que após a guerra entre o Império e a Argentina, obtém sua independência e se transforma na República do Uruguai, e de algumas terras conquistadas ao Paraguai, o território brasileiro no final do século XIX era o mesmo que no momento da independência²³.

O período compreendido pelo final do século XIX e início do século XX vê a corporificação de intensas mudanças. A passagem da Monarquia para a República não representa apenas uma mudança na forma de governo, trazendo consigo também mudanças substanciais tanto no projeto de Estado quanto no projeto de Nação que se desejava empreender no Brasil. O Império, herdeiro da tradição centralizadora da Coroa Portuguesa, caiu também pelas demandas por uma maior descentralização do poder as quais a república federativa parecia responder com melhor ênfase.

A mudança do regime monárquico para o republicano revela a tentativa de implantação de uma transformação de um Estado centralizador para um Estado descentralizado. O caráter central do poder monárquico, que se consolida sobretudo na década de 1840²⁴, já foi demonstrado anteriormente por inúmeros autores. No entanto, talvez um dos seus marcos mais significativos era a escolha dos presidentes das províncias e, o hoje já clássico trabalho de José Murilo de Carvalho (1996) sobre a burocracia imperial bem o demonstra.

²³ Sobre a formação das fronteiras do Brasil ver Soares (1975).

²⁴ "A Quarta década se inicia com um esforço sistemático para tirar das mãos dos senhores locais os instrumentos políticos de governo local. Perderam não só a competência de nomear um vice-presidente como também, o que era ainda mais importante, o monopólio local da máquina judiciária e policial. As legislaturas municipais, as câmaras, foram privadas de sua prerrogativa de nomear os juizes locais. Com a lei de interpretação de 1841 os juizes municipais passam a ser nomeados pelo poder central e a concentrar, aliás, funções de justiça e polícia (...). Deram-se assim as últimas pinceladas para o acabamento do novo aparato burocrático e centralizado de dominação monárquica que ficaria razoavelmente intacto dessa década até o final do terceiro quartel do século XIX." (URICOHEA, 1978: 111).

O cargo de presidente de província tinha como finalidade principal a representação do poder Imperial nas diferentes unidades que constituíam o Império, coordenando sua administração. Devido a isso, os presidentes eram escolhidos através de nomeação direta por carta Imperial.

Era comum um mesmo presidente passar por várias províncias distintas dentro de um curto espaço de tempo. A prática de fazer circular os administradores pelo Império herdada dos portugueses fazia com que as administrações fossem bastante curtas, e um mesmo administrador em um curto período de tempo presidia várias províncias²⁵. A decisão de nomear um presidente alheio à província, isto é, que não tivesse laços políticos e econômicos, era uma tentativa também de, primeiro fazer o político em treinamento conhecer todo o país e seus problemas, mas também tentar fazer da administração o mais técnica possível, removendo o máximo dos interesses pessoais dos presidentes.

┌ Ao contrário dos Estados Unidos, a organização da burocracia brasileira contava com um grande número de posições no nível nacional e poucas no nível regional, fato esse que revelava que sistemas autônomos de poder local podiam florescer, mas dificilmente se articular com corpos políticos de nível regional. ┘

┌ A este sistema territorialmente centralizador tem sido atribuída resistência às tentativas de secessão territorial, responsabilizando-o, em parte, pela manutenção da integridade territorial, sobretudo se comparado à pulverização em diferentes Estados-Nacionais que ocorreu com as antigas colônias espanholas na América. ┘

┌ Existe, no entanto uma teoria contrária à esse aspecto centralizador do Estado Imperial, que atribui às elites locais um poder muito mais forte do que normalmente se imagina. De acordo com essa idéia, os chefes locais seriam representados na política regional e nacional pelos seus filhos, educados nas universidades do país ou do exterior e que podiam absorver toda a retórica do liberalismo europeu, sem abrir mão das raízes ruralistas e tradicionais. João Camilo Torres (1961) defende o fato de que as províncias existiam como uma realidade palpitante e a existência de "patriotismos locais" era um dado relevante do desenvolvimento de certas autonomias provinciais. ┘

Na verdade, Schawartzman (1982) opina que o que ocorria era a conjunção entre esses dois aspectos, o centralismo e o descentralismo²⁶, tendo sido a incapacidade de absorver uma demanda maior por descentralização uma das principais razões da queda do Império. Este aspecto também já havia sido notado por Uricoechea (1978), para quem, ao trabalhar com a noção de burocracia patrimonial de Weber, a autoridade política que se forma no Brasil no século XIX se dá pela tensão inerente e estrutural entre a existência de um aparato administrativo controlado burocraticamente pelo Estado, impulsionando a burocratização total do governo, e o aparato administrativo paralelo controlado patrimonialmente pelas classes locais, exercendo pressão para a prebendalização de cargos.

Foi nesse contexto que o Movimento Republicano Brasileiro teve seu início marcado pelo manifesto de 1870, documento que se caracterizava por responsabilizar o regime monárquico pela maior parte dos problemas do país e via na substituição do rei por um presidente a solução para todos eles. Além dessa proposta, o único tema sugerido era um aumento da autonomia das províncias, tese federalista que se transformaria em aspecto central de quase todas as vertentes do movimento (SCHARTZMAN, 1982). O manifesto foi publicado no número 1 do Jornal *A Republica* em 3 de dezembro de 1870, sendo fruto primeiro de um clube republicano fundado por 15 sócios e tendo como relator Quintino Bocaiuva. Escrito de forma simples e direta, o manifesto começa analisando as deficiências do regime, apontando a forma de governo como a causa de todos os males descritos. A federação, além de solução para todos esses problemas, era vista como destino natural do país, em função do seu tamanho e de sua diversidade (CAVALCANTI, 1970).

Quando o velho Imperador é deposto por militares insatisfeitos e a família imperial é embarcada às pressas para a Europa em 1889, mesmo que à revelia da maior parte da população (CARVALHO, 1987), os republicanos se assentam no poder. É

²⁵ O curto período em que os administradores permaneciam na presidência das províncias já foi constatado anteriormente, por exemplo por Almeida (1983) para o Maranhão, por Daou (1998) para o Amazonas e por Ribeiro (2001) para o Ceará.

²⁶ "De um lado, um poder político centralizado e hierárquico, que não dependia de bases locais de sustentação, apoiando-se na própria máquina administrativa governamental para subsistir e se afirmar. De outro, um poder privado a autônomo difuso, que só adquiria expressão política quando era cooptado pelo Estado, e que entrava em uma trajetória de conflito e derrota quando pretendia se articular, minimamente que fosse, como força política autônoma e representativa de seus interesses." (SCHWARTZMAN, 1982: 93).

então imposta a tarefa de reconstrução do Estado-Nação seguindo o modelo que se desejava implantar no país. [No entanto, se antes de assumirem o poder já havia um embate entre diferentes projetos republicanos, quando o sistema foi finalmente implantado ocorreu uma disputa entre diferentes correntes.] Havia nesse momento três correntes ideológicas que disputavam a definição da natureza do novo regime, com modelos de Estado e de sociedade que continham muitos aspectos de utopias: o liberalismo à americana, o jacobinismo à francesa e o positivismo²⁷. Houve um embate intenso entre essas correntes nos primeiros anos republicanos até a vitória da primeira delas por volta de 1900 (CARVALHO, 1990). Cabia formar o imaginário da república no povo que até então se colocara ao largo da discussão, mas também cabia estruturar o novo Estado.

[Nas províncias, o modelo federativo adotado de imediato as transforma em estados federados e lhes confere uma ampla liberdade, sobretudo com a constituição de 1891. Tal fato propiciou maior ascensão ao poder dos grupos locais que, por sua vez, não esteve isento de disputas. Em alguns estados, em virtude de disputas internas, foi promulgada mais de uma constituição, prevalecendo aquela do grupo que alcançou a hegemonia (CARONE, 1988).

Quanto ao poder conferido aos estados, Lessa (2001) aponta uma crítica no sentido de que o federalismo que foi apresentado era distinto da tradição liberal e individualista anglo-saxã, uma vez que a titularidade dos direitos não era atribuída aos indivíduos cidadãos, mas retirada da centralização imperial e transferida às províncias.

No entanto, o rearranjo das forças políticas e da burocracia foi lento. Os primeiros anos do novo regime foram conturbados. Na verdade o que se seguiu ao golpe

²⁷ "Supunham modelos de república, modelos de organização da sociedade, que traziam embutidos aspectos utópicos e visionários. No caso do jacobinismo, por exemplo, havia a idealização da democracia clássica, a utopia da democracia direta, do governo por intermédio da participação de todos os cidadãos. No caso do liberalismo, a utopia era outra, era a de uma sociedade composta por indivíduos autônomos, cujos interesses eram compatibilizados pela mão invisível do mercado. Nessa versão, cabia ao governo interferir o menos possível na vida dos cidadãos. O positivismo possuía elementos utópicos ainda mais salientes. A república era aí vista em termos de uma perspectiva mais ampla que postulava uma futura idade do ouro em que os seres humanos se realizariam plenamente no seio de uma humanidade mitificada." (CARVALHO, 1990: 9).

de 1889 foi uma completa desrotinização da vida política e institucional²⁸. A rotinização do regime só foi definitivamente implantada no governo Campos Sales (1898-1902), o segundo presidente civil, através de acordos com as oligarquias locais que ficou conhecida como Política dos Governadores, que, *grosso modo*, resumia-se na troca de apoios: o chefe político local deveria se encarregar de fazer eleger os candidatos do governo em troca de apoio do governo federal e de não intromissão em seus negócios. Foi somente através desse mecanismo que o equilíbrio político rompido com o fim do poder moderador pôde ser retomado.

Tendo como objetivo identificar como diferentes intelectuais brasileiros se ocuparam do tema da nação e da nacionalidade durante o período da constituição da república. Oliveira (1990), identifica duas visões que fundamentaram dois grandes modelos de identidade nacional, em disputa durante os primeiros anos da república. Uma das visões, personificada em Eduardo Prado, avaliava positivamente o passado colonial e imperial, acreditando na excelência das tradições brasileiras. Esta concepção tinha repulsa em tomar a sociedade americana como modelo, fruto da colonização inglesa e do protestantismo, uma vez que a nacionalidade simbolizava a defesa e a valorização do singular. A outra interpretação de Brasil, via a necessidade de ruptura com o passado colonial português representado no regime monárquico, daí a república como solução. Nesta, havia o desejo de integrar o Brasil ao mundo americano, identificado com a modernidade, tendo como representante a figura de Raul Pompéia. Na política, essas inspirações eram em parte refletidas no embate entre jacobinos, de inspiração francesa e liberais, de inspiração americana.

Este embate, entre uma tradição portuguesa e imperial e os ideais republicanos e americanistas, manifestado também num confronto entre o que representava o tradicional e o que representava o novo, teve reflexo na forma como partes do território eram vistas. Nesse período, o Rio de Janeiro perde a hegemonia como principal centro cultural do país e a nacionalidade passa a ser identificada com outros modelos regionais que competem entre si na definição do mosaico da cultura brasileira. O movimento

²⁸ "Os primeiros anos republicanos caracterizaram-se mais pelo vazio representado pela supressão dos mecanismos institucionais próprios do Império do que pela invenção de novas formas de organização política. O veto imposto ao regime monárquico não implicou a invenção positiva de uma nova ordem." (LESSA, 2001: 17).

modernista paulista de 1922 é uma das marcas dessa transformação. O Rio de Janeiro, sede da Academia Brasileira de Letras, é identificado com o passado com o qual se desejava romper, com a tradição que se queria negar.

A emergência do movimento regionalista da década de 1920 também é apontado por Albuquerque Júnior (1999), como um dos principais elementos que fizeram a ruptura com as representações hegemônicas do Brasil do século XIX. Para aquele autor, a invenção da região nordeste é sobretudo fruto desse movimento. No entanto, deve ser ressaltado que ele negligencia o papel que as políticas públicas, sobretudo àquelas ligadas ao combate contra as secas, tiveram na constituição da ideia de semi-árido e da região nordeste (RIBEIRO, 2001).

A intrincada malha administrativa do Estado, agora descentralizado, tenta atender às diferentes demandas dos poderes locais, então com um poder de barganha bem maior do que aquele que possuíam durante o Império. A administração se estende. As diferentes reformas ministeriais e da arquitetura administrativa do país que têm início a partir da proclamação da República criam uma série de órgãos e de instituições governamentais de atuação sobre partes específicas do território que passam também a demandar novas representações do país. É nesse contexto que as velhas interpretações oficiais do território brasileiro também passam a ser revisitadas. A visão de um território único, dividido apenas em norte e sul, deixa de ser operacional. Está posta então a necessidade de criação de uma nova geografia do país.

Representações da Natureza e do Território: a (re)invenção da geografia brasileira

O meio e a natureza já foram identificados por outros autores como uma das questões centrais ligadas ao pensamento geográfico no período compreendido entre 1870 e 1930 (MACHADO, 1995), no entanto a constituição das representações da diferenciação interna dessa natureza e do território como um todo no Brasil e como elas estiveram ligadas à construção das regiões brasileiras e à organização do Estado continua a demandar investigação.

O conhecimento sobre o espaço e sobre a história desempenhou um papel fundamental na construção do Estado e da nação no país, representados nos incentivos e ações voltadas ao desenvolvimento das duas disciplinas mais diretamente a eles ligados, a geografia e a história, a partir do momento em que o Estado brasileiro se desvincula politicamente de Portugal em 1822. As representações oficiais produzidas e reproduzidas por essas disciplinas desempenharam um papel fundamental na construção da idéia de uma nação brasileira²⁹. É significativo também o fato de que o contexto de formação da geografia como disciplina acadêmica, ligada às preocupações do Estado não é uma exclusividade do Brasil, mas também de outros países onde esta disciplina se institucionaliza nesse período, como na França (BERDOULAY, 1981).

A natureza tropical e exuberante sempre desempenhou um papel importante na história da produção intelectual brasileira. A idéia de uma natureza pródiga e pronta para satisfazer todas as necessidades do homem pode ser encontrada desde os primeiros escritos portugueses sobre as novas terras descobertas na América (HOLANDA, 1959, PÁDUA, 1997, CARVALHO, 1998), mas é sobretudo no século XIX que uma discussão sobre o meio se intensifica. A tarefa de construir uma identidade para o novo Império, recém desligado da Coroa Portuguesa, fez da discussão sobre as possibilidades do meio, associado à história, um dos centros do debate intelectual brasileiro no século XIX (GUIMARÃES, 1988; MACHADO, 1995).

Desse modo, a natureza, ao lado do território, desempenhou um papel importante na construção da idéia de nação e, por conseguinte, na construção do Estado brasileiro, que é atuante ainda hoje. José Murilo de Carvalho (1998) faz uma análise de duas pesquisas de opinião realizadas em 1995, também reproduzidas por Chauí (2000)³⁰, sobre o sentimento do brasileiro em relação ao seu país. O autor destaca a força daquilo que chama de motivo edênico, isto é, uma visão da natureza (sua grandeza, beleza e riqueza), como razão principal do orgulho nacional, bem acima de

²⁹ Sobre o papel das disciplinas história e da geografia na construção da idéia de nação no Brasil, que se faz primeiramente através da criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado em 1838, ver GUIMARÃES (1988). Para o papel específico de temáticas ligadas ao pensamento geográfico nesse sentido ver também MACHADO (1995).

³⁰ A primeira pesquisa trata-se de um levantamento nacional realizado pela Vox Populi, por encomenda da Revista *Veja*, cujos resultados foram publicados em 10/01/1996. A segunda é uma pesquisa realizada em cooperação entre o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV) e o Instituto de Estudos da Religião (ISER), coordenada pelo autor do artigo.

outras razões como o caráter do povo ou a história do país. Apenas para informar um dos resultados da pesquisa, quando indagados se sentiam orgulho como brasileiros, 59,6 % responderam que sentiam muito orgulho, 27,4 % algum orgulho, 6,8 % não sentem orgulho e apenas 4,4 % disseram que sentem vergonha do país. Como motivos de orgulho, foram enumerados em ordem decrescente: a natureza, o caráter do povo, as características do país e esportes/música/carnaval. Carvalho desenvolve a tese de que a permanência da força do motivo edênico está ligada àquilo que chama de motivo satânico, uma visão negativa do povo brasileiro, também identificada na pesquisa, que opõem a um povo incauto e sofredor, uma terra maravilhosa, personificada na célebre frase de Paulo Prado em *Retrato do Brasil* (1931): "Numa terra radiosa, vive um povo triste". De qualquer forma, tal fato é significativo da importância da natureza como um elemento fundamental na construção da idéia de Brasil.

O território também é outro elemento muito forte para essa construção. Com sua primeira edição em 1900, o livro do Conde de Affonso Celso (1997) *Porque me ufano de meu país*, contou com mais de 30 edições posteriores e várias traduções, sendo durante muito tempo leitura obrigatória nas escolas, e responsável pela criação do neologismo *ufanismo*. Nesta obra, o autor enumera 11 motivos para a superioridade do Brasil e, dentre eles, o primeiro é a grandeza territorial.

Como mostra Chauí (2000), o liberalismo da Escola de história alemã, presente no processo de construção de uma historiografia brasileira e manifestado na escolha feita pelo IHGB do trabalho de Von Martius que estabelecia como deveria ser escrita a história do Brasil³¹, estabelecia que o princípio da nacionalidade é definido pela extensão territorial e pela demografia. Nesse sentido, o trabalho de Afonso Celso, presidente do Instituto, reafirma essa idéia.

As representações da natureza e do território do país têm servido a diferentes interesses e têm variado segundo o contexto histórico e segundo os responsáveis por sua produção. Pesquisa anterior já revelou como a criação de novos aparatos institucionais no período em questão teve um papel fundamental na transformação das representações da natureza do país e na construção de determinadas regiões. As instituições criadas para a intervenção sobre a seca, a partir do final do século XIX, estiveram diretamente

ligadas às transformações na forma de qualificação da natureza e, com isso, na produção da idéia de região nordeste (RIBEIRO, 2001) / cabe agora ampliar essa análise para todo o Brasil e verificar como esse relacionamento entre o pensamento sobre o território, as representações da natureza no país e o Estado se constituem no nível nacional. Para tanto, será analisado a seguir como o processo de criação e estruturação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio esteve ligado à construção da idéia de diversidade territorial brasileira. Veremos a seguir mais detalhadamente o processo de constituição do ministério.

2. A construção do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Estrutura e funcionamento.

"Esse novo órgão administrativo, que surge, o Ministério da Agricultura, é uma promessa soleníssima de cooperação organizada, sábia e permanente da União no desenvolvimento da produção nacional.

É uma promessa e, se não for burlada em sua execução, será o acontecimento mais notável de nossa vida econômica"

Wenceslao de Oliveira Bello, presidente da SNA, no prefácio do parecer para a criação do Ministério da Agricultura (TOSTA, 1906: vii)

O objetivo desta parte é analisar como o processo de constituição e formação do MAIC fornece elementos para entender como instituições dos Estados estão ligadas à representação do território e como estas representações funcionam dentro de sua administração e, portanto, na gestão e controle do território.

O processo de constituição e aparelhamento do Estado para lidar com as questões ligadas à produção, com destaque para a principal delas no caso brasileiro da época, a agricultura, pode nos servir para compreender como território foi sujeito/objeto dessas ações e como a forma de representação desse território funciona dentro do sistema. A criação do MAIC é aqui analisada como uma luta por afirmação dentro do aparelho do Estado por diferentes partes das elites brasileiras e seus territórios. Nesse

³¹ Em um dos concursos promovidos pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o trabalho do naturalista alemão, *Como se deve escrever a história do Brasil*, publicado em 1845, foi premiado.

sentido, nesse conflito, as diferenças do território estavam subsumidas na forma de disputa por espaços no aparelho burocrático do Estado em formação. Na verdade, a disputa entre a elite cafeeira e elites periféricas é na verdade uma disputa entre a terra roxa de São Paulo e o massapê da Zona da Mata e outras partes do território, disputa que envolvia também a visibilidade para essas elites e territórios. Veremos adiante.

Apesar de a agricultura representar a maior fonte de riqueza do país, não foi estabelecida uma pasta em separado para esta finalidade no início da construção do Estado brasileiro politicamente independente de Portugal. Os negócios da agricultura, durante as primeiras décadas do Império foram alocados dentro de um genérico Ministério do Império que cuidava de assuntos que se referissem à infra-estrutura econômica. Foi somente após a consolidação de todo o aparato burocrático que as demandas por uma pasta dedicada à agricultura ganharam força. Nesse sentido, foi apenas quase quatro décadas após a independência que foi estabelecido o Ministério da Agricultura, o último a ser criado no Império.

O Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas foi criado através do decreto 1.067 de 28 de junho de 1860 e finalmente regulamentado pelo decreto 2.748 de 16 de fevereiro de 1861, desmembrado do Ministério do Império e incorporando também algumas repartições que antes pertenciam ao Ministério da Justiça. Era inicialmente composto por uma Diretoria Central e dos Negócios da Agricultura, Comércio e Indústria, Diretoria das Obras Públicas e Navegação, Diretoria das Terras Públicas e Colonização e Diretoria dos Correios.

No único estudo detalhado conhecido sobre a atuação deste ministério durante o Império, Fernando Lima (1988)³² vê toda a estrutura de sua ação como uma luta entre o arcaico e o moderno, na qual a força do atraso podia chegar mesmo, em muitos casos, a "arcaizar o moderno". Nesse sentido, segundo esse autor, o ministério se revelaria uma estrutura frágil diante de estruturas materiais e mentais densas e resistentes à modernização. Assim, o toque modernizador teria sido dado muito mais no sentido de

³² Mais recente, o trabalho de Rafael Marquese (1999) analisa a questão da administração das unidades rurais escravistas brasileiras, mas sem entrar no estudo do funcionamento do Ministério da Agricultura do Império. São examinados no livro os tratados morais dos jesuítas Antonil e Benci, as memórias econômicas publicadas pela geração dos ilustrados luso-brasileiros entre os séculos XVIII e XIX e os manuais agrícolas publicados durante o século XIX.

introdução de novas técnicas do que de quebra de antigas estruturas. Foi desse modo que problemas intrínsecos à grande lavoura ou à produção de gêneros para consumo interno raramente foram objeto de uma deliberada ação do poder público através do Ministério da Agricultura. Uma ressalva que deve ser feita ao trabalho de Fernando Lima, no entanto, diz respeito à confiança quase inocente dada às fontes. O autor toma os relatos que utiliza, sejam relatórios ministeriais, sejam reclamações e depoimentos de proprietários como fontes fiéis à uma realidade palpável. Ele esquece que estes discursos são contingentes ao veículo através do qual são emitidos. Ao tomar as seguidas reclamações com falta de dinheiro e pedidos de mais verbas presentes nos relatórios como único indicador da pequena importância do Ministério da Agricultura do Império, Lima esquece o fato de que os relatórios ministeriais eram o *locus* privilegiado de encaminhamento e justificativa de pedido de verbas e portanto, o discurso presente deveria mesmo se caracterizar por esse tipo de procedimento.

É verdade, no entanto, que com uma estrutura transplantada do Ministério do Império, ao invés de resolver os problemas administrativos que se pretendia com a criação do novo Ministério, este apenas transferiu de uma pasta para outra os serviços. Além disso, como os serviços a cargo desse novo órgão permaneciam bastante heterogêneos, e diante da pequena quantidade de funcionários e de verbas, tal fato também contribuiu para sua pequena eficiência³³. Como mostra Fernando Sgarbi Lima o

³³ Estava sob a administração do Ministério da Agricultura nesse momento: "1) os assuntos relativos ao comércio, excetuados os que continuavam subordinados aos ministérios da Fazenda e da Justiça; 2) as questões concernentes aos ramos da indústria e ao respectivo ensino profissional; 3) a criação e a manutenção de estabelecimentos industriais e agrícolas; 4) a introdução e melhoramento de raças de animais e a criação de escolas veterinárias; 5) a organização de coleções e exposições de produtos industriais e agrícolas; 6) a aquisição e distribuição de plantas e sementes; 7) os jardins botânicos e os passeios públicos; 8) os institutos agrícolas e a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional; 9) a mineração, excetuada a dos terrenos diamantíferos, cuja administração e inspeção continuavam a cargo do Ministério da Fazenda; 10) a incorporação de companhias de sociedades ligadas à atividade mineradora, incumbindo ao ministro a aprovação dos respectivos estatutos; 11) a concessão de patentes 'para invenção e melhoramento da indústria útil e de prêmios pela introdução de indústria estrangeira'; 12) o registro de terras em mãos de particulares, legitimação ou revalidação das posses, sesmarias ou outras concessões do governo geral às províncias, bem como a execução de serviços de demarcação, descrição, distribuição e venda de terras do Estado, e a separação destas das que pertencessem ao domínio particular; 13) as colônias, excetuadas as colônias militares, que permaneciam sob responsabilidade do Ministério da Guerra, e as penais, estas de competência do Ministério da Justiça; 14) a catequese dos índios, as missões e os aldeamentos indígenas; 15) as obras públicas no município da Corte e nas províncias, assim como quaisquer outras feitas por conta do Estado ou por ele auxiliadas, exceto as obras de natureza militar; 16) as estradas de ferro, de rodagem ou quaisquer outras, e as companhias ou empresas encarregadas de sua construção; 17) a navegação fluvial e de paquetes; 18) os correios terrestres e marítimos; 19) os telégrafos; 20) a iluminação pública da Corte; 21) os serviços de extinção de incêndios e as companhias de bombeiros." (LIMA, 1988: 31).

que ocorreu foi uma simples redistribuição de encargos ministeriais, sem uma reestruturação de serviços anteriormente existentes ou a criação de novos.

Atividades de reconhecimento do território ou de pesquisa não eram ainda naquele momento questões ligadas ao Ministério da Agricultura, uma vez que este não possuía nem serviços orientados nesse sentido, nem pessoal habilitado. O corpo de engenheiros, fundamental para que o Ministério atendesse grande parte de suas atribuições, permaneceu durante muito tempo sem ser efetivamente criado, apesar das ordens para sua criação e regulamentação em decretos em 1861, 1862 e 1871 (LIMA, 1988: 34, 43-51)³⁴.

Após a Proclamação da República em 1889, o Ministério foi primeiro reorganizado em 1890, para ser extinto em 1891, quando todo o serviço da administração federal sofreu uma nova reorganização pela lei 23 de 30 de outubro. Tal reforma estabelecia como ministérios as seguintes pastas: Fazenda; Justiça e Negócios Interiores; Indústria, Viação e Obras Públicas; Relações Exteriores, Guerra e Marinha. Com este rearranjo, praticamente todos os serviços do antigo Ministério da Agricultura ficaram a cargo do novo Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, daí poder considerá-lo como um herdeiro do antigo Ministério da Agricultura do Império.

Na verdade, a nova administração republicana entendia a agricultura como uma das atividades humanas produtivas, daí ser colocada dentro da designação indústria e por isso, muitas vezes esta pasta era chamada de "Ministério das Indústrias", ou "Ministério da Produção". O Ministério era dividido em quatro diretorias, além do gabinete do ministro: Diretoria de Contabilidade, Diretoria Geral da Indústria, Diretoria Geral de Viação, Diretoria Geral de Obras Públicas. Ao observar as funções da Diretoria Geral da Indústria pode-se notar que as questões ligadas à agricultura ocupavam a maior partes de suas atribuições³⁵.

³⁴ O corpo de engenheiros foi criado pelo decreto 2.748 de 16 de fevereiro de 1861, regulamentado pelo decreto 2.923 de 10 de maio de 1862 e modificado pelo decreto 4.696 de 16 de fevereiro de 1871.

³⁵ Ela tinha sob sua responsabilidade: os estabelecimentos e institutos agrícolas e industriais; as escolas práticas de agricultura; as sociedades de aclimação e outras que se propusessem ao melhoramento e progresso da lavoura; as exposições agrícolas e industriais; os jardins botânicos, a aquisição e distribuição de plantas e sementes; a introdução e melhoramento de raças de animais e escolas de veterinária; os diversos ramos da indústria e seu ensino profissional; as caixas econômicas; a conservação das florestas; os negócios concernentes ao comércio; os correios terrestres e marítimos; o que fosse atinente às terras pertencentes à União; a imigração e colonização e a estatística (Fundação Casa de Rui Barbosa, 1985: 32)

O Ministério foi novamente reorganizado em 1897, quando as Diretorias de Viação e de Obras Públicas foram fundidas em uma única Diretoria Geral de Obras e Viação. Embora as questões ligadas à agricultura estivessem ali incluídas, é verdade que as preocupações com a expansão da rede de transportes, sobretudo as ferrovias, além de obras gerais, principalmente no Distrito Federal, consumiam boa parte das preocupações e recursos do Ministério.

Devido a isso, desde poucos anos após a extinção do Ministério da Agricultura foram articuladas forças políticas pedindo o restabelecimento da pasta, cujas demandas refletiam principalmente os interesses de uma elite periférica que se sentia preterida em relação à hegemonia da produção cafeeira na economia do país. A forma como estas forças se organizaram para recriação de um ministério para a agricultura e o discurso em torno do qual girou essa recriação tem repercussões interessantes para a discussão desse trabalho. Veremos adiante.

Para além dos trabalhos de cunho institucional-administrativo e de caráter descritivo, acerca da discussão sobre a constituição e implantação do MAIC, existe a tese de doutoramento de Sonia Regina Mendonça (1990), posteriormente publicada em versão reduzida (1997). Neste trabalho, a autora está preocupada em estudar o ruralismo na Primeira República, termo que define como um movimento político de organização e institucionalização de interesses de frações da classe dominante agrária no Brasil. O trabalho de Antonio Carlos de Souza Lima, também originalmente uma tese de doutorado, possui um capítulo no qual o processo de criação e organização do MAIC também é esmiuçado (LIMA, 1995, Cap. 4: 101-112). Como mostram esses autores, a criação do MAIC seria fruto de uma intensa negociação que levaria anos para se concretizar. A luta pela recriação do Ministério seria alvo principalmente das classes de proprietários agrários menos ligados à cafeicultura.

Nesse sentido, Nilo Peçanha que ascende à presidência após a morte de Afonso Penna teve um papel fundamental na recriação do Ministério da Agricultura, revelando o papel que as áreas menos proeminentes da agricultura de exportação tiveram em sua criação. Sua política agrícola é identificada por Mendonça (1990) como o tipo ideal de institucionalização oficial de interesses agrários próprios às áreas ou setores menos dinâmicos, que se articulariam para se impor nos canais de expressão pública com

abrangência nacional³⁶. Esta autora, através do estudo da criação do MAIC, mostra como é simplista a visão tradicional de que o Estado era completamente dominado pela burguesia cafeeira. A historiografia mais conhecida teria reduzido o papel daquilo que chama de frações dominadas da classe dominante, quando na verdade, o Estado representa um conjunto de forças, do qual o MAIC não está isento. O trabalho de Elisa Reis (1985) também indica este caminho, uma vez que discute as origens agrárias na formação do Estado no Brasil e ressalta, além de outras, o papel da elite açucareira no Nordeste.

Nesse sentido, a Sociedade Nacional de Agricultura - SNA - teve um papel importante na criação do novo ministério, uma vez que a questão era uma de suas bandeiras nacionais e ela mesma havia sido criada com o intento de suprir a falta de uma instituição estatal para este fim³⁷. As principais bandeiras da SNA seriam então também aquelas levantadas pelo novo ministério, todas ligadas à idéia de "regeneração da agricultura nacional"³⁸.

A instituição do Ministério da Agricultura seria então uma vitória de setores ao largo do poder, mas também uma resposta daqueles que então o dominavam, numa tentativa de continuar com as rédeas de todo o processo. Nas palavras de Mendonça:

"Fruto da campanha movida por setores de grandes proprietários agrários situados à margem do epicentro do poder republicano, como já vimos, a criação do Ministério pode ser encarada, simultaneamente, tanto como uma conquista sua, quanto como uma resposta político-institucional da fração de classe hegemônica no período, tentando imprimir sua direção e consenso. No primeiro caso, trata-se de recuperar a idéia de que nem a burguesia cafeeira constituía-se em classe de âmbito nacional, nem tampouco deixara

³⁶ Para uma análise mais detalhada acerca do papel de Nilo Peçanha nas políticas fluminense e nacional ver Russel (1974).

³⁷ O papel e importância da SNA na criação do MAIC já foi analisada alhures por Mendonça (1990) e por Lima (1995). Para uma história factual, ano a ano das ações da SNA, além de biografias de seus presidentes ver Poliano (1942).

³⁸ Tal meta envolvia as idéias de "diversificação produtiva; de associativismo rural; de se instituir um ministério em resposta aos interesses dos segmentos sociais dela constituintes; de se modernizar a produção agrícola no país a partir do ensino técnico e da mecanização e, por fim, a de se fixar a mão-de-obra no campo através da proliferação induzida da pequena propriedade. Para alcançar tais metas, a SNA exerceria, àquela quadra da história brasileira, quatro papéis primordiais: 1) o de propulsora e modelo da associativização de proprietários rurais dotados de menor peso funcional no campo político da época; 2) o de formadora de opinião ao nível dos próprios grupos sociais dominantes no período; 3) a função de consulta e assistência aos seus associados, e 4) o de grupo de pressão face aos poderes estatizados." (LIMA, 1995: 102).

de ser regional a expressão política dos demais segmentos da classe dominante, sobredeterminando essa dinâmica segundo a qual mesmo o Estado assentado sem fundamentos de um mercado nacional integrado, teria que contemplar, fosse em que nível fosse, os interesses das demais classes e frações de classes integrantes do bloco no poder, pois, apesar disso, consistia num Estado Nacional. Quanto ao segundo aspecto, ressalta-se que o Ministério viria a constituir-se num canal de difusão nacional da versão ruralista da ideologia do progresso (...), integrando-se ao exercício da hegemonia da burguesia paulista fundamentado, dentre outras coisas, sobre a pioneira elevação da pesquisa e do estudo científico da agricultura à condição de necessidade premente ao país." (MENDONÇA, 1990: 422-423).

O Ministério nesse sentido estaria contribuindo para estabilizar o sistema, na medida em que se configurava um espaço institucional de ação para as elites periféricas ou, como quer Mendonça, para as frações dominadas da classe dominante, minimizando as desigualdades de sua participação junto ao poder público.

Apesar de ser alvo do clamor das elites periféricas, as negociações para a retirada dos assuntos da agricultura do MIVOP e constituição de uma pasta específica para o tema, libertando-a de sua condição de periferia nos negócios do governo foram bastante longas. A proposta foi apresentada inicialmente ao Congresso em 1902 pelo deputado e sócio da SNA Christiano Cruz, enquanto o *lobby* para sua aprovação foi organizado pelo deputado Inácio Tosta, usineiro Comissário do Açúcar e presidente honorário da SNA, além de ter sido ferrenhamente defendido por representantes do Maranhão, Pernambuco, Sergipe e Rio de Janeiro (MENDONÇA, 1990: 431).

No entanto, foi somente em 1906 que o projeto finalmente encontrou sua realização através do decreto 1.606 de 29 de dezembro. Tal demora na sua realização aponta para o grau de resistência de determinados setores à idéia que, mesmo após o decreto, ainda levaria mais um longo tempo até encontrar sua regulamentação e finalmente entrar em prática. Apesar de a ordem de criação ser de 1906, a regulamentação do novo ministério e o começo de suas atividades só ocorreu em 1909, demonstrando mais uma vez as dificuldades pelas quais o grupo que desejava sua implantação enfrentava. As razões para essa demora são assim explicadas por Mendonça:

"Em primeiro lugar não se pode perder de vista o fato de estar ocupando a cena dos trabalhos legislativos, neste quadriênio, o debate em torno das propostas de

intervenção do Estado no mercado cafeeiro, as quais, em face da intensidade da queda dos preços externos e internos do produto e sua repercussão sobre as finanças públicas, deslanchariam sérios desentendimentos entre porta-vozes de grupos oligárquicos regionais diversos, especialmente paulistas e nordestinos. (...)

Em segundo lugar evidencia-se que, em tal contexto de tensão, a defesa de um Ministério da Agricultura, tido como destinado ao aprimoramento técnico de toda a produção agrícola, em seus vários níveis, contaria com a oposição da bancada paulista, para a qual não se colocava ele como prioridade." (MENDONÇA, 1990: 430-431).

Fica evidente que a luta também se dava pela divisão do poder, uma vez que a criação de um ministério para a agricultura significaria uma redivisão das verbas orçamentárias entre as repartições já existentes. O MIVOP seria o mais afetado uma vez que a ele cabia os negócios da agricultura e uma parte considerável de atividades sairia de sua alçada. A clareza da necessidade de melhor distribuição de verbas e poder para a agricultura que se materializaria através da criação de um novo ministério fica patente no parecer dado pela SNA para a sua criação:

"(...) a agricultura não poderá continuar vivendo, como até então, das sobras dos carinhos a outros filhos prediletos, uma vez que se criamos apenas uma diretoria no Ministério da Indústria, ela ficará ali como uma filha bastarda a que serão apenas concedidas as sobras das outras diretorias."³⁹

Mesmo se a posição do MAIC comparada com a distribuição de verbas dos outros ministérios não é das melhores, sendo maior apenas que a do Ministério dos Negócios Exteriores, a constituição do Ministério pode ser vista então como uma ascensão de uma parte da elite brasileira não ligada diretamente ao café que, através dessa nova repartição, consegue aumentar sua participação dentro do Estado. Dentro desse grupo se destacava a elite nordestina associada à cana, mas também ao algodão, setores ligados ao interior do estado do Rio de Janeiro, além daqueles grupos do extremo norte do país. Assim,

³⁹ SNA, *Projeto e Parecer sobre a criação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio*. Rio de Janeiro: Imp. Nac., 1906, apud MENDONÇA, 1990: 436.

"Considerando que o Estado inscreve na materialidade de sua ossatura a relação de forças existente entre as classes e suas frações, podemos encarar o processo de implantação do MAIC como um capítulo da própria organização da classe dominante brasileira no período, uma vez que novos segmentos seriam chamados a participar do pacto de dominação vigente, mediante sua inclusão diretamente no aparelho de Estado." (MENDONÇA, 1990: 434).

As diferentes frações de classe que são inscritas na materialidade da ossatura do Estado não estão soltas no espaço, mas territorializadas dentro da nação. Nesse sentido, essa organização da classe dominante também requer uma organização do próprio território e a inclusão de grupos dentro da esfera de poder também significa a inclusão de seus espaços territorializados. A afirmação do grupo cafeeiro no poder e conseqüentemente sobre o aparelho de Estado, sobretudo após o Convênio de Taubaté, só teve uma garantia de estabilidade quando parte desse aparelho foi dada aos produtores periféricos e seus territórios que, com isso, mesmo que dispendo de um valor infinitamente menor de verbas, conseguem marcar uma visibilidade na organização estatal. Assim, para usar os termos de Foucault empregados por LIMA (1995: 107), o MAIC pode ser apontado como um exemplo de existência, exercício e mecanismos do fenômeno mais geral da dominação, no qual relações de luta e de estratégia estão intensa e profundamente imbricadas. Por isso a aprovação do Ministério em 1906 pode ser vista como elemento dessa barganha, no entanto, a sua não implementação também é um indício da pequena força política que possuía seus defensores:

"As razões da inércia residiam, a nosso ver, no fato de a fração de classe hegemônica não ter tido, ainda, seus interesses específicos ameaçados o bastante, a ponto de ver-se forçada a ceder às contrapressões do jogo político como forma de acomodar dissidências." (MENDONÇA, 1990: 440)

A despeito das pressões por parte de grupos políticos e da imprensa, o Ministério só seria então regulamentado quando as condições fossem novamente favoráveis, fato que ocorreu somente em 1909,

"A aprovação definitiva dos regulamentos do novo órgão dependeria, paralelamente, da precocidade com que se iniciaram as tramitações para a sucessão presidencial de 1910, explicitando as contradições inerentes ao funcionamento da 'política dos governadores', nesta que viria a ser a primeira eleição efetivamente competitiva do período. Morto Afonso Pena, Nilo Peçanha, visando romper as manobras paulistas voltadas para a colocação de um candidato favorável à continuidade da política de defesa do café, aproveitaria a oportunidade para, por fim, concretizar o MAIC." (MENDONÇA, 1990: 443).

Apesar da tentativa paulista de dominar o órgão nos seus primeiros anos de existência, depois de constatarem a inevitabilidade de sua constituição, o MAIC se solidou como um instrumento de participação da elite periférica no poder e é como que deve ser visto. Por isso mesmo, uma preocupação mais apurada sobre o café via a cargo dos governos estaduais e do poderoso Ministério da Fazenda, este sim, dominado desde cedo pelos paulistas. O fato de o café, apesar de ser o principal produto do país, não estar no centro das preocupações do MAIC, não deve ser visto apenas como um indicador da pequena importância do ministério, mas também como o principal revelador dos grupos e dos territórios por eles comandados aos quais estava vinculado e o papel no jogo político que desempenhava.

O caráter periférico do Ministério, seu pequeno orçamento se comparado aos outros e sobretudo a ausência dos negócios ligados ao café é apontado por muitos como indicativo da ineficácia do órgão. No entanto, ao contrário de representar uma fraqueza, representava uma especificidade (MENDONÇA, 1990, LIMA, 1995), uma especificidade que representava o espaço de poder de uma elite periférica e, o que é para nós interessante, representava também os territórios dessa elite. Nesse sentido, a ascensão de uma elite periférica ao aparelho de Estado, significava também a ascensão de territórios que então ganhavam uma maior visibilidade dentro do aparato burocrático. Estava aberto um caminho institucional para a demonstração da diferença.

A vitória da elite periférica concretizada na criação do MAIC e sua tomada de posse de parte do aparelho do Estado, representaria também uma lenta transformação na maneira de ver o território. [A periferia ganhava vez e voz, e nesse sentido, o país começava também a enxergar seu território de forma diferenciada. É nesse contexto que a visibilidade da diversidade territorial ganha espaço.]

A consolidação de uma elite periférica na coordenação do MAIC fica evidente quando é analisada a biografia daqueles que ocuparam a chefia da pasta entre 1909 e 1930. O quadro I a seguir lista os ministros e suas origens.

QUADRO I

MAIC - Ministros titulares e origem

Ministros	Gestão	Origem
1. Antônio Cândido Rodrigues	1909	SP
2. Rodolpho N. da Rocha Miranda	1909-10	SP
3. Pedro de Toledo	1910-13	SP
4. Manoel E. Queiroz Vieira	1913-14	RJ
5. João Pandiá Calógeras	1914-15	MG
6. José Rufino Bezerra Cavalcanti	1915-17	PE
7. João Gonçalves Pereira Lima	1917-18	PE
8. Antônio Pádua Sales	1918-19	SP
9. Ildefonso Simões Lopes	1919-22	RS
10. Miguel Calmon du Pin e Almeida	1922-26	BA
11. Geminiano Lyra Castro	1926-30	PA

Fonte: Mendonça. 1990: 453

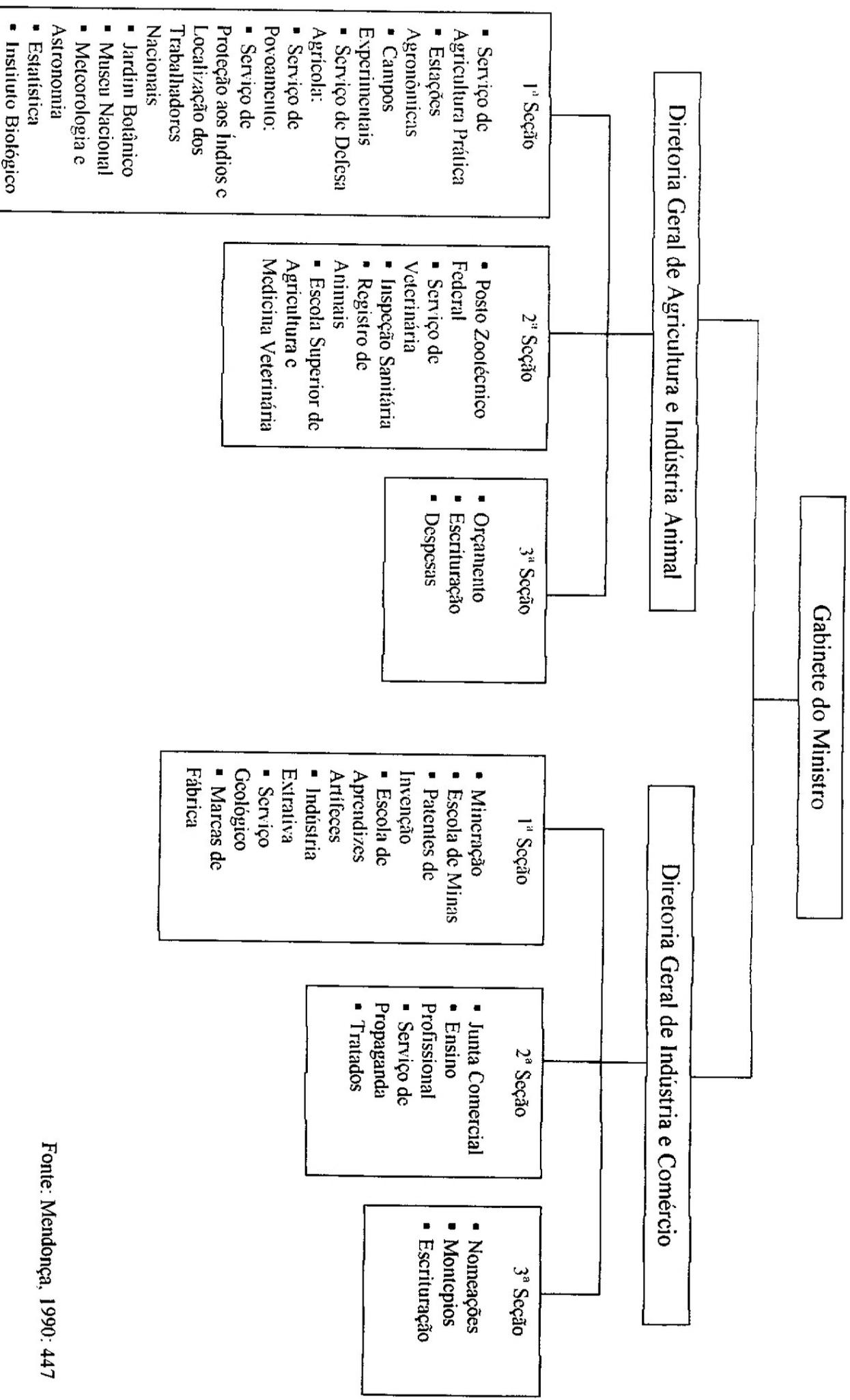
O quadro revela a presença de paulistas nos primeiros anos do ministério, que é logo em seguida tomado por representantes de outros estados. O tempo de permanência no cargo também é um indicador do processo de institucionalização e consolidação do ministério. Enquanto a década de 1911-20 a pasta de ministro teve sete integrantes diferentes, na década de 1921-1930, o cargo foi ocupado por três pessoas durante todo o período, fato que corrobora a afirmação de uma maior estabilidade de todo o sistema durante esta década. A biografia dos ministros também já foi analisada anteriormente por Mendonça (1990: 452-459).

O Ministério, criado então sob a designação de Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, foi implantado oficialmente em em 1909, através do decreto 7.727 de 9 de dezembro. Era composto por uma Diretoria Geral de Agricultura e Indústria Animal e pela Diretoria Geral de Indústria e Comércio. O Ministério teria ainda seu regulamento alterado duas vezes. Um novo regulamento seria baixado pelo decreto 8.899 de 11 de agosto de 1911, novamente alterado pelo decreto 11.436 de 13 de janeiro de 1915, para permanecer inalterado até o fim da República Velha. Os gráficos 1, 2 e 3, mostram os seguidos organogramas que teve o MAIC.

Os quadros II, III e IV a seguir, com os seguidos organogramas revelam que as repartições do recém instalado MAIC resultavam daquelas desmembradas do MIVOC, mas também possuía uma série de repartições recém criadas, demonstrando a institucionalização de novos problemas⁴⁰. A tentativa de inclusão de uma série tão detalhada de problemas sob a esfera do controle do Estado revela também a tentativa de dar à agricultura um cuidado maior do que aquele que ela havia recebido das administrações anteriores. A criação de uma série de repartições ligadas ao ensino, pesquisa e publicidade revela a implantação de um novo modelo, já preconizado pela SNA que tentava modernizar a agricultura brasileira através da criação e difusão de novas técnicas e produtos agrícolas. Era a tentativa de se transferir o discurso da modernização da mera discussão para a ação direta do Estado.

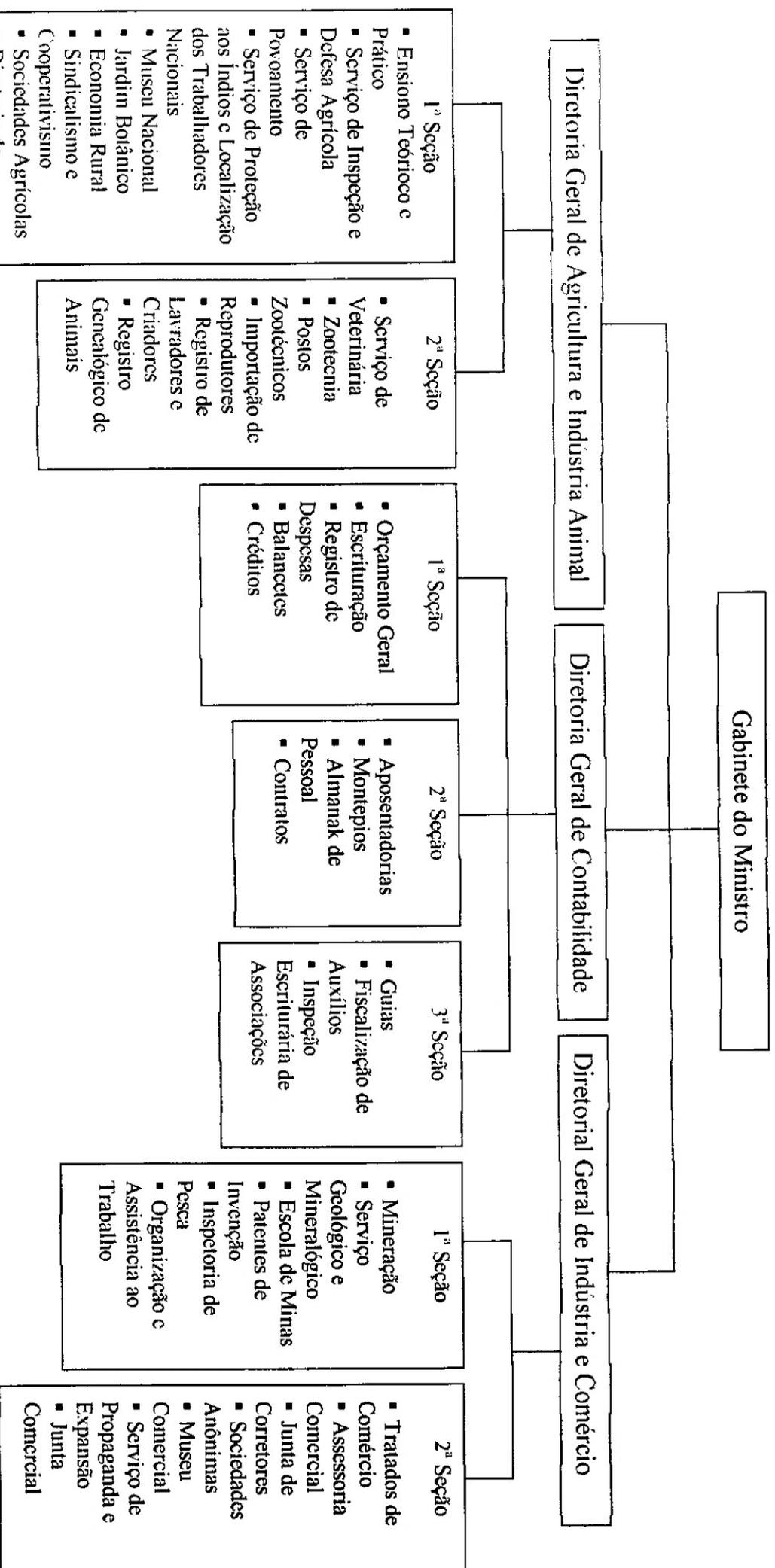
⁴⁰ É longa a lista de atribuições. Para citar apenas aquelas ligadas à Diretoria Geral de Agricultura e Indústria Animal temos: o ensino agrícola, as estações agronômicas, os campos de experimentação, os institutos de biologia agrícola, a Diretoria Geral do Serviço de Povoamento, a Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores, a catequese e civilização dos índios; o registro das terras possuídas e a legitimação ou revalidação das posses ou concessões feitas; a medição, demarcação, distribuição e venda das terras pertencentes à União e sua separação das que pertencessem ao domínio particular; os jardins botânicos; o Museu Nacional, hostos, alboratórios, distribuição de plantas e sementes, silvicultura; a Diretoria de Meteorologia e Astronomia; a defesa agrícola, os regulamentos para importação de plantas e sementes; a hidráulica agrícola, irrigação, drenagem e construções rurais; a estatística, informações sobre produção e consumo, mercados internos e externos, exportação e importação, previsões de colheitas, movimento de safras; a legislação rural, os estudos científicos com o fim de promover o progresso da agricultura, congressos, conferências, concursos e comícios; as sociedades de agricultura, sindicatos e cooperativas, bancos, caixas de crédito e companhias para explorações agrícolas; as informações, propaganda e divulgação de tudo quanto interessasse à agricultura no interior e no exterior; a indústria animal; as escolas de veterinária; de zootecnia e de laticínios; o Posto Zootécnico Central; as estações zoológicas, proteção contra as epizootias, importação de animais reprodutores com o auxílio do Governo Federal e registro genealógico de animais importados; os concursos de animais, exposições de laticínios; os congressos, conferências, sociedades, sindicatos, cooperativas relativas à indústria de laticínios; o registro de lavradores, criadores e profissionais de indústrias conexas; a organização do orçamento geral do Ministério; a abertura de créditos; a demonstração do estado das verbas orçamentárias, o preparo das bases e a redação dos contratos. (Fundação Casa de Rui Barbosa, 1985: 56)

QUADRO II - MAIC - Organograma, 1909-1910



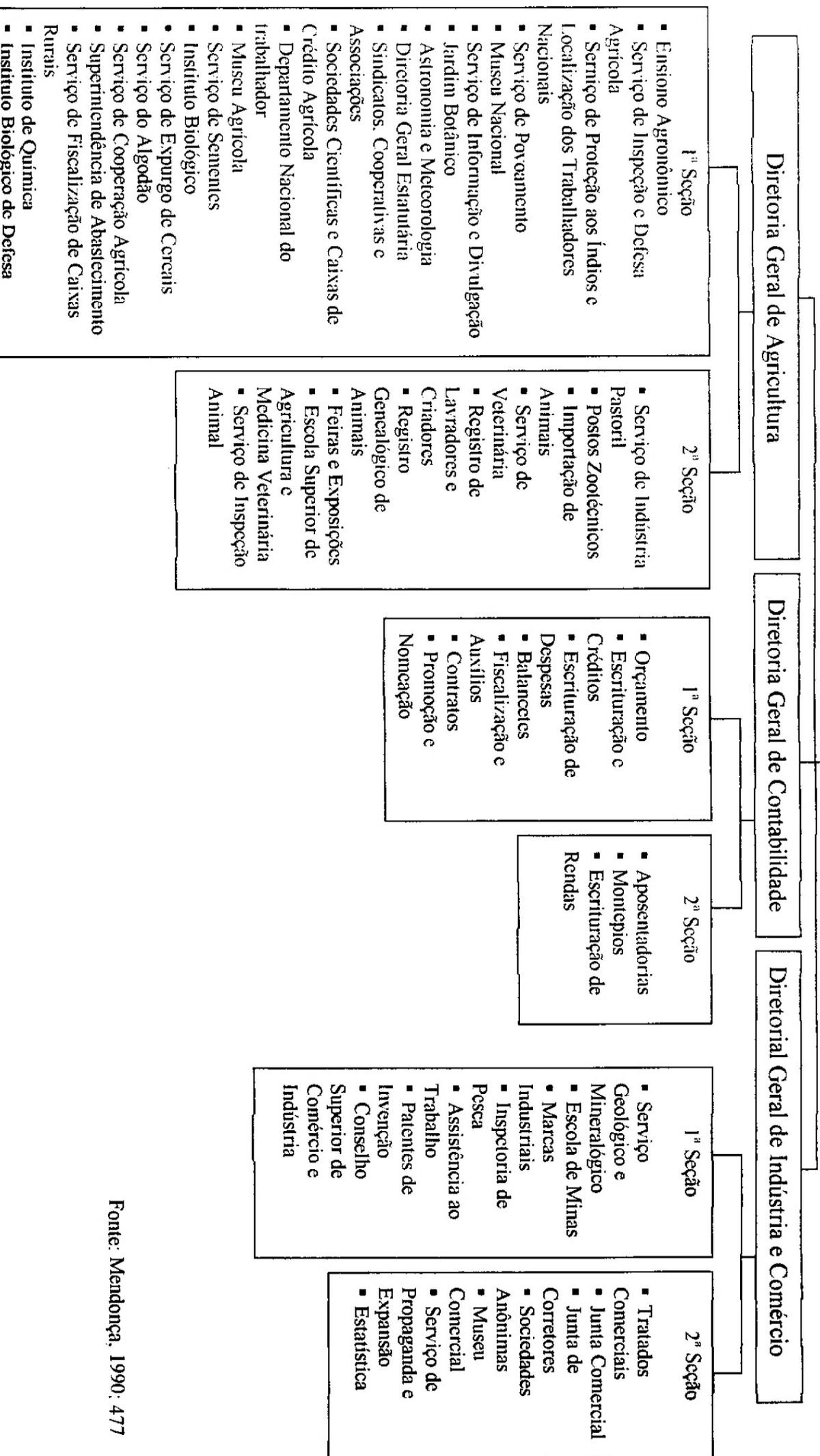
Fonte: Mendonça, 1990: 447

QUADRO III - MAIC - Organograma, 1910-1915



QUADRO IV - MAIC - Organograma, 1915-1930

Gabinete do Ministro



Na verdade para alguns dos setores ligados à criação do MAIC tratava-se de dar ao novo ministério o caráter mais técnico possível, seguido o modelo do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos. O Ministério deveria estar, antes de mais nada, ligado à ciência aplicada, à agricultura e a sua divulgação aos diferentes setores interessados. O prefácio escrito por Wenceslao Bello, presidente da SNA, na publicação do projeto e parecer dado para a criação do MAIC é exemplar do tipo de discurso que orientou a criação do ministério. O trecho é longo, mas importante:

"Na parte que respeita a agricultura, os serviços que se vão criar são inteiramente novos para nós, quer com relação ao seu objetivo, quer em confronto com os nossos costumes de administração.

Em verdade, não se trata de criar um conjunto de secretarias e repartições burocráticas e de mero expediente, à semelhança das que temos, com todas as falhas e vícios, que estão a pedir corretivo. (...)

O Ministério da Agricultura, tal como são os de feição moderna em outros países, e que, por seus prodigiosos resultados, inspiraram a propaganda que ora triunfa, é coisa bem diversa, pois é antes um conjunto de oficinas de trabalho científico.

O seu objetivo fundamental é estudar diretamente o país, em tudo que interessar possa à produção e difundir os conhecimentos destarte adquiridos para ensino, aviso e proteção aos produtores.

É o estudo de nossos climas, de que tanto falamos com louvores, sem termos deles, no entanto, nada mais do que uma noção empírica e totalmente estéril. É o conhecimento dos fenômenos meteorológicos e a sua previsão para podermos aproveitar todo o efeito de seus benefícios e precaver-nos contra seus danos. É a observação e experiência de nossos solos, nossas plantas e nossos animais, em seus predicados e suas exigências, em seu valor e seus defeitos; no modo de os corrigir, melhorar e multiplicar, na maneira de os defender dos agentes perniciosos, nos melhores métodos de produzir, colher, preparar, expedir e comerciar os seus produtos. É o estudo estatístico de nossa produção e de seus fatores, de nosso consumo, de nosso comércio e dos meios de os ampliar, libertando-os de peias que a natureza e os vícios de nossa organização opõem ao seu desenvolvimento." (Bello *in* TOSTA, 1906: x-xi)⁴¹

Foi desse modo que no MAIC foram criados serviços ligados diretamente à pesquisa e divulgação, encarregados da produção de um conhecimento científico, e portanto com pretensão à verdade. Esse serviços deveriam aumentar as informações sobre os elementos do território nacional. Foi nesse contexto que foram criados os Serviços de Meteorologia e de Geologia, por exemplo, estudados nos capítulos

seguintes. Foi seguindo essa idéia também que órgãos então já existentes, como o Museu Nacional e o Jardim Botânico seriam também transferidos para a alçada do ministério. Por tudo isso, a criação do MAIC era considerada uma experiência nova na administração brasileira que deveria ter um caráter diferenciado da antiga estrutura burocrática do país, e praticada por técnicos especialmente treinados em suas áreas de atuação⁴².

Na verdade, tratava-se de uma experiência nova na administração brasileira, na medida em que paulatinamente o novo ministério viria a valorizar o técnico em detrimento do político. Tradição compartilhada tanto por liberais quanto por autoritários, desacreditava na improbidade moral dos homens públicos e da eficiência das práticas institucionalizadas da esfera pública, a solução técnica da "organização" era apontada como a fórmula capaz de regenerar a administração do Estado e o próprio país. Essa dicotomia entre políticos e técnicos faz parte de um processo histórico que inventa a tradição do técnico como detentor de um saber especializado e neutro é datada por Angela de Castro Gomes (1994) como tendo início, *grosso modo*, da década de 1920. É verdade que, no entanto, o processo de instalação e consolidação do MAIC na década de 1910 já representava os primórdios desse processo. Ele também está ligado ao início de um processo de crítica à definição de acesso aos postos-chave do aparelho de Estado e a quais valores eram necessários para o bom desempenho das funções governamentais (GOMES, 1994: 03). De um modo geral, os homens públicos eram oriundos de cursos jurídicos, notadamente de Coimbra no início, e posteriormente das Escolas de Direito do Recife e de São Paulo e em menor número das Escolas de Medicina do Rio de Janeiro e de Salvador. Tratava-se de uma elite política constituída durante todo o Império e boa parte da Primeira República, de bacharéis, possuidora de uma cultura humanística e uma tradição política familiar. Angela de Castro Gomes argumenta que este processo de crítica a essas elites políticas está ligado a um processo de articulação de um discurso contra a experiência liberal da Primeira República. Desse modo, o auge do discurso técnico coincidiria com a centralização política e

⁴¹ Grifos meus.

⁴² "Tudo isso é novo para nós e não pode ser feito pelo pessoal de nossas repartições, nem pelas normas administrativas a que estamos afeitos. É preciso que a burocracia, que não reconhece o valor do tempo e dos direitos do contribuinte, que se poupa e protela o interesse público, não consiga imiscuir-se nessa obra para a esterilizar, pois que ela é essencialmente de competência de técnicos e exige trabalho intenso e dedicado." (Bello in TOSTA, 1906: xii)

administrativa do Estado Novo. A criação do MAIC é talvez o melhor exemplo do período de transição entre essas duas configurações, com todas as peculiaridades e contradições daí oriundas. Na verdade, para que essa nova elite burocrática, formada por técnicos ascendesse ao poder, era necessário uma reforma do aparelho de Estado que deveria também corresponder às expectativas de uma maior ligação com questões técnicas e científicas e a instalação do MAIC e a organização que lhe foi conferida representa uma primeira tentativa nessa direção.

O novo ministério representaria um aumento considerável de repartições e de novos problemas institucionalizados. Muitos desses novos órgãos criados seriam responsáveis por novas produções e reproduções de representações do território orientados para a demonstração da diversidade do território nacional. O quadro V seguinte mostra os órgãos subordinados ao MAIC, com a especificação do ano de criação e do Ministério de onde haviam sido transferidos.

O quadro mostra os órgãos subordinados ao MAIC, o ano de criação, bem como o ministério ao qual estava subordinado no momento em que foram transferidos. Foram incluídos os órgãos listados pelo Guia Administrativo da Primeira República publicado pela Fundação Casa de Rui Barbosa (1985). Os órgãos foram incluídos no quadro com a denominação que possuíam no momento de sua criação ou transferência para este ministério.

QUADRO V

Órgãos subordinados ao MAIC entre 1909 e 1930

Órgão	Ano de Criação	Ministério de onde foi transferido
1. Diretoria Geral de Estatística	1871	MIVOP [MInt]
2. Diretoria Geral de Propriedade Industrial	1923	Novo
3. Diretoria Geral do Serviço de Povoamento	1907	MIVOP
4. Diretoria Geral do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais	1910	Novo
5. Diretoria da Indústria Animal	1909	Novo
6. Diretoria de Meteorologia e Astronomia	1909	Novo
7. Diretoria do Serviço de Inspeção, Estatística e Defesa Agrícola	1910	Novo
8. Diretoria do Serviço de Propaganda e Expansão Econômica do Brasil no Estrangeiro	1907	MIVOP
9. Diretoria do Serviço de Veterinária	1910	Novo
10. Escola de Minas de Ouro Preto	1875	MJNI
11. Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária	1910	Novo
12. Estação de Biologia Marinha	1915	Novo
13. Estação Central de Química Agrícola	1915	Novo
14. Fábrica de Ferro S. João de Ipanema	1810	MIVOP
15. Inspetoria de Pesca	1912	Novo
16. Instituto Biológico de Defesa Agrícola	1920	Novo
17. Instituto de Expansão Comercial	1928	Novo
18. Instituto de Química	1918	Novo
19. Jardim Botânico	1811	MIVOP
20. Junta Comercial	1875	MJNI
21. Museu Nacional	1818	MJNI
22. Observatório Nacional	1827	Desmembrado da Diretoria de Meteorologia e Astronomia
23. Sessão de Publicações e Biblioteca	1909	Novo
24. Serviço de Expurgo e Beneficiamento de Cereais	1920	Novo
25. Serviço Florestal do Brasil	1921	Novo
26. Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil	1907	MIVOP
27. Superintendência do Abastecimento	1920	Novo
28. Superintendência de Defesa da Borracha	1912	Novo
29. Superintendência do Serviço do Algodão	1920	Novo

Fonte: Organizado segundo informações do Guia Administrativo da Primeira República (Fundação Casa de Rui Barbosa, 1985) e dos Relatórios Ministeriais.

É importante notar como de um total de 29 órgãos listados. 09 são transferências de outros Ministérios no momento da criação do MAIC, 19 são órgãos novos e 1 representa o desmembramento de outro já pertencente aos quadros do ministério. O quadro também permite visualizar que a criação de novos órgãos continuou mesmo alguns anos após a criação do MAIC. Dentre os 19 órgãos criados, apenas 3 foram constituídos em 1909 e 4 em 1910, os anos que poderíamos classificar como de institucionalização do Ministério. Após esse anos, foram 2 em 1912, 2 em 1915, 1 em 1918, 4 em 1920, 1 em 1921, 1 em 1923 e 1 em 1928. Tal fato demonstra que a construção e diversificação do ministério continuou nos anos seguintes à sua constituição. É importante notar também que dentre os serviços transferidos de outros ministérios, dois deles, a Diretoria Geral do Serviço de Povoamento e a Diretoria do Serviço de Propaganda e Expansão Econômica do Brasil no Estrangeiro, haviam sido criados em 1907, já dentro do contexto de criação do MAIC, já preparados para a transferência para este quando de sua regulamentação em 1909.

Embora a década de 1920 tenha sido um período de razoável estabilidade na organização do Ministério, quando este deixa de ser alvo de reformas nos seus regimentos, como apontado anteriormente, observamos a constituição de 3 novos órgãos: o Serviço Florestal do Brasil, a Diretoria Geral de Propriedade Industrial e o Instituto de Expansão Comercial.

Os novos quadros técnicos que o ministério requeria foram compostos especialmente por engenheiros, principalmente por deficiência do ensino de carreiras ligadas mais especificamente às necessidades do ministério, tais como meteorologia, química ou astronomia (DIAS, 1994). Esse quadro só seria alterado muito mais tarde com a regulamentação do ensino e da carreira dessas ciências. Se é verdade no entanto que os quadros foram compostos por engenheiros por falta de pessoal mais especializado, é verdade também que o curso de engenharia era aquele que mais se aproximava dos ideais de ciência aplicada à técnica que se almejava dar ao ministério, em oposição aos cursos ligados ao humanismo que até então formavam a maior parte da elite brasileira, ou mesmo aqueles oferecidos pelas faculdades de medicina. O saber técnico dos engenheiros, ligados diretamente à problematização e execução de respostas

aos problemas vinha tomando espaço em setores que antes eram associados a outras carreiras, como as questões sanitárias, dominadas por médicos. Desde o final do Império a capacidade daqueles treinados nos cursos de engenharia de identificar e propor soluções viáveis para os problemas de saúde pública dos grandes centros vinham tomando espaço daqueles treinados nos cursos de medicina, não muito afeitos a pensar em soluções que fossem verdadeiramente executáveis aos olhos do poder público (COELHO, 1999). Pela mesma razão, também tomavam espaços que antes eram ocupados pelos bacharéis na administração pública⁴³.

Essa predominância dos engenheiros pode ser vista, por exemplo, quando analisado a formação dos ministros do MAIC, apontada no quadro VI:

QUADRO VI

Ministros do MAIC. Profissão e permanência no cargo, 1910-1930

Profissão	Número de Ministros	Tempo total de Permanência
Engenheiros	4	9 anos e 2 meses
Bacharéis	3	4 anos e 7 meses
Médicos	1	4 anos
Sem referência	2	2 anos e 3 meses
Total	10	20 anos

Fonte: DIAS. 1994: 23

O quadro demonstra a predominância dos engenheiros tanto em termos de numéricos quanto no tempo de permanência dos cargos. Ele demonstra a perda de espaço dos bacharéis que antes havia sido a formação por excelência da elite política do Império. Ele demonstra também que a tentativa de conferir ao MAIC um caráter técnico de aplicação da ciência recaia também na escolha do chefe da pasta, demonstrando como o ministério estava imbricado com essas idéias.

Todos os serviços listados e seus técnicos tinham como pano de fundo de atuação um discurso que fundamentou a própria criação do MAIC: a necessidade de

⁴³ Para uma análise da engenharia no Brasil ao longo da história ver Telles (1984, 1993)

diversificação agrícola do Brasil. Será analisado adiante o contexto desse discurso e como ele embasou a ação do ministério, além da sua associação com a idéia de diversificação do território, cara a este estudo.

O MAIC e a questão da Diversificação Agrícola

Alguns autores já apontaram para um discurso comum à classe dirigente brasileira da Primeira República, aqui chamado de *vocação agrícola brasileira* (DOWNES, 1986, MENDONÇA, 1990, LIMA, 1995). Para uma boa parte da elite nacional eminentemente agrária do início do século XX, a vocação *natural* do Brasil na divisão internacional do trabalho seria como o de grande produtor de produtos agrícolas, em função da imensidão de seus recursos naturais. Tal fato revela uma visão do território como condicionador da atividade produtiva do Brasil. Numa interpretação teleológica, uma vez que ao país tinha sido dado um território tão grande, lhe era cabido *por direito* uma posição de destaque na produção agrícola internacional e tal fato só não ocorria até então pela incapacidade e despreocupação dos setores responsáveis.

Tal visão encontrou campo fértil para progredir em um país onde a classe agrária dominava não só o poder, mas também os meios de produção e difusão das representações sobre o país que embasavam a ação sobre o território. Nesse sentido, concordo com Downes quando este afirma que "a atividade agrícola não apenas dominou a vida econômica brasileira, como também deu suporte e substância a uma filosofia econômica que louvava as riquezas naturais do Brasil desde o início do período colonial, senão antes." (*apud* MENDONÇA, 1990: 75).

Este caráter laudatório da natureza brasileira presente na produção sobre seus recursos naturais também foi identificado por José Augusto de Pádua (1997), num estudo que abarca o longo período entre 1786 a 1888 sobre o que seriam as origens de uma tradição da ecologia política no país.

Esta "filosofia econômica" laudatória teria gerado um tipo de conhecimento que serviria de embasamento para a ação do Estado e, conseqüentemente, de sua

organização. No entanto, é necessário deixar claro que, como já apontado anteriormente por Mendonça (1990), a defesa da vocação agrícola brasileira está ligada a uma gama muito grande de interesses diversos entre si, muitas vezes conflitantes.

É necessário lembrar que a proclamação da República representa o apogeu de uma economia voltada para a produção extensiva e em larga escala de matérias-primas e gêneros tropicais destinados à exportação, que já havia obtido uma grande expansão desde a metade do século XIX⁴⁴. No entanto, ao mesmo tempo que crescia esse sistema apoiado exclusivamente na agricultura de exportação, aumentavam os fatores que lhe comprometiam a estabilidade, e cada passo no sentido de ampliá-lo mais o comprometia por torná-lo mais dependente, e tais efeitos seriam logo sentidos, com graves crises se abatendo no auge da prosperidade (PRADO JÚNIOR, 1976: 207-283).

No início do século XX, a discussão sobre a vocação agrícola do país e sua consolidação seria feita num ambiente de crise:

"Como é possível perceber, a ratificação da vocação agrícola do Brasil se faria acompanhar, de perto, pelo espectro de uma crise, em suas múltiplas acepções. Crise efetiva dos preços dos bens primários exportados, em seu início, transformar-se-ia em crise política, face às tensões inter-oligárquicas abrigadas à sua sombra, acabando por revestir-se do caráter de crise social e ideológica, por confronto aos valores e à dinâmica próprios à ordem urbano-industrial que se impunha à sociedade brasileira. Ambiguamente, entretanto, seria essa mesma vocação o fio condutor de mudanças advogadas, senão para a estrutura agrária, ao menos para o desempenho da atividade agrícola, desde que as principais culturas de exportação davam mostras de 'esgotamento' na virada do século, ditando a necessidade de uma reação da parte de segmentos da classe proprietária distintamente atingidos em seus respectivos complexos econômicos. E o fundamento dessa reação residiria - ainda que em nome do atendimento a objetivos políticos díspares - no aprofundamento da identidade

⁴⁴ "a República, rompendo os quadros conservadores dentro dos quais se mantivera o Império apesar de todas suas concessões, desencadeava um novo espírito e tom social bem mais de acordo com a fase de prosperidade material em que o país se engajara. Transpunha-se de um salto o hiato que separava certos aspectos de uma superestrutura ideológica anacrônica e o nível das forças produtivas em franca expansão. Ambos agora se acordavam. Inversamente, o novo espírito dominante, que terá quebrado resistências e escrúpulos poderosos até havia pouco, estimulará ativamente a vida econômica do país, despertando-a para iniciativas arrojadas e amplas perspectivas. Nenhum dos freios que a moral e a convenção do Império antepunham ao espírito especulativo e de negócios subsistirá; a ambição do lucro e do enriquecimento consagrar-se-á como um alto valor social. O efeito disto sobre a vida econômica do país não poderá ser esquecido nem subestimado." (PRADO JÚNIOR, 1976: 209)

tradicionalmente estabelecida entre os destinos da agricultura e da nação".
(MENDONÇA, 1990: 73-74)

Caio Prado Júnior também já mostrou que o desequilíbrio do sistema foi fecundo no sentido em que contribuiu para uma tendência à diferenciação das atividades econômicas e produtivas do país a fim de livrá-lo da dependência excessiva de alguns produtos para o exterior (PRADO JÚNIOR, 1976: 216)⁴⁵. Essa diferenciação se faria em meio ao discurso da *vocação agrícola brasileira*.

Esta *vocação agrícola* do país foi um dos elementos fundamentais do discurso ruralista. Mendonça (1990) identifica três postulados recorrentes na fala ruralista que integram a defesa da *vocação agrícola do Brasil*: 1. A reivindicação da extensão dos benefícios da ciência e da técnica ao campo; 2. A demanda pela atualização das formas de fixação da mão-de-obra junto à chamada grande lavoura; 3. A necessidade de diversificação agrícola do país.

A difusão da questão da *diversificação agrícola* foi um dos meios de defesa dessa *vocação agrícola brasileira*. Ele está também indubitavelmente associado à diferenciação dos interesses agrários, ocorrido entre o fim da escravidão e as primeiras décadas do século XX.

Earl Richard Downes⁴⁶ desenvolve uma análise acerca da diversificação agrícola brasileira que ocorre na Primeira República como uma decorrência do ruralismo, por ele estudado tanto como uma filosofia como um movimento de setores oligárquicos menos dinâmicos na correlação de forças constitutivas do bloco do poder. Este autor está especialmente interessado em analisar a influência norte-americana nesse movimento.

Mendonça (1990: 77) encontra três tipos de agentes responsáveis pelo movimento diversificador da agricultura. Um deles era composto por indivíduos com formação técnica provenientes das áreas cafeeiras decadentes, vindo na valorização da policultura e no abandono da solução monocultora do café, uma saída para os problemas

⁴⁵ "E assim, enquanto de um lado vemos que se restringem cada vez mais aquelas atividades, centralizando-se a economia brasileira na produção de um pequeno número de gêneros exportáveis, com desprezo de tudo mais, desabrocha em oposição uma evolução em sentido contrário, para tirar daqueles gêneros a exclusividade de que gozavam. (PRADO JÚNIOR, 1976: 216).

regionais. Um segundo grupo de agentes era formado por políticos tradicionais em busca da recuperação da prosperidade das áreas nas quais tinham suas bases de poder. O terceiro grupo é aquele composto por membros da fração dominante ligada às áreas cafeeiras próprias. Em razão da sua composição diferenciada e dos diferentes interesses envolvidos, esses grupos também tinham formas de ação diferenciadas para a promoção da diversificação agrícola. O primeiro deles, de formação técnica, serviu de estímulo para a conscientização de seus contemporâneos ao incentivo para a necessidade de ampliação da ação do Estado em favor de diversificação dos produtos. O segundo grupo, dos políticos tradicionais, procurava definir instrumentos tarifários e fiscais que dessem suporte à diversificação, em conjunto com a ação do governo federal. Já o terceiro grupo, da elite cafeeira, estava preocupado com o estabelecimento de alternativas que pudessem servir de anteparo a possíveis futuras flutuações e distúrbios no mercado internacional de seu produto principal, o café.

Para muitos daqueles que se debruçavam sobre a questão da modernização da agricultura brasileira, um dos principais responsáveis pelo atraso do país era a monocultura, elemento que viria a dar força ao argumento da diversificação, mesmo se ele também era defendido por aqueles que não viam na monocultura um problema. Na verdade essa questão representaria mais um espaço de conflito dentro do movimento ruralista.

Para Mendonça (1990: 199-301), o discurso que promovia a diversificação abrangia duas clivagens de caráter político. A primeira estava ligada à dificuldade dos representantes da grande burguesia paulista pensar além da grande produção cafeeira e incorporarem a sua visão da economia um caráter mais nacional e integrador. Para estes elementos, a questão da diversificação era associada exclusivamente aos interesses regionais e sobredeterminados pela ratificação das grandes linhas do comércio internacional. A segunda clivagem apontada pela autora, também resultava de uma manifestação reativa à dominação paulista sobre o aparelho de Estado, incidindo algumas propostas diversificadoras na denúncia do monopólio exercido pelos cafeicultores sobre os recursos públicos.

⁴⁶ DOWNES, Earl Richard (1986): *The seeds of influence: Brazil's 'Essentially Agricultural'. Old Republic and the United States, 1910-1930*. Austin. Phd Dissertation to University of Texas *aupu*
MENDONÇA (1990).

O fato é que, oriundo de diferentes interesses, o discurso da diversificação agrícola era comum a boa parte da elite brasileira e como tal, foi tomado como base do discurso para a criação de um ministério da agricultura, servindo posteriormente como fio condutor de sua constituição, ordenação e atuação.

Estabelecido o MAIC, seus dirigentes procurariam empreender o que acreditavam ser a regeneração agrícola do país através da extensão da ciência e do ensino ao campo. Tal empreendimento ficaria claro através do Relatórios do Ministério, fato também notado por Mendonça:

"Dizendo respeito tanto ao aumento da circulação interna de produtos agrícolas (...), quanto à possibilidade de recuperação dos saldos da balança comercial brasileira - fosse pelo fomento a produtos exportáveis substitutivos do café, fosse pela compreensão dos gastos com a importação de gêneros agrícolas de primeira necessidade - a diversificação produtiva constituir-se-ia na noção central à produção discursiva veiculada através do MAIC." (MENDONÇA, 1990: 474-475)

O caráter diversificador da ação do MAIC é estudado por Mendonça (1990: 476) através de dois aspectos: a complexificação burocrática por que passou a agência desde a sua criação até 1930 e a distribuição interna de seus recursos orçamentários, ambos já discutidos aqui. As reformas pelas quais o ministério passou são um indicativo do primeiro aspecto que, segundo a autora, apontava para a fusão e simplificação de alguns mecanismos de prestação de serviços e concessão de maior autonomia para aqueles cujo escopo regional de atuação era mais ou menos evidente.

A valorização da técnica e da ciência ficava evidente também nos relatórios ministeriais, sobretudo a partir da década de 1920:

"A absorção da pretensa neutralidade da Ciência, parece ter dado o tom das novas alterações empreendidas (...). A tradução burocrática dos novos campos abertos à intervenção do órgão consistiria num conjunto de repartições tão especializadas quanto um Serviço de Expurgo de Cereais ou ainda os Institutos de Química e Biológico de Defesa Agrícola, para além de outro encarregado da Inspeção Animal, destinado a fiscalizar frigoríficos e fábricas de laticínios, controlando a qualidade de sua produção." (MENDONÇA, 1990: 482-483).

A medida em que o aspecto modernizante e a aplicação científica da agricultura foram sendo valorizados foram também sendo incentivados a criação e valorização de instituições nas quais a pesquisa científica para tais fins deveria ser aplicada.

"Através de sua conduta, a um só tempo política e ideológica, na promoção e difusão de procedimentos e modelos de racionalidade 'cientificamente' concebidos, o Ministério da Agricultura acabaria por legitimar as práticas desenvolvidas por seus agentes como portadoras da clivagem entre trabalho intelectual e trabalho manual. A apropriação da ciência pelo Estado, além de transformá-la em dimensão ordenadora de seus discursos, imbricava-a aos mecanismos de poder, mediante a criação da necessidade de um corpo de agentes especializados, tornados burocratas 'intelectualizados'." (MENDONÇA, 1990: 487).

O que pretendo destacar aqui, é que esta idéia da necessidade de diversificação agrícola trazia consigo novas formas de ver o território. Para provar que cabia ao Brasil uma produção muito mais diversificada que a que ele possuía até então, era necessário provar que seu território era capaz dessa produção, ou seja, que seu território reunia condições diversas capazes de produzir produtos que requeriam condições diferenciadas de solo, insolação, umidade, temperatura, etc.

A diversificação das culturas requeria então estudos e mapeamentos das diferentes condições do território nacional. Idéia fundamental do discurso modernizador, o reconhecimento das "potencialidades" do território nacional foi incorporado na construção do MAIC e representada na criação de serviços ligados diretamente à pesquisa como o caso de repartições que deveriam se ocupar do estudo da geologia e da meteorologia (o Serviço Geológico e a Diretoria de Meteorologia, respectivamente), além da transferência para esta pasta e remodelação de outros serviços já existentes, como o Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

A estas repartições cabia, segundo seus diferentes objetos, o estudo do território. Cabia também embasar a possibilidade de diversificação da produção brasileira. Nesse sentido, cabia mostrar e institucionalizar as diferenças no território. Foram dadas nesse momento as condições para que a diversidade do território brasileiro emergisse dentro do contexto do Estado que permitiria sua maior visibilidade para toda a sociedade. É através dessas estratégias que, como discutido anteriormente, a ação de grupos

territorializados dentro do aparelho do Estado também se faz por meio da representação de seus territórios. A diferenciação das elites no interior do aparato do Estado fez com que este fosse paramentado para valorizar os diferentes territórios aos quais essas elites estavam ligadas.

Esta ideologia que orientou a constituição do Ministério e sua ação pode ser bem identificada na fala de seus ministros, como a de Pedro Toledo em 1911:

"A agricultura e os ramos de produção que com ela se relacionam, encontram nos recursos naturais do nosso território elementos estáveis de prosperidade, só retardada porque a ação do homem, aliada à dos poderes públicos, ainda os não utilizou por completo, apropriando-os às nossas necessidades econômicas.

As variantes do clima tropical, tão diverso na grande superfície do país e diferenciando-se nos seus aspectos até dentro dos limites de uma mesma região, o solo geralmente fértil, a abundância dos cursos d'água, a normalidade das condições meteorológicas, na maioria das terras aproveitáveis, além de outros elementos, abrem à atividade do trabalho rural fontes duradouras de riqueza, que nos asseguram e, cada vez mais, nos hão de assegurar, posição estável entre os grandes centros de produção agrícola. (...)

É preciso que o gênero de exploração a adotar seja sempre compatível com a situação de cada zona; que as culturas novas se façam, tanto quanto possível concomitantemente com os antigos ramos de produção, sem excluí-los, e que tenhamos em vista a expansão de ramos de culturas e de indústrias até agora incipientes e que, entretanto, permitem resultados ainda não adquiridos." (RMAIC, 1911: x-xi, xxiv).

Pedro de Toledo, um dos primeiros ministros do MAIC, ainda um representante da grande lavoura cafeeicultora, ele mesmo um grande fazendeiro, encarna no seu discurso a idéia que orientou a criação do ministério: a possibilidade de diversificação das culturas tendo em vista a diversidade de condições de produção existentes no país, necessitando para tal que cada cultura fosse adaptada para sua área específica, que teria o desenvolvimento da ciência e do conhecimento do país como o principal instrumento para tal. No seu relatório do ano seguinte, ainda continua:

"Apesar das condições especiais do solo e clima, que tão vários são e extremos nos diferentes Estados da Federação, condições que nos garantem o mais variado progresso e riqueza, pela exploração das mais diversas indústrias, num território de mais de oito milhões de quilômetros

quadrados, em que se agitam, de longe, muitos milhões de indivíduos. o nosso desenvolvimento econômico era, há bem pouco tempo, lento, defeituoso e demorado, a nossa indústria manufatureira quase nula e, ainda assim, sustentada pesadamente nas muletas das tarifas alfandegárias, apresentando a lavoura o atraso dos tempos coloniais, exceção feita de alguns agricultores adiantados em dois ou três Estados da União, onde não se faz a cultura da terra, aliás ubérrima, à lei da natureza, ajudando o braço humano da intervenção da ciência, que lhe duplica a força, economiza o tempo e aumenta-lhe a produtividade." (RMAIC, 1912: x-xi)

No relatório de 1913, observamos ainda o discurso sobre a imprevidência anterior à construção do Ministério que impedia o desenvolvimento do país:

"A falta dessa salutar orientação, criteriosamente dirigida, nos colocou em posição esquisita e incomoda, pois, embora nos jactemos de habitar e possuir um país dos mais vastos e ricos do mundo, dotado, em seus imensos territórios, de norte a sul, de todos os climas da terra e, por isso, habilitado, naturalmente, ao desenvolvimento e adaptação de todas as culturas, vivemos a pedir ao estrangeiro os artigos mais indispensáveis à vida, até mesmo os que o nosso solo produz com extraordinária exuberância." (RMAIC, 1913: x)

Este discurso contribui com a formação da visão do MAIC como a redenção do país, através do início da prática da agricultura moderna, bem como na utilização adequada do conhecimento como desenvolvedores de formas eficientes de aproveitamento do território.

No relatório do Ministério de 1915, esta idéia de que o país não desenvolveu ainda a agricultura moderna, por falta de cuidado com as culturas e sua correta adaptação ao terreno que lhe é melhor adequado aparece de forma bastante peculiar:

"Desde que as explorações agrícolas sejam ensaiadas de acordo com as circunstâncias peculiares a cada região, alcançaremos uma variedade maior de gêneros, estabelecendo-se deste modo a franca permuta de produção dentro do país.

Entretanto, assim não acontece hoje, a por essa razão vemos Pernambuco, de par com a cana-de-açúcar, que exige clima quente e úmido, cultivar o café, que demanda zona de aptidões culturais diferentes, explorando ainda a indústria pastoril, da mesma forma que São Paulo, ao lado do café, lavoura para a qual a natureza lhe concedeu

solo e clima privilegiados, cultiva igualmente a cana-de-açúcar e até o próprio algodão." (RMAIC, 1915: xii)

Este é um exemplo de visão compartimentada do território nacional que era transmitido pela catalogação dos produtos por estado, onde a cada um cabia um produto, oriundo do sistema de museus e das exposições que serão analisados nos capítulos seguintes. Cada estado possuía um clima, um solo, uma cultura distintos e por isso a cada um cabia um produto. Estados distintos e distantes como Pernambuco e São Paulo, segundo essa visão, deveriam ter cada um os seus produtos, deveriam ser assim, diferentes.

No entanto, apesar de todos os trabalhos e das transformações das representações que serão aqui analisadas, o discurso dos administradores não se transforma muito no período analisado, no que diz respeito à falta de ação adequada para desenvolvimento da agricultura. Podemos notar, por exemplo, no relatório do ministro Miguel Calmon du Pin Almeida de 1926, natural da Bahia, proprietário e usineiro :

"Embora não sendo o prodígio que o ardente patriotismo dos brasileiros criou na imaginação e gosta de proclamar, ninguém ousará dizer que o Brasil foi mal aquinhado na partilha universal dos recursos naturais. Temo-los em qualidade e quantidade suficientes para, bem aproveitados, fazerem do nosso país um dos mais ricos do mundo.

No solo e no subsolo acumulam-se riquezas que apenas começamos a explorar, sendo provável que de muitas nem suspeitamos ainda a existência.

O solo, aproveitável na sua quase totalidade, devido à extensão territorial, oferece regiões fertilíssimas e clima variado e ameno, de sorte a podermos obter gêneros de todas as zonas, uns mais economicamente que outros, mais todos em condições vantajosas."(RMAIC, 1926: xi)

Discurso parecido é visto também no relatório de 1928 enviado à Câmara por Geminiano Lyra de Castro, natural do Pará, presidente da SNA e proprietário agrícola no seu estado, de onde também foi vice-presidente e senador por três vezes:

"Deu-nos o destino um patrimônio territorial tão vasto, que dentro dele há lugar para tudo. Quando se olha para o futuro, é isso um bem

inestimável, porque nos autoriza a esperar que venhamos a produzir todas as variedades de riquezas; quando, porém, se encara o presente, é preciso reconhecer que se não pode fazer tudo de uma vez e mal avisado andaria o administrador que se não mostrasse cauteloso na escolha dos caminhos mais oportunos." (RMAIC, 1928: vi-vii).

Na verdade, trata-se de um tipo de discurso baseado na retórica de um passado pouco glorioso, mas que está em vias de ser transformado pelas ações do presente e que traria um futuro próspero, ancorado nas possibilidades que existiriam no território, deixadas de lado pelos antigos administradores. Trata-se de um discurso que justifica a ação da administração pública e portanto, visa a perpetuar as ações que estavam sendo levadas a cabo naquele momento.

Assim o MAIC se consolida como o *locus* onde o discurso sobre a diversificação agrícola deveria se materializar em ação. Esta idéia iria direcionar a organização e ação do ministério. Iria também, através de diferentes repartições, contribuir para a consolidação e institucionalização de novas representações do território, como será analisado nos capítulos seguintes.

Capítulo III

A República redescobre o país:

As atividades de Exploração e Pesquisa

"O Brasil é um imenso triângulo, mais ou menos regular, que ocupa a maior parte da América do Sul (...). É uma enorme superfície de cerca de 8.337.216 quilômetros quadrados. Este vastíssimo corpo toca em todas as nações sul-americanas, exceto a prestimosa e adiantada república do Chile (...). Estes limites não estão ainda todos reconhecidos oficialmente, por incúria do decaído governo imperial, neste como em outros assuntos de vital interesse para a nação, ainda mais descuidoso e imprevidente do que o próprio governo colonial. (...)

Tomado em globo e no seu aspecto geral (...) este desmesurado corpo oferece verdadeiras singularidades entre as grandes regiões do globo. Todo ele forma um grande planalto cercado por depressões por todos os lados (...). Os poetas erram quando pintam o nosso país como a terra das montanhas inacessíveis. O planalto do interior é um maciço pouco elevado (...). Toda a região é atravessada por três grandes bacias fluviais, que figuram entre as mais consideráveis da Terra: a do Amazonas, a do Paraguai-Paraná e a do São Francisco (...). O clima é quente e seco nos sertões, quente e úmido nas costas. Na parte do planalto que fica na zona temperada, o clima é delicioso. O solo é em geral fertilíssimo."

Silvio Romero. 1890. pp. 11-15.

Após a partida forçada do último Imperador para o exílio na Europa, a República se auto proclama herdeira de um território desconhecido. Os republicanos de então são ávidos por proclamar aquilo que consideram a incúria do Império para com o conhecimento e ocupação do território brasileiro. À República caberia então a descoberta desse território e sua ocupação como uma das condições fundamentais para o desenvolvimento e modernização do país.

A citação de Silvio Romero acima demonstra a forma como o conhecimento do território era difundido ao final do Império: um país imenso, dominado por planaltos, com três grandes rios, dois ou três tipos de climas, solo fértil. Isso é tudo. No entanto,

numa república federativa, com o poder descentralizado e onde as partes que a compunham tinham ganhado poderes e visibilidade maior, cabia espaço para o reconhecimento de uma maior diferenciação. O Estado republicano toma então a tarefa de conhecer o Brasil e de mostrar a diferença. A modernização do país e sua entrada no mundo das "nações progressistas", como queriam, demandava também a produção de informações confiáveis sobre o território e seus recursos. Como visto anteriormente, foi nesse contexto que as diferentes reformas da administração pública criariam, a partir de 1891 uma série de serviços e repartições encarregadas da produção de conhecimento sobre o país. A instalação do MAIC em 1909, além de institucionalizar o discurso da diversificação produtiva do país, acrescentou mais um importante impulso nessa direção, na medida em que serviços importantes como os encarregados do estudo sistemático da meteorologia e da geologia até então inéditos foram criados com eles.

Este capítulo analisa algumas das ações tomadas no sentido de produção de conhecimento sobre o território dentro do aparelho de Estado. São analisadas as comissões de exploração do território criadas nesse contexto, além da criação e atuação da Diretoria de Meteorologia, do Serviço de Geologia e do Serviço Florestal como importantes repartições de produção do conhecimento, ligados ao MAIC e à idéia de diversificação da lavoura e, portanto, do território. Tais instituições serão analisadas aqui como o *locus* privilegiado para criação dentro do aparelho de Estado de novas representações do território nacional que, por sua vez estão intimamente ligadas à forma como o território era gerido. Além da Comissão de Exploração do Planalto Central, criada sob o comando do ainda MIVOP, serão analisadas neste capítulo as repartições ligadas mais diretamente à produção de conhecimento sobre o território que foram criadas em conjunto ou após a instituição do MAIC. Ficam de fora da análise instituições e repartições que foram associadas a este ministério, mas cuja criação tenha ocorrido em contexto diverso, anterior a ele, ou mesmo ao período republicano, como é o caso do Museu Nacional e do Jardim Botânico do Rio de Janeiro. As fontes que são utilizadas são, além dos relatórios do MAIC, os relatórios e publicações produzidas pelas repartições em questão.

1. As comissões de exploração

Para qualquer Estado-Nacional, o conhecimento do território e da população é vital para sua administração, uma vez que é sobre o que é pensado sobre esse território e sobre essa população que será dirigida sua ação. Nesse sentido, a idéia de que o conhecimento que se tinha sobre o território nacional era exíguo e que se precisava aumentá-lo acompanhou as preocupações dos governantes desde o momento de consolidação do Estado no Brasil. A atividade de comissões exploratórias desde o Império representou um importante instrumento do governo central para o reconhecimento geográfico e recolhimento de informações sobre o país. A comissão exploratória de 1865, da qual fazia parte o jovem Gonçalves Dias, que visitou algumas províncias do Norte do Império, mesmo contando com uma série de problemas reuniu uma quantidade razoável de informações disponíveis hoje no Museu Nacional. No entanto, é verdade que esta tarefa durante a maior parte do século XIX, em sua grande medida, foi realizada por iniciativas isoladas de viajantes estrangeiros e nem sempre os resultados eram revertidos ao poder público, com a remessa de coleções sendo feitas para instituições de pesquisa no exterior.

A República, logo nos seus primeiros anos, com seu discurso modernizante do serviço público e do país percebe a necessidade de aumentar o conhecimento sobre o país, de obter mais informações para organizar sua ação, sobretudo nos imensos sertões desocupados do interior. Assim, ficaram a cargo de vários ministérios comissões com diferentes interesses, mas em todas cabia o recolhimento de informações sobre as áreas pelas quais passariam.

De um modo geral, as comissões e expedições que foram organizadas tinham finalidades “práticas” como instalar rede telegráfica e integrar populações indígenas, mas sempre dentro de seus objetivos havia recomendações expressas para o recolhimento de informações astronômicas, hidrográficas, orográficas, etc.

Durante o primeiro ano do Governo Provisório, uma das primeiras ações do ainda chamado Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas foi a de conceder a Charles H. Ward, segundo o decreto 838 de 11 de outubro de 1890, permissão para explorar as zonas de Mato Grosso situadas entre 14 e 18° de longitude oeste e 10 e 15°

de latitude sul, uma vez que "muito convindo fazer estudar pelos seus diversos aspectos e utilizar para o povoamento, cultura e desenvolvimento das indústria extrativas os território que demoram no estado de Mato Grosso". (RMACOP, 1890: 33).

A concessão dava direito de exploração de minas encontradas na região, mas ao concessionário caberia custear a expedição composta por 50 pessoas entre as quais um geólogo, um mineralogo, um botânico e engenheiros práticos para o levantamento de plantas descritivas, topográficas e científicas do território. A esse trabalho, deveria acompanhar também a elaboração de mapas que indicassem a capacidade das terras para agricultura, mineração e "outros misteres". No entanto, apesar do detalhamento do projeto não há informação sobre a realização de tal expedição. Mesmo assim, a sua tentativa de organização, já no ano seguinte do novo Regime, quando este ainda encontrava graves dificuldades para se organizar, revela o interesse despertado para o conhecimento do território.

Dentre as comissões projetadas e realizadas ainda nos primeiros anos do governo republicano, destaca-se aquela que ficou conhecida oficialmente como Comissão Exploradora do Planalto Central ou extra-oficialmente como Comissão Cruls, nome de seu diretor, e que se encarregaria da demarcação das terras no interior do país para a construção da nova capital, esta também mais uma idéia que pretendia fazer conhecer e ocupar os "sertões" do país.

Em 17 de maio de 1892 o Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas endereçava o aviso nº. 119-A, ao então diretor do Observatório Astronômico do Rio de Janeiro, Luiz Cruls, informando sua nomeação para direção da Comissão Exploratória do Planalto Central. Louis Ferdinand Cruls (1848-1908), natural da Bélgica foi um astrônomo e geógrafo nascido em Diest, província de Brabant, a 21 de janeiro de 1848. Durante seus estudos em Gand ligou-se a estudantes brasileiros e em 1874 partiu para visitar o país. Fez contatos com Joaquim Nabuco e José Bento Martins, por intermédio de quem foi apresentado ao Imperador e a Buarque de Macedo que, por sua vez, o convidou para ser membro da comissão dos trabalhos geodésicos do Município Neutro, sob a chefia do Marechal Henrique de Beaurepaire Rohan. Serviu nessa comissão de 1874 até 1876, quando foi admitido como adjunto no Observatório Nacional do qual, em poucos anos, se torna diretor. Além da Comissão Exploradora do

Planalto Central, em 1901 foi nomeado pelo Ministério dos Negócios Exteriores para a comissão de demarcação dos limites entre o Brasil e Bolívia. Voltou para a Europa em 1908 para se tratar das doenças que havia adquirido na Amazônia, vindo a falecer em Paris a 21 de junho.

O objetivo central da Comissão era o de, obedecendo ao artigo 3º da Constituição recém promulgada⁴⁷, fazer o reconhecimento do planalto central e encontrar o melhor sítio para o estabelecimento da nova capital da República. A necessidade de ocupação do interior, uma diminuição das diferenças de distâncias entre a capital e os diferentes pontos do território e a retirada do centro do poder do centro de tumultos eram os argumentos para a implantação de uma nova capital na área central do país. Além disso, a inspiração no modelo americano é claramente identificável, onde também, após a criação da república, foi pensada uma nova capital como centro do poder político, pensada e planejada para esta prática⁴⁸.

Para a definição dessa nova área, o governo estabelecia como tarefas dessa comissão o estudo da posição astronômica da área a demarcar, da topografia, orografia, hidrografia, condições climatológicas e higiênicas, natureza do terreno, quantidade de água necessária para o abastecimento, materiais de construção, riqueza florestal, etc. Além dessas obrigações, o aviso informava que deviam ser feitos estudos também “que possam concorrer para a determinação de dados de valor científico com relação a essa parte ainda pouco explorada do Brasil.”⁴⁹

Segundo essas ordens, na escolha do local a comissão deveria observar atentamente a salubridade do clima, a qualidade das águas, sua abundância e facilidade para abastecimento, a topografia e a natureza do terreno. Deveria também organizar uma estação meteorológica no local escolhido para que o clima pudesse ser monitorado.

⁴⁷ “Art. 3º Fica pertencente à União no Planalto Central da República, uma zona de 14.400 quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada para nela estabelecer-se a futura Capital Federal. Parágrafo Único: Efetuada a mudança da Capital Federal, o atual Distrito Federal passará a constituir um Estado.” (BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 1891)

⁴⁸ A comissão publicou importante relatório em 1894 com uma grande quantidade de informações sobre o local, jamais reunidas até então. Uma segunda edição foi realizada em 1947 e uma terceira, com prefácio de Gastão Cruis, filho de Luiz Cruis, com sua biografia, em 1957. Após algumas outras edições, em 2003 foi publicada uma edição fac-similar da primeira edição pela editora do Senado Federal. A publicação do relatório obteve grande publicidade na imprensa da época. Para uma reunião dos artigos publicados em português e francês sobre o relatório da Comissão Cruis, ver *O Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil. Artigos publicados na imprensa*, 1895.

⁴⁹ Brasil, Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Aviso no. 119 A de 17 de maio de 1892.

Toda a zona demarcada de 14.400 km² deveria passar por um levantamento topográfico com uma rede de triângulos e suas coordenadas astronômicas deveriam ser tomadas pelo processo mais rigoroso da época.

A comissão também deveria estar atenta ao reconhecimento das ligações da capital com o restante do país por meio de ferrovias e de transporte fluvial. Nesse aspecto deveriam ser estudadas suas ligações com os rios Araguaia e São Francisco, bem como a possibilidade de construção de uma estrada de ferro ligando a antiga capital à nova.

Além disso, a expedição também tinha um caráter de rito de passagem, como apontado por Andermann. Tratava-se de uma viagem ritual “às margens do território e da sociedade brasileira a fim de redimir a nação de sua culpa em relação ao passado; um rito modernista de conjuração da alteridade no centro da identidade nacional, um virar pelo avesso o espaço nacional visando renovar e reproduzir as fontes de poder” (Andermann, 2004: 60). Tratava-se de marcar a vontade da República em construir um novo Brasil através da ocupação do interior do país, descuidado pelo Império.

A comissão escolhida por Cruls para a viagem era composta de um total 22 componentes. O quadro VII a seguir indica os nomes e o cargo para o qual haviam sido chamados:

QUADRO VII

Membros da Comissão Exploradora do Planalto Central

Nome	Cargo
Luís Cruls	Chefe
Julião de Oliveira Laille	Astrônomo
Henrique Morize	Astrônomo
Antonio Martins de Azevedo Pimentel	Higienista
Pedro Gouvea	Médico
Celestino Alves Bastos	Ajudante
Augusto Tasso Fragoso	Ajudante, Secretário
Hanstinphilo de Moura	Ajudante
Antonio Cavalcanti de Albuquerque	Ajudante
Eugênio Hussack	Geólogo
Ernesto Ule	Botânico
Alfredo José Abrantes	Farmacêutico
Felicíssimo do Espírito Santo	Auxiliar
Antonio Jacinto Araújo Costa	Auxiliar
João Azevedo Peres Cuiabá	Auxiliar
José Paulo de Melo	Auxiliar
Eduardo Chartier	Mecânico
Francisco Souto	Ajudante Mecânico
Pedro Carolino Pinto de Almeida	Comandante do Contingente
Joaquim Rodrigues da Siqueira Jardim	Alferes do Contingente
Henrique Silva	Alferes do Contingente

Fonte: Cruls, 1893.

Constituída a comissão segundo os critérios estabelecidos, esta partiu da capital em 9 de junho de 1892 para Uberaba onde foram organizados os meios de transporte, partindo em seguida em direção à Pirenópolis em 29 de junho, onde chegou em 1 de agosto, tendo levantado todo o itinerário percorrido. A equipe foi então dividida em dois grupos que percorreram uma vasta área, voltando a encontrar-se em Formosa. Em março de 1893 a última turma terminou os trabalhos de campo, passando toda a equipe a concentrar-se nos trabalhos de gabinete na capital, já iniciados em janeiro. Fora votado no Congresso após ter sido mencionado na Mensagem Presidencial de 30 de setembro de 1892, um crédito de 80:000\$000 para o término dos trabalhos de campo e de gabinete, bem como a publicação dos relatórios, mapas e etc.

Para a demarcação do quadrilátero que formaria o futuro Distrito Federal, a comissão foi dividida em quatro equipes, com cada uma encarregada de um dos

vértices. Dentre os trabalhos que foram realizados pela comissão estavam o levantamento de plantas de diversas cidades que estavam no seu caminho, como Catalão, Pirenópolis, Santa Luzia, Formosa e Goiás. Procederam também à medições de altitude em diversos pontos revelando, na maioria dos casos, que a altitude de diferentes pontos do território havia sido anteriormente superestimada. A comissão retornou a campo em 1894 para demarcar o local exato da futura capital, atribuição conferida pela portaria de 1 de junho de 1894.

A localização da nova capital não havia sido explicitada na constituição que afirma apenas que esta deveria ser localizada em um genérico "Planalto Central". Dessa forma, coube à Cruls definir a que corresponderia tal afirmação e determinar o rumo que a expedição tomou. Segundo suas próprias palavras:

"Veamos em primeiro lugar, qual o sentido das palavras do art. 3º. da constituição, onde se encontra a expressão 'planalto central do Brasil'. É evidente que, por planalto central, se deve entender a parte do planalto brasileiro mais central em relação ao centro do território, isto é, mais próximo deste. Esta é, indubitavelmente, a única interpretação exata da expressão 'planalto central' que figura na constituição. Admitido isto, examinaremos qual a configuração que apresenta o planalto brasileiro, cujas altitudes, segundo os geólogos mais autorizados variam entre 300 e 1.000 metros ou superior a 1.000 metros. A única parte, porém, deste planalto que nos interessa é evidentemente a mais elevada, portanto, só trataremos daquela cuja altitude é de 1.000 ou acima de 1.000 metros. (...) Deste planalto, porém, a única parte a qual cabe a denominação de central é aquela que se acha nas proximidades dos Pirineus, no estado de Goiás, não somente por ser na realidade, a mais próxima do centro do Brasil, como também, por se acharem aí as cabeceiras de alguns dos mais caudalosos rios do sistema hidrográfico brasileiro, isto é, o Tocantins, o São Francisco e o Paraná." (CRULS, 2003)

Nota-se aí os critérios de Cruls para definir a área onde viria ser instalada a nova capital do país moderno que a República queria construir, mas que viria a se concretizar apenas setenta anos após, na mesma área definida neste documento.

Uma preocupação muito forte na comissão era quanto à salubridade do clima do território que deveria ser escolhido. Para tanto a comissão havia sido integrada por um higienista e por um médico. Era por isso também que Cruls determinava que a capital deveria ficar numa altitude superior a mil metros, para que os efeitos do clima tropical

fossem anulados pela altitude. Uma série de medições hidrológicas e atmosféricas foi tomada até que se comprovasse a salubridade da área do quadrilátero a ser demarcado.

Na conclusão, reunindo as informações coletadas, Cruls é bem claro:

"Um dos resultados mais importantes que a Comissão colheu e sobre o qual ousamos chamar a atenção, é concernente ao clima da região explorada.

Sem receio de errar podemos asseverar que, bem pequeno é o número dos brasileiros que a conhecem sob este ponto de vista, e quanto aos exploradores estrangeiros, bem poucos são aqueles, que a tenham convenientemente explorado.

Isto explica-se facilmente, pois, procurando geralmente, e de preferência, os vales onde correm os grande rios seus itinerários deixaram, na maior parte de cortar a região mais característica do Planalto Central do Brasil. (...) Pela nossa parte não podemos deixar de manifestar a admiração que se experimenta ao encontrar, em latitude tão pequena, região tão salubre, onde o emigrante europeu pode aclimar-se sem necessitar nenhuma higiene preventiva." (CRULS, 2003: 110)

A necessária comparação com o clima europeu para comprovar a salubridade da região e atrair possíveis futuros colonos continua adiante:

"Em resumo, a zona demarcada goza, em sua maior extensão, de um clima extremamente salubre, em que o emigrante europeu não precisa de aclimação, pois encontrará aí condições climatéricas análogas às que oferecem as regiões mais salubres da zona temperada européia." (CRULS, 2003: 111)

Da mesma forma, no relatório do médico higienista da comissão, Antônio Pimentel, é traçado um importante painel da salubridade da região, mas também constata a diferença, sobretudo dos solos, daqueles do litoral. Sobre a região do planalto central afirma:

"É exuberante a fertilidade do solo; a salubridade proverbial; grande a abundância de excelente água potável; rios navegáveis; extensos plainos sem interrupções importantes; soberbas madeiras de construção de suas grandes florestas; abundância de preciosos minerais e essências diversas; elevação do terreno determinando um menor grau de secura atmosférica e uma temperatura mais fresca do que à primeira vista se poderia supor, em

face de sua latitude geográfica; tudo, enfim, que tem as mais estreitas relações com os progressos materiais de uma grande cidade, e com o bem estar dos seus habitantes.

Infelizmente, porém, isto tudo é desconhecido, e todo o interior longínquo do Brasil ainda hoje passa por ser país doentio, muito quente e mesmo inóspito.

Entretanto, o contrário é que é exato, e do que se segue claramente deduz-se que a natureza fez desigual a repartição dos benefícios do solo no Brasil (como em toda a parte), e os primeiros povoadores desconhecendo a sabedoria desta distribuição, preferiram as regiões menos férteis e menos salubres na comprida e estreita zona do litoral, sem dúvida pela maior facilidade do comércio marítimo e das relações políticas com a antiga metrópole e o resto do mundo civilizado" (PIMENTAL: 2003, 238-239)⁵⁰.

O autor deixa claro uma das conseqüências da expedição: a confrontação com a diferença. A comissão reuniu informações que permitiram ver aquela área como distinta do restante do país. Buscava-se uma área salubre e esta é construída em oposição à insalubridade do litoral. Buscava-se uma área de solos ricos, e essa também é construída em oposição à pobreza dos solos inicialmente ocupados próximos ao litoral. Buscava-se uma área de clima mais ameno, e essa foi construída em oposição ao calor que fazia na maior parte do país. Foi nesse sentido que o tipo de trabalho do qual a Comissão Cruls é exemplar serviu por corroborar na formação de novas representações sobre o país e seu território fundamentada na sua diferenciação interna. Se é verdade que antes já se imaginava essas áreas do interior como distintas do restante do país, é verdade também que foi somente a partir desse momento que foram reunidas informações sobre essa diferenciação capazes de, através da ciência e da técnica, conferir uma maior visibilidade e, através do Estado, institucionalizá-la.

A comissão Cruls viria a inaugurar uma política de interiorização do país que, em ritmos diferentes em diferentes momentos do século XX, viria a ocupar e a produzir conhecimento sobre as regiões centrais do Brasil voltadas para investimentos e ações governamentais. Setenta anos mais tarde, foram esses estudos que serviram como base para a definição do local onde foi construída Brasília. O quadrilátero que hoje compõe o Distrito Federal é o mesmo delimitado por Cruls e sua comissão, que teve apenas suas medidas reduzidas. Não cabe aqui uma análise sobre as discussões posteriores para a

⁵⁰ Grifos meus.

construção de Brasília, mas apenas mostrar como os estudos e representações criados em um dado momento foram utilizados em outro, mesmo que sob um novo contexto.

Com a instalação do MAIC, diferentes comissões foram organizadas no seio de suas diferentes repartições. Adiante analisarei três dessas repartições mais importantes na produção de conhecimento sobre o território⁵¹.

2. O território sob nossos pés: O Serviço Geológico e Mineralógico

A modernização do país e a diversificação da produção também passavam por um melhor conhecimento do substrato rochoso e das riquezas minerais disponíveis. Raros estudos sobre a geologia do país haviam sido realizados a partir do final do período colonial, com destaque para os trabalhos dos alemães Wilhelm-Ludwig von Eschweg e Franz Ludwig Wilhelm von Varhagen, além do médico naturalista vienense Joahann Emmanuel Pohl e dos naturalistas Spix e Martius, estes três últimos chegados em 1817 junto com a comitiva de Dona Leopoldina de Habsburgo para o casamento com o filho mais velho de D. João VI, o então príncipe Pedro. Da mesma forma, durante o Império a contribuição de viajantes estrangeiros também continuou praticamente como a única fonte de pesquisa em geologia no Brasil.

A partir de 1875 tem início aquilo que Leinz (1994) chama de época das comissões geológicas. Representava a tentativa de, pela primeira vez, criar estudos mais sistemáticos do subsolo brasileiro que pudessem orientar a expansão da rede ferroviária do país, além de revelar os recursos aos quais se poderia ter acesso. A primeira dessas comissões criadas foi a Comissão Geológica do Império do Brasil em 1875, sob a direção de Frederick Hartt (1840-1878) que, no entanto fora extinta dois anos mais tarde por restrições orçamentárias. Apesar do pequeno período de atuação esta comissão reuniu um grande número de amostras de todo o território nacional, que passou a fazer parte do acervo do Museu Nacional.

⁵¹ É necessário ressaltar que dentre os serviços pertencentes ao MAIC que mais se destacaram na organização de comissões de exploração do interior do território nacional está o Serviço de Proteção ao Índio e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN), sob a chefia de Cândido Rondon. Para uma análise da organização e ação deste serviço ver os trabalhos desenvolvidos por Antonio Carlos de Souza Lima (dentre eles LIMA 1985, 1987, 1992, 1995).

Em 1886, na província de São Paulo foi constituída a Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, na qual trabalhavam Orville A. Derby (1851-1915) como diretor e Eugen Hussak (1856-1911). Já durante a República foi ainda criada a Comissão de Estudos das Minas e Carvão de Pedra do Brasil, chefiada por I. C. White, mas também de vida efêmera (1904-1906).

O estudo sistemático da geologia de todo o território nacional só viria a ser estabelecido em 1907 com a criação do Serviço Geológico e Mineralógico, ainda sob a guarda do Ministério da Viação e Obras Públicas, mas já pensado no contexto de instalação do MAIC e logo transferido para este quando de sua instalação definitiva. Foi somente nesse momento que as condições tinham sido dadas para a produção e acumulação mais sistemática do conhecimento sobre a geologia do país. As idéias de inclusão do Brasil como um país moderno e progressista levavam à necessidade de fazer conhecer sua geologia. Da mesma forma, para atração de investimentos era necessário que o Estado patrocinasse o estudo e a promoção de suas riquezas. A idéia de diversificação da produção, amparada por um ministério técnico e ligado à pesquisa, a base do discurso de criação do MAIC, também apontava para a necessidade de se ampliar a exploração do subsolo brasileiro até então intocado.

O Serviço Geológico e Mineralógico foi criado pelo decreto n. 6.323 de 10 de janeiro de 1907, sob a direção de Orville Derby, que permaneceu como seu diretor até sua morte, por suicídio, em 1915. Foi estabelecido tendo como objetivos explícitos:

"o estudo científico da estrutura geológica dos meios e recursos minerais da República, e a coleta de informações sobre a natureza dos terrenos, que sirva de base a projetos de vias de comunicação e outras obras públicas, especialmente, as de prevenção contra os efeitos da seca. Incumbe-lhe, outrossim, responder a consultas sobre questões de minas, bem como proceder a propaganda sistemática das nossas riquezas minerais. (RMIVOP, 1907: XX).

Desse modo, estavam juntas as tarefas de estudo e propaganda, ou seja, de criar um conhecimento sobre o território e fazer com que esse conhecimento seja divulgado para um público maior, além das esferas da administração. Esta atribuição tinha como idéia incluir o Brasil no círculo de recebimento de capitais e de atração de investimentos que só seriam atraídos uma vez que as possibilidades fossem criadas.

A inclusão do destaque para o apoio às obras de combate à seca explica-se por essa ser uma questão amplamente discutida na sociedade brasileira no momento. Desde a seca de 1877 que havia dizimado uma boa parte da população de algumas províncias, principalmente do Ceará, sobretudo em função das epidemias que varreram os campos de flagelados de Fortaleza, o problema das "secas do norte" era uma questão fundamental do país. A sociedade clamava para que o Estado desse resposta ao problema, que se manifestou na criação de uma série de comissões, culminando na criação da IOCS - Inspetoria de Obras Contra as Secas - em 1909, sob a guarda do MVOP. Desde então o Serviço Geológico trabalharia em conjunto com esta outra repartição, seja através de estudos de terrenos para perfuração de poços, seja para a construção de açudes⁵².

O Serviço Geológico, assim como outros serviços criados no mesmo momento, como a própria IOCS, teve em seus quadros uma forte participação dos egressos dos cursos de engenharia e, no caso do primeiro, a imensa maioria dos seus quadros foi composto por engenheiros formados na Escola de Minas de Ouro Preto (TELLES, 1993). Isso faz parte do contexto já discutido anteriormente no qual a valorização do discurso técnico em detrimento do político fez dos engenheiros detentores de um saber estratégico no momento. Desse modo, eles passaram a ocupar cada vez mais espaço dentro do aparato estatal.

No ano de 1908, os trabalhos efetuados pelo Serviço consistiram em reconhecimentos geológicos e topográficos na bacia do rio São Francisco e suas adjacências e em estudos nos estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e no Distrito Federal.

Os reconhecimentos no rio São Francisco foram realizados como parte dos esforços para melhor conhecimento das zonas sujeitas ao fenômeno das secas. Nesse sentido, foi dada prioridade ao estudo do regime das águas superficiais e subterrâneas e as condições de seu melhor aproveitamento. Tais operações foram divididas em duas áreas, a cargo dos engenheiros Horace E. Williams e Roderic Crandall.

⁵² Para a criação da IOCS, a institucionalização da seca e as novas representações do território criadas nesse contexto que favoreceram a "invenção" do semi-árido e do Nordeste ver Ribeiro (2001).

Trabalhando em conjunto com a IOCS, os trabalhos do Serviço Mineralógico nos primeiros anos ficaram quase que exclusivamente contidos nos estados do Nordeste. Assim, no ano de 1910 seus trabalhos ficaram limitados aos estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, na realização de um plano de estudos para fundamentar a ação do governo contra as secas. Dentro desse plano, a diretoria do serviço comprometeu-se a apresentar antes do fim de 1910 um mapa topográfico levantado no próprio terreno na escala de 1:1.000.000 dos três estados, acompanhado de estudos sobre a sua constituição geológica e hidrográfica, suas condições climáticas, econômicas, etc. Como resultado destes trabalhos, foram entregues à IOCS quatro mapas e três memórias relativas às feições topográficas, geológicas, climáticas e econômicas das regiões percorridas.

O Serviço ganhou um novo regulamento, aprovado pelo decreto n. 9.212 de 15 de dezembro de 1911. Neste ano seus trabalhos foram em grande parte realizados em gabinete, uma vez que os estudos em terreno foram limitados por restrições orçamentárias.

No ano de 1914, também devidos às restrições orçamentárias, os trabalhos de campo se restringiram a um reconhecimento rápido da parte do estado de Minas Gerais que fica a oeste do alto São Francisco. A escolha desta área foi assim reportada pelo ministro, seguindo as informações prestadas pelo Serviço:

"Foi determinada a escolha deste campo pela consideração de se verificar na região do alto S. Francisco e alto Paraná (Paranaíba), mal conhecida ainda até sob o ponto de vista puramente geográfico, o encontro das três grandes unidades geológicas que caracterizam a parte oriental e central do Brasil, a saber: o complexo arqueano e eopaleozóico que, altamente perturbado e com feições verdadeiramente montanhosas, constitui o antigo núcleo do planalto brasileiro e as duas grandes séries de sedimentos horizontais, - a das bacias do Paraná, Paraguai e Uruguai ao sul e a do São Francisco, Paranaíba e outras bacias menores do nordeste do Brasil ao norte. Assim, essa região parecia oferecer possibilidades da solução de certos problemas de importância fundamental a respeito das relações entre si dessas três grandes subdivisões geológicas do território nacional. Outro incentivo para esse exame é a circunstância de se apresentarem nessa região diversos depósitos diamantíferos em condições mais favoráveis ao estudos das difícilimas questões que se prendem a este mineral do que as que se encontram nos distritos diamantíferos de Diamantina e da Chapada Baiana." (RMAIC, 1915: 99).

Notam-se duas preocupações bem marcadas que orientaram a escolha do local. A primeira delas é a do estudo de uma zona de encontro de grupos diferentes de rochas, que permitiria a melhor demarcação de seus limites. Em outras palavras, permitiria a melhor divisão do território nacional, de modo mais preciso e amparado na ciência. A segunda diz respeito à procura de áreas com grande potencial econômico. A procura por jazidas de minerais e pedras preciosas que pudessem ser exploradas, incluindo a área no circuito econômico nacional e internacional também era uma preocupação forte do Serviço.

Em 1915, além dos estudos econômicos, ligados ao mapeamento da bacia carbonífera do sul do país e da procura por diamantes em Minas, foi realizado um serviço de triangulação no estado do Rio de Janeiro, para ligar os trabalhos topográficos desse estado com os resultados dos Serviços Geográficos e Geológicos de São Paulo e Minas Gerais. Estendeu-se uma rede de triângulos desde o meridiano de Niterói até ao de Guaratinguetá, tendo-se tomado para base os trabalhos da Carta Cadastral do Distrito Federal e os da Comissão Técnica das Obras do Porto do Rio de Janeiro. (RMAIC, 1916: 105)

Na ausência de um serviço ligado diretamente à área florestal e com a crescente preocupação com um aproveitamento razoável dos recursos madeireiros do país, um dos principais destaques nas participações do Brasil nas exposições universais, como veremos no capítulo seguinte, o Serviço Geológico ficou incumbido de organizar o mapa florestal brasileiro. Ele foi organizado a partir de cartas topográficas estaduais confeccionados por instituições de geografia locais (Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, Comissão Geográfica de Minas Gerais) e também as cartas confeccionadas pelo próprio Serviço Geológico, sobretudo para os estados do Nordeste.

O melhor mapa com a representação da vegetação brasileira que existia até então era aquele preparado pela Comissão da Carta-Arquivo de 1883 presidida pelo general Beaurepaire Rohan. Desde então os conhecimentos sobre o território haviam se acumulado muito devido ao trabalho para diferentes órgãos do governo:

"Os trabalhos de Chandless, no Tapajós, no Aquiri, no Purús e no Juruá, hoje completados pelos das comissões internacionais e pelos

levantamentos feitos pelas administrações das prefeituras do Acre; os estudos dos von den Steinen, Clausen e Vogel, pelo Xingü e uma parte de Mato Grosso; os levantamentos executados no interior de Goiás e nas diversas linhas de acesso para a zona do novo Distrito Federal, pela Comissão do Planalto; os levantamentos e estudos geográficos do coronel Rondon no assentamento das linhas telegráficas pelo Estado de Mato Grosso, e tantos outros reconhecimentos e estudos de estradas de ferro modernamente feitos, constituem subsídios de alto valor, que estão pedindo que sejam imediatamente incorporados no mapa do Brasil." (RMAIC, 1911: anexo, 07).

Alguns desses melhoramentos do conhecimento sobre o território já tinham sido impressos no Mapa da Exposição Nacional de 1908, e também no mapa do Jornal do Brasil, de 1910 (as figuras 13 a 15 se referem à terceira edição dessa mapa, realizada para a Exposição do Centenário da Independência), realizado a partir do mesmo mapa da exposição, com apenas algumas modificações. A comissão para a confecção do mapa florestal decidiu recorrer a este último para a realização de seu mapa.

Em 1911, em conjunto com o Serviço de Informações do Ministério da Agricultura, o Serviço Geológico publicou o mapa de Matas e Campos do Brasil (Figuras 1, 2, 3 e 4). Sem uma escala definida, provavelmente em 1:5.000.000, com 91 x 92 cm, o mapa, indica em cores diferentes as áreas originais de matas, campos, caatinga, vegetação costeira, além do Pantanal. No quadro ao lado esquerdo são apontados os estados com suas áreas totais, áreas de matas, campos e outras formações, além da porcentagem de áreas de matas sobre as totais.

No ano seguinte, Gonzaga de Campos, posterior Diretor do Serviço Geológico, publicou um texto no qual justifica a realização do mapa e aponta seus objetivos. Segundo ele, o objetivo principal foi o de "oferecer uma base dos primeiros estudos para a criação de reservas florestais" (CAMPOS, 1912: 03). Esse motivo justificaria a divisão do mapa entre aquilo que é ou foi mata e o que nunca foi. Além da validade econômica das reservas florestais, o mapa teria o mérito também de permitir uma avaliação aproximada das áreas de maior capacidade agrícola, e daquelas que melhor se destinassem à criação e outras atividades. Através desse mapa, novas formas de divisão do país apareciam. Novas formas de valorização de uma diferenciação interna que corroborava a idéia que sustentava o MAIC de diversificação da produção que, por sua vez, deveria ser embasada na diversificação do território nacional.

Voltando aos trabalhos mais diretamente ligados à geologia, nos primeiros anos Serviço os estudos tinham um caráter de reunião de informações e de armazenamento de conhecimento, mas a partir de 1915, com a saída de Derby da direção do Serviço há uma inflexão dos estudos do Serviço para uma vertente mais econômica e utilitarista, fato também já apontado por José Veríssimo da Costa Pereira (1994).

Com uma preocupação econômica cada vez maior, as áreas que mereceram maior trabalho foram justamente aquelas que apresentavam maior probabilidade de aproveitamento. Foi assim com a bacia carbonífera do sul do país, e também com as áreas que apresentavam probabilidade de existência de pedras preciosas. Foi desse modo, por exemplo, que se ampliou os estudos no oeste de Minas Gerais, próximo à fronteira com Goiás, no divisor entre o São Francisco e o Paranaíba, onde apareciam rochas de composição e textura semelhantes às que serviram de matriz ao diamante nas minas da África do Sul. Tal fato deu lugar a estudos topográficos e geológicos minuciosos da região:

"Grande parte da área compreendida entre a E. F. Oeste de Minas e a linha tronco da Mogiana, tem sido percorrida; mas principalmente na zona da Serra da Canastra e da Mata da Corda, com especialidade, os divisores entre o Paranaíba e o São Francisco têm hoje um mapa geológico detalhado." (RMAIC, 1919: 275).

Outro dos objetivos do Serviço Geológico expresso em seus relatórios era a confecção do primeiro mapa geológico do Brasil que reunisse todas as informações conhecidas até então, capaz de dar uma visão em conjunto da composição geológica do território nacional. Alguns esboços da carta geológica do Brasil já haviam sido objeto de tentativas de alguns autores, como o que podemos observar no Atlas do Barão Homem Melo, de 1909, que teve várias reedições (Figura 5), mas sem muita precisão. No entanto, o ineditismo do trabalho foi ofuscado pela apresentação de um mapa geológico do Brasil realizado por um estrangeiro. Em 1919 foi publicado sob os auspícios da Geological Society of America o mapa geológico do Brasil preparado por John Casper Tanner (1850-1922), naturalista dedicado à geologia do Brasil desde 1875. Apresentado na escala de 1:5.000.000, com tamanho original de 102 x 95 cm, o trabalho

pretendia condensar documentos esparsos pelas revistas e jornais, além das próprias observações de seu autor sobre a geologia brasileira (Figura 6). Devido à falta de informações, parte do mapa permanecia em branco, como o norte de Mato Grosso e o sul do Pará e Amazonas. Com legendas em português e inglês, dividia o país segundo a idade dos terrenos (BRANNER, 1919). A publicação do mapa, mesmo contendo ainda partes em branco é creditada pelo autor à necessidade de difundir as informações existentes e no intuito de que este primeiro mapa servisse de base para melhorias futuras. No entanto, tal fato revela também uma possível competição para a publicação do primeiro mapa geológico do Brasil, fato que é corroborado pela frustração de membros do Serviço Geológico e pelos ataques dirigidos ao mapa e a seu autor.

A realização de uma carta geológica do Brasil patrocinada por uma instituição norte-americana, antes que o Serviço Geológico brasileiro pudesse publicar a sua, depois de alguns anos em que este objetivo era um dos principais seguidos pelo órgão, fez com que o próprio ministro procurasse reportar as causas em seu relatório anual. Sobre a lentidão da realização de uma carta mais apurada sobre a geologia falava o ministro:

"Por isso mais aconselhável é que em todos os reconhecimentos geológicos sejam feitas plantas topográficas expedidas com as respectivas inscrições da geologia, que de outro modo seriam muito difíceis de locar com precisão mesmo sobre os mapas mais perfeitos. Esse tem sido o processo seguido pelo Serviço Geológico, em seus estudos que, por sua natureza preferencialmente econômica, representam contribuições mais ou menos fragmentárias.

Tais condições obrigam a um processo lento de levantamento da carta geológica. O registro desses trabalhos consiste de um arquivo das 54 folhas do tipo do mapa mundial aceito no Congresso Internacional de 1911, onde se vão inscrevendo os trabalhos topográficos e geológicos executados pelo pessoal do Serviço. Compreende-se a lentidão de um tal processo para a vasta área do país.

Os dois elementos básicos para a administração progressista de um país são a estatística e as cartas topográficas; não há discutir.

Somente o estado de S. Paulo continua o seu grandioso trabalho que está próximo de acabar. Minas havia interrompido o levantamento da sua carta. É com a maior satisfação que vemos agora a administração clarividente retomar esse serviço. O Rio Grande do Sul, onde por felicidade existe muito adiantado o serviço da carta geográfica, trabalho muito bem feito pela distinta Comissão Militar, organizou também o seu Serviço Geológico. Consta que a Bahia também pretende fazer essa organização. Parabéns à

nação, que agora envereda pelo caminho único para desenvolver os seus elementos de progresso pela viação e pelo saneamento, procurando conhecer o verdadeiro valor das suas riquezas minerais." (RMAIC, 1920: 414-415).

O fato é que pela primeira vez era possível ter uma visão de conjunto das diferenças da geologia brasileira. A carta de Branner revelou um novo Brasil. Um Brasil cuja natureza geológica agora podia ser conhecida em conjunto por quem se interessasse. Revelava também um território bastante diferenciado do ponto de vista geológico e que corroborava no processo aqui analisado de construção da diversidade territorial. Do ponto de vista do aparelho de Estado, mais especificamente para o Serviço Geológico brasileiro, a carta de Branner foi um instrumento importante, seja para completar a carta geológica que se estava preparando, seja para uma procura quase exaustiva de erros que pudessem ser identificados, capazes de diminuir seu valor.

No ano de 1922 foram realizados os reconhecimentos geológicos da bacia do Amazonas, no intuito de delimitar as áreas de ocorrência de vários sistemas geológicos que já haviam sido identificados na região. Também foram realizados trabalhos de reconhecimento nos estados do Piauí, Maranhão e também na Bahia. No estado do Rio de Janeiro foram realizados estudos minuciosos da baixada do rio Paraíba, nas proximidades de Campos, a procura por petróleo. Estudos de origem econômica também foram realizados em Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, principalmente na delimitação das jazidas de carvão e de minerais energéticos. Por considerarem pouco conhecida a geologia de Goiás, foram enviados profissionais para aquele estado para estudá-la.

Na Exposição do Centenário, o Serviço preparou mais de 300 amostras de rochas e minerais, devidamente catalogados, acompanhados das análises industriais e indicações das jazidas, localizadas em um mapa do Brasil na escala de 1:2.000.000. Também foi apresentado o mapa geológico de Branner, o único ainda disponível acompanhado de fotografias, plantas de minas e a estatística da produção mineral do Brasil de 1822 a 1922.

No ano de 1923 foram realizados vários reconhecimentos geológicos sobretudo na bacia amazônica, como a travessia, por terra, do rio Madeira para o

território do Acre; na Bahia; Espírito Santo; Minas Gerais; Paraná; Santa Catarina, Goiás e Mato Grosso, fato que também evidencia uma tentativa de completar as informações deixadas em branco por Branner.

Em 1925, o Serviço tinha como principais objetivos continuar na elaboração da carta geológica do Brasil, além da determinação das jazidas minerais, estudos das quedas d'água e das águas superficiais e profundas, bem como o estudo das questões relativas à indústria siderúrgica, ao carvão mineral e seus sub-produtos, ao cimento e à fixação do azoto atmosférico (RMAIC, 1925: 431).

Nesse momento, todos os estudos geológicos eram executados de forma que permitissem a construção de cartas geológicas em três escalas. A carta padrão e objetivo principal do Serviço é aquela de 1:100.000, mas sabia-se que sua construção completa demandaria ainda algumas décadas de trabalho, uma vez ser indispensável a existência de uma carta topográfica na mesma escala que estava então sendo organizada pelas comissões geográficas dos estados de Minas Gerais e São Paulo.

A carta geológica de 1:1.000.000 estava sendo construída tomando por base as folhas do Mapa do Brasil feito pelo Clube de Engenharia. No entanto, a carta que era considerada mais urgente, para efeitos práticos, era a de 1:500.000. Embora constando com uma grande lacuna na região entre o Xingú e o Tocantins, pretendia-se publicá-la junto a uma memória explicativa com ênfase na aplicação econômica.

O mapa do clube de engenharia produzido para a exposição do centenário em 1922 foi o primeiro mapa do Brasil a apresentar a representação do relevo em curvas de nível na escala de 1:2.750.000 (Figuras 7 a 11). Foi devido a essa informação que ele se transformou numa base importante para a confecção de mapas cujas informações se ligavam à informações da topografia, tais como os mapas geológicos e os mapas de vegetação, por exemplo. Apresentado em quatro folhas de 87 x 101 cm, este mapa também trazia informações detalhadas sobre as estradas de ferro, com distinção das que possuíam bitola larga em via dupla, bitola larga em via singela e bitola estreita, as estradas de rodagem, linhas telegráficas, cabos submarinos, a rede urbana, navegação, além da localização da futura capital. Nesse sentido, ele suplanta aquele que havia sido considerado o mais completo mapa do Brasil até então: aquele preparado pelo Jornal do Brasil (Figuras 13 a 15). Este mapa do Clube de Engenharia foi amplamente

produzido e reduzido em diferentes escalas. Uma versão pode ser encontrada, por exemplo, na escala de 1:20.000.000, representando apenas elementos da geografia física, no Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil publicado pelo IHGB - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - também para as comemorações do centenário da Independência (IHGB, 1922)⁵³.

Nos anos seguintes à Exposição de 1922, sob a direção de Eusébio Paulo de Oliveira, até 1933 o Serviço Geológico seguiu com uma preocupação eminentemente econômica. Em 1926, os reconhecimentos geológicos foram feitos especialmente nos estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Sergipe, Mato Grosso e Pará, com o objetivo principal de observar a estrutura da Serra do Espinhaço e da Chapada Diamantina nos dois primeiros estados, e nos demais de fixar os limites das formações geológicas já conhecidas em pontos isolados.

Em 1928 os estudos geológicos foram orientados no sentido de preparar uma edição na escala de 1:5.000.000 da carta geológica do Brasil. Tais estudos tiveram campo nos estados do Amazonas, Bahia, Minas Gerais, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

"Para a Exposição Internacional de Sevilha preparou o Serviço Geológico uma coleção de minerais de valor econômico, uma carta dos Recursos Minerais do Brasil na escala de 1:2.000.000, mostrando as jazidas exploráveis atualmente conhecidas e uma carta da distribuição das quedas d'água do Brasil, na escala de 1:2.750.000, na qual, por convenções adequadas, acham-se figuradas a potência teórica das quedas d'água, a potência utilizada e as quedas estudadas pelo Serviço Geológico, distribuídas para cada estado."(RMAIC, 1928: 64)

Na verdade a informação sobre as quedas d'água já existia no mapa do clube de Engenharia, também publicado na escala de 1:2.750.000, de onde se acredita que estes mapas apresentados para a exposição representavam apenas a transposição de algumas informações do mapa original.

⁵³ Para as discussões do Clube de Engenharia acerca da produção do mapa ver CONTRIBUIÇÕES do Club de Engenharia para a comemoração do centenário da Independência do Brasil, 1922.

Um mapa das jazidas minerais foi publicado em 1929 na escala de 1:4.000.000, com 60 x 61 cm (Figura 12). O mapa indica a hidrografia e parte do relevo, sobretudo nas zonas próximas ao litoral. Indica também as capitais e algumas cidades. As jazidas são identificadas pela cor, que representa o tipo de minério (dividida em metais preciosos; combustíveis sólidos; petróleo e semelhantes; ferro, manganês, cromo e alumínio; outras jazidas não metalíferas; jazidas não metalíferas), pela origem do terreno, segundo o formato do símbolo (sedimentares, filoneanas, aluvionários, metamórficas de contato e magmáticas), e pelo tipo de material, segundo a letra sobre o símbolo.

O fato é que durante a Primeira República, com a criação do MAIC e do Serviço Geológico, pela primeira vez a geologia se transforma num assunto institucionalizado do Estado brasileiro. Os estudos realizados pelo Serviço contribuíram para apresentar ao Estado e aos interessados em investimentos no setor de extração mineral, um novo Brasil: um Brasil que possuía *inúmeras* riquezas, um Brasil diversificado e com diferentes potenciais para exploração em *diferentes* áreas. A ênfase dada pelo Serviço na preparação de mapas como repositório das informações coletadas, favoreceu uma melhor compreensão dessas diferenças como um todo, na medida em que a comparação imediata tornava-se mais fácil. Nesse sentido ele contribuiu para que se aumentassem as representações sobre a diferenciação interna do país, a partir daquilo que, em muitas vezes, não era visível aos olhos do leigo: seu subsolo. Tratava-se de construir a diferença naquilo que não era visível, e que somente a ciência e a técnica poderiam se exprimir, em uma área em que o conhecimento anterior era praticamente inexistente. Tratava-se de dar visibilidade ao invisível, ou antes disso, de inventar a diferença. Nesse sentido, os engenheiros eram os "magos" dessa invenção, uma vez que ele foram alçados à categoria de portadores de um conhecimento especial capaz de fazer esse reconhecimento.

Nesse mesmo período, também sob os auspícios do MAIC, um outro aspecto do território também se transforma num problema para o Estado: a atmosfera e o clima. A criação da diretoria de Meteorologia e Astronomia também constitui um novo momento na construção da diversidade do território brasileiro, como veremos adiante.

3. O território sobre nossas cabeças: A diretoria de Meteorologia e Astronomia

A implantação de uma agricultura moderna no Brasil, um dos designios do MAIC, clamava por um melhor conhecimento das condições atmosféricas e do clima, para melhor escolha e adaptação das culturas aos terrenos. Além disso, o agricultor moderno, culto e progressista que o ministério desejava criar no país também deveria ter condições para poder se precaver contra intempéries com aviso antecipado de sua ocorrência. Foi nesse contexto que junto à criação do MAIC, foi pensada a criação de um serviço de meteorologia, sob a designação de Diretoria de Meteorologia e Astronomia.

Esta diretoria foi criada no MAIC pelo decreto n. 7.672 de 18 de novembro de 1909, sob direção de Henrique Morize, englobando duas seções distintas, meteorologia e astronomia. Apesar de o Ministério ter organizado as duas ciências na mesma diretoria, Ferraz (1994) mostra que naquele momento, no resto do mundo meteorologia e astronomia já se encontravam inteiramente separadas. No entanto, é verdade que era uma tentativa de institucionalizar o conhecimento da meteorologia e também da climatologia pela primeira vez no país e, desse modo, o esforço parecia válido. O seu primeiro diretor, um astrônomo defensor da ciência pura e desligada da técnica, mas que teve que se submeter aos ideais de uma ciência aplicada desenvolvido pela República é um dos melhores exemplos do contexto da criação do MAIC e de suas repartições aqui estudadas (VIDEIRA, 2003).

Tratava-se de, pela primeira vez, reunir e unificar através do Estado as informações dispersas tomadas ao longo do território nacional, além de aumentá-las consideravelmente, para que se tivesse uma visão de conjunto de todo o território brasileiro e para que estas pudessem ser aplicadas no desenvolvimento do país, seja pelo uso mais racional do território, seja para a atração de pessoas e investimentos.

Recebeu três regulamentos internos: 1910, 1911 e 1915, sendo reorganizada pelo decreto n. 11.503 de 4 de março de 1916. Competia à seção de meteorologia, segundo esses regulamentos, as atividades climatológicas, bem como o estudo das secas no nordeste do país, do regime das estiagens e cheias dos rios, além da previsão do tempo.

Nota-se que a questão das secas também encontrou espaço na constituição desta Diretoria, embora os trabalhos realizados em conjunto com a IOCS, ou em apoio à esta, tenham sido bem mais modestos que os do Serviço Geológico, fato que pode ser creditado às restrições de verbas, bem menores para a meteorologia, e também à própria natureza do estudo.

Uma das condições fundamentais para o desenvolvimento da meteorologia era a reunião de informações, até então inexistentes, através da instalação de pontos de medição atmosférica espalhados ao longo do território, fato que até então ficara, em sua grande maioria, a cargo de iniciativas isoladas ou de alguns governos estaduais. Nesse sentido, até 30 de junho de 1911 foram criadas e instaladas, ou se achavam em processo de instalação, 59 estações meteorológicas e pluviométricas, espalhadas pelo território nacional. A distribuição por estados das estações já criadas observou a seguinte ordem:

QUADRO VIII

Estações Meteorológicas criadas até 30 de junho de 1911

Estado	Estações
Pará	1
Ceará	1
Rio Grande do Norte	2
Paraíba	2
Pernambuco	4
Bahia	2
Minas Gerais	5
Distrito Federal	1
Rio de Janeiro	6
Santa Catarina	7
Goiás	1
São Paulo	1
Maranhão	2

Fonte: RMAIC, 1911

QUADRO IX

Estações meteorológicas em vias de instalação em 1911

Estado	Estações
Amazonas	03
Pará	02
Maranhão	01
Goiás	07
Minas Gerais	04
Santa Catarina	06

Fonte: RMAIC, 1911

Sabe-se que para um país do tamanho do Brasil, do ponto de vista da dinâmica atmosférica esse é um número irrisório para a construção de modelos atmosféricos, mesmo para a época. No entanto, com o apoio da Diretoria este número observou um rápido incremento. Até 31 de dezembro de 1912 existiam no país 58 estações de 2ª Classe, 53 de 3ª e 38 pluviométricas. Desse total, 20 pertenciam à rede paulista e 25 à rede gaúcha, mas todas subvencionadas pela União.

Ao longo de 1912 foi realizado um levantamento geográfico e magnético pelo engenheiro Hermínio Fernandes da Silva. No ano seguinte a Diretoria decidiu realizar um novo levantamento no território nacional. O levantamento consistia na determinação da posição geográfica e dos elementos magnéticos (declinação, inclinação e componente horizontal) de pontos distantes, em média de 60 Km, ao longo de uma linha dirigida para Mato Grosso, passando pelos estados do Rio de Janeiro e São Paulo e com o retorno previsto pelos estados do sul do país.

"A primeira parte foi executada até o salto Itapura, mas coincidindo a penetração no território mato-grossense com a greve da estrada Noroeste do Brasil e a suspensão das obras, o observador não pode continuar a sua derrota por terem sido destruídas pelos operários as pontes que permitiam a passagem dos rios. Voltou, então, até Sorocaba, donde partiu, novamente, para seguir o itinerário projetado em sentido inverso. Até o fim de março, vinte e cinco localidades haviam sido determinadas, achando-se aquele engenheiro em Santa Catarina." (RMAIC, 1914: 66)

Até 31 de dezembro de 1914, o número de estações meteorológicas em serviço ativo era de 219, sendo 130 da rede da Diretoria; 73 dos estados subvencionados pela União e 16 gratuitas. Em 1915 as estações estavam assim distribuídas, em número total 203:

QUADRO X

Estações meteorológicas em 1915

Estados	Da União	Dos estados	Não remuneradas	Total
Amazonas	9		1	10
Pará	2		1	3
Maranhão	7			7
Ceará	7			7
Rio Grande do Norte	4			4
Paraíba	3			3
Pernambuco	7		2	9
Alagoas	2		1	3
Sergipe	1			1
Bahia	8			8
Espírito Santo	2			2
Rio de Janeiro	20		4	24
Distrito Federal	3		3	6
São Paulo	6	20	1	27
Paraná	5			5
Santa Catarina	13		1	14
Rio Grande do Sul	1	34		35
Minas Gerais		28		28
Goiás	6			6
Território do Acre	1			1
Total	107	82	14	203

Fonte: RMAIC, 1916: 79

Nota-se que nos estados mais ricos da União que já possuíam uma rede de estações, como São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, a Diretoria investe pouco na instalação de novas estações. A prioridade foi dada àqueles estados que não

possuíam uma rede própria e onde o conhecimento das dinâmicas atmosféricas era mais restrito. Desse modo pretendia-se promover um conhecimento do território como um todo.

Em 1917 continuaram os serviços de determinação das posições geográficas, embora com menor intensidade, devido às restrições orçamentárias. Estavam incumbidos desse serviço os assistentes de primeira classe Domingos Fernandes da Costa e Dr. Mario Rodrigues de Souza e o de 2^a. Classe Dr. Hermínio Malheiros Fernandes Silva. No estado do Rio de Janeiro, um dos assistentes foi incumbido de determinar não só as posições geográficas, mas também os elementos magnéticos de certo número de localidades, destinados a servir de pontos de amarração ao levantamento da carta internacional de 1:1.000.000, cuja elaboração havia ficado a cargo do Clube de Engenharia para a comemoração do Centenário da Independência, como vimos anteriormente.

A Diretoria também contava com a ajuda da Repartição Geral dos Telégrafos, ligado ao MVOP, que encarregou três inspetores de percorrer o território do país após terem sido treinados no Observatório Nacional. Além disso, a Comissão Rondon ocupava-se naquele momento do levantamento geográfico do Estado de Mato Grosso. Assim a Diretoria recebia informações também de outros órgãos que naquele momento realizavam expedições pelo território.

Em 1918 a Seção de Meteorologia e Física do Globo foi subdividida em três departamentos: o de climatologia, o de previsão do tempo para o Distrito Federal e estado do Rio de Janeiro e o de geofísica. Nesse ano, as estações meteorológicas eram num total de 240.

Em 1921, astronomia e meteorologia foram separadas, sendo criada a Diretoria e Meteorologia e o Observatório Nacional, a primeira sob direção de Sampaio Ferraz, pelo decreto 14.827 de 25 de maio. A primeira parte do regulamento do Serviço Meteorológico confere a direção que este serviço deveria continuar tomando:

"Artigo 1º - A Diretoria de Meteorologia tem por fim servir à lavoura, à navegação marítima e fluvial, às indústrias que dependem das condições atmosféricas, ao comércio e público em geral, à aviação, e, à própria ciência meteorológica.

§ 1º - Promovendo o conhecimento da climatologia geral do Brasil e distribuindo periódica e intensivamente, quer no país, quer no estrangeiro, boletins, mapas, diagramas, resumos e monografias, que coordenem, traduzam clara e sugestivamente, e discutam as observações realizadas nas estações meteorológicas." (FERRAZ, Sampaio, 1928: 22)

Em 1922, como demonstração da modernidade e desenvolvimento da ciência e da técnica no país, a diretoria de meteorologia esteve representada na exposição do centenário na torre erguida no antigo bastião do arsenal de guerra, exibindo instrumentos em funcionamento, dois mostruários com vários aparelhos e acessórios empregados no serviço meteorológico, além de diversos mapas, quadros e gráficos sobre aerologia, previsão do tempo, meteorologia agrícola, climatologia, chuvas e enchentes, etc. Já o observatório nacional participou com instrumentos, quadros gráficos, fotografias e impressos. O Observatório apresentou o esboço da carta isogônica do Brasil, para o mês de setembro de 1922, a planta do Observatório do Rio de Janeiro, a planta da sucursal de Vassouras, fotografia do prédio principal, fotografia representando a disposição dos pavilhões, o levantamento magnético do rio São Francisco e uma contribuição para o estudo do clima do Brasil, além de instrumentos e fotos de observações astronômicas.

A previsão do tempo, uma das funções principais da Diretoria, demandava não só a capacidade de reunião dos dados adquiridos por um número razoável de estações, mas também que essas informações fossem capazes de chegar em tempo hábil e reunidas na sede da Diretoria para que pudesse ser realizada. Por isso, era ainda uma das tarefas das mais desafiadoras para seu pessoal. Nos primeiros anos e durante um bom tempo, esta foi realizada apenas para o Rio de Janeiro, que reunia as duas condições principais, número de estações e proximidade com a sede da Diretoria para o envio das informações. Mesmo assim, as reclamações quanto à incorreção das previsões eram uma constante. Em 1926 o Serviço de Meteorologia oferecia a previsão de tempo para os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e o Distrito Federal, além das cidades de Curitiba e Florianópolis.

O Observatório Nacional continuava nessa época com os serviços de levantamento magnéticos e de geodésia que serviam de base para elaboração de outros mapas: Sobre o Observatório Nacional em 1927:

"O serviço de levantamento da carta magnética e geográfica do Brasil, cuja importância prática para os levantamentos topográficos e a divisão de terras seria ocioso encarecer, iniciou-se em agosto, tendo sido determinados os elementos magnéticos e as posições geográficas das seguintes localidades: Caravelas, Aimorés, Teófilo Ottoni, Diamantina e Corinto." (RMAIC, 1927: 55)

Os trabalhos da Diretoria de Meteorologia contribuíram para um aumento considerável das informações meteorológicas do território nacional. Contribuíram também para um desenvolvimento da climatologia. Nesse sentido, teve um papel fundamental no estabelecimento e delimitação dos climas no país, revelando uma diversificação do território muito maior do que aquela presumida até então. A antiga divisão do país em clima tórrido e temperado daria lugar a uma nomenclatura moderna, na qual as divisões eram muito mais numerosas. Embora a força dessa divisão bipolar fosse difícil de quebrar, veremos que aos poucos novas divisões para o clima brasileiro iam surgindo, amparadas na necessidade de embasar uma agricultura cada vez mais específica, cujos produtos também eram classificados segundo os climas que lhes eram necessários, além de demonstrar a existência de "bons climas" para a atração do imigrante europeu. No próximo capítulo veremos como essas novas representações foram veiculadas pelos órgãos de propaganda do MAIC.

Além da geologia e da meteorologia, uma outra questão emerge como um problema para o Estado naquele período, esta de cunho muito mais economicista: o aproveitamento racional das madeiras do país. Foi nesse contexto que uma preocupação com o conhecimento e utilização dos recursos vegetais foi crescendo. Já foi analisada aqui a construção do primeiro mapa florestal do Brasil, sob responsabilidade do Serviço Geológico. No entanto, o crescimento das preocupações nesse sentido, e a já existência de serviços especializados no assunto em diferentes países adiantados, urgia que o Brasil também estabelecesse o seu Serviço Florestal, como será analisado adiante.

4. A instalação do Serviço Florestal do Brasil

Sancionado em 28 de dezembro de 1921 e regulamentada em 16 de setembro de 1925, a lei n. 4421 criava o Serviço Florestal do Brasil. O Serviço Florestal deveria ser o mais técnico possível e embasado nos melhores preceitos científicos da época. Em função disso, o início de suas atividades foi precedido de uma longa série de estudos e de discussões que envolveram uma boa parte dos burocratas e intelectuais do Brasil da época, contando inclusive com a participação, na discussão, de técnicos estrangeiros, como veremos adiante.

Pensado nessa direção, uma comissão foi responsabilizada pelos trabalhos que possibilitariam a regulamentação dos Serviços, devendo estudar a forma de organização do Serviço Florestal que fosse a mais proveitosa. A comissão inicialmente foi composta por: João Teixeira Soares, Domingos Sergio de Carvalho, Gonzaga de Campos, Navarro de Andrade, Alvaro da Silveira, Adalberto de Queiroz Telles, Pacheco Leão, Monteiro de Souza, Alberto Sarmiento, Augusto de Lima, Lyra Castro, Raul Penido, Hanibal Porto, Plinio Costa e José de Araujo Góes. No entanto, o fato de a comissão não ter conseguido concluir o esboço do regulamento, além da morte de dois de seus membros, Domingos Sergio de Carvalho e Gonzaga de Campos, fez com que ela fosse reorganizada no mês de julho, com a inclusão de Vespúcio de Abreu, Francisco de Assis Iglesias, José Mariano Filho, Arthur Torres Filho e Euzebio Paulo de Oliveira. Esta comissão, que realizava encontros semanais, organizou um esboço de um ante-projeto com o regulamento do Serviço. Entre 1 e 5 de setembro, sob a presidência do ministro da Agricultura, foram convidados a participar da reunião todos os estados da União, a prefeitura do Distrito Federal, chefes de serviços do Ministério, além de vários especialistas.

Durante as discussões sobre a instalação do Serviço, a Imprensa Nacional publicou alguns estudos sobre o assunto, como aquele realizado por Amazonas de Almeida Torres, substituto de ajudante da Seção Horto Florestal do Jardim Botânico. Neste trabalho, na primeira parte, então chamada de histórica, o autor transcreve um texto sobre as matas da Bahia e Pernambuco de José Mendonça Matos Moreira e José Joaquim da Silva, de 1809. Na segunda parte do trabalho, chamada de técnica, são

descritas a climatologia, a dendrometria, a dendrologia, a ecologia florestal e a fitotecnia. Na terceira parte, a econômica, o autor analisa estado por estado a área ocupada por matas e suas possibilidades econômicas. Na quarta e quinta partes estão, respectivamente, a legislação sobre o assunto e a bibliografia. Trata-se, portanto, de um estudo de caráter técnico sobre o aproveitamento dos recursos florestais, no qual primeiro consta uma descrição detalhada dos recursos para em seguida proceder à análise de suas possibilidades.

Este trabalho torna-se bastante interessante, na medida em que, na tentativa de estudar a diferenciação florestal brasileira, seu autor aponta para uma rica e variada diferenciação interna do país, enquanto estuda cada um dos elementos que influenciam nas formações vegetais. No estudo da climatologia, o autor adota a classificação dos climas do Brasil proposta por Delgado de Carvalho e Henrique Morize, dividindo o país em 3 tipos principais, cada um contendo diferentes subtipos. Assim:

"A classificação atual do clima do Brasil, segundo os Srs. Morize e Delgado, que consideram a temperatura em função da latitude, a umidade em função das chuvas e a diferenciação topográfica em função da altitude, é a seguinte:

Clima Equatorial com os tipos: super-úmido - Amazônia; semi-úmido continental - interior do norte; semi-árido - Nordeste.

Clima tropical com os tipos: marítimo semi-úmido - Litoral Oriental; semi-úmido de altitude - Planaltos do Centro; semi-úmido continental - interior do Brasil.

Clima temperado com os tipos: super-úmido marítimo - Litoral Meridional; semi-úmido das latitudes médias - planície rio grandense; semi-úmido de altitude - Planalto do sul" (TORRES, 1925: 11)

Desse modo, podemos notar aqui uma divisão minuciosa do território nacional, com novas características aparecendo. Assim do ponto de vista do clima o Brasil apresentaria como áreas distintas: Amazônia, interior do norte, Nordeste, litoral oriental, Planaltos do Centro, interior do Brasil, litoral meridional, planície rio-grandense e o planalto do sul. Portanto, nove entidades distintas, algumas já com nomes próprios e com uma identidade definida, como Amazônia e Nordeste, outras apontadas mais genericamente como o interior do Brasil, ou interior do norte.

No item agrologia, no qual o autor analisa os solos do Brasil, ele reconhece que não foram ainda devidamente estudados, como o clima, sendo impossível ainda obter

ma classificação mais exata. No entanto, aponta para uma divisão destes em função da zona na qual se encontram. Assim:

"Distribuição geral dos solos:

Zona tropical - de aluvião. arenoso, silico-argilosos; argilo-silico-umíferos, pedregosos, silicosos, argilosos e calcáreos.

Zona da Mata Atlântica - argilosos, silico-argilosos, de aluvião, silicosos, argilo-silicosos, argilo-umíferos, salitrosos e silico-argilosos-calcáreos.

Zona do interior - silico argilosos, de aluvião, arenosos, calcáreos, silico-calcáreos, argilosos, pedregosos, silicosos, silico-argiloso-umífero."
(TORRES, 1925: 11-12).

Nota-se assim a repartição do país em três zonas distintas, duas mais generalizantes e imprecisas, tropical e interior, e uma que contava já com um nome próprio, a Mata Atlântica, exatamente aquela faixa de terra onde a agricultura já havia se estabelecido há quatro séculos e que por isso era já bastante conhecida.

Desse modo, ao analisar os diferentes elementos que influenciam na formação vegetal, o autor é capaz de propor uma classificação das florestas brasileiras, apresentando assim uma nova repartição para o território.

"A distribuição e caracteres das florestas, são os seguintes:

a) - As florestas da zona equatorial, com o seu máximo desenvolvimento na Hylaea do Amazonas, ocupam uma superfície de 3.000.000 Km² (...);

b) - As florestas da encosta atlântica, que se estendem desde o Cabo de São Roque, até o estado do Rio Grande do Sul (...);

c) - As florestas pluviais do interior, que em diversas altitudes, se subdividem em cerradão, catanduvás e faxinais (...);

d) - As florestas ciliares, em função constante do volume d'água das correntes, são um conjunto de vegetação que cobre a maior parte da área central do Brasil (...);

e) - As florestas dos capões, menos extensa do que o último tipo."
(TORRES, 195: 30).

A preocupação econômica com o aproveitamento das madeiras explica o fato de só serem incluídas na classificação as formações florestais, deixando de lado todos os outros tipos de vegetação que cobriam o país. A característica florestal do Brasil, sua abundância de matas, passava a ser objeto de um estudo sistemático e começavam a

aparecer distinções internas, naquilo que antes havia sido considerada uma massa homogênea. Foi essa preocupação, presente nos estudos de instalação, que orientou a criação do Serviço Florestal.

Foi somente após essa longa discussão que o Serviço iniciou suas atividades. Seus serviços começaram em maio de 1926, com sua sede sendo instalada inicialmente no Horto Florestal, anexo ao Jardim Botânico. A direção do Serviço foi finalmente entregue ao agrônomo Francisco de Assis Iglesias autor de um dos esboços submetidos à comissão para a aprovação do regulamento.

No entanto, seu funcionamento e organização ainda seriam alvo de estudos. Em 1928 o *Boletim do MAIC* publicou um estudo, também publicado na forma de livro, que revela que a preocupação com a sua organização não estava acabada.

Dessa forma, a discussão sobre a implantação e organização de um Serviço Florestal no Brasil, questão premente na década de 1920, também estava presente no *Boletim*. Os estudos para a criação do Serviço tiveram a cooperação do *Tropical Plant Research Foundation*, com sede em Washington. Nesse sentido, um relatório produzido pelo diretor daquela instituição e remetido ao então Ministro da Agricultura Lyra de Castro foi publicado no periódico da instituição. A introdução do trabalho corresponde a uma afirmação da importância de criação do Serviço, a partir da constatação da renda que a extração de madeiras poderia gerar.

"A riqueza florestal do Brasil é maior do que a de qualquer outra nação, e será, dentro em poucos anos, uma fonte de renda de exportação igual ao café, ao passo que seu valor é incalculável e a manutenção de um programa florestal moderno é, assim, a mais importante medida para a economia nacional a ser tomada pelo Brasil.

O campo de ação do serviço florestal não é unicamente o de reflorestamento de regiões devastadas. Abrange, principalmente, a orientação de um grande parte do território nacional, afim de produzir uma fonte permanente de renda para o Estado e suprir, continuamente, a madeira e lenha necessários a uma população em via perpétua de crescimento; regular as chuvas, regularizar o escoamento fluvial, evitar erosões e desmoronamentos do solo, abrigar a vida animal e promover o bem-estar e felicidade do povo." (ORTON, 1928: 941).

Nesse sentido, em tal relatório, seu autor desenha um plano para a criação do Serviço Florestal no Brasil, baseado em experiências adquiridas na Índia, Estados

Unidos e Filipinas. Para ele, um dos pontos mais importantes para a organização do Serviço era o conhecimento sobre os solos e propõe que fosse feita uma classificação destes para que, após um correto diagnóstico, o órgão pudesse prestar seus serviços corretamente. A classificação é exaustiva, mas importante que seja aqui transcrita:

"Assim, aconselho que o mais breve possível, sejam feitos estudos para a classificação das terras, como parte integrante de um balanço dos recursos nacionais e levados a efeito com a cooperação dos Estados e Municipalidades a medida que se apresenta a ocasião.

Este balanço ou inventário deve visar o seguinte:

I - Examinar e classificar todo o território das áreas destinadas a serem inventariadas, como sejam:

A - Terras cultivadas

- a) Aptas a qualquer método de cultivo e que deverão ser permanentemente destinadas à lavoura;
- b) Sujeito a estragos devido a enxurradas e imprestáveis ao cultivo intenso ou com máquinas agrícolas;
- c) Imprestáveis para a lavoura e que deverão ser destinadas à pastagem e matas.

B - Terras de Campos e Capoeiras

- a) Adaptáveis à lavoura e que devem ser aproveitadas quando necessário;
- b) Imprescindíveis para a lavoura, mas necessárias para pastos, ou, pelo menos, não necessárias para matas;
- c) Que devam ser reflorestadas em benefício da infiltração das águas pluviais.

C - Terras de matas

- a) Com matas de valor comercial em solos adaptáveis à lavoura;
- b) Com matas de pequeno ou nenhum valor em terras adaptáveis à lavoura e as quais devem ser utilizadas de preferência às da letra (a), caso mais terras sejam necessárias para a agricultura;
- c) Com matas de valor comercial em terras ou localidades impróprias para a lavoura, as quais deixarão de ser consideradas como matas de baixo de fiscalização;
- d) Com matas de pequeno ou nenhum valor comercial em localidades onde a existência de florestas é essencial e que devam ser protegidas contra a invasão de estranhos e principalmente contra incêndios e queimadas" (ORTON, 1928: 949).

Além disso, o autor também prevê a necessidade de instalação de um programa anual de pesquisas, segundo as necessidades da instituição. Para o primeiro ano, havia previsto:

- "1. Investigação dos mercados exportadores (...).
2. Reconhecimentos regionais das florestas do Brasil. - a) Nas florestas de madeira de lei, de onde as madeiras serão exportadas; b) Nas zonas próximas a regiões cultivadas para estudar a utilização e conservação das matas, nas áreas a serem derrubadas; c) Na zona do pinho do Paraná, para colocá-lo em condições de corte perpétuo, afim de garantir uma reserva permanente de madeiras inferiores, para uso doméstico e exportação; d) nas áreas devastadas para estudar, os problemas de reflorestamento; e) Nas zonas de produção de produtos florestais, tais como nozes, óleos, fibras e resinas.
3. Investigações biológicas - Na silvicultura, taxomia, patologia, entomologia das florestas do Brasil.
4. Investigações econômicas - Para estudar os problemas relativos às florestas do país." (ORTON, 1928: 962).

Desse modo, os estudos de classificação do solo, já um tema importante também para o Serviço Geológico, deveria tornar-se uma questão central também para o Serviço Florestal. As distinções do solo, enquanto base para a produção agrícola, juntamente com o clima, tornar-se-ia a base para a definição da produção em uma agricultura moderna. Assim a diversificação da produção agrícola, demandava um conhecimento da diversidade dos solos do país. Do mesmo modo, os solos também interferiam na vegetação e a diversidade natural também seria muito melhor percebida quando a "riqueza e diversidade" dos solos brasileiros fossem conhecidos.

A discussão sobre a implantação do Serviço Florestal, pautada na idéia de aproveitamento racional das madeiras do país, serviu para fortificar dentro do aparelho de Estado outros elementos que demonstrariam a diferenciação interna do país: vegetação e solo. Nesse sentido, tal qual os outros serviços aqui analisados, ele representa mais uma parte no processo de invenção da diversidade territorial do país, no qual o MAIC e suas repartições desempenharam um papel importante.

Os três serviços aqui analisados apresentam apenas uma parte do esforço do MAIC em desenvolver um conhecimento do território para aplicação prática. Trata-se, portanto de atividades de demarcação do território. No entanto, mostram muito bem a forma como o território brasileiro foi sendo dividido e sua diferenciação evidenciada a partir de suas ações. A ação do Estado no sentido de fundamentar a diversificação da

e da produção teve então nesses serviços um embasamento que, por sua vez, am a ação do MAIC. Os estudos que mostravam um território distinto, também mostravam onde deveriam ser aplicados recursos específicos. Um território homogêneo demandava uma ação igualmente homogênea. Na parte do território que ser reconhecida como a região Nordeste, os trabalhos do Serviço Geológico e da Secretaria de Meteorologia serviram para embasar a delimitação da área de ocorrência das florestas e, com isso, fundamentar a idéia de uma região diferenciada que serviu de base para o estabelecimento de políticas públicas específicas para aquela área. Da mesma forma, o Serviço Florestal, fundamentou a idéia de que as florestas do país eram diferenciadas e que ofereciam diferentes oportunidades. Nesse sentido contribuiu para institucionalizar a diferença entre grandes conjuntos florestais como a Amazônia e a Mata de Araucárias que, da mesma forma, orientaram políticas no sentido de planejamento dessas áreas que deveriam ser feitas de formas específicas para cada uma.

No capítulo seguinte será analisada então a forma como o MAIC se estruturou para tornar públicas informações sobre os territórios criados e/ou absorvidas por seus serviços e de que maneiras essas informações circulavam e eram apresentadas, seja para o público em geral, seja para públicos específicos.

Figura 1
Mapa das Matas e Campos do Brasil



Acervo da Biblioteca Nacional

Figura 2. Detalhe



Figura 3
Mapa das Matas e Campos do Brasil
Detalhe

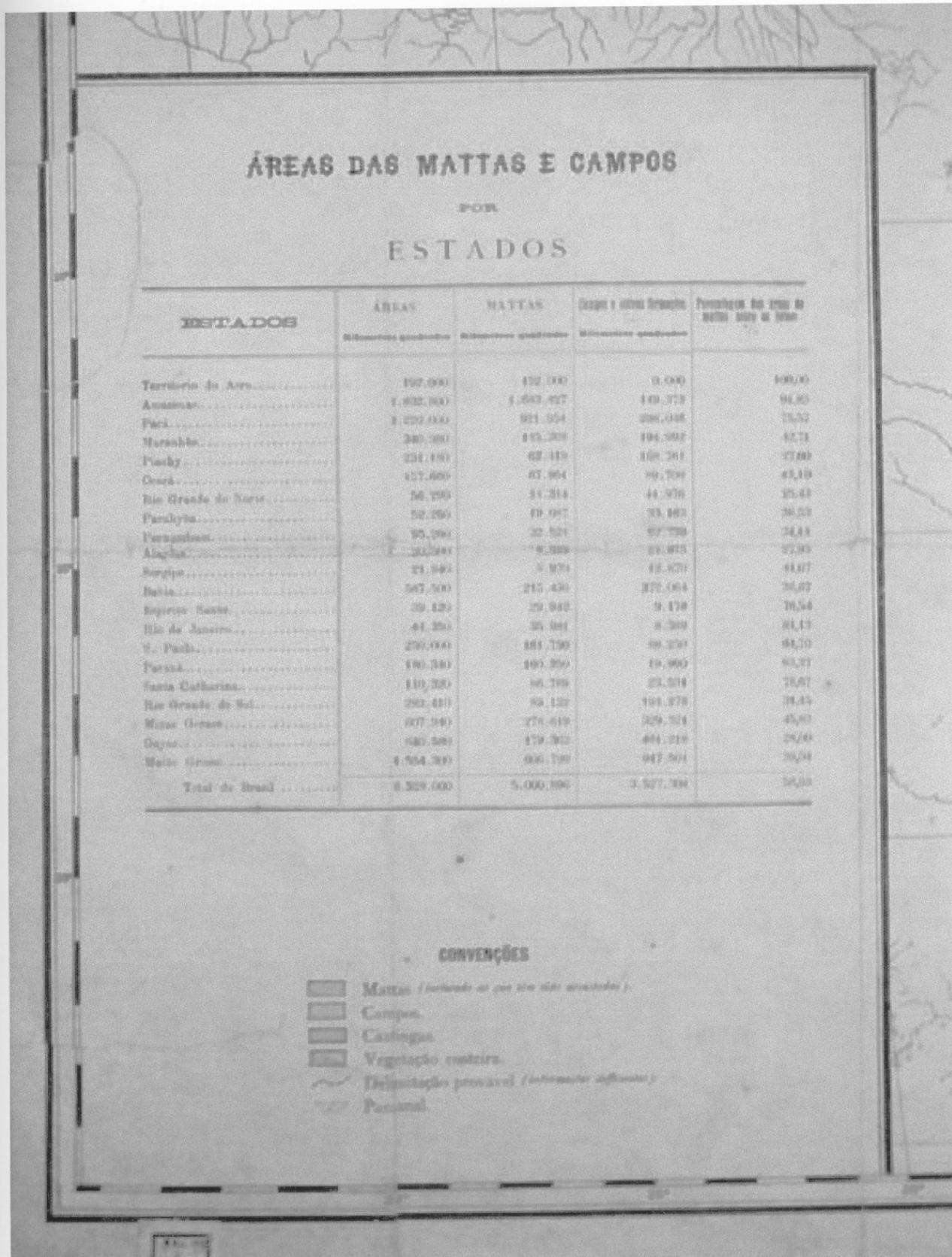


Figura 4
Mapa das Matas e Campos do Brasil
Detalhe

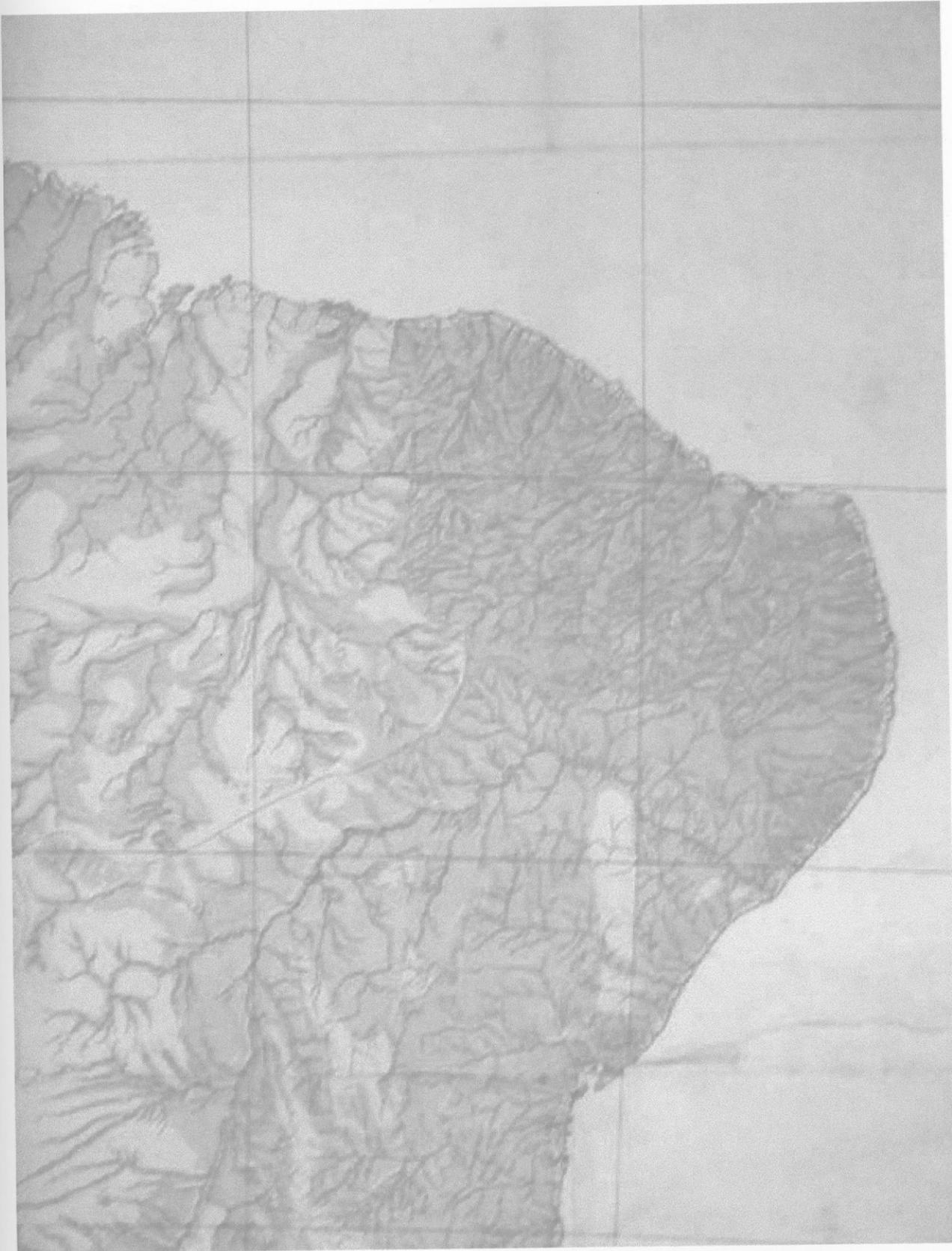
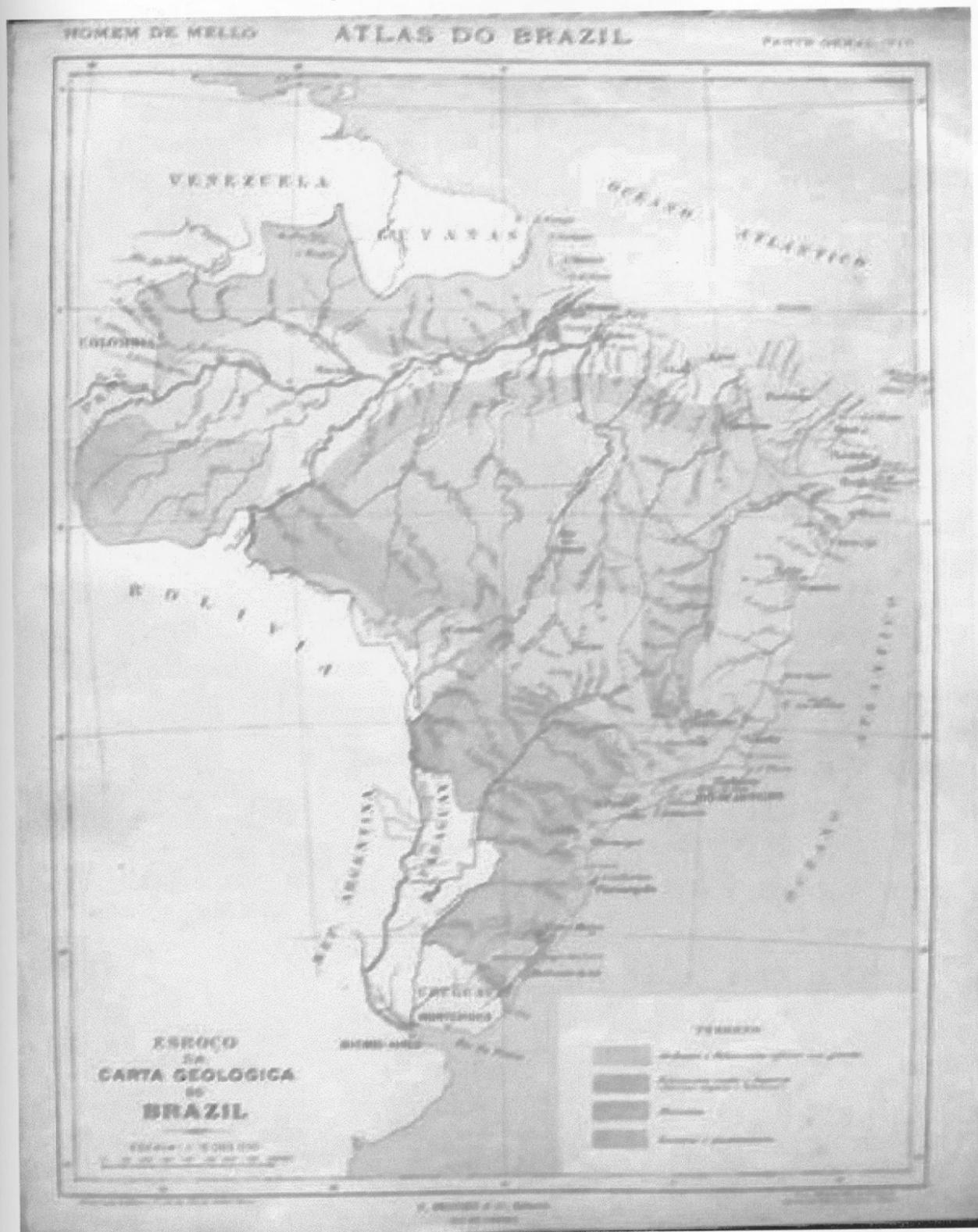


Figura 5
Esboço da Carta Geológica do Brasil

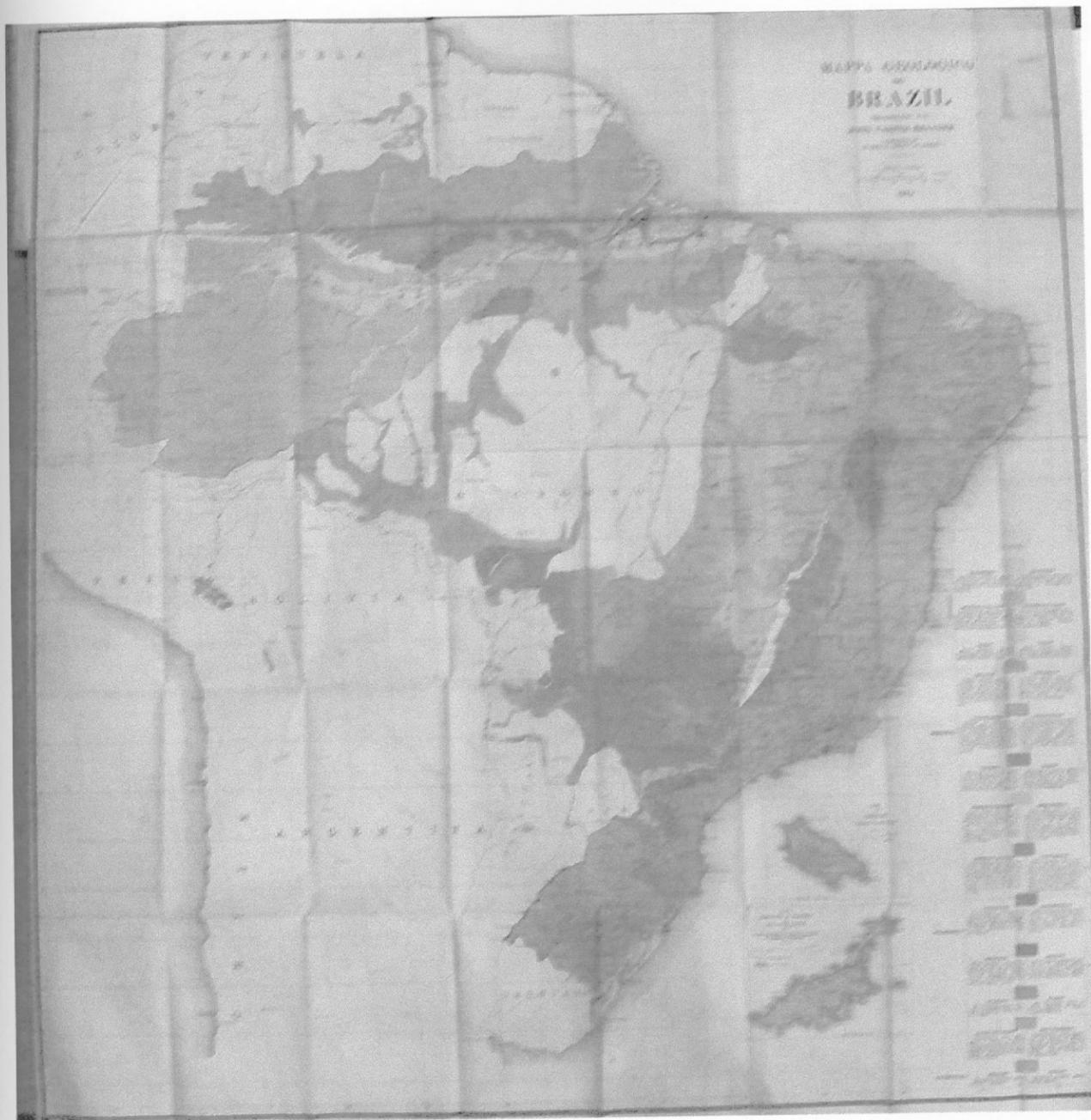


MELO, Barão Homem de; e MELO, Francisco Homem de. *Geographia-atlas dos Brasil e das partes do mundo*. Rio de Janeiro: F. Briguet e Cia, 1923.

Acervo da Biblioteca Noronha Santos

Figura 6

Mapa Geológico do Brasil de John Gasper Branner



Acervo da Biblioteca Nacional

Figura 7

**Carta Geográfica do Brasil em comemoração ao primeiro centenário da
independência**

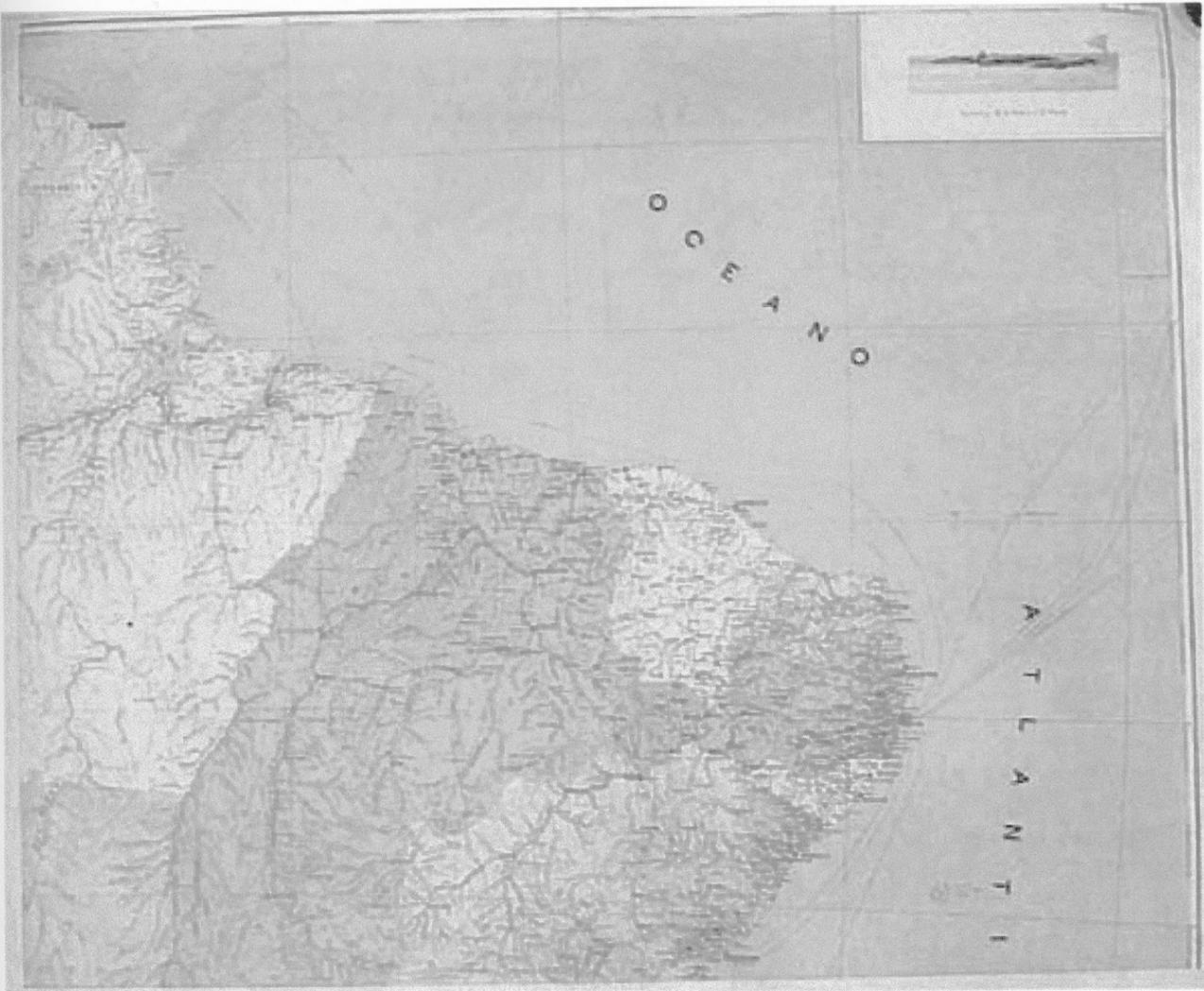
1922, Clube de Engenharia

Folha 1



Acervo da Biblioteca Nacional

Figura 8
Carta Geográfica do Brasil em comemoração ao primeiro centenário da
independência
1922, Clube de Engenharia
Folha 2



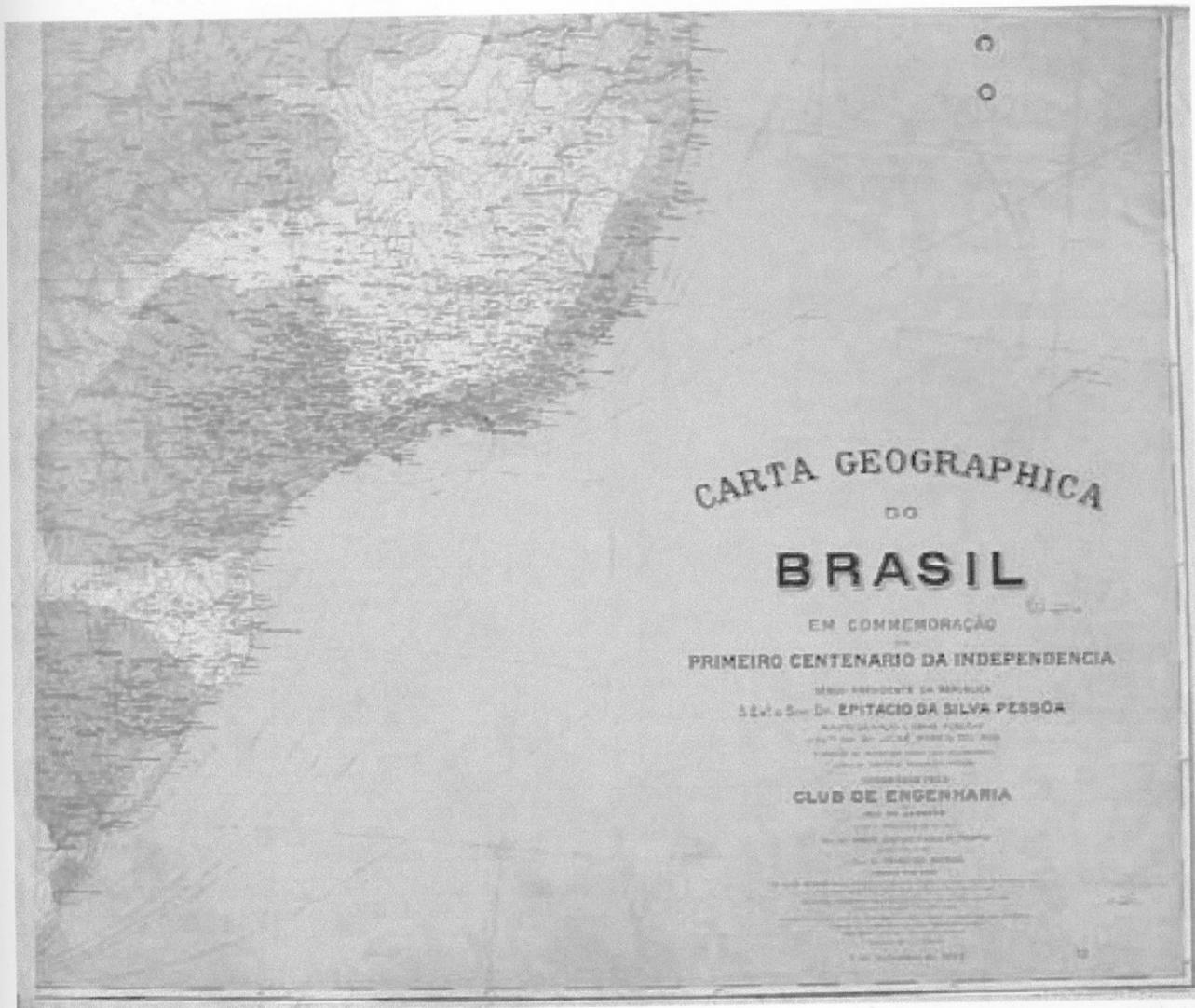
Acervo da Biblioteca Nacional

Figura 9

**Carta Geográfica do Brasil em comemoração ao primeiro centenário da
independência**

1922, Clube de Engenharia

Folha 3



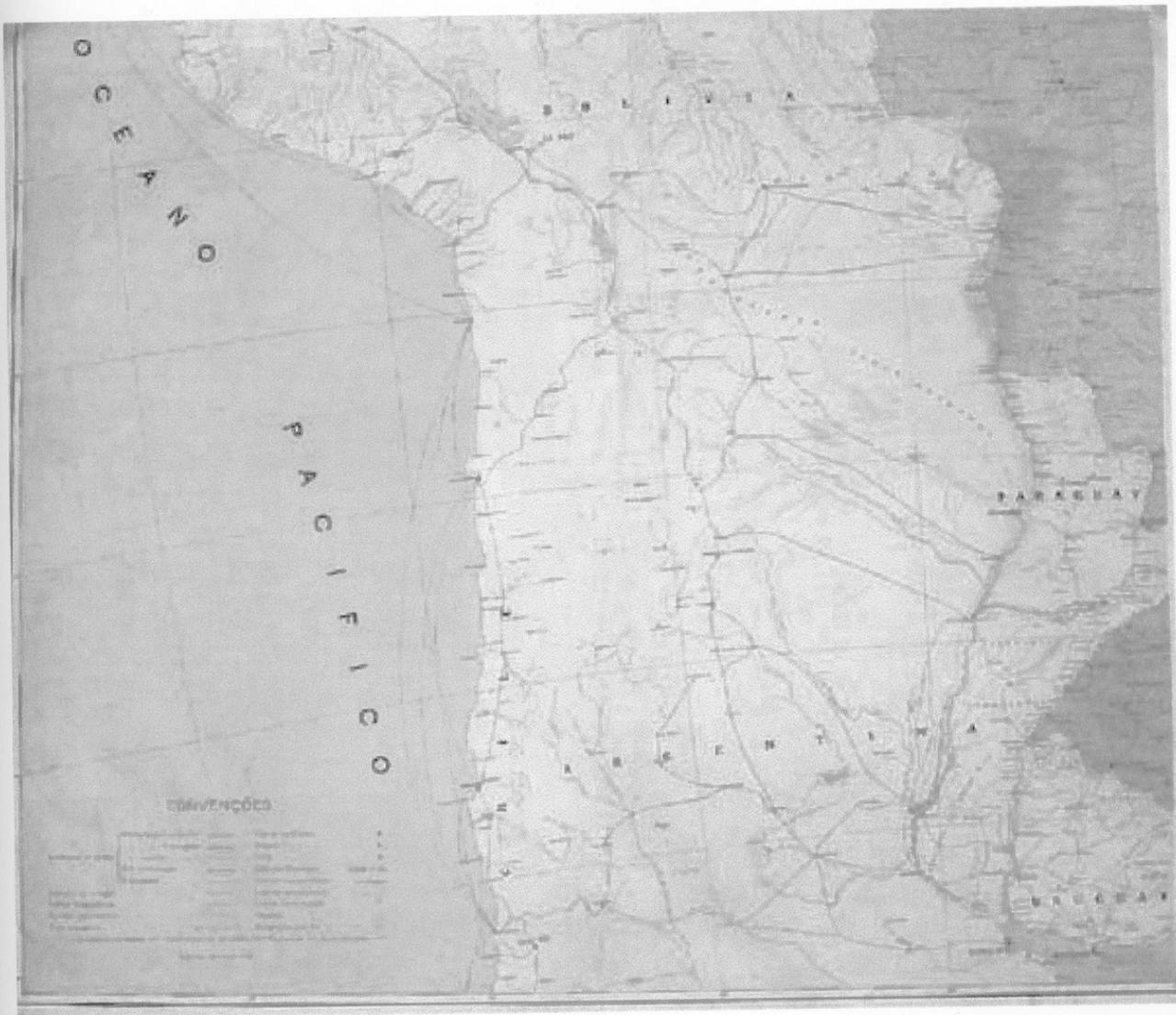
Acervo da Biblioteca Nacional

Figura 10

**Carta Geográfica do Brasil em comemoração ao primeiro centenário da
independência**

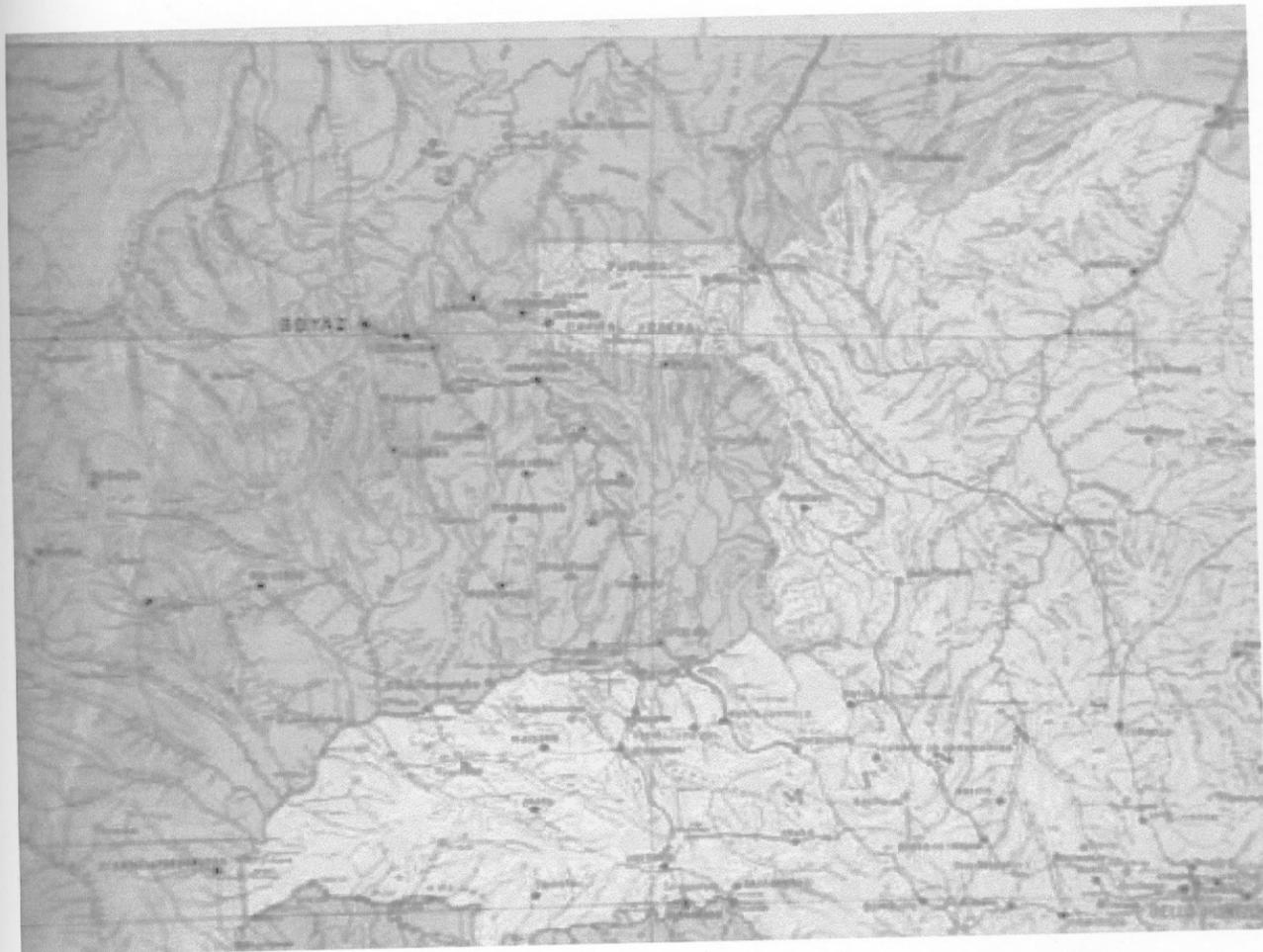
1922, Clube de Engenharia

Folha 4



Acervo da Biblioteca Nacional

Figura 11
Carta Geográfica do Brasil em comemoração ao primeiro centenário da
independência
1922, Clube de Engenharia
Detalhe, Folha 1



Acervo da Biblioteca Nacional

Figura 12
Carta das Jazidas Minerais do Brasil
Folha 1



Acervo da Biblioteca Nacional

Capítulo IV

E a República mostra o país:

Território, espetáculo e exibição

Neste capítulo serão analisadas as atividades do MAIC ligadas à propaganda dos produtos brasileiros e exibição do território. Um dos objetivos principais do MAIC, a diversificação da agricultura, como vimos, presente em toda a discussão sobre sua instalação, tinha como uma de suas bases a propaganda. Se era verdade que o Brasil precisava diversificar sua produção, como defendiam os setores não diretamente ligados ao café, era verdade também que esses setores precisavam de apoio e publicidade para seus produtos. Ao mesmo tempo, a vontade de se criar uma agricultura moderna no país, amparada na técnica e na ciência, tornava necessário fazer com que estas fossem difundidas entre aqueles que faziam a produção agrícola. Sendo assim, a atividade de propaganda, seja dos produtos voltada para potenciais consumidores, seja das técnicas e de novo produtos voltadas para potenciais produtores, foi tomada como uma tarefa importante do MAIC. Além disso, cabia também fomentar o interesse no país em possíveis colonos, uma vez que a atração de mão-de-obra ainda era uma questão importante para o Estado.

Acompanhada da propaganda dos produtos agrícolas, era também veiculada uma forma de conhecimento sobre o território. Sobretudo quando eram analisadas as áreas nas quais esses produtos poderiam ser produzidos eram difundidas idéias de divisões do território que davam visibilidade a sua diversificação interna. Além disso, a necessidade de demonstrar que determinadas áreas eram propícias para certos produtos, também fazia com que fossem veiculados e tornados públicos, no Brasil ou no exterior, conhecimentos sobre o território que haviam sido produzidos por outros ou dentro da própria estrutura do MAIC, como nas repartições estudadas anteriormente. Desse modo, parte das pesquisas e estudos realizados pelas diferentes repartições, além de orientar a ação do poder público, precisava chegar à públicos específicos. A forma como essa informação era transmitida a determinado público alvo será aqui objeto de análise, uma

vez que esta pode ser utilizada de diferentes maneiras, prestando-se a diferentes objetivos, muitas vezes contraditórios. Aliás, muitas vezes o próprio sentido da informação pode ser revertido em diferentes representações, como veremos adiante neste capítulo.

A forma como o território era mostrado estava estritamente ligada à maneira como o Ministério estava organizado. Assim, uma maior demonstração das diferenças geológicas do país ou de sua variabilidade climática está ligada à demonstração dos trabalhos desenvolvidos por repartições do próprio ministério. Da mesma forma, o desenvolvimento de conhecimento sobre as florestas, através da discussão e implantação do Serviço Florestal também faria com que este aspecto ganhasse destaque, sobretudo nos últimos anos da Primeira República⁵⁴. Por outro lado, a forma como o território era exposto também estava ligado às próprias contingências e interesses dos órgãos através dos quais isto era feito. O Brasil que era mostrado para o pequeno agricultor que se queria tornar moderno, não era necessariamente o mesmo Brasil da propaganda no exterior.

Nesse sentido, a participação do Brasil nas exposições universais é merecedora de análise. Desde a sua criação, o MAIC foi o principal órgão estruturante dessas exposições. Serão objeto de análise também três repartições ligadas diretamente à atividade de propaganda e publicidade dos produtos brasileiros no Brasil e no exterior e das pesquisas realizadas sob cuidados do MAIC: o Museu Comercial, o Serviço de Informações e o Serviço de Propaganda do Brasil no Exterior. Começemos com as exposições universais. As fontes utilizadas para análise serão o material oficial utilizado como propaganda. Assim, os guias publicados para as exposições, mas também a própria forma com as quais essas eram organizadas pode nos dizer muito sobre que Brasil e que território eram aqueles ali representados. Da mesma forma, como repartições ligadas à propaganda, os serviços que são aqui analisados produziram uma série de publicações voltadas para diferentes públicos que será então o nosso foco de atenção.

⁵⁴ É necessário deixar claro, no entanto, que a própria organização desses serviços também está ligada a determinadas demandas da sociedade geradas em contextos específicos.

1. O território brasileiro nas exposições universais

Serão analisadas aqui as representações do país exibidas durante as exposições comerciais, nacionais e internacionais, cuja participação brasileira foi promovida pelo Ministério da Indústria Viação e Obras Públicas, depois desmembrado no Ministério da Agricultura e no Ministério da Viação e Obras Públicas. Essas exposições tinham o caráter de promover o país e seus produtos. Com relação ao trabalho aqui empreendido, cabem alguns questionamentos. Que Brasil era esse mostrado pelas exposições? Como o território era exibido? Quais eram as condições e condicionamentos dessa exibição? Foram tais questões que direcionaram a pesquisa que se segue. Além de explorar a rarefeita bibliografia sobre o assunto, são analisados nesse capítulo os guias e livros produzidos pelo governo brasileiro para as exposições, além dos relatórios dos organizadores brasileiros. Veremos ainda como a participação brasileira se transformou consideravelmente entre o Império e a República.

Conhecidas no Brasil como Exposições Universais ou Exposições Internacionais, na França eram chamadas de *Expositions Universelles*, na Inglaterra de *Great Exhibitions* e nos Estados Unidos de *World's Fair* (GREENHALGH, 1988), tais exposições, doravante aqui chamadas de Exposições Universais, constituíam um mesmo gênero de eventos. Embalados pelos ideais de progresso do mundo burguês e de um desenvolvimento linear e progressivo, esses eventos pretendiam expor os avanços das sociedades, tendo na competição entre os expositores e, por conseguinte, entre as nações, seu impulsionador. Elas representavam a coroação da expansão capitalista e associação entre indústria e Império era inevitável (HOBSBAWN, 1988, SAID, 1995)⁵⁵.

Organizadas durante a segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX, tais exposições eram um dos principais meios através dos quais os governos

⁵⁵ Fato notado anteriormente por Kuhlmann Júnior, os estudos sobre as exposições realizados até aqui, recorrem sempre a metáforas para indicar o significados daqueles eventos: "A imagem do templo indica uma devoção à mercadoria, à ciência, à tecnologia, à modernidade, etc. É uma referência que se relaciona a diferentes tradições religiosas: Michelle Perrot as chama de 'catedrais da humanidade'. Margarida de Souza Neves faz referência a esse culto ao progresso e à civilização como uma 'fé laicizada'. Marx e Engels vêem na exposição de 1851 o Panteão da moderna Roma, onde a burguesia exibia seus deuses, Benjamin as considerava lugares de peregrinação ao fetiche que é a mercadoria. Outra metáfora sugerida pelas exposições é a de vitrine, emanada na disposição ordenada dos produtos da sociedade capitalista como mercadorias expostas ao público visitante, boa parte deles no interior de móveis envidraçados. (KUHLMANN JÚNIOR, 2001: 24).

apresentavam suas visões de mundo para as massas. Nesse sentido, sua organização deixava transparecer claramente uma intenção didática, normatizadora, junto a diferentes países e setores sociais (KUHLMANN JÚNIOR, 2001).

Exposições de produtos nacionais já eram realizadas na França desde 1798, já com grande sucesso e repercussão, tanto que tais exposições seriam também copiadas por outros países ao longo da primeira metade do século XIX. No entanto, a primeira exposição de caráter internacional foi organizada em Londres em 1851, com uma preocupação claramente associada à exibição de aspectos ligados à atividade industrial. Nesse sentido, os artigos expostos foram divididos em quatro grupos: matérias-primas, produtos manufaturados, maquinaria, escultura e artes liberais.

"Tudo aquilo que tivesse aplicação na indústria era potencialmente útil e desejável, recebendo uma atenção especial as invenções mecânicas que as novas descobertas da ciência e da técnica punham ao alcance da sociedade. A exposição funcionaria como um espaço de divulgação desses inventos, como a troca de informações e o aprendizado técnico de novos materiais, processos ou equipamentos." (TURAZZI, 1995: 43)

A primeira exposição que realmente se propôs universal, para além da mera preocupação industrial, foi a de Paris em 1855. Incluindo atividades ausentes na exposição anterior, como a pintura que, junto com as belas artes, ganharia um pavilhão próprio, tinha como objetivo cobrir "todos os campos da atividade humana".

A competição entre os expositores e, desse modo, entre as nações tornou-se uma das marcas das exposições. A realização de premiações, com medalhas e menções honrosas, lembra em muito a estrutura montada posteriormente para as olimpíadas. Nesse sentido, um maior número de premiações revelaria o estado de progresso daquele país. Com isso, a cada nova exposição, surgia um número maior de expositores e, além disso cabia aos organizares a preocupação sempre de ultrapassar em grandiosidade a exposição anterior. Aos poucos, sua visibilidade e crescimento em importância fizeram também com que tais eventos fossem se tornando cada vez mais grandiosos.

"A grandiosidade do espetáculo representa-se pela expansão dos espaços destinados às exposições e pela monumentalidade de suas construções arquitetônicas. Daí porque os monumentos criados pelas exposições eram símbolos de novas experiências e novas formas de representação do espaço nas sociedades industrial moderna." (TURAZZI, 1995: 27)

Os números oferecidos por Werner Plum para a exposições que ocorreram ao longo do século XIX demonstram bem essa expansão no número de visitantes, de expositores e na superfície, como pode ser observado no quadro XI abaixo:

QUADRO XI

Exposições Universais no século XIX: Visitantes, Expositores e Superfície

Ano	Local	Visitantes	Expositores	Superfície da Exposição (em hec.)
1851	Londres	6.039.195	13.937	8,4
1855	Paris	5.162.330	20.839	9,9
1862	Londres	6.211.103	28.653	9,5
1867	Paris	11.000.000	43.217	14,9
1873	Viena	7.254.687	25.760	16,2
1876	Filadélfia	10.165.00	60.000	30,3
1878	Paris	16.03.725	-*	22,5
1889	Paris	32.250.297	61.722	21,2
1893	Chicago	27.329.000	-	81,00
1900	Paris	50.800.801	-	46,0

Fonte: PLUM, 1979 : 61

Além dessas, no século XX, como exposições importantes seguiram-se as de Saint Louis em 1904, comemorativa do centenário da compra da Luisiana, de Milão em 1906, Bruxelas em 1910, São Francisco em 1915. No Brasil, as mais importantes foram

* Dados inexistentes.

149

As exposições de 1908 e 1922 no Rio de Janeiro. A primeira possuía um caráter mais nacional, mas contando com a participação de alguns países estrangeiros, foi organizada como comemorativa do centenário da abertura dos portos. A segunda, comemorativa do centenário da independência, bem maior e ambiciosa, pode realmente ser considerada uma exposição universal.

A competição trouxe a necessidade de comparação. Nesse mesmo período surgem os estudos de estatística internacional comparada, já com o segundo Congresso Internacional de Estatística sendo realizado em conjunto com a exposição universal de Paris de 1855: "Discursos, números, imagens - e também as armas - eram instrumentos de comparação e de persuasão na montagem do espetáculo." (TURAZZI, 1995: 63).

As exposições eram utilizadas como um momento de evidência da construção da nação. Dessa forma, seu povo e território foram também uma das características do evento, fato que não era um privilégio do Brasil. Na verdade, a atividade de expor, para além de uma mera exibição de produtos, numa espécie de grande museu, obrigava a questionamentos e escolhas sobre que nação era aquela que se estava construindo, e qual o seu lugar no concerto das nações. Estas eram também as questões formuladas por aqueles que tratavam das exposições em museus (PRÖSLER, 1996). Mauricio Tenório (1994) mostra como a participação do México na exposição carioca de 1922 também se deu dentro desses parâmetros. O que é interessante para esse estudo é que as exposições universais eram um evento de grande importância na época e significativa repercussão. Elas representavam uma importante estratégia na consolidação de representações sobre os países, dentro das quais estavam inseridas as representações sobre o território e os objetos nele contidos. É esse aspecto que pretendo ressaltar aqui: as exposições universais como o *locus* privilegiado do Estado para transmissão de imagens sobre o território.

Desse modo, as exposições organizadas pelo governo brasileiro representavam, nesse momento, um importante instrumento para difusão de imagens sobre o país⁵⁶. Dentre elas, as exposições universais ocupavam um espaço importante e de um modo geral, estavam ligadas à propaganda dos produtos nacionais. O Brasil marca sua imagem através da difusão da idéia de um grandioso destino que lhe estava reservado,

em função, principalmente, do tamanho de seu território e da abundância dos recursos naturais.

"Sublinhada pela ideologia do progresso, a 'abundante riqueza' do país é vista e projetada, no contexto da divisão internacional do trabalho, como matéria-prima da exploração econômica, do crescimento urbano e da transformação social. Por outro lado, em que pesem estas nossas vantagens antropológicas, históricas e naturais, para o discurso dominante só o contato fecundo com o 'continente civilizador' iluminando o país com as luzes da Europa e o reconhecimento da França, é que nos podia fazer transpor o atraso e caminhar com segurança em direção ao progresso." (TURAZZI, 1995: 94).

No entanto, a despeito da reconhecida necessidade de mostrar-se como um país progressista, durante o Império, a participação do Brasil nas exposições universais, sobretudo nas suas primeiras edições, seria calcada por um caráter modesto e repleto de problemas.

"Constatava-se a falta de experiência e de profissionalismo na apresentação do Brasil nas expedições universais pela frequente indefinição do governo imperial quanto aos espaços que lhe cabia garantir nessas exposições, de acordo com os regulamentos estabelecidos. A demora na remessa de produtos brasileiros e os atrasos na preparação e montagem dos nossos pavilhões eram também muito frequentes, especialmente nos primeiros 'ensaios'." (TURAZZI, 1995: 117).

Entre os problemas enfrentados, as exposições brasileiras contavam com a indefinição do espaço que deveriam ocupar, o atraso no envio das mercadorias e da impressão do catálogo, entre tantos outros. No entanto, nos anos finais do Império, o crescimento das exportações do café e do capital acumulado oriundo de sua produção, fez com que as exposições do Brasil, financiadas por esse produto, se tornassem uma exibição do café.

"Na Exposição Universal de Paris de 1878 e nas exposições internacionais da década de 1880 realizadas na Europa [...] o Brasil que estava presente

⁵⁶ Para uma análise concisa e objetiva da participação brasileira nas Exposições internacionais ver também Tórtima (1990).

era, basicamente, 'o império do café'. Os catálogos do Brasil nessas exposições eram listas intermináveis com o nome de cafeicultores e os tipos de café que produziam, tipos esses que eram colocados à mostra nas seções brasileiras. Ao final de cada catálogo, no entanto, observava-se que junto com o café, constituindo expressiva exceção, constavam diversas fotografias do Brasil. (TURAZZI, 1995: 150-151).

Tais exposições produziram um gênero de literatura, já notado por Castro Faria (1993), representado nos guias e livros que tinham o objetivo específico de divulgar o Brasil, sendo progressivamente atualizados a cada exposição. É exemplar desse gênero a série de livros publicados sobre o Brasil para as Exposições Universais de Paris em 1867, de Viena em 1873 e da Filadélfia em 1876 (BRASIL, 1867, 1873, 1875). Na verdade, os três livros são reedições de uma mesma obra, mas que a cada edição foi ganhando em tamanho e informações. Contavam com uma larga tiragem para distribuição durante os eventos além de serem enviados para representações estrangeiras, museus e bibliotecas. Sabe-se também que o terceiro livro, publicado para a Exposição da Filadélfia, teve edições em inglês, francês e alemão (FARIA, 1973: 63).

A preocupação com a propaganda do país do exterior, sobretudo com fins de atração de mão-de-obra e capitais europeus era o principal motor das obras. Já no primeiro livro, publicação ainda acanhada, deixava-se claro que para que o país fosse grande, bastaria apenas que fosse povoado e para tal seria necessário que fosse conhecido. A preocupação com a atração de imigrantes nos livros fica claro também naquele feito para a Exposição de 1873:

"Conhecer exatamente as regiões da América é hoje necessidade dos Estados da Europa, onde superabunda a população.

A uberdade do solo do Brasil e seus variados tesouros de riquezas naturais oferecem vasto campo a todo o gênero de atividade industrial.

No intuito de demonstrá-lo e promover a imigração para este Império aproveitou-se o feliz ensejo que oferece a Exposição Universal de Viena d'Áustria, tratando-se de rever e melhorar a breve notícia impressa em 1867 para a Exposição Universal de Paris." (BRASIL, 1873: 03).

Os três livros incluíam sempre no início uma descrição da situação e extensão do Brasil, com destaque também para todos os acidentes geográficos. A diferenciação interna do Império era feita sempre em termos norte e sul. Quanto ao relevo, no

primeiro livro temos: "Apesar das vastas planícies que se estendem ao norte e ao sul do Império, o seu solo é na maior parte montanhoso, embora atravessado por extensos vales." (BRASIL, 1867: 12).

No item clima a diferenciação também é no mesmo sentido: "O Império do Brasil goza de dois climas bem distintos: na zona tórrida, quente e úmido na estação das águas; temperado e seco, fora daquele limite." (BRASIL, 1867: 14)⁵⁷ No entanto, com objetivo claro de propaganda e de atração de imigrantes, para quem o clima quente poderia ser visto como um empecilho, sempre se procurava mostrar o contrário:

"Entretanto, em muitos lugares da zona tórrida, o clima é muito suave e modificado pela arborização do terreno, elevação do solo e ventos reinantes.

Nos lugares em que se sente mais calor não sobe este por via de regra a mais de 36° centígrados, e só por exceção desce, naqueles em que há maior frio, abaixo de 3°. (...) [e conclui:] O clima do Brasil é em geral salubre" (BRASIL, 1867: 14).

Essas descrições continuaram as mesmas nos volumes posteriores, sendo apenas aumentadas de informações. Um elemento fundamental desses discursos sobre o país durante o século XIX era o caráter laudatório da natureza do país e da abundância e diversidade de seus recursos naturais, que eram ligados a um discurso sobre o destino agrícola do Brasil. No entanto, esse discurso caracterizava-se por ser extremamente generalista e aberto. Podemos notar isso no item sobre o reino animal, presente no livro de 1873:

"É extremamente rico o reino animal no Brasil. Seu vastíssimo território, abrangendo, por assim dizer, todos os climas, coberto de florestas, ainda na maior parte virgens, ou de campinas, é povoado por grande quantidade de espécies, muitas das quais fornecem preciosos recursos à alimentação do homem" (BRASIL, 1873: 23)

O que fica evidenciado nesses discursos é que a idéia de um território diverso, seja no clima, na vegetação ou no relevo era um componente do discurso laudatório do

⁵⁷ No terceiro livro, de 1875, a palavra *tórrida* foi trocada por *intertropical*, revelando talvez uma tentativa de suavização do discurso.

país e da ideologia do destino grandioso em função da abundância de seus recursos. No entanto, quando se realizava uma descrição mais destelhada de cada um desses elementos, esta pouco conseguia avançar além da diferenciação norte-sul. O caso dessa descrição apontada acima é bastante revelador desse sentido. O tamanho do território e a variedade dos climas é um dos elementos do discurso sobre a variedade de animais. No entanto, vimos anteriormente que quando do discurso sobre o clima, os autores da mesma obra, o diferenciaram apenas entre norte e sul. Isso mostra a incapacidade do Império em detalhar a diversidade climática do país. A diversidade era apenas uma figura de retórica, mas não era demonstrada através de informações. Desse modo, o território brasileiro não era apresentado com divisões que fossem visíveis.

Como uma das idéias principais do livro era a de atração de lavradores, mão-de-obra para trabalhar na agricultura, uma vez que o lento processo de extinção da escravidão colocava em perigo de colapso todo o sistema produtivo do país por falta de braços para o trabalho, a idéia de um destino agrícola do país, que estaria aberto para todos aqueles que quisessem trabalhar na lavoura era bastante explorado nos livros dessa série:

"A natureza parece ter destinado o Brasil para ser um dos principais países agrícolas do mundo.

Coberto ainda, em sua maior parte e extensão, de majestosas florestas virgens, conserva no seu solo a primitiva uberdade que larga e generosamente compensa o trabalho. O trigo e o centeio produzem de 30 a 60 por 1.

(...) A disposição topográfica, os climas variados, a abundância de águas, a força quase geral e constante da vegetação tornam seus terrenos adaptados, em maior ou menos escala, à cultura de todas as plantas do globo." (BRASIL, 1873: 176).

Assim, a idéia de diversidade, mais uma vez, estava presente no discurso para o estrangeiro, mas de forma genérica, sem que fossem definidos os parâmetros dessa diferenciação. Tratava-se apenas de uma tentativa de atrair o maior número possível de interessados para o país, mostrando-o como terras de oportunidades, não através de leis e das possibilidades do trabalho humano como os Estados Unidos haviam feito, mas através de seus elementos naturais. Nesses discursos, a riqueza da natureza bastava para

que o país se mostrasse como um lugar aberto àqueles que aguardavam por novas oportunidades no Novo Mundo.

Os autores desses trabalhos, sabendo que tais obras poderiam ser vistas com desconfiança por tratar-se tão explicitamente de propaganda do país, tentaram minimizar esta impressão:

"Entretanto, fique registrado que o pensamento diretor na publicação da breve notícia de 1867, e no presente trabalho não foi o de falso patriotismo que, exagerando as vantagens de uma região, oculta seus defeitos.

Tendo-se por alvo principal tornar bem conhecido o Império do Brasil e esclarecer os imigrantes, procurou-se com todo o cuidado dizer somente a verdade." (BRASIL, 1873: 03).

O território brasileiro também deveria ser conhecido por meio de mapas. Assim, para a exposição nacional de 1875, preparatória para a exposição de 1876, foi organizada uma carta geral do Império, organizada a partir da reunião de diferentes fontes reunidas por uma comissão feita especialmente para este fim.⁵⁸

A notícia da Proclamação da República no Brasil chega à França poucos dias após o encerramento da Exposição Internacional de Paris de 1889, da qual o Brasil participara com um pavilhão construído no Campo de Marte ao lado do pilar leste da recém inaugurada Torre Eiffel⁵⁹. Esta exposição era comemorativa do centenário da Revolução Francesa, tendo sido boicotada pelas monarquias européias. O Império do Brasil teve uma representação extra-oficial organizada por um comitê franco-brasileiro criado na capital francesa um ano antes. Mesmo oficialmente não contribuindo para a organização da exposição brasileira, o governo, através da figura do próprio Imperador, liberou verbas para que esta pudesse ser realizada. Dentre os eventos da exposição, foi publicado em francês o livro de Santa-Anna Nery sobre o Brasil em 1889. Tratava-se de copioso volume que contava com a participação de inúmeros contribuidores. O primeiro capítulo, escrito pelo próprio Santa-Anna Nery é composto por "noções gerais" sobre o país. Nele o autor reproduz, com a permissão do autor, uma parte de texto anteriormente escrito por Orville Derby, que procura dar uma visão da geografia física do país:

⁵⁸ O Barão da Ponte Ribeiro, preparou uma extensa lista descritiva de 330 trabalhos que foram consultados para a realização desse mapa (PONTE RIBEIRO, 1876).

⁵⁹ Para uma descrição detalhada do pavilhão brasileiro na exposição ver Werneck, 1989.

"Quoique on le représente généralement comme montagneux, le plateau brésilien se compose en grande partie de vastes plaines profondément creusées - celles qui sont dûes au soulèvement du sol - se trouvent principalement à l'Est et au centre, et on peut les considerer comme constituant deux chaînes presque séparés par les hautes plaines du bassin du San-Francisco et de celui du Paraguay" (SANTA-ANNA NERY, 1889: 10)⁶⁰

A exposição, como as anteriores, embora contando com uma infra-estrutura melhor, ainda apresentava o Brasil como um país homogêneo e produtor de café. Nesse sentido, a participação brasileira era uma exibição do café e de um Império que ansiava por imigrantes, fato que pode ser explicado pelo fato de terem sido os fazendeiros do café aqueles que financiaram uma grande parte da exposição brasileira. Essas imagens mudariam aos poucos nas próximas exposições, realizadas já sob o comando do governo republicano, quando a disputa por fatias do poder entre as elites nacionais e seus territórios, analisada anteriormente, também se fez manifestar na forma como o Brasil era apresentado: o país exclusivamente do café daria lugar ao país de uma série de outros produtos, o país dos paulistas seria também o país dos pernambucanos, amazonenses, maranhenses, etc. Nesse sentido, seria apresentado também como um país diversificado, mas cujas diferenças poderiam então ser objetivamente apontadas. Veremos a seguir.

As exposições e a celebração da diversidade

As exposições universais por sua pretensa abrangência de todos os ramos da produção humana, de todas as nações progressistas eram o *locus* da valorização da diversidade. A celebração da indústria, bem como da agricultura e a reunião de artefatos produzidos pelo homem de diferentes locais do planeta, além da veiculação de imagens

⁶⁰ "Apesar de representado geralmente como montanhoso, o planalto brasileiro é composto em grande parte de vastos plainos profundamente escavados - aquelas que se devem ao soerguimento do terreno - se encontram principalmente a leste e ao centro, e podemos considera-los, como constituindo duas cadeias quase separadas por altos plainos da bacia do São Francisco e do Paraguai."

e seus diferentes espaços de produção, trouxe a possibilidade de comparação e tornou a diferenciação muito mais visível⁶¹.

Muito mais do que o Império, a República brasileira soube capitalizar sobre isso, com ganhos internos e externos. A desorganização e a predominância total de um único produto durante as exposições do Império foram objetos de várias críticas, seja por parte dos observadores internacionais, seja por parte dos próprios nacionais.

Nesse sentido, a participação do governo republicano foi pautada em termos bastante distintos daqueles do Império. Muito mais do que atração de imigrantes, as exposições eram vistas também como locais para a propaganda dos produtos brasileiros que, pretendia-se, poderiam entrar realmente na concorrência internacional. Assim, as exposições universais respondiam muito bem às necessidades das elites periféricas que tomavam partes do poder com a República, em fazer difundir a diversificação dos produtos brasileiros.

Desse modo, no começo do século XX, para o Brasil, as exposições universais despertavam o interesse de diferentes grupos das classes dominantes. Para os produtores de café, a parte hegemônica da elite brasileira, representava um bom momento para a propaganda de seu produto e para o reforço da associação da imagem do Brasil àquela do café. Contando com um amplo apoio de instituições fortes por eles montadas como as sociedades agrícolas e de governos estaduais, notadamente o de São Paulo, a exibição de diferentes aspectos ligados à cultura cafeeira continuaria tomando um bom espaço das participações brasileiras.

No entanto, ao valorizar a diversidade de produtos, as exposições comerciais, fossem elas nacionais ou universais, representavam um apelo muito forte às elites periféricas do Brasil que viam ali a possibilidade de valorização de outros produtos além do café. A classificação quase infinita de categorias, o ambiente de competição entre os países, e a necessidade do Brasil em se fazer representar no maior número possível delas, tudo isso trazia a valorização e visibilidade de outros produtos e produtores além do café. Assim, a propaganda de diferentes produtos e produtores trazia

⁶¹ "Nas exposições mundiais pode-se mostrar pela primeira vez de forma facilmente acessível a todos, o caráter diferenciado da sociedade humana. Por um lado foram ali fomentadas as forças de estruturação nacional dos países representados nas exposições, porém, por outro lado, aprofundou-se também a comunicação internacional entre técnicos, comerciantes e artesãos." (PLUM, 1979).

conseguiu a valorização de seus espaços de produção, dando maior visibilidade à diversidade do território.

Durante o primeiro ano do governo provisório, uma das primeiras ações do ainda denominado Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas foi o de baixar um decreto na tentativa de criar exposições agrícolas regionais. Nesse sentido, o decreto 837 de 11 de outubro de 1890 foi uma tentativa de criar uma regularidade nas exposições dos produtos agrícolas brasileiros que já ocorriam esparsamente⁶². Sucedendo-se em intervalos relativamente curtos, nas palavras do Ministro Francisco Glicério,

"podendo recompensar por meio de prêmios e esforços a bem do melhoramento das raças e da perfeição dos produtos; auxiliados no seu custeio para que não imponham sacrifício rude aos Comércios que as organizarem, elas facilitarão a observação, o exame e o confronto dos progressos realizados ao mesmo tempo que servirão de estímulo à bem entendida emulação, assinalando com testemunho público, solene e imparcial, a primazia conquistada pelo trabalho em cada uma das suas esferas. (...) Praticadas com freqüência em todos os países de agricultura adiantada, as Exposições Regionais não menos recomendáveis serão no Brasil como instrumentos de progresso." (RMACOP, 1890, p. 4).

A regulamentação do decreto demora ainda algum tempo, com a justificativa de que se estava estudando regras para serem observadas nas exposições que deveriam se reunir em diferentes localidades dos Estados, visando sobretudo evitar-se abusos na concessão dos prêmios. Tal projeto foi, no entanto, abandonado em 1892 pelo fato do Congresso não ter votado as verbas necessárias.

A despeito da não realização das exposições a iniciativa para sua realização já demonstra um interesse maior em ver o território e seus objetos a partir de uma compartimentação. Nesse período o Ministério também inicia as tentativas para em 1892 realizar uma exposição das três Américas em São Paulo, também sem sucesso. A

⁶² É significativo o fato de que o decreto seguinte, de número 838, já analisado anteriormente, foi uma concessão dada a particulares para organização de uma expedição ao Mato-Grosso que tinha como intuito comercial o de procurar minas, mas que também deveria proceder a coleta de informações topográficas e científicas, além de elaboração de mapas. Tal fato mostra como as atividades de conhecimento e de exibição do território estavam explicitamente conciliadas.

desorganização ainda vivida pela administração após o golpe republicano de 1889 e a necessidade de um longo período de preparação para que esses eventos pudessem ser realizados podem explicar sua não ocorrência nesses primeiros anos do governo republicano, mas demonstra a iniciativa do grupo que se instalava no governo. Adiante será analisada a participação do Brasil nas exposições mais significativas nas quais tomou parte ao longo da Primeira República, observando as transformações pelas quais passou a forma como o território era apresentado no exterior, mas também no caso das duas grandes exposições realizadas em solo nacional.

1893: A Exposição de Chicago

A primeira grande exposição internacional da qual a República se fez representar foi a Exposição Colombiana de Chicago, em 1893, comemorativa dos 400 anos das Américas, decidida por ato do Congresso Americano em 25 de abril de 1890. Nos preparativos para a exposição, o governo brasileiro solicitou a todos os estados que se fizessem representar, organizando uma primeira exposição experimental no Rio de Janeiro. A Comissão nomeada para a organização dos trabalhos ficou sob o comando do Marechal José Simeão de Oliveira, partindo logo em seguida para os Estados Unidos. No entanto, com a morte do marechal em junho de 1893, foi nomeado como seu substituto o contra-almirante Joaquim Antonio Cordovil Maurity.

Antes de sua inauguração, a primeira cerimônia ocorreu nos dias 20, 21 e 22 de outubro de 1892, quando se comemorava efetivamente os 400 anos da chegada de Colombo. Antes ainda da abertura, em abril de 1893, no litoral do estado de Nova Iorque, realizou-se a maior revista naval até então realizada, da qual o Brasil participou com uma divisão de três navios de sua esquadra.

A exposição foi aberta oficialmente em 1 de maio de 1893 mas, persistindo nos problemas do Império que tanto criticaria, o palácio brasileiro ficou pronto com um certo atraso, tendo sido inaugurado em 19 de julho. A participação brasileira foi classificada pelo ministro Bibiano Sergio Fontoura Costellat como a melhor e mais competente que o país já havia realizado no exterior. Para ele,

"A importância da nossa representação na maravilhosa exposição de Chicago bem serviu não só para significar a prova de simpatia e amizade da República brasileira para com a nação americana, mas também para demonstrar a evidência a grandeza dos nossos recursos naturais, o encaminhamento das indústrias nacionais, a sensata cultura de nossas amistosas relações comerciais e políticas com todas as nações e o progresso do Brasil em todos os ramos da atividade humana, o que, sem dúvida nenhuma, nos permite nutrir a mais justa e esperançosa confiança nos futuros, destinos da pátria." (RMIVOP, 1894: 33).

A opinião do ministro denota bem quais eram as intenções implícitas dessas exposições: a de fazer a propaganda do país no exterior, com uma preocupação sempre marcante de mostrar que o Brasil era um país "progressista" e "civilizado". Com isso, além do lado subjetivo que pretendia aumentar a auto-estima nacional, também tinha claras intenções de atração de investimentos para o país. Em tempos em que a restauração monárquica ainda assombrava alguns, tratava-se também de uma das estratégias de justificação dos próprios republicanos que pretendiam mostrar a todos como a República era muito mais eficiente que o Império.

Nesse sentido, o investimento feito pela República nessa exposição não teve igual no Império, e ao acreditar-se nos comentários do Ministro, a exposição brasileira foi reconhecida por todos os outros expositores como a melhor do continente americano, com exceção da dos Estados Unidos e melhor que a de muitos estados americanos, tendo o Brasil "ali ocupado a posição a que tinha direito pelo seu progresso e engrandecimento." (RMIVOP, 1894: 33). Ao menos era isso o que os relatórios tentavam fazer transparecer.

Uma grande parte do palácio brasileiro, o espaço nobre da exposição do país, foi ocupada pela exposição de café, que também era servido nos jardins e representou um dos pontos de mais alta frequência da exposição. Na exposição do palácio foram exibidos 1.119 amostras de café⁶³.

As demais exposições brasileiras localizaram-se dispersas nos palácios construídos pelo governo americano para cada uma das divisões da exposição. Estas eram divididas em departamentos e cada uma em seções. Desse modo, havia comissários encarregados da exposição brasileira em todos os departamentos da

exposição, a saber: agricultura, manufaturados, artes liberais, etnologia, belas artes, eletricidade, meios de transporte, mineralogia, pescarias, senhoras. O quadro XII abaixo indica os comissários, com seus respectivos departamentos e seções de responsabilidade.

QUADRO XII

Comissários brasileiros na Exposição de 1893

Comissário	Departamento	Seção
Dr. Graciano de Azanbuja	Agricultura Manufaturados e Artes Liberais	Agricultura Instrução Pública, Estatística, Legislação e Publicidade
Dr. Júlio Brandão	Artes Liberais	Medicina, cirurgia, farmácia higiene
Coronel Dr. F. M. De Souza Aguiar	Manufaturas	Correspondentes seções nacionais Trabalhos de arquitetura e outros encargos
Barão de Marajó	Etnologia	Etnologia, Arqueologia, e anexos de couros e borrachas
Professor Rodolfo Bernardelli	Belas Artes	Pintura, estatuária e anexas
Capitão de Mar e Guerra I. M. De Lemos Bastos	Eletricidade	Eletricidade e Meteorologia
Capitão-Tenente José Martins de Toledo	Meios de Transporte	Transportes por mar e terra e assuntos relativos à marinha de guerra
Tenente João Batista da Mota	Mineralogia e de pescarias	As competentes seções Posteriormente as de floricultura e assuntos militares
Maestro Carlos Gomes	Artes Liberais	Música
Martha Sesselberg, representante do Pará, comissária gratuita	Senhoras	Respectiva seção

Fonte: RMIVOP, 1894

Todos os produtos e objetos expostos foram catalogados, segundo a ordem de grupos departamentais previamente estabelecida pela comissão americana e publicados em inglês. Tais catálogos foram distribuídos às autoridades estrangeiras, bem como enviados a museus, institutos e sociedades espalhados pelo mundo.

Além disso, no intuito de dar mais visibilidade à propaganda brasileira, a comissão efetuou contrato com a Revista *Graphic* que, nas palavras do Ministro, era a revista ilustrada de maior tiragem de Chicago, para um número especial consagrado ao Brasil, dando a ela a mesma grande distribuição que a do catálogo.

Além da propaganda a cargo do governo federal, alguns estados enviaram comissários que se encarregaram de distribuir material de propaganda dos produtos estaduais. Dentre eles se destacaram São Paulo, Ceará, Pará e Amazonas.

Desse modo, além da exposição no palácio do Brasil, ocupado quase que totalmente pela exibição da indústria cafeeira, a exposição geral do Brasil em Chicago era composta de 16 grandes seções, espalhadas por todos os palácios e departamentos. Como vimos, nessa exposição o café ainda representava o grande produto brasileiro e por isso mesmo ocupava o lugar nobre. No prédio brasileiro, ele representava o próprio Brasil. No entanto, o aumento da participação brasileira também já começava a se fazer por uma tímida diversificação de produtos que, mesmo que estivessem longe do prédio brasileiro, espalhados pelos demais pavilhões, já demonstra o início de uma participação maior de outros setores, marcando o início de novas visibilidades, que aos poucos demandariam por mais espaço, mas que viriam apenas através da criação do MAIC nos anos seguintes.

Essa divisão era capaz de agradar a diferentes setores. Contribuía para a construção da imagem do país atrelada àquela do café, ocupando lugar de destaque no pavilhão brasileiro, uma vez que boa parte dos gastos na exposição eram oriundas de verbas vindas da produção desse produto. Mas também agradava a setores ligados a outras atividades, uma vez que estes também se fizeram representar por seus produtos, podendo ser comparados àqueles de outros países. Ao governo também interessava essa disposição, uma vez que fazia o Brasil se representar em todos os setores, contribuindo para difundir a idéia de um país moderno, propício para investimentos. Essa estrutura se repetiria nas exposições seguintes.

1904: A Exposição Universal de Saint Louis

A Exposição Universal de Saint-Louis fora organizada pelo governo americano como comemorativa do centenário da compra da Louisiana. Inicialmente prevista para 1903, só teve suas portas abertas ao público em maio de 1904. Segundo a regulamentação da exposição, ela deveria abarcar uma exibição de artes, indústrias, manufaturas e produtos do solo, minas, florestas e mar⁶⁴.

Estava dividida em 16 departamentos: Educação, Belas Artes, Artes Liberais, Manufaturas, Máquinas, Eletricidade, Transportes, Agricultura, Horticultura, Criação, Florestas, Minas, Pesca e Caça, Antropologia, Economia Social, Cultura Física⁶⁵.

Já no pedido de liberação de verbas o ministro dá a justificativa para a participação do Brasil na exposição:

"O Brasil, como todas as nações cultas do globo, foi oficialmente convidado a comparecer a esse grande certame internacional, onde serão exibidas, atestando o grau de civilização e progresso, as riquezas de cada uma, tudo quanto concerne às artes, indústrias e manufaturas, conjuntamente os múltiplos e variados produtos do solo, das minas, florestas e mares." (Lauro Severiano Müller, 2 de junho de 1903, in: RMIVOP, 1904: 17).

⁶⁴ Ver: Estados Unidos, 1903.

⁶⁵ Em seu relatório, o diretor da comissão brasileira, Souza Aguiar, apresenta um texto que justificaria a divisão estabelecida: "O homem, guiado pelo semelhante, apresta-se para a vida com a *educação* e *instrução* recebidas desde a menoridade; o grau de cultura, o desenvolvimento conseqüente da inteligência, são em seguida aproveitados, aperfeiçoando-se no estudo, na prática das *belas artes*, que lhe abrem caminho a maiores vôos, permitem aguçar o gênio inventivo, o gosto, a expressão artística, no vastíssimo mundo das *artes liberais*, das ciências aplicadas, na variedade sem conta dos produtos *manufaturados*. Para facilidade dos penosos trabalhos, preparou ele desde os mais simples e delicados *instrumentos* e *aparelhos*, as poderosas *máquinas* acionadas por forças naturais ou derivadas, entre as quais a *eletricidade* representa a última notícia. Fora-lhe impossível agir limitando seus impulsos; é preciso reunir todos os elementos dispersos *transportando-os* para os pontos que mais convenha. A matéria-prima oferece-lhe fartamente a natureza no *solo cultivado*, na *criação de animais*, nas *florestas*, nas *minas* e nas *águas*.

Depois de apreciar como suas forças têm aplicação na luta pela existência não é muito que queira por fim *conhecer sua origem*, o *desenvolvimento da raça humana através dos séculos*, como tem vencido as dificuldades da civilização e *solvido os grandes problemas sociais*. Mas, para o cumprimento da missão sobre o globo, necessita ainda toda a *punjunça* de sua inteligência, fortalecida por um *corpo são e robusto*, que só consegue como *trato cuidadoso de si mesmo*, o *exercício moderado das forças físicas*." (AGUIAR, 1906: 58-59).

Nas instruções para a formação da Comissão⁶⁶ que iria dirigir a preparação da exposição brasileira, o primeiro item indicava que a comissão era subordinada diretamente ao MIVOP. Foi nomeado como chefe da representação do Brasil o Coronel Francisco Marcelino de Souza Aguiar que também fizera parte da comissão brasileira da Exposição de Chicago.

Em 21 de setembro de 1903 foi emitido um telegrama circular a todos os estados da federação solicitando suas participações e divulgando as normas para tal.

"Aos governadores e presidentes dos estados

Convindo que o Brasil seja representado na próxima Exposição Internacional de S. Luís de modo a tornar-se mais conhecido e apreciado e ver satisfeitos os mais intuitos com que vai nela tomar parte, o Governo Federal solicita indispensável e eficaz concurso, sendo da maior urgência organizar aí uma comissão para promover a título gracioso o que interessar especialmente a esse estado, e a qual incumbirá além do que vos ocorrer e as circunstâncias indicarem: 1º, a propaganda e colecionamento dos produtos; 2º, o exame, julgamento, seleção e encaixotamento dos que houverem de ser enviados à Exposição de acordo com o regulamento geral; 3º, a coordenação de informações, estatísticas e outros dados que interessarem.

As prescrições principais a atender são:

1ª. O Regulamento geral estabelece para a representação os quinze seguintes departamentos - A - Educação; B - Artes; C - Artes liberais; D - Manufaturas; E - Máquinas; F - Eletricidade; G - Transportes; H - Agricultura; J - Horticultura; K - Florestas; L - Minas e Metalurgia; M - Pesca e Caça; N - Antropologia; O - Economia social; P - Cultura física;

2ª. Nesta conformidade deverão ser classificados os objetos e discriminadamente encaixotados com as respectivas relações e informações, das quais constem a procedência, o preço, a produção, quantidade existente na natureza, meios de transporte, nome do expositor, etc.

3º. Os caixões serão enviados para o Rio a tempo de chegarem aqui até 31 de janeiro próximo, devendo trazer a marca: Exposição de S. Luís - Rio;

4º. Até 29 do corrente mês deverá ser comunicado a este Ministério por telegrama o espaço de terreno ou de parede preciso para máquinas que tenham de funcionar; até 29 de outubro os espaços para máquinas e aplicações mecânicas que não tenham de ser instalados com movimento, e até 29 de novembro os que forem necessários para obras d'arte, produtos

⁶⁶ A comissão deveria ser composta por um presidente, um secretário, um ajudante, oito comissários e dois auxiliares.

naturais ou manufaturados que não estiverem expressamente classificados, bem como a área indispensável para exposições individuais ou associações;

5º. Os volumes poderão ser entregues à Comissão na mais próxima estação de estrada de ferro ou porto de embarque marítimo ou fluvial, não tendo o expositor daí em diante mais despesa alguma com o transporte;

6º. O Governo providenciará na forma do regulamento para que da mesma sorte sejam restituídos oportunamente os objetos recebidos, podendo ser vendidos em S. Luís pelos agentes da comissão geral e por conta dos interessados os que trouxerem indicação expressa neste sentido;

7º. Por este Ministério serão promovidas as providências que dependerem do Governo Federal para cabal desempenho do encargo da Comissão e prestados quaisquer esclarecimentos que convierem além dos que deverá fornecer o comissário representante daquele Governo quando aí passar.

O Governo terá no devido apreço os serviços da Comissão estadual que justamente considera relevantes.

Apresento-vos os meus cumprimentos - Lauro Müller" (RMIVOP, 1904: 20-21)

Como é possível notar, o detalhamento das etapas a serem seguidas demonstrava a tentativa de não repetição dos erros e atrasos anteriores e representava o início de uma profissionalização da participação brasileira. Em janeiro de 1904 foram inauguradas as exposições preparatórias do Distrito Federal e do Estado de São Paulo com a finalidade de selecionar os produtos que participariam da Exposição Universal. O pavilhão do Brasil em Saint Louis foi inaugurado em 24 de maio, tendo a exposição se encerrado em 31 de dezembro. O tamanho da participação brasileira e o investimento realizado podem ser medidos pela pontuação final de prêmios. Ao final da exposição, após a entrega de todas as medalhas e de menções honrosas, o Brasil ficou em quarto lugar entre os países que mais prêmios receberam.

O livro publicado para propaganda do Brasil na exposição representa um material bastante fértil para análise. Publicado em inglês, foi organizado sob coordenação do presidente da comissão brasileira na exposição, o coronel Souza Aguiar (1904). O livro perpetua uma tradição no gênero, iniciando com a localização do país, e dando uma atenção especial para o tamanho do território brasileiro. Souza Aguiar, ao afirmar ser o Brasil o terceiro maior país do mundo, faz questão de frisar que o país tem muito mais vantagens que o primeiro colocado, a Rússia, uma vez que a maior parte de seu território é constituído de desertos gelados. Também em relação aos Estados Unidos, deixa claro que só ocupa a segunda posição se levada em conta o território do

Alasca, que forma uma região aparte. É nesse sentido que o texto perpetua a tradição da retórica da imensidão do território.

No entanto, a despeito da valorização do tamanho do território, o autor faz questão também de marcar a coesão interna e sua homogeneidade:

"Brazil, large as it is, is homogeneous in character, forming, we may say, a compact territory, half of which is bounded by the Atlantic Ocean, to which it has free communication by rivers, the other half bordering on all the South American Republics, except Equador and Chili." (SOUZA AGUIAR, 1904: 07).⁶⁷

O autor também afirma que, ao contrário do que se imagina, o território brasileiro não é montanhoso, mas formado por um extenso platô, entrecortado por rios e vales. Na descrição do clima, também repete a velha fórmula, já vista anteriormente aqui, de dividir o país numa faixa quente ao norte, e numa faixa temperada ao sul da capital, fazendo questão de deixar claro que ambas gozam de perfeita salubridade e que, na faixa quente, a vegetação amenizaria o calor.

No entanto, a despeito de perpetuar uma visão pouco diferenciada dos aspectos estritamente físicos do território, um aspecto novo em relação ao material preparado para as exposições anteriores diz respeito a um zoneamento agrícola do país. Pela primeira vez, Souza Aguiar é capaz de distinguir nove zonas agrícolas no Brasil através do cruzamento de diferentes elementos, tais como qualidade do solo, elevação dos terrenos, sistema de águas, temperatura média, distribuição das florestas, planícies, etc. Tais zonas se distinguiriam entre si pelos seus produtos naturais e por sua uniformidade climática. As zonas são as seguintes:

1. Os vales do Amazonas;
2. Costa baixa e arenosa;
3. Vasto platô com pinhais;
4. Nordeste central, centro produtor de açúcar, algodão, tabaco e cacau;

⁶⁷ " O Brasil, grande como é, é homogêneo em caráter, formando, o que podemos dizer, um território compacto, metade do qual é banhado pelo Oceano Atlântico, para o qual tem comunicação livre através de rios. A outra metade é fronteira com todas as outras repúblicas sul-americanas, exceto Equador e Chile."

5. Zona produtora de café;
6. Zona de Minas Gerais;
7. Zona de Mato Grosso;
8. Zona do sul oriental;
9. Zona onde a indústria da criação é mais desenvolvida. (SOUZA AGUIAR, 1904: 47)

Segue então uma análise dos produtos agrícolas brasileiros, fazendo depois uma lista dos departamentos da exposição. Nesse sentido, o trabalho de Souza Aguiar se afasta dos anteriores em dois aspectos principais. Em primeiro, não repete o discurso da diversidade genérica sem explicar as diferenças internas. Pelo contrário, descreve o território brasileiro como um espaço homogêneo. No entanto, diferente dos trabalhos anteriores, ele é capaz de apresentar uma divisão do território naquilo que é importante para o investidor, isto é, uma divisão do ponto de vista produtivo em nove zonas diferentes. Na verdade, o texto de Souza Aguiar representa uma transição entre o discurso meramente laudatório da natureza e do território como os elementos capazes de atração de interesses para o país, para um discurso embasado na técnica, tendo a ciência como a detentora de capital de autoridade, não passível de questionamento, para tratar do assunto. Seria essa mesma transição de um discurso para o outro que, quando da criação do MAIC, levaria à criação de repartições ligadas à pesquisa científica, como vimos no capítulo anterior.

A outra participação importante do Brasil numa exposição seria a primeira grande exibição organizada na capital da República, celebrando um ato da monarquia: a abertura dos portos às nações amigas em 1808 por D. João VI.

1908: A Exposição Nacional do Centenário da Abertura dos Portos

Segundo nos informa o Ministro Miguel Calmon du Pin e Almeida, a idéia da realização de uma Exposição Nacional no Rio de Janeiro comemorativa do centenário da abertura dos portos do Brasil teve início no Congresso de Expansão Econômica, realizado na capital, nos meses de julho e agosto de 1905 (RMIVOP, 1909: 575). A proposta foi então levada ao Congresso Nacional por Cardoso de Almeida, deputado por

São Paulo, em 11 de agosto de 1906, que, em seguida, votou a lei do orçamento n. 1617 de 30 de dezembro de 1906 autorizando o governo a abrir um crédito para que se realizasse no Rio de Janeiro uma exposição nacional, agrícola, industrial, pastoril e de artes liberais.

Todos os estados da União foram convocados para apresentar comissões no intuito da exposição configurar um verdadeiro inquérito sobre a situação do país⁶⁸. Ao cabo das discussões, a exposição ficou dividida em quatro seções: Agricultura, indústria pastoril, várias indústrias e artes liberais. Foi então criada uma comissão para organizá-la e dirigi-la composta de um presidente, um secretário geral, três vice-presidentes e 36 membros, tendo sido seus integrantes nomeados pelo ministério em 10 de outubro de 1907, cujo presidente escolhido foi Antonio Olinto dos Santos Pires (1860-1925), ex-ministro do MIVOP, enquanto o cargo de secretário geral foi ocupado pelo presidente do Museu Comercial⁶⁹. A primeira reunião da comissão ocorreu no dia seguinte à sua nomeação, em 11 de outubro, presidida pelo Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas Miguel Calmon du Pin e Almeida, na qual este ressalta como objetivo da

⁶⁸ Em 29 de maio de 1907, o ministério enviava o seguinte telegrama a todos os estados: "Para comemorar o primeiro centenário da abertura dos portos do Brasil ao comércio internacional, resolveu o Governo promover uma Exposição Nacional, que se realizará nesta capital, em junho do ano vindouro. A exposição abrangerá os quatro grandes ramos da atividade nacional: agricultura, indústria pecuária, várias indústrias e artes liberais, no intuito de realizar um verdadeiro inquérito sobre os recursos e desenvolvimento econômico do país, demonstrando ao mesmo tempo a ação decisiva e memorável desse acontecimento sobre os nossos destinos. O Governo da União espera a cooperação dos Estados para dar maior brilho a esse certame, e, fazendo esta comunicação a V. Ex. confio que promoverá a representação desse Estado, do modo mais completo possível.

Um emissário especial deste Ministério deverá entender-se com V. Ex. acerca dos meios que facilitem essa representação; mas, convindo desde já despertar a atenção dos interessados, rogo a V. Ex. tomar a iniciativa, assegurando o apoio do Governo Federal em tudo que possa concorrer para o bom êxito da exposição. Saudações. - Miguel Calmon." (RMIVOP, 1909: 575).

⁶⁹ Os demais membros da comissão eram: Luiz Raphael Vieira Souto como 1º. Vice-Presidente: Arthur Getúlio das Neves, como 2º. Vice-Presidente. Antonio de Pádua Assis Resende como 3º. Vice-Presidente. Os comissários escolhidos, entre instituições e pessoas, foram os seguintes: Academia Nacional de Medicina, Associação Comercial do Rio de Janeiro, Centro Industrial do Brasil, Clube de Engenharia, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Instituto Politécnico, Sociedade Derby Clube, Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, Sociedade Jockey Clube, Sociedade Nacional de Agricultura, Arão Reis, Alfredo da Graça Couto, General Alfredo Ernesto Jacques Ourique, Alfredo Rocha, Americo Ludolf, André Gustavo de Paula Frontin, Carlos Leoncio de Carvalho, Domingos Sergio de Carvalho, Ernesto Antonio Lassane da Cunha, Francisco de Paulo Bicalho, Francisco Canela, Frederico Smith de Vasconcelos, Gabriel Osório de Almeida, João Barbosa Rodrigues, Jorge Street, José Américo dos Santos, José Luiz Sayão de Bulhões Carvalho, José Matoso de Sampaio Corrêa, Julio Benedito Ottoni, Julio Cesar de Oliveira, Julio Pimentel, Manoel Buarque de Macedo, Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho, Orville Derby, Oswaldo Gonçalves Cruz, Rodolpho Bernadelli. Dois dos comissário nomeados não aceitaram a nomeação, tendo sido substituídos por Theodoreto do Nascimento e por Francisco Ferreira Real (RMIVOP, 1909: 577-578).

exposição a realização de um "balanço da riqueza e do desenvolvimento do Brasil depois da emancipação econômica que conquistou com a abertura de seus portos ao comércio internacional" (RMIVOP, 1909: 578). Como uma exposição de âmbito nacional, não tinha como objetivo final melhorar a visibilidade do país no exterior, mas sim

"uma grande lição de coisas para os economistas, industriais, negociantes e consumidores brasileiros, que necessitavam conhecer melhor a nossa capacidade de produção e o desenvolvimento dos nossos meios de trabalho." (RMIVOP, 1909: 579)

Nesse sentido, o público alvo era diferente daquele das exposições anteriores. No lugar de propaganda do Brasil no exterior, cabia uma exposição didática, que deveria mostrar o Brasil aos brasileiros. Do ponto de vista econômico tratava-se de se mostrar as possibilidades do país aos investidores e de mostrar produtos aos consumidores. Mas tratava-se também de um evento cívico que deveria celebrar símbolos nacionais e contribuir na formação de um imaginário nacional que a República ainda procurava instalar no país.

O primeiro local escolhido para a realização da exposição havia sido os terrenos recentemente aterrados das áreas do novo porto. Todavia, a idéia foi logo abandonada tendo em vista o fato de ainda faltarem obras de aterro a serem executadas, bem como a pouca estabilidade do terreno constatada e pela "péssima aparência das construções circunvizinhas". Foram cogitadas as áreas do Campo de São Cristóvão, Quinta da Boa Vista, praias de Santa Luzia, Glória, Russel e Flamengo. Embora a comissão tenha se definido pela área em torno da praia do Russel, o ministro baixou uma resolução em 21 de outubro de 1907 escolhendo como sede da exposição a área da praia da Saudade, próxima ao prédio da Escola Militar, na praia Vermelha, onde já existiam dois edifícios que poderiam facilmente ser adaptados para o evento: o antigo Colégio Militar e a Escola Superior de Guerra.

Foi organizado pela Diretoria Geral de Estatística, pertencente ao então Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas um boletim comemorativo da

exposição para ser distribuído durante o evento⁷⁰. Apresentava-se dividido em quatro partes: território, população, movimento econômico e movimento social.

Na parte referente ao território além da retórica da imensidão territorial, onde é destacado o fato de muitos estados brasileiros serem maiores que vários países da Europa e América, também está presente a divisão do clima entre norte e sul, sendo ressaltada sua salubridade:

"Embora situado quase todo entre os trópicos e cortado pelo Equador na parte setentrional, o Brasil possui em geral um clima mais ou menos suave e salubre, devido não só à constituição do terreno, como também às condições de altitude, vegetação e correntes aéreas. Ao norte o clima é quente e úmido, ao sul é mais ou menos temperado e seco. Em toda a costa a brisa marítima suaviza os rigores da canícula e da capital ao extremo sul da República o calor decresce consideravelmente, tornando-se o clima muito fresco" (DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA, 1908: ix)

No entanto, apesar de dividir o clima do Brasil em norte e sul, é colocada uma citação de Afrânio Peixoto sobre os climas no Brasil que revelaria seu alto grau de diversidade: "Dizer do clima do Brasil é agrupar numa só expressão quase todos os fatos complexos que servem na prática para diferenciar os climas entre si. Com efeito, do Brasil se há de afirmar que encerra no vasto território quase todos os climas da Terra." (PEIXOTO, Afrânio. *Clima e doenças no Brasil*. Apud DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA, 1908). Nesse sentido, essa obra continua perpetuando a vaga idéia de que o clima no país é variado, mas distinguindo mais claramente apenas entre o norte e o sul.

Nesta mesma obra foram incluídos o mapa do Brasil organizado pelo Ministério das Relações Exteriores, o Esboço da carta geológica do Brasil, o Esboço da carta física do Brasil. Um novo aspecto com relação a visão da diferenciação interna do país diz respeito à apresentação da densidade da população do país dividida em nove zonas geográficas: litoral (amazônico, norte, centro e sul), Centro (Amazônico, norte, planalto e sul) e extremo oeste. Tal divisão foi feita sem preocupação com a coincidência entre seus limites e os dos estados. Revela uma outra forma de ver o zoneamento, sem que

⁷⁰ Ver Diretoria Geral de Estatística, 1908.

este tivesse limites rigorosos. Revela também mais uma nova divisão do território, distinta daquelas que haviam sido feitas até então.

Para a realização do livro oficial da exposição publicado em língua inglesa, foi convidada Marie Robinson Wright que já havia viajado por grande parte do país⁷¹. Tal obra, editada após o término da exposição, descreve os acontecimentos e as relações relacionados, desde a decisão para sua realização, além de descrever todos os seus prédios e exposições. Tratava-se dessa forma, de aproveitar a possível repercussão da realização da exposição no exterior para aumentar a propaganda do país. Esta autora destaca o objetivo de "educar" a população para o melhor conhecimento do vasto território do país:

"The Brazilian government recognized the importance of such a national reunion believing that it would be of great value to educate the people in a better knowledge of their vast country, and also that it would serve to stimulate progress in all the states, by showing the achievements of the most advanced communities as well as the natural resources awaiting development in those sections where the least has been accomplished."
(WRIGHT, 1908: 14).⁷²

O caráter didático da exposição fica bastante explícito, além de seu público alvo. No entanto, a realização de uma publicação em língua inglesa sobre todos os detalhes da exposição revela que a visibilidade do acontecimento no exterior também era um dos alvos de seus organizadores. Era necessário para estes fazer difundir a idéia de que o Brasil era capaz de celebrar grandes exposições como um indicador do grau de progresso a que se havia alcançado. A exposição, através da propaganda oficial como o livro de Marie Robinson Wright deveria mostrar ao exterior o grau de civilização que alcançava a República Brasileira, capaz de organizar eventos desse porte, mostrando também o tamanho do território e suas possibilidades.

A festa de abertura da Exposição foi uma festa cívica com muita pompa que contou com a participação de todo o governo e atraiu uma enorme quantidade de

⁷¹ Ver: WRIGHT, 1908

⁷² "O governo brasileiro reconheceu a importância dessa reunião nacional acreditando que seria de grande valor educar as pessoas com um melhor conhecimento de seu vasto país, e também que isso serviria para estimular o progresso em todos os estados, mostrando as conquistas das comunidades mais avançadas, bem como os recursos naturais aguardando desenvolvimento."

observadores da população, saindo estampada em todos os jornais do país. Vejamos o relato oficial:

"The national capital was *en fête* in honor of the occasion and Praia Vermelha presented an animated spectacle, thousands of visitors thronging its avenues as the hour for the opening ceremony approached. At two o'clock, President Penna arrived in the State carriage, accompanied by Senhora de Penna, Dr. Miguel Calmon, Minister of Industry, and General Feliciano de Moraes, chief of the President's military staff. His Excellency was attended from Catete Palace to the grounds by a piquet of lancers of the ninth cavalry regiment, and was received at the entrance by the chief officials of the Exposition, who escorted the Presidential party, between double lines of soldiers of the national guard to the Central Palace. The multitude thought the avenue along which the president passed, and gave vent to their sentiments in joyous and affectional *vivas* for the illustrious chief of the nation. Cannons boomed from the battery, bands played the National Hymn, and thousand flags fluttered to welcome the auspicious occasion. At the Central Palace the President was received by the ministers of his cabinet, the civil and military authorities, senators and deputies, the diplomatic and consular corps, and other representatives, who accompanied him to the sala reserved for the inaugurations ceremony".
(WRIGHT, 1908: 36)⁷³

Segundo os desígnios dos organizadores, toda a população e todo o território deveriam estar representados, além de relatar todo o progresso pelo qual o país havia passado nos últimos cem anos em geral e a partir da implantação da República, em particular. Assim, no relato de Wright: "An idea of the magnitude of Brazil's natural

⁷³ "A capital nacional estava *en fête* em honra à ocasião e a Praia Vermelha apresentou um espetáculo animado, milhares de visitantes lotando suas avenidas conforme o início da cerimônia de abertura se aproximava. Às duas horas, o Presidente Penna chegou na carruagem de estado, acompanhado pela Senhora de Penna, Dr. Miguel Calmon, Ministro da Indústria, e o General Feliciano de Moraes, chefe da equipe militar do presidente. Sua Excelência foi escoltada desde o Palácio do Catete por lanceiros do nono regimento, e foi recebido na entrada pelos oficiais de guarda da Exposição, que escoltaram o Presidente entre duas linhas de soldados da guarda nacional até o Palácio Central. A multidão lotou a avenida enquanto o presidente passava, e deu vazão a seus sentimentos em alegres e afetuosos *vivas* ao ilustre chefe da nação. Canhões atiraram da bateria, bandas tocaram o hino nacional, e milhares de bandeiras esvoaçaram dando boas vindas à ocasião. No Palácio Central o Presidente foi recebido pelos ministros do seu gabinete, autoridades civis e militares, senadores e deputados, os corpos diplomáticos e consulares, e outras representatividades, que o acompanharam até a sala reservada para a cerimônia de inauguração."

wealth, and the variety of industries capable of vast development may be judged by a visit to the National Centennial Exposition at Rio de Janeiro" (WRIGHT, 1908: 09⁷⁴).

As intenções com as quais a exposição foi realizada também podem ser identificadas no texto seguinte, ainda de nossa narradora estrangeira contratada pelo governo:

"The central government saw the importance of interesting every state and municipality of Brazil in the Exposition, and it was with this end in view, that the messengers of propaganda visited all parts of the country. As a result, the exhibits gathered together in the handsome buildings on the Praia Vermelha have come from all the states of the union; they represent the resources and progress of the whole immense territory of Brazil, which covers nearly half of the South American continent and contains specimens of the flora and fauna of every part of the globe. Agriculture, pastoral industries, fisheries, mining, manufactures and the liberal arts, as developed in each state from the Amazon to the Plate, are represented in the various sections of the Exposition." (WRIGHT, 1908: 14)⁷⁵

Com a participação dos estados, houve uma competição informal entre aqueles que construiriam o melhor prédio. O destaque de toda a exposição foi o prédio construído por São Paulo, seguido pelo de Minas Gerais. Tais prédios foram usados muitos mais como uma exibição do poder dos estados que para exibição de seus produtos, uma vez que estes foram locados no palácio central, desde então conhecido como Palácio dos Estados⁷⁶, posteriormente aproveitado para a sede do MAIC. A

⁷⁴ "Uma idéia da magnitude da riqueza natural do Brasil, e a variedade de indústrias capazes de vasto desenvolvimento podem ser julgadas pelo visitante na Exposição Nacional do Centenário no Rio de Janeiro."

⁷⁵ "O governo central percebeu a importância de fazer com que cada estado e municipalidade do Brasil se interessassem pela Exposição, e foi com essa finalidade que mensageiros da propaganda visitaram todas as partes do país. Como resultado, a exibição reunida em belos prédios na Praia Vermelha proveio de todos os estados da União, eles representam os recursos e progresso de todo imenso território do Brasil, o qual cobre cerca de metade do continente da América do Sul e contém espécimes da flora e da fauna de cada parte do globo. Agricultura, indústrias pastoris, pesca, mineração, manufaturas e artes liberais, como desenvolvidas em cada estado do Amazonas ao Prata, estão representados nas várias seções da Exposição."

⁷⁶ "Although several states have erected their own buildings, these are used chiefly for reunions, and for exhibits of a special character, the industrial products of the states being placed in sections allotted for the purpose in the Central Palace, the Industrial Palace, Machinery Hall, the Live Stock Pavilion and other federal buildings of the Exposition." (WRIGHT, 1908: 40). "Apesar de vários estados terem erigido seus próprios prédios, eles foram usados principalmente para reuniões, e para exposições de caráter especial, com os produtos industriais dos estados sendo colocados em seções designadas para esse propósito no Palácio Central, no Palácio das Indústrias, no Salão das Máquinas e em outros prédios federais da Exposição."

reunião dos produtos dos estados num único prédio, lado a lado, teria dado uma idéia da diversidade dos estados brasileiros muito maior do que se estes estivessem dispersos.

Assim:

"As one walks through the Central Palace, looking one moment at the products of Rio Grande do Sul and the next at those of Pará and Amazonas, the imagination pictures the vastness of this country, which can show such a variety of native riches." (WRIGHT, 1908: 58-59)⁷⁷

Desse modo, a exposição em si, e a forma com a qual fora organizada e planejada, representava também uma forma de demonstrar a diversidade do território brasileiro para além de um mero discurso retórico sobre uma diversidade genérica, como vimos anteriormente. Tratava-se de demonstrar essa diversidade, mas de uma maneira diferente dos livros, artigos e relatórios. Na exposição de 1908 essa diversidade, mesmo que não sistematicamente distinguida além das divisões estaduais, podia ser vista, tocada e sentida por todos aquele que visitavam o palácio dos estados. A diversidade, enfim, poderia começar a ser vista.

1910 e 1911: As Exposições Universais de Bruxelas e de Turim/Roma

A Exposição de Bruxelas foi programada para acontecer em 1910 e, dessa vez foi o Museu Comercial, que será estudado adiante, então já em pleno funcionamento, que esteve fortemente envolvido na preparação da participação brasileira. O Museu foi encarregado de estudar e criar o plano para a contribuição brasileira, tendo sido aprovado e executado pela comissão organizadora criada para este fim e do qual fazia parte como secretário geral o próprio diretor do Museu.

As coleções de madeira e minerais do acervo do Museu fizeram parte do mostruário da exposição. Foram enviados aos estados da República três funcionários do Museu como delegados encarregados da propaganda da exposição. Os demais funcionários encarregaram-se dos serviços de publicações, catálogos e recebimento de

⁷⁷ "Conforme se caminha pelo Palácio Central, olhando por um momento os produtos do Rio Grande do Sul e no seguinte para aqueles do Pará e Amazonas, a imaginação visualiza a vastidão desse país, que é capaz de mostrar tal variedade de riquezas naturais."

todos os volumes oriundos dos estados, bem como sua embalagem, classificação e remessa para Bruxelas.

A comissão era composta do prefeito do Distrito Federal e de três institutos: a Sociedade Nacional de Agricultura, o Centro Industrial do Brasil e o Museu Comercial do Rio de Janeiro, nomeada em 23 de outubro de 1909.

"Com o fim de interessar todos os departamentos administrativos e todas as classes sociais, foram expedidas circunstanciadas circulares a todas as municipalidades do Brasil, às sociedades agrícolas, às associações comerciais e aos particulares, principalmente os que na Exposição Nacional lograram valiosas recompensas para os seus produtos.

Todos os estados foram diretamente convidados a comparecer oficialmente, havendo-se em suas representações distinguido os estados do Amazonas, Pará, Pernambuco, Bahia e São Paulo." (RMAIC, 1910: 238).

Os estados da Bahia e São Paulo enviaram diretamente à Bruxelas os seus produtos, sem intermédio da comissão.

A exposição universal italiana aconteceu em 1911 como comemoração dos 50 anos de formação do reino da Itália. Para coordenar a participação do Brasil foi encarregada a mesma comissão que estava se encarregando da preparação da Exposição de Bruxelas. O Brasil construiu pavilhão ao lado do rio Pó, dividido em pavilhão de honra, central e italiano. No primeiro, também chamado de pavilhão das festas, a exibição dizia respeito ao ensino, coleções de numismática, arte musical, fotografia, tipografia e outros processos de reprodução, papelaria, medicina e cirurgia, saúde pública, assistência pública, engenharia civil e militar, telegrafia e telefonia, relojoaria e ourivesaria, pedras preciosas e semipreciosas, mobiliários de luxo.

No pavilhão central, que se apresentava dividido em três torreões, foram exibidas as coleções científicas, mineralógicas e geológicas, águas minerais, sal e salinas, pequena metalurgia, borracha, fibras e cascas industriais, frutos silvestres, mate, óleos, ceras e resinas, madeiras, plantas medicinais, produtos de caça e pesca, sacas de café em pilhas, café em coco, café despulpado, tipos naturais de café, tipos de exportação, tipos de café estrangeiro, café torrado, em grão e moído, fotografias, estatísticas, diagramas e outros processos de demonstração, açúcar, fumo, cacau, arroz,

milho, trigo, cevada, centeio, feijão, alfafa, favas, produtos da zoologia agrícola, silvicultura, arboricultura, floricultura, fruticultura e horticultura.

O pavilhão italiano era dedicado aos imigrantes italianos no Brasil, desse modo, foram expostos: farinhas, féculas e outros produtos de moagem, massas alimentícias, biscoitos, bolachas, artigos de confeitaria e pastelaria, chocolates, bombons e bolos, conservas de carne, peixe, legumes e frutas, azeites, olhos e condimentos, vinhos, vinagres, licores, cervejas e outros bebidas alcoólicas, entre vários outros produtos.

Havia ainda na seção do Brasil, um local especial destinado à fornecer informações, principalmente sobre assuntos econômicos, "afim de fornecer dados relativos a qualquer indústria, à situação comercial, assim como sobre climatologia, higiene, estatísticas, organização política, legislação e costumes." (RMAIC, 1911: 324). Além disso, havia a distribuição de livros, prospectos, mapas e cartões postais, fornecidos pela antiga Comissão de Expansão Econômica.

Havia também um cinematógrafo que funcionava diariamente, onde eram exibidas cenas de cidades, paisagens, fazendas, estradas de ferro, fábricas, escolas, entre outras coisas.

Funcionou em anexo ao terceiro pavilhão um serviço de informações. Pelos dados do Ministério da Agricultura, foram atendidos cerca de 10.000 pedidos de informações verbais e 1.600 por escrito, tendo também sido distribuídas 30.000 publicações, colocando o Brasil como o país que mais distribuiu textos na Exposição (RMAIC, 1912: 244).

O encargo de fazer a propaganda da Exposição e de operar a centralização dos produtos no Rio de Janeiro, sua catalogação e envio para a Itália, coube ao Museu Comercial, que distribuiu a todos os estados folhetos e circulares contendo as informações necessárias à representação na exposição. Foi constituído um delegado especial em cada estado, além de delegados gerais enviados pela comissão, tendo alguns governos estaduais organizados também suas comissões locais.

Como é possível notar, o número de expositores e de produtos expostos pelo Brasil é bastante diverso. Ainda há um destaque para o café, principal produto agrícola do país, mas a diversidade de outros produtos é fruto direto das políticas governamentais no esforço de diversificação da produção, onde o MAIC e o Museu

Comercial, responsáveis pela organização da participação brasileira, desempenhavam um papel importante. Nesse sentido, nessa exposição, apesar de sua importância menor, representa uma mudança significativa em relação às outras, dominadas pelo café. O Brasil que era apresentado aqui é aquele que é capaz de produzir uma gama muito maior de produtos. Na verdade, a participação brasileira nessa exposição já mostrava os rumos que o MAIC queria dar à visibilidade do país. O discurso da diversificação agrícola agora defendido por partes do aparelho de Estado começava a se mostrar também no exterior.

1922: A Exposição do Centenário da Independência

"Mostrar, portanto, por forma numérica, os resultados que alcançamos nas várias esferas de nossa atividade política, social e econômica, no decorrer destes últimos cem anos, deve constituir presunção legítima dos dirigentes da atual Exposição brasileira, não só para revelar o labor nacional, mas, precisamente, para documentar a nossa perfeita integração ao progresso geral das nações.

Apresentamos ao mundo os frutos do nosso trabalho num ciclo de cem anos; e na comunidade de idéias de sentimentos que se estabelece entre os povos, veremos como, na nossa formação, não foram esquecidos nem o parentesco histórico, nem a maravilhosa riqueza de ensinamentos com que nos cumularam as velhas nacionalidades."

Pádua Rezende, 2º Vice Presidente da Comissão da Exposição. *In: A Exposição de 1922. Órgão da Comissão Organizadora*, 1, 1922.

1922 foi uma data simbólica em vários sentidos, não só pela comemoração do centenário da independência, mas também por vários eventos que tiveram lugar nesse ano que marcam a vontade de estabelecimento de uma nova ordem, um novo Brasil, com todas as contradições daí oriundas⁷⁸. Desde o início do século XX cogitava-se a realização de uma grande exposição universal no Brasil. A exposição de 1908, apesar de grandiosa para os padrões do país, não havia contado com a participação de muitos outros países, nem teve o destaque de uma verdadeira exposição universal. Desde cedo,

⁷⁸ "Nessa perspectiva é que 1922 é uma data simbólica: surge o tenentismo, o movimento civil e militar orientado no sentido de alterar as estruturas oligárquicas preexistentes; cria-se o Centro Dom Vital, congregando católicos interessados em preservar a civilização ocidental e cristã no país; funda-se o Partido Comunista Brasileiro, em boa parte oriundo do anarco-sindicalismo e empenhado em lutar pelo socialismo; realiza-se a Semana de Arte Moderna em São Paulo, procurando novos temas e novas linguagens para as artes e o pensamento social no país. Parece que o Brasil começa a ingressar no século 20 nesse ano. Os acontecimentos de 22 sugerem os prenúncios de uma outra época, outro ciclo da história." (IANNI, 2004: 23)

o centenário da independência parecia ser para alguns a data ideal para que o Brasil finalmente se colocasse dentro do roteiro das sedes das grandes exposições.

No entanto, o Brasil organiza sua grande exposição internacional num período em que estas comemorações já estavam em baixa. A primeira guerra obrigou um hiato nas celebrações do progresso e após o seu fim tais espetáculos não atraíam tanto público e atenção como anteriormente. Tal fato, entretanto, não diminuiu os esforços para a realização da exposição. Tratava-se de um esforço fundamental dos republicanos de demonstrar o "grau de civilização" ao qual a sociedade brasileira havia chegado (MOTTA, 1992).

Apesar da idéia de comemorar o centenário com uma exposição universal não ser nova, os preparativos tardaram, bem como os melhoramentos que se faziam necessários no Rio de Janeiro para receber os visitantes, além do fato de setores do governo terem hesitado entre uma exposição nacional ou uma realmente internacional. A imprensa carioca foi um dos organismos de pressão mais fortes que obrigou o governo a tomar medidas para realizar comemorações "segundo a grandiosidade que merecia a data", bem como para o embelezamento e modernização do Rio de Janeiro que, como capital da República, deveria refletir o progresso que se vivia na época⁷⁹.

Nomeado em 1920 prefeito para preparar o Rio de Janeiro para as comemorações, o engenheiro Carlos Sampaio realizou uma série de obras e reformas urbanas igualadas apenas por aquelas realizadas por Pereira Passos no início do século. Sem dúvida, a maior delas foi o início do arrasamento do morro do Castelo, o sítio inicial da cidade. Como um dos elementos fundamentais do discurso de Sampaio que justificavam a sua decisão de arrasar a colina histórica, estava o fato de limpar a cidade e mostrar a todos os estrangeiros que chegassem para a exposição "o que o brasileiro era

⁷⁹ "Os apelos à comemoração tornaram-se freqüentes na imprensa carioca, principalmente a partir de 1920, através de uma eficaz operação de 'vigilância comemorativa'. São numerosos os artigos alertando que 'agita-se a questão de se dar à data de 7 de setembro de 1922 o brilho, o esplendor que deve ter'. Em caricaturas e charges, o 'Centenário' é personificado na forma de um velho seminu desanimado e triste; assim aparece ele na primeira página do Jornal do Brasil de 19 de julho de 1920, lamentando-se: 'Neste passinho, eu passo a ficar passado!' A *Careta* também desencadeou campanha intensiva para lembrar a próxima comemoração. A revista carioca denunciava o esquecimento a que fora relegada a celebração de nossa data magna, registrando o 'choro' do 'velho centenário': 'Ninguém se lembra de mim'; 'Olho não vejo ninguém! Chamo, ninguém me responde!'; 'Não te esqueças da velhice desamparada'. A caricatura mais expressiva, significativamente intitulada 'Tristeza do Centenário', mostrava o 'velho', desolado, com um livro de história do Brasil roído por ratos, numa incisiva denúncia da necessidade de se salvar a memória desses cem anos de nação". (MOTTA, 1992: 49)

capaz" (SAMPAIO, 1924). Tratava-se de uma ação pautada no discurso higienista, mas também de retirar do centro do Rio populações indesejáveis em áreas valorizadas (ABREU, 1997).

Inicialmente os trabalhos para a organização da exposição foram colocados sob a responsabilidade do Ministério da Justiça e Negócios Interiores - MJNI -, no entanto ao passar os negócios da exposição relativos à agricultura e à indústria ao Ministério da Agricultura, este passou a responder por 3/4 da exposição, ficando a cargo do Ministério da Justiça apenas a Comissão Executiva, encarregada da administração geral, das obras e das representações estrangeiras (BRASIL. MJNI. 1926).

É interessante notar através dos documentos como, com a ampliação dos objetivos da exposição, esta foi se descentralizando. O decreto de 1920 que regulamentava os preparativos para a exposição estabelecia uma comissão organizadora subordinada diretamente ao presidente da República. Já o programa da Exposição, publicado em 30 de janeiro de 1921 dizia que sua execução seria promovida e fiscalizada por uma comissão executiva composta do prefeito do Distrito Federal, além de três membros nomeados pelo governo, e que funcionaria sob a presidência do MJNI. No entanto, o regulamento publicado em 29 de junho de 1921 dizia que os serviços de preparo e organização da Exposição Nacional no tocante à agricultura, indústria, pecuária, comércio e a propaganda no país ficariam a cargo do Ministério da Agricultura. A própria exposição teve seu nome alterado. O decreto 15.509 de 22 de junho de 1922, pouco antes de sua abertura, alterava sua denominação de Exposição Nacional Comemorativa do Centenário da Independência, para Exposição Internacional do Centenário da Independência - Rio de Janeiro.

Nesse sentido, quanto à organização, em 16 de abril de 1921 o Ministério da Agricultura baixou uma portaria criando a Comissão Organizadora da Exposição Nacional, presidida pelo próprio ministro Simões Lopes e composta pelos diretores gerais e chefes de serviço do ministério, para organizarem a parte referente à agricultura, pecuária, indústrias diversas, estatística e economia. Além dos membros do ministério a portaria que estabeleceu a comissão afirmava que esta seria composta também por "pessoas de reconhecida capacidade e competência que forem designadas pelo ministro", dentre estes, deveria haver membros da Sociedade Nacional de

Agricultura, do Centro Industrial do Brasil e da Associação Comercial do Rio de Janeiro. Na mesma portaria ficava decidido que a exposição seria composta por seis seções: agricultura; indústria pastoril; várias indústrias; comércio; economia; estatística.

Como de costume, o governo contava com a participação dos governos estaduais. Nesse sentido, o ministro Simões Lopes enviou um telegrama aos governadores e presidentes de estados em 23 de junho de 1921 com o seguinte teor:

"Entre as solenidades planejadas para a comemoração de nossa Independência Política, incluiu o governo, como já é do conhecimento de V.Ex., uma grande exposição onde figurem produtos naturais e industriais de todos os Estados do Brasil, afim de que bem possamos avaliar a nossa evolução e o nosso adiantamento no século transcorrido. Este ministério se incumbiu da parte referente à agricultura, à indústria e ao comércio e já nomeou uma comissão encarregada de promover sua representação na Exposição do Centenário" (BRASIL, MJNI, 1926)

Assim, como já havia ocorrido em 1908, foi planejada a construção de um Palácio dos Estados, onde cada um teria direito a uma área proporcional à colaboração que oferecesse. A medida favorecia assim estados ricos como São Paulo e Minas Gerais, aumentava a representação do café dentro da exposição, mas também garantia aos estados menores alguma visibilidade dentro do mesmo palácio e, com isso, a comparação e a diferenciação, mesmo que desproporcional.

O local escolhido para a exposição foi justamente essa nova área que ganhava a cidade com a destruição do morro do Castelo e do bairro da Misericórdia, além dos aterros que eram feitos com o material do desmanche do morro na Ponta do Calabouço. A exposição localizaria-se assim em uma área nova em pleno centro da cidade, tomando o espaço do que havia sobrado da velha cidade colonial que Pereira Passos não havia destruído. Assim, o próprio sítio da exposição constituía uma demonstração da modernidade e do progresso do país que deveria ser constatado por todos aqueles que a visitassem, fossem brasileiros ou estrangeiros.

Na verdade, a exposição terminou por ocupar uma grande área. Na Misericórdia, entre o antigo Arsenal de Guerra e o novo mercado na Praça XV, numa área em parte ganha ao mar, concentraram-se os pavilhões do Comércio, Higiene e Festas, das

Pequenas Indústrias, da Viação e Agricultura, da Caça e Pesca, da Administração, de Estatística, além dos importantes palácios das Indústrias e dos Estados. Nessa mesma área também foi montado um grande parque de diversões e também se localizaram pavilhões de empresas como a Brahma e a General Eletric, além dos de alguns municípios, como o de Campinas e também o do Distrito Federal.

Do antigo arsenal até o Palácio Monroe, que havia sido construído como pavilhão brasileiro na exposição de 1904 em Saint Louis e reconstruído no final da Avenida Central e que tomava a função de centro de informações da exposição, localizava-se a avenida das Nações, onde foram instalados os pavilhões dos países estrangeiros que tomaram lugar na celebração brasileira: Argentina, México, Inglaterra, Estados Unidos, França, Itália, Portugal, Dinamarca, Suécia, Tchecoslováquia, Bélgica, Noruega e Japão. Na praça Mauá, próximo ao cais de desembarque dos viajantes, alguns desses países também construíram "mostradores" para seus produtos.

Como já havia ficado explícito no discurso do então prefeito Carlos Sampaio, um dos objetivos claros da exposição era o de dar visibilidade ao Brasil e ao seu "estado de progresso". Nesse sentido, a apresentação de mapas, fotografias e dados estatísticos sobre o país correspondeu a uma parte importante do evento, como evidenciado no discurso de José Luiz Sayão de Bulhões Carvalho, diretor geral da Estatística na inauguração do pavilhão de seu departamento⁸⁰:

"Os que não conhecem ou conhecem mal o Brasil encontrarão neste belo edifício informações numerosas sobre o notável progresso do nosso país nos seus 100 anos de vida independente. Os elementos estatísticos, graficamente separados em cartogramas, diagramas e outras ilustrações numéricas, não são algarismos criados pela fantasia, nem obtidos por cálculos ou estimativas mais ou menos otimistas. São números verdadeiros, que antes pecam por deficiência que por exagero." (BRASIL, MJNI, 1926: 92)

⁸⁰ Pavilhão este que corresponde a um dos poucos construídos para a exposição que restam ainda hoje, funcionando como Centro Cultural da Saúde, na área da Praça XV, tendo perdido apenas a imensa cúpula que lhe coroava o teto. Apenas outros dois pavilhões ainda restam: o da França, doado à Academia Brasileira de Letras e o do Distrito Federal, transformado no Museu da Imagem e do Som. Outro edifício usado na Exposição que existe ainda hoje, já era uma construção antiga na época, é aquele que hoje corresponde ao Museu Histórico Nacional.

No programa da exposição constavam alguns itens que estavam diretamente relacionados à exibição do território nacional e de sua diferenciação interna. O item IX, por exemplo previa "Exibição gratuita, em dias determinados, no recinto da exposição, de filmes referentes à história, à geografia, à natureza e à civilização do Brasil, de paisagens, costumes e tipos, de indumentária e habitação, de aspectos dominantes da vida agrícola e da vida urbana, como beleza, cultura e progresso" (BRASIL, MJNI, 1921: 08). Todos esses recursos tornavam a diferenciação do território nacional muito mais visível aos olhos de quem os assistia.

Além de filmes, os mapas também deveriam ser objeto da exposição, como previsto no item XXI: "Inauguração e exposição da Carta Geográfica do Centenário, organizada pelo Clube de Engenharia, e exibido em confronto com o mapa do Brasil de 1822." (BRASIL, MJNI, 1921: 09) (Figuras 7 a 11).

Como publicações ligadas diretamente à Exposição há o *Diário da Exposição*, do qual só encontramos o primeiro número, que data de 18 de outubro de 1922, que tinha como manchete principal "A nossa grande Exposição, sua utilidade e seus fins". A Comissão Organizadora também tinha seu órgão oficial. Tratava-se de uma revista em grande formato, colorida, da qual foram publicados 18 números entre julho de 1922 e abril de 1923. Publicava artigos sobre os acontecimentos da Exposição, bem como sobre os pavilhões estrangeiros e as homenagens feitas aos países que tomaram parte na festa. Publicou também artigos sobre alguns estados brasileiros, notadamente São Paulo e Minas Gerais, presentes em várias edições.

O Guia oficial da Exposição, publicado em 1922, descreve todos os pavilhões nacionais e estrangeiros, dando ênfase à descrição da participação internacional. Possui também uma breve nota sobre a história do Brasil, bem como informações sobre o país. Assim, quando descreve o clima, o faz da seguinte forma:

"Devido à sua grande extensão e ao seu relevo, o Brasil tem vários climas, salvo os extremos. A umidade e o calor caracterizam os climas do norte e do litoral. De São Paulo ao Rio Grande e no planalto o clima é doce e brando. As chuvas são geralmente abundantes, salvo em parte da região do nordeste, com o seu centro no Ceará, onde se verifica o fenômeno periódico das secas." (BRASIL. Exposição Internacional do Centenário, 1922: 267)

O Almanack Laemert publicou o *Livro de Ouro Commemorativo do centenário da Independência do Brasil e da Exposição Internacional do Rio de Janeiro* (ALMANAK Laemert, 1923). Trata-se de obra volumosa, em grande tamanho e edição de luxo com várias ilustrações sobre o Brasil e a classe governante, além de muita propaganda, finamente ilustrada, sobre diversos produtos nacionais e estrangeiros. A obra inclui também textos sobre a história, a literatura, sobre as artes em geral, além de uma descrição dos principais acontecimentos da exposição e dos pavilhões internacionais e brasileiros. O Livro inclui ainda uma descrição do país e de seus produtos como resultado de todo o trabalho histórico no país⁸¹. Assim, o texto sobre o clima, por exemplo reproduz a mesma idéia de um clima diverso, porém sem entrar em detalhes: "Quase todos os climas do globo se encontram no Brasil, dada a extensão e a variedade do relevo de nosso território. Contudo nosso clima é em geral quente, bastante amenizado pelos ventos aliseos" (ALMANAK Laemert, 1923: 267). A vocação de grandeza do país, apoiada nas grandes possibilidades de produção também faz parte do discurso:

"Os mais notáveis cientistas que têm estudado nossa pátria do ponto de vista geográfico, econômico, etc., (...) são acordes em afirmar que a fertilidade do solo brasileiro não encontra em nenhum outro país expressão que se lhe compare mesmo de longe. Em qualquer dos três reinos da natureza nossa riquezas são verdadeiramente assombrosas e inesgotáveis. No dia em que porcentagem aproveitada de todas essas riquezas for suficientemente grande, seremos um dos três ou quatro mais poderosos povos da Terra." (ALMANAK Laemert, 1923: 267)

O destino manifesto do país, dado pela natureza continua adiante:

"De todos os países do mundo, o Brasil é o que apresenta mais vasta extensão de terrenos produtivos (...). A suavidade do relevo, a abundância e feliz repartição das chuvas, o calor constante, a fertilidade do solo deram como resultado a ausência completa dessas regiões de deserto que, na Argentina como nos Estados Unidos, ocupam tão vastos espaços. (...)

⁸¹ "Depois de largas sínteses elaboradas pelos colaboradores especiais desta obra, sobre nossa história, nosso espírito, nossa capacidade de realização durante o primeiro século da independência política da pátria, faz-se imprescindível rápido balanço do que no dia de hoje representamos como nação organizada em face do mundo. Procuramos dar nas linhas que se seguem os traços mais gerais da fisionomia física, econômica e moral do Brasil contemporâneo." (ALMANAK Laemert, 1923: 263).

Todas as culturas das regiões tropicais se praticam no Brasil: café, cana-de-açúcar, algodão, cacau, arroz, mandioca, milho, árvores frutíferas, tabaco, etc. Suas florestas são uma inesgotável reserva de cautchu, de erva-mate, de plantas medicinais, resinosas, aromáticas e de madeiras preciosas. Os campos alimentariam multidões de rezes, de cabras, de carneiros, de cavalos. E até mesmo as culturas de países mais temperados: trigo, vinha, etc., encontram nos estados do sul, as condições climáticas necessárias." (ALMANAK Laemert, 1923: 268)

O sucesso entre a população da exposição pode ser conferido pelo número total de pagantes. Entre 07/09/1922 e 02/07/1923 o número total de visitantes que pagaram ingresso chegou a 3.626.402 pessoas.

Desse modo, a participação brasileira nas exposições entre o final do século XIX e começo do século XX representa uma lenta, mas crescente demonstração da diversidade do país. A valorização da diversidade do território brasileiro pôde, em parte, sair da retórica da diversidade generalizante para ser apontada e distinguida de uma forma mais direta. Assim, a possibilidade e necessidade de comparação abertas pelas exposições, sejam do Brasil com outros países, sejam entre os estados brasileiros permitiu que a diversidade se tornasse mais visível. Da mesma forma, as exposições representavam um espaço usado pelas elites periféricas para valorização do discurso da necessidade de diversificação da produção sob o qual essas embasavam suas ações dentro do aparelho de Estado. Além disso, a participação do Brasil em exposições no exterior tinha um foco na atração de investimentos, mão-de-obra e na abertura de mercados, mas cuja repercussão no país era voltada para a valorização dos grupos desligados da produção do café e para inflar o espírito nacionalista. Por outro, a realização das duas exposições no país tiveram um caráter claramente didático para a população nacional, permitindo a transmissão de imagens do país e dos símbolos nacionais, dentre os quais o próprio território, a um grande público, mas pensado também como uma forma de propaganda do progresso do país no exterior, através da repercussão que o Estado procurou dar aos eventos.

Sobretudo a partir de década de 1910, as exposições internacionais tiveram nos museus comerciais a principal fonte de infra-estrutura e de informação para que funcionassem. Estes também tinham como objetivo perpetuar os objetivos das

exposições, então atrações efêmeras, frente às populações de seus países. Veremos adiante.

2. O Museu Comercial

Nem só de exposições internacionais e nacionais vivia a propaganda do Estado brasileiro. O Museu Comercial, fundado em 1907, foi uma instituição criada com o explícito intuito de promover os produtos brasileiros, mas que, por sua vez também deveria facilitar a organização da participação brasileira nas exposições internacionais, como ocorreu com as exposições de Bruxelas e italiana, vistas anteriormente. Os trabalhos preparatórios para sua instalação foram iniciados em junho de 1906 pela Academia do Comércio, fundada em 1902, em um salão na travessa São Francisco de Paula, com recursos do MIVOP. O objetivo do museu era o de tornar conhecidos os produtos brasileiros, além de servir, em conjunto com sua biblioteca que também se formava, como local de estudo para os alunos da academia, dirigida pelo Conde Cândido Mendes de Almeida. Anexo ao museu havia também um gabinete de informações destinado a reunir sistematicamente "todas as informações relativas ao comércio e à indústria na parte que interessar ao Brasil."

Com sua instalação tendo sido feita em 1907, quando o MAIC já havia sido criado, mas ainda não regulamentado, fato que, como apontado anteriormente só ocorreria em 1909, o museu permaneceu sob os auspícios do MIVOP até que o MAIC fosse regulamentado e começasse a atuar de fato. Com o final da exposição comemorativa de abertura dos portos em 1908 e a existência de amplos espaços construídos no local, o palácio dos estados foi reservado para que ali funcionasse a sede no novo Ministério da Agricultura. Quando a instalação foi efetivada em 1909, foi reservado um amplo espaço para a instalação do Museu naquele imóvel. No entanto, atendendo aos apelos de que era necessário que estivesse mais próximo da população, bem como dos estrangeiros que visitavam a cidade, o espaço do museu na então longínqua Praia Vermelha foi abandonado. Ele foi então transferido logo em seguida para a Praça Quinze de Novembro, no Centro da cidade, no edifício onde funcionava a Repartição de Estatística, esta sim, removida para a sede do Ministério.

A idéia de instalação de Museus Comerciais data do final do século XIX na Europa. Filha das exposições universais tratava-se de criar um local permanente para a exposições dos produtos das metrópoles e das colônias. Desse modo, após a exposição de Londres em 1851, Henry Bole, membro do comitê de organização ganhou um crédito de 5.000 libras para reunir, entre os objetos expostos, material para formar uma exposição permanente. O Museu foi então aberto em 1852 num local ainda provisório, sendo instalado em um novo edifício em 1856. Da mesma forma, na França, foi a Câmara do Comércio que decidiu fundar em 1856 o Museu de arte e da indústria. Entre 1860 e 1880 seguiram o mesmo modelo: Viena, Hamburgo, Estocolmo e Berlim (SCHAER, 1993). Na década de 1880 os museus comerciais ganharam mais importância e se difundiram. Na Alemanha o surgiram os museus comerciais de Stuttgart em 1884, e os de Frankfurt, Manhein, Colônia e Dresden em 1885. A Áustria organizou o seu museu em Budapeste também nesse ano, e em 1886 foi a vez da criação do Instituto Imperial, criado a partir do museu já existente, com os mesmos fins, na Inglaterra, quando também a Bélgica organiza seu museu. Dessa maneira, os museus comerciais são fruto daquilo que se convencionou chamar de "a era do imperialismo" do século XIX quando era necessário dar a conhecer seus impérios, também como um elemento de sua administração.

É necessário lembrar que o museu era e continua sendo, epistemologicamente, um espaço no qual o mundo é ordenado, no qual, com a assistência de objetos materiais, o mundo é realizado, entendido e mediado (PRÖSLER, 1996). Dessa forma, museus não existem apenas dentro de um tempo e espaço particular, mas eles também ajudam a articular ordens temporais e espaciais particulares. Dessa forma eles devem ser vistos não apenas existindo dentro de um contexto, mas também criando contextos particulares (MADDONALD, 1996). É assim que os museus comerciais devem ser vistos: estão ligados a uma ordem econômica, mas também contribuem para construção dessa ordem. Da mesma forma, eles estão ligados a contextos de tempos e espaços determinados, que ao mesmo tempo contribuem para construir⁸².

No Brasil, o contexto de criação de um museu comercial também seguiu o mesmo padrão de necessidade de expansão dos mercados. Ele foi um fruto direto do

⁸² Para uma análise mais detalhada de como museus contribuem para construir formas de conhecimento sobre determinados espaços, para diferentes públicos, ver o trabalho de Annie Coombes (1994).

discurso da diversificação agrícola do país, quando era necessário fazer conhecer toda a produção de que era capaz o território no país, além de promover a integração do país ao mercado mundial. O funcionamento do Museu Comercial no Brasil era assim defendido pelo Ministro Miguel Calmon du Pin Almeida em 1909:

"Informando sobre nossas riquezas, de vantajosa exploração mercantil; adquirindo, classificando, analisando e distribuindo amostras dos variados espécimes da produção nacional; atendendo, quando lhe é possível, dentro dos seus recursos com os auxílios pecuniários e de outras espécies, que lhe presta o Governo, aos pedidos e reclamações dos representantes estrangeiros, diplomatas e cônsules, que solicitam esclarecimentos sobre as condições do nosso comércio em seus gêneros de exportação ou exportáveis; promovendo e organizando exposições e conferências, de propaganda; publicando, enfim, quanto de referência a assuntos de agricultura e indústria, interessa às trocas comerciais - estudos estatísticas, tarifas, preços; o Museu, cuja atividade, entretanto, se limita pela relativa escassez da receita de que dispõe - origem principal das falhas de seus serviços, é pelo que tem feito e muito mais pelo que deve e poderá fazer, uma instituição, que de todo justifica o amparo e prestígio com que o Governo a tem favorecido e animado, colhendo de seu esforço e dedicação positivas vantagens." (RMIVOP, 1909:13).

A função do Museu Comercial era claramente a propaganda. Além da exposição permanente no Rio de Janeiro, cabia ao Museu incentivar a exposição de produtos brasileiros no exterior. Nesse sentido, a fim de obter mais facilidades no envio e recebimento desses produtos fora do país, o Museu abre espaço para a exposição de produtos estrangeiros, ao mesmo tempo em que o Ministério libera de tarifas alfandegárias os produtos que chegassem para serem expostos, acreditando assim, no princípio da reciprocidade.

Uma das principais funções do Museu era o de prestar informações sobre os produtos brasileiros a quem as solicitasse. Dentre essas solicitações uma atenção especial era dada quando estes pedidos eram provenientes das representações consulares. Duas dessas solicitações feitas em 1908 podem muito bem informar sobre o funcionamento e a importância dada pelo Museu no fornecimento das informações.

A primeira delas foi uma solicitação do embaixador da Bélgica, E. De Grelle Rogier, que pedia informações tão completas quanto possível sobre o algodão, cultura e

rendimento das principais espécies, área plantada, preços em condições bem determinadas, modos de pagamento, dados sobre o valor da produção e exportação, tipo das embalagens, usos do mercado e principais fontes de exportação.

Como o próprio ministro afirma, "em vista da importância do assunto", o Museu abriu um vasto inquérito, transmitindo tal consulta às sociedades, associações comerciais e outros institutos do interior do país. Foram recebidas respostas da Secretaria de Agricultura do estado de São Paulo, das Associações Comerciais do Pará, Maranhão, Natal, Ceará e do Centro Industrial do Brasil. (RMIVOP, 1909: 16)

Além das informações, o Museu também se encarregava de enviar amostras quando solicitado. Aproveitando-se da passagem do vapor japonês Kasato Maru, que fazia uma viagem de circunavegação estudando a viabilidade do estabelecimento de comunicações regulares entre aquele país e a África do Sul e América do Sul, foi solicitado ao Museu que produtos brasileiros fossem remetidos para o Museu Comercial de Tóquio. Desse modo, foram remetidos para o Japão 16 caixas, contendo 302 amostras: 90 amostras de café em grão, de acordo com a classificação especial feita pelo Museu, 12 amostras de café moído, 75 de fumo em folha, virgem e desfiado, 30 de mate, 24 de algodão, 14 de açúcar, 12 de cachaça de Paraty, 6 de cacau, 12 de chocolate, 5 de canela, 5 de marmelada, 4 de goiabada, 5 de fibras e 4 de glicerina.

Ao Museu também cabia dar informação, quando solicitado, à Diretoria do Serviço de Propaganda e Expansão Econômica do Brasil no Estrangeiro. Além do envio de produtos, era comum o envio de publicações e mapas. Desse modo, em 1908 foram enviados à Europa para aquela Comissão 15 mapas organizados para a abertura da Exposição Nacional de 1908, 1.050 exemplares de publicações do Museu Comercial, 30 impressos-catálogo do estado de São Paulo e Síntese do mostruários da Exposição Nacional de 1908.

As instalações do museu no Rio de Janeiro não eram acanhadas. Segundo as descrições, no ano de 1910, a exposição permanente de produtos agrícolas e das indústrias extrativas e fabris estava instalada em mostruários centrais e laterais, ocupando dez salas e 42 vitrines. As coleções que mais se destacavam eram as amostras de café, borracha, fumo, açúcar, cacau, algodão, cereais, ervas medicinais, gomas, resinas, fibras, madeiras, vidros e conservas de frutas (RMAIC, 1911: 302).

Nas paredes das salas eram afixados diagramas estatísticos de exportação por procedência, destino, quantidade e valor para que o visitante pudesse ter idéia do valor econômico de cada produto exposto. Com a abertura dada para a exposição de produtos de países amigos, em 1910, já se achavam instaladas as exposições da Argentina e da Noruega e estavam em vias de realização as exposições de Portugal, Áustria, Espanha, França e Alemanha.

O mostruário dos produtos brasileiros ocupava uma grande diversidade de produtos como pode-se notar na lista das amostras existentes em 1911 apontada no quadro XIII:

QUADRO XIII

Museu Comercial do Rio de Janeiro: amostras em exposição em 1911

Produtos	Amostras
Café	218
Surrogatos e falsificações	22
Borracha	40
Cacau	21
Erva-Mate	39
Fumo	37
Algodão	14
Açúcar	80
Óleos vegetais	45
Óleos animais	13
Resinas	37
Cera vegetal	12
Cera animal	03
Colas	09
Sebos, graxas e vernizes	05
Minerais	40
Farinha e fécula	159
Sementes	113
Cereais	178
Ervas e cascas medicinais	268
Madeiras	700
Fibras texteis	85
Total	2.138

Além dessas amostras, em número reduzido também havia a exibição de produtos industriais como vinhos, xaropes, artefatos de vidro, conservas alimentícias, peles e couros curtidos.

O fluxo de amostras e de informações para o Museu Comercial era uma das preocupações de seus administradores. Pedia-se a franquia postal e telegráfica, e transporte gratuito. A reunião de informações sobre todo o país para que pudessem ser disponibilizadas era mais uma das questões importantes. Para que todas as informações pudessem ser reunidas, o Museu Comercial também mantinha em cada estado um representante legal, ao qual cabia:

"enviar diariamente informações sobre o comércio dos produtos de grande exportação e principais gêneros de consumo, taxa oficial do câmbio, situação do mercado de títulos e oscilações, entradas e saídas de navios de longo curso e cabotagem, sua procedência, destino, tonelagem e nacionalidade, sociedades comerciais, sindicatos e cooperativas, contratos e destratos, falências, datas de abertura, sede da firma, juízo, objetivo do negócio, ativo e passivo, estimação e quantidade efetiva das safras e benefícios ou prejuízos causados pelas secas ou pelas chuvas; e, periodicamente, sobre a pauta semanal de exportação, estatística demografo-sanitária, marcas registradas, estabelecimento de crédito, assembleia gerais de sociedades anônimas, época e valor dos dividendos, principais sentenças dos juizes federais e dos tribunais locais, mensagens e relatórios dos governos estaduais e municipais, leis e decretos, regulamentos e programas de congressos e exposições, monografias e todas as obras de valor real que interessam ao comércio, indústria e agricultura." (RMAIC, 1912: 250)

Duvida-se de que todos esses dados chegassem ao Museu oriundos de todos os estados da federação. A pequena quantidade de informações sobre a instituição não permite avaliar o fluxo e a qualidade das informações que efetivamente eram recebidas. No entanto, a iniciativa de reunião de todas essas informações demonstra o papel que se pretendia dar ao Museu e o esforço feito nesse sentido.

O movimento dos officios expedidos pela instituição indicado no quadro XIV abaixo é capaz de mostrar o rápido crescimento do museu, que dobrava a cada ano, com exceção de 1909:

QUADRO XIV

Museu Comercial do Rio de Janeiro: Ofícios expedidos, 1907-1912

Ano	Número de ofícios
1907	229
1908	439
1909	393
1910	574
1911	1.030
1912	2.233

Fonte: RMAIC. 1913: 234

Com a Primeira Guerra Mundial, a crise do café e as restrições orçamentárias que daí surgiram, o Museu Comercial foi fechado. No entanto, durante a década de 1920 a necessidade de uma instituição com esses objetivos fazia parte das demandas de setores ligados à produção, que termina com a lenta reorganização do Museu após a Exposição do Centenário.

Durante sua existência, as atividades do primeiro museu não ficavam restritas à exposição permanente em suas dependências. Uma série de conferências e publicações foi realizada no intuito de difundir as informações que eram produzidas. O *Boletim do Museu Comercial* começou a circular em 1909 de forma mensal. Era distribuído às repartições públicas federais, associações comerciais, sociedades de agricultura, imprensa, bibliotecas, bancos, presidentes e governadores dos estados, membros do corpo diplomático e consular estrangeiros residentes no Rio de Janeiro, legações e consulados do Brasil no exterior, museus comerciais estrangeiros, etc.

Era através das publicações que a idéia da diversificação da agricultura brasileira podia circular pelo país. Dessa forma, a visibilidade dada a uma grande quantidade de produtos produzidos no Brasil dava também visibilidade à diferenciação interna do território nacional. A associação dos produtos com suas áreas de produção mostrava que

o território não era homogêneo e que cada parte deste era capaz de produzir produtos diferenciados, sobretudo em função das diferentes condições naturais de cada área. Assim, a compartimentação das áreas de produção, representava também uma compartimentação do território nacional, que representava novas maneiras de ver o país.

Tal fato fica evidente quando analisamos a série de folhetos publicados sob os auspícios do Museu sobre cada um dos produtos nacionais, bem como as informações sobre os mostruários que também eram dadas na forma de folhetos. No folheto sobre o mostruário do Museu Agrícola e Comercial de 1927, o texto explicativo de cada um dos produtos sempre faz menção ao seu local de produção. Assim, para o algodão afirmava-se: "Encontra esta malvacea meio favorável ao seu desenvolvimento, desde o Amazonas até o norte do Paraná, abrangendo portanto, uma extensa região das melhores terras do Brasil". Também para o mate: "Representa o mate uma vegetação espontânea, que cobre grandes extensões dos planaltos do sul e sudoeste do Brasil". As florestas também eram um item importante das descrições, uma vez que o mostruário de madeiras ocupava uma parte importante do mostruário do museu, bem como da participação do Brasil nas exposições universais. Assim:

"Ocupam as florestas do Brasil uma área superior a 390 milhões de hectares, distribuídas por duas regiões características, a Amazônica e a Extra-Amazônica e encerrando as mais valiosas e variadas madeiras que aguardam iniciativas inteligentes para suas explorações metódicas e econômicas." (BRASIL. MAIC. Museu Agrícola e Comercial, 1927).

O Museu também patrocinava palestras e conferências. A primeira delas, realizada quando de sua inauguração, antes portanto, de o Museu estar sob os auspícios do MAIC, foi realizada em 9 de março de 1907 por Antônio dos Passos Miranda Filho e versava sobre "As riquezas do norte do Brasil (de Alagoas ao Maranhão), na qual o autor analisava os problemas da área que viria a ser a maior parte do Nordeste. Uma segunda conferência do mesmo autor, realizada de 18 de junho seria dedicada ao restante do norte do país, ou seja "O vale do Amazonas". Observamos ai portanto, que logo em sua inauguração, a atividade de exibição do valor dos produtos nacionais, também representava a visão da diferenciação do território nacional. Seu autor, aliás,

demonstra certa preocupação com a utilização de certas nomenclaturas para a divisão do território.

"Nesta capital costuma-se apelidar de - norte - o grupo de estados que seguem do Espírito Santo até o Amazonas. Não me parece exato o conceito, porque o Espírito Santo pelos gêneros de produção e outras circunstâncias pertence naturalmente ao sul; Bahia e Sergipe devem ser consideradas no Centro. Embora me venha ser aprazível e em momento oportuno colocar estes estados dentro do Norte, tal designação, cuido eu, cabe tão somente no Brasil aos estados situados para além do baixo rio S. Francisco, de Alagoas para cima. A região assim designada compreende duas zonas bem distintas que chamarei de extremo norte e norte. Aquela abrange os estados do Amazonas e Pará, que formam o portentoso vale do rio mar; esta os estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, que demoram entre os rio São Francisco e Parnaíba e ainda o estado do Maranhão que, em meio as duas zonas diferentes, representa uma espécie de ponto de transição de uma para outra." (MIRANDA FILHO, 1911: 02)

Temos aqui um exemplo da repartição do território e da construção da diferença a partir das reflexões ligadas ao Museu Comercial. O território não era mais homogêneo e a exibição dos seus produtos demandavam uma visão compartimentada que evidenciava sua diferenciação interna. O genérico norte não era mais capaz de exprimir as necessidades de um país que deveria ser diversificado. Inventava-se uma nova geografia para o Brasil.

O fechamento do Museu Comercial provocou um hiato nos trabalhos desse gênero no país, mas que foi reavivado com os preparativos para a exposição do centenário em 1922 que culminou com a abertura de um novo Museu, agora chamado Museu Agrícola e Comercial. Nesse sentido, no intuito de aproveitar os mostruários da Exposição do Centenário foi criado o Museu Agrícola e Comercial, com sede no Pavilhão Britânico, doado pela Inglaterra, localizado na antiga área da Exposição. O novo museu foi pensado como tendo dois objetivos principais:

- "a) exhibir, na ordem mais conveniente a seus fins, amostras de todos os produtos do país, naturais, agrícolas e de origem animal, bem como os seus sub-produtos, objetos manufaturados e aparelhos, maquinismos e utensílios empregados nas indústrias agrícolas e pastoril;
- b) habilitar o Serviço de Informações a ministrar aos interessados, aos representantes oficiais, às corporações comerciais, no país e no

estrangeiro, não só amostras desses produtos e mostruários dos tipos correntes no comércio, com as indicações indispensáveis, como também os dados relativos à produção nacional, agrícolas, mineral e fabril, compreendendo a situação dos mercados internos e externos, estoques, preços, listas das mais importantes firmas importadoras e exportadoras, e tudo que possa interessar à maior e mais vantajosa expansão comercial do país."(RMAIC, 1923: xli).

Nesse novo museu que se queria instalar, os estados poderiam ter representantes, mas sem ônus para a União e com a condição de renovarem continuamente as coleções de produtos expostos, além de prestarem todas as informações necessárias à maior utilidade dos mostruários e dos próprios fins da instituição. Sabe-se que ao contrário de seu antecessor, a instalação do novo museu foi lenta. Sobre esse novo Museu Agrícola e Comercial falava o ministro em 1925:

"O Museu Agrícola e Comercial, embora com as suas instalações ainda não de todo concluídas, continua a prestar bons serviços à causa da expansão econômica do país, mostrando o valor de cada uma das suas regiões e constituindo assim um centro de propaganda, não só para os nacionais, como, especialmente, para os estrangeiros."(RMAIC, 1925: 603)

Além do objetivo de facilitar a participação do Brasil em exposições internacionais, sua face educativa também era ressaltada:

"Convém, também, não esquecer uma face muito interessante do Museu: a parte educativa. Promovendo e facilitando a visita de escolas, organizando e distribuindo pequenos mostruários, não só para estabelecimentos do país, como do estrangeiro, contribuirá o Museu para difundir conhecimentos gerais e de grande utilidade sobre o Brasil." (RMAIC, 1925: 603)

Nota-se que em 1926 não se falava de estados, mas de regiões:

"O Museu Agrícola e Comercial, que constitui hoje seguro índice das nossas riquezas, põe em evidência o valor de cada uma das nossas regiões e é um centro eficiente de propaganda das nossas possibilidades econômicas." (RMAIC, 1926: 349)

A idéia de um país dividido em regiões ganhava destaque dentro da administração pública. Mesmo que houvesse controvérsias para essa divisão e que estas fossem estabelecidas de formas diferenciadas segundo os interesses, a idéia de um país homogêneo estava sendo quebrada. A utilização de novas formas de divisão do país para além da divisão política estadual sinalizava para o fato de que a administração começava a trabalhar com a idéia de diferença no território nacional. A diferença territorial se institucionalizava.

A biblioteca já contava com 8.000 volumes, onde se encontravam mapas, revistas, jornais, fotografias e uma coleção de recortes de jornais sobre assuntos econômicos. As atividades do Museu permanecem as mesmas daquelas do museu da década de 1910, mas sua atividade didática e de exibição contava então com um novo auxílio: o Serviço Cinematográfico.

"Em 1927, embora ainda não criado de forma definitiva, o Museu Agrícola e Comercial manteve a mesma norma de trabalho nos anos anteriores. Reunindo em sua sede variado mostruário de todos os produtos brasileiros, comerciáveis, com serviço anexo de informações respectivas, vem o Museu prestando valiosa contribuição ao comércio e à indústria, procurando divulgar, eficientemente, as riquezas e as possibilidades econômicas do país.

A ação do Museu tem sido consideravelmente dilatada, sendo bem elevado o número de interessados que o procuram em busca de dados informativos sobre a economia nacional e progresso geral do Brasil. Por cartas tem sido o Museu consultado seguidamente, atendendo-as sempre com a máxima presteza. Elevou-se a 368 o número de consultas verbais que se lhe fizeram e a 229 o número de pedidos de informações atendidos, num total de 597.

Dispondo de variada seção de amostras de produtos do país, o Museu continuou a prestar o seu valioso concurso à instrução pública, facilitando a numerosas turmas de alunos de diferentes estabelecimentos desta capital a visita à sua sede, bem como permitindo lições junto aos seus mostruários, prática cujos excelentes resultados não é mister encarecer.

Após as visitas e as aulas, no salão de exibições para isso preparado, são apresentados aos alunos filmes cinematográficos, organizados pelo mesmo Instituto, nos quais se demonstram os progressos que o país tem realizado nos diferentes ramos da economia nacional. São filmes leves, pequenos, como requer o objetivo que se tem em mira, mas que deixam impressão perfeita dos assuntos de que se ocupam" (RMAIC, 1927: 349)

Tratava-se assim de um elemento a mais na educação das massas para um novo Brasil que se pretendia construir. Um elemento a mais na construção da diferenciação interna. As diferenças agora eram cada vez mais tangíveis. Podia-se mostrar com mais facilidade que a produção do país era diversa, adaptada às diferenças do território.

No entanto, o Museu Comercial que vinha sendo organizado desde 1925 e começava a tomar vulto, em 1928 passou por uma grande reformulação. Em 1928 o decreto legislativo n. 5.597 de 11 de dezembro dava organização à instituição e transformava o Museu Agrícola e Comercial no Instituto de Expansão Comercial. Seus objetivos, conforme o ministro, eram:

"O seu primordial intuito é estudar e tornar conhecidos os nossos recursos econômicos, no país e no estrangeiro, pela exposição permanente dos produtos brasileiros comerciáveis, cuja propaganda lhe cabe desenvolver pelos processos mais práticos e convenientes." (RMAIC, 1928: 385)

Nesse momento, funcionando no antigo pavilhão britânico, na Avenida das Nações, havia um total de 199 expositores, sendo 52 do Distrito Federal e 147 dos estados. As informações nos mostruários estavam organizadas por meio de fichas, divididas em 7 grupos, com os seguintes títulos: 1) Indústria agrícola; 2) Indústria extrativa; 3) Indústria manufatora; 4) Assuntos econômicos de caráter geral; 5) Informações gerais sobre cada estado brasileiro; 6) Comércio exterior do Brasil; 7) Endereços comerciais.

O Instituto possuía então 8.000 fichas e sua biblioteca 10.000 publicações, "em sua maior parte trabalhos e obras, relativos à economia nacional". A biblioteca também possuía um serviço de recortes da imprensa que tinha então 460 pastas, assim divididas: "195 de produtos brasileiros; 43 de intercâmbio; 19 de agricultura; 31 de geologia e mineralogia; 31 de estados do Brasil (inclusive Distrito Federal), e, finalmente, 151 de assuntos diversos."(RMAIC, 1928: 387).

Foi com base nas informações das fichas de produtos existentes no Museu, que em 1928 foi publicado um catálogo em francês com informações sobre produtos brasileiros. Nele eram dadas as informações principais sobre seu cultivo, seus principais

locais de plantação, produtividade, além de informações sobre os principais exportadores. Os produtos descritos são: algodão, arroz, babaçu, borracha, cacau, café, carnaúba, castanha do Pará, feijão, guaraná, jarina, mamona, mandioca, mate, milho e tabaco. Nota a ausência do açúcar entre esses itens. A definição do território de cada um dos produtos é marcante:

"[algodão] cette malvacée trouve un milieu propice à son development en une zone qui s'étend de l'Amazone au Nord du Paraná, et qui comprend, dans son immensité, les meilleures terres du Brésil. (...)

Tous les États du Brésil ont des terrains et des climats appropriés à la culture du riz. (...)

Plusieurs plants au Brésil produisent du caoutchoc. Il convient de signaler notamment les 'heveas' de la famille des Euphorbiacées (seringa) qui poussent dans la plus grande partie du bassin de l'Amazone, territoire équatorial dont on peut évaluer la superficie à 1.000.000 de milles carées, soit presque la moitié de l'Europe. (...)

Il existe au Brésil principalement dans les États de Rio Grande do Norte, Paraíba, Piauí, Pará, Pernambuco, Ceará, Goiás et Mato Grosso, des grands étendues couvertes par des palmiers d'une certaine espèce communément appelée 'carnaúba' (...).

L'arbre du maté pousse à l'état sauvage et couvre d'immenses étendues sur les plateaux du sud et sud-ouest du Brésil." (BRASIL. MAIC. Museu Agrícola e Comercial, 1928: 5, 12, 15, 16, 24, 39)⁸³

As publicações que seguiriam a cargo da nova repartição, traziam sempre na contra capa uma parte explicativa sobre sua atuação. Assim,

"O Instituto de Expansão Comercial (antigo Museu Agrícola e Comercial) tem por fim estudar e tornar conhecidas as riquezas econômicas do Brasil, no país e no estrangeiro, mantendo mostruários dos produtos brasileiros comerciáveis e fazendo a propaganda respectiva pelos processos mais convenientes.

⁸³ "Essa malvacea encontra um meio propicio para o seu desenvolvimento em uma zona que se estende do Amazonas ao norte do Paraná, e que compreende, na sua imensidão, as melhores terras do Brasil. (...) Todas os estados do Brasil possuem terrenos e climas apropriados à cultura do arroz (...). Muitas planta no Brasil produzem o caucho. É conveniente assinalar principalmente as *heveas* da família das Euforbiáceas (seringa) que crescem na maior parte da bacia do Amazonas, território equatorial, o qual podemos avaliar a superfície em 1.000.000 de milhas quadradas, quase a metade da Europa. (...) Existe no Brasil principalmente nos estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Piauí, Pará, Pernambuco, Ceará, Goiás e Mato Grosso, grandes extensões cobertas por palmeiras de uma certa espécie comumente chamada de 'carnaúba'. (...) A árvore do mate cresce em estado selvagem e cobre imensas extensões dos planaltos do sul e do sudoeste do Brasil".

Para o desempenho desse objetivo, possui o Instituto, em pleno funcionamento, os seguintes serviços:

- a) Mostuários permanentes dos produtos comerciáveis do Brasil;
- b) Serviço completo de informações verbais e escritas sobre agricultura, comércio, indústrias, matérias-primas e assuntos econômicos em geral;
- c) Sala de conferências e de exibição de filmes de interesse geral, agrícola, industrial, etc.;
- d) Horto de plantas industriais;
- e) Biblioteca com cerca de 10.000 volumes sobre assuntos relativos ao Brasil, em geral, e a cada um dos seus estados;
- f) Distribuição de monografias, folhetos e outras publicações editadas pelo Instituto;
- g) Gabinete fotográfico;
- h) Gabinete cinematográfico." (BRASIL. MAIC. Instituto de Expansão Comercial, 1929: 01).

As atividades dessas instituições serviram para mostrar o Brasil e fortalecer a idéia de um território diversificado. O conhecimento que ali foi produzido e veiculado serviu para atrair investimentos para o país, mas também para justificar a ação do MAIC no incentivo à diversificação agrícola e na aplicação de verbas no auxílio da produção de outros produtos além do café. O país que era mostrado era o país do café, mas também o país do algodão, da cana, das madeiras, do mate, e de muitos outros produtos. Órgão dominado por uma elite periférica fora da produção cafeeira, como vimos anteriormente, a ação dos museus comerciais foi um ponto importante na consolidação das idéias desses grupos.

No entanto, a propaganda dos interesses do MAIC, possuía desde a sua implantação um outro órgão encarregado de difundir os trabalhos do ministério e de justificar a sua ação, representados no Serviço de Informações e no Boletim que este publicava, como veremos adiante.

3. O Serviço de Informações e Biblioteca do Ministério da Agricultura

A atividade de propaganda desde o início foi tida como importante para a instituição, seja para publicação do material que justificasse sua existência e mostrasse seu trabalho, seja para fazer a propaganda dos produtos brasileiros, cuja defesa e difusão

eram questões do MAIC, seja para educar os trabalhadores rurais no sentido de construir um agricultor moderno, ou ainda para fazer propaganda das potencialidades do Brasil no exterior e atrair mão-de-obra europeia para o país. Foi o Serviço de Informações, com diferentes denominações ao longo do período em questão, o principal responsável pela tarefa.

É curioso notar o silêncio existente na bibliografia acadêmica sobre este Serviço. Mesmo contando com pequena verba, o Serviço de Informações do Ministério da Agricultura, era um serviço fundamental na divulgação dos trabalhos do MAIC e, nesse sentido, deveria corresponder à "voz" da instituição. Mesmo estudos mais apurados sobre o Ministério, como aquele realizado por Mendonça (1990), não oferecem uma análise do Serviço, de suas atribuições e trabalhos. O único estudo dedicado ao Serviço de Informações encontrado foi o de Mario Vilhena (1944), mas restrito enquanto proposta de história oficial da instituição.

Talvez a dificuldade de encontrar fontes sobre o tema explique a omissão, mas não a justifica. Os livros que compunham a biblioteca do Ministério da Agricultura e, desse modo, o melhor acervo sobre suas publicações no período, foram totalmente consumidos pelo incêndio que ocorreu na antiga sede desse Ministério no Rio de Janeiro em 1973. Desse modo, as publicações realizadas pelo Serviço de Informações só podem ser encontradas espalhadas pelos órgãos aos quais eram remetidos e que as guardaram. Em especial, uma boa parte pode ser encontrada nas diferentes seções da Biblioteca Nacional.

A idéia de um serviço encarregado da propaganda do ministério acompanhou o próprio processo de institucionalização do MAIC. Nesse sentido, pelo decreto n. 7.673 de 18 de novembro de 1909 foi criada a *Seção de Publicações e Biblioteca* do Ministério da Agricultura, tomando logo em seguida, pelo decreto n. 7.912 de 19 de março de 1910, a denominação de *Serviço de Publicações e Biblioteca*. No entanto, sem o estabelecimento de uma tipografia sob sua responsabilidade, o Serviço pouco pôde produzir, uma vez que a tipografia a qual deveria dirigir seus trabalhos, a da Diretoria Geral de Estatística, não possuía pessoal e material suficientes. Desse modo, o serviço foi reorganizado pelo decreto n. 8.243 de 22 de setembro de 1910, quando ganha o caráter de "repartição informante e divulgadora dos assuntos e conhecimentos relativos

à agricultura, indústria e comércio, por meio de publicações e trabalhos que obtivesse, ou por espontaneidade dos autores, ou por iniciativa de sua própria direção." (RMAIC, 1911: 320), quando ganha o título de *Serviço de Informações e Biblioteca*. Tinha como incumbências:

1º, procurar conhecer as publicações, oficiais ou não, feitas no país e no estrangeiro, sobre todos os assuntos de que se ocupa o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio e de que possam ser colhidos elementos de informações;

2º, colecionar e catalogar todos os impressos publicados pela Secretaria de Estado e pelas demais repartições a cargo do mesmo Ministério, de modo a serem prontamente fornecidos a quem procurar conhecer os respectivos assuntos;

3º, solicitar das referidas repartições, sobre os serviços de cada uma, os esclarecimentos que forem necessários para completar o repositório de informações sobre a agricultura, indústria e comércio;

4º, colher dados estatísticos não só sobre a produção e consumo, mercados internos e externos, importação, exportação e estoques de todos os produtos agrícolas e industriais, mas também sobre previsões de colheitas, épocas de safras, processos de cultura, coeficientes por hectares de terreno e zonas de produção dos diversos ramos de lavoura, e ainda do que disser respeito, quer à indústria extrativa, agrícola e fabril, quer a assuntos comerciais;

5º, prestar, de modo completo, verbalmente, por escrito ou mediante o fornecimento de impressos, todas as informações que lhe forem requisitadas por meios oficiais ou pedidas por particulares, sobre os assuntos acima mencionados, com a declaração, sempre que for necessário, da procedência das informações." (RMAIC, 1911: 319-320).

Além dessas tarefas, também cabia ao serviço a publicação, mensal, do *Boletim do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio*, que deveria conter a sinopse de todos os atos do Governo Federal expedidos pelo Ministério, mas também memórias e artigos originais, traduções, transcrições, dados estatísticos, notícias e informações "sobre todos os assuntos de competência do mesmo Ministério, quer com relação ao Brasil, quer ao estrangeiro, de modo a constituir uma fonte, a mais completa possível, de consulta e divulgação dos conhecimentos úteis aos lavradores, aos industriais e aos comerciantes" (RMAIC, 1911). Os primeiros regulamentos do Serviço também indicavam as atribuições dadas ao seu chefe:

- "a) velar pela fiel execução dos serviços mencionados no art. 1º. Deste regulamento, superintendendo e fiscalizando os trabalhos dos demais funcionários;
- b) examinar todas as publicações que receber, afim de extrair delas, como das que adquirir, tudo o que convier divulgar o país, anotando e levando ao conhecimento dos interessados as informações que lhes possam ser úteis;
- c) estabelecer e fazer executar o plano de distribuição de cada uma das aludidas publicações, visando a maior eficácia de divulgação dos conhecimentos e notícias que convierem;
- d) redigir notas e informações para serem fornecidas à imprensa e aos particulares que as solicitarem, sobre os assuntos referentes à lavoura, indústria e comércio;
- e) assinar a correspondência do Serviço e fazer cumprir os pedidos que lhe forem dirigidos;
- f) dirigir-se, diretamente, aos chefes das repartições dos diversos Ministérios pelos meios ao seu alcance, afim de conseguir, sem demora, os dados e informações de que necessitar;
- g) apresentar, no fim de cada ano, ao ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, um relatório detalhado de todos os trabalhos e movimentos do serviço." (RMAIC, 1911: 320-321).

O Serviço foi novamente reorganizado pelo decreto 9.195, de 9 de dezembro de 1911, quando ganha a denominação de *Serviço de Informações e Divulgação*. Com seu novo regulamento, tinha como finalidade:

- "a) prestar, de modo completo, por escrito ou mediante o fornecimento de impressos, todas as informações que lhe forem requisitadas, oficialmente ou por particulares, sobre os assuntos a cargo deste Ministério, e mais esclarecimentos que interessem ao desenvolvimento econômico do Brasil;
- b) distribuir gratuitamente e de modo sistemático, no país e no exterior, livros, folhetos, mapas, estatísticas e outros elementos de informação referentes aos mesmos assuntos;
- c) organizar e publicar mensalmente o *Boletim do Ministério*, o qual deverá conter não só uma sinopse de todos os atos do Governo Federal expedidos por esta Secretaria de Estado, mas também memórias ou artigos originais, traduções, transcrições, dados estatísticos, notícias e informações sobre agricultura, indústria e comércio, quer com relação ao Brasil, quer ao estrangeiro, de modo a constituir uma fonte, a mais completa possível, de consulta e divulgação dos conhecimentos úteis aos lavradores, industriais e comerciantes;
- d) estudar e submeter à consideração do Ministro medidas que julgar convenientes ao desenvolvimento das relações econômicas do Brasil com outros países;

e) fazer coleta ou aquisição de produtos, afim de serem remetidos aos comissários deste ministério no estrangeiro." (RMAIC, 1912: 253-254).

Entre Julho de 1912 e junho de 1913, a distribuição de publicações feitas pelo Serviço de Informações obedeceu à seguinte divisão, num total de 173.132 publicações distribuídas: 48.380 para estabelecimentos oficiais no país; 101.829 para particulares no país; 11.985 para estabelecimentos oficiais no exterior; 10.929 para particulares no exterior. Nota-se que a maior parte das publicações eram destinadas à particulares. No entanto, o número distribuído em estabelecimentos oficiais é considerável, o que indica uma grande circulação dos trabalhos da instituição pelo país.

O Serviço de Informações e Divulgação foi outra vez reorganizado segundo autorização do art. 79, VIII, da lei n. 2.924, de 5 de janeiro de 1915, passando a ser chamado de simplesmente de *Serviço de Informações*, permanecendo com essa denominação até o final da República Velha⁸⁴.

No relatório de 1919, o ministro reclamava da pequena verba consignada para este serviço:

"Durante o ano passado, continuou o Serviço de Informações a exercer a sua ação instrutiva consoante às normas estabelecidas no regulamento que o remodelou, e no limitado das verbas que lhe foram concedidas pelo orçamento da República, na parte referente a este Ministério. Para demonstrar quão limitados são os recursos de que dispõe esta repartição basta lembrar que para todas as despesas de expediente, tratando-se de um Serviço que, pela sua natureza, é obrigado a manter larga e numerosa correspondência, no país e no estrangeiro, apenas, há 4:000\$000, incluindo-se nesta quantia a aquisição das máquinas de escrever e contar, concertos, etc., e até 70\$000 mensais, como auxílio para aluguel de casa.

Tem este Serviço por objetivo principal fazer propaganda de ensinamento agrícola, no sentido de desenvolver a produção agro-industrial, aproximar o comércio no país e no estrangeiro, prestando a todos os interessados as informações e esclarecimentos indispensáveis à obtenção daqueles fins, sendo, por sua natureza, e pelas funções que se lhe atribuem, o órgão divulgador do Ministério.

⁸⁴ Após a Revolução de 1930 e a ascensão de Vargas ao poder, os serviços do MAIC foram divididos em dois ministérios distintos: o Ministério da Agricultura e o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Com isso, a biblioteca e a tipografia ficaram no primeiro, enquanto o Serviço de Informações foi transferido para o segundo. Um Serviço de Publicidade no Ministério da Agricultura só seria novamente criado em 1933.

Tendo de publicar, para divulgar, trabalhos úteis sobre todos os assuntos que se relacionam com o nosso desenvolvimento econômico, e estudar a situação da agricultura, do comércio e da indústria, para propor as medidas necessárias ao seu progresso, este Serviço tem a seu cargo um conjunto de atribuições de que não é fácil desempenhar-se sem pessoal numeroso e habilitado do Ministério, o Serviço de Informações tem de fornecer a todos os interessados, no país e no estrangeiro, os esclarecimentos que lhe forem solicitados sobre agricultura, indústria e comércio do Brasil, devendo para isso, não só organizar, publicar e adquirir trabalhos, que sirvam àquele fim, como fornecer, por escrito, aos que lhe solicitarem tais informes, esclarecimentos e notícias" (RMAIC, 1919: 321-322).

Neste ano, em função da pouca verba, a inexistência de uma tipografia do Serviço, aliada ao fato da Imprensa Nacional não estar dando conta em tempo suficiente dos seus serviços, os trabalhos do Serviço de Informação foram publicados em oficinas particulares, com gastos bem mais elevados. Em função disso, foram publicados apenas 3 números do Boletim do Ministério, com o número três, editado por particulares, saindo antes do número 2, editado na Imprensa Nacional.

A partir das críticas que recebia o Serviço por estar localizado numa área longe do centro da cidade e portanto, afastada do público, em 1925 foi transferido da sede do Ministério da Agricultura na praia Vermelha para o Pavilhão construído por Portugal para Exposição de 1922, também na avenida das Nações.

As publicações

Mesmo com as dificuldades orçamentárias e de pessoal, os trabalhos do Serviço de Informações se concentraram nas publicações. Uma análise dessas publicações é capaz de revelar que representações do território eram veiculadas pelo MAIC, e como estas funcionavam no interior da administração pública. Assim, no ano de 1913 foram distribuídas pelo serviço 256.336 publicações. Em 1914 foram 544.095. Em 1915, 568.606. Em 1916, 493.511.

Além de uma série de folhetos que visavam o agricultor, em 1913 o Serviço publicou o mapa econômico do Brasil, de Paulino Cavalcanti, que seguia o mesmo modelo do mapa econômico do Brasil publicado em 1911 pelo MAIC, preparado pelo

engenheiro Alvaro José Rodrigues (Figura 16). Este gênero de mapa, ao indicar a área de produção de diferentes gêneros contribuía fortemente para uma visão diferenciada do território nacional. Sobre o mapa do Brasil, o nome de diferentes gêneros de produção eram colocados. Mesmo que não apresentasse uma divisão entre as zonas de produção, o mapa indicava as especificidades de cada área do território brasileiro. Deve ser ressaltado que ao fazer isso sobre todo o território nacional, mesmo naquelas áreas despovoadas, o mapa contribuía para formar uma visão junto aos mais desavisados de que todo o território estava dentro círculo de produção. Contribui também como forte argumento para o discurso da diversificação da produção, mostrando de fato, como a produção brasileira era diversificada. Constituía assim um forte elemento na construção da idéia de um Brasil diversificado, do ponto de vista da produção, mas também do território.

Entre as outras publicações deste ano de 1913 estavam também, por exemplo, um livro em inglês sobre os principais produtos brasileiros. Tratava-se de uma forma de por em prática a estratégia de tornar pública a diversidade de produtos do Brasil, para além do já conhecido café, um dos argumentos principais para a criação do Ministério. No prefácio, assinado por Afonso Costa, diretor do Serviço, fica claro a intenção do livro.

“Wishing to provide our distinguished guest, the delegates of the Bord of Trade of Boston, who have shown a desire to investigate our economical development, with a short sketch of the industrial situation of the cowntry, we have condensed in the pages of this small panphlet such information as we think most likely to be of intent to them” (BRASIL, MAIC, Serviço de Informações, 1913)⁸⁵.

Além do texto, em apenso a esta publicação, vinha um mapa do Brasil, estilizado, sem grandes preocupações estéticas, mas que dividia o país em cinco zonas de produção. O mesmo livro incluía o mapa físico do Brasil, publicado pelo Ministério das Relações Exteriores, com a descrição da hidrografia.

⁸⁵ Desejando suprir nossos distintos hóspedes, os delegados do *Bord of Trade of Boston*, que demonstraram o desejo de investigar nosso desenvolvimento econômico, com um pequeno levantamento da situação industrial do país, nós condensamos nas páginas desse pequeno panfleto as informações que cremos que lhes serão de maior interesse.”

A obra foi revisada e publicada com outro título em 1916. Segundo sua própria introdução, as principais alterações dizem respeito à extensão de algumas seções, a inclusão de alguns artigos "de reconhecida utilidade", além da continuação da série de dados estatísticos. Assim, após fornecer dados sobre o comércio do Brasil, o livro faz uma análise de cada um dos produtos. Numa seção intitulada *notes on the climate*, o país é apresentado como passível de divisão em três zonas distintas. A primeira seguindo das áreas próximas do equador até 10° de latitude sul. A segunda zona partindo desta latitude iria até o trópico de capricórnio, enquanto a terceira prosseguiria até o limite sul da República (BRASIL, MAIC, 1916: 79).

Ainda sob a égide da preocupação em aumentar o valor do comércio do país, Afonso Costa publicou em 1925 um detalhado estudo sobre as relações comerciais do Brasil com as três principais potências europeias: França, Inglaterra e Alemanha. Realizado após uma visita do autor aos três países em questão e publicado inicialmente em partes nas colunas do Diário Oficial, o trabalho teria sido transformado em obra avulsa após "inúmeros pedidos". Nele, Afonso Costa faz uma análise da evolução das exportações do Brasil para a Europa desde 1913. Os capítulos seguintes são dedicados a cada um dos principais produtos de exportação. Após uma longa e detalhada análise, entre as conclusões do autor está a necessidade de criar um órgão para fazer a propaganda do Brasil no exterior, ligado diretamente ao MAIC (COSTA, 1925).

A *Sinopse da Atualidade Brasileira*, publicada em 1928 pelo Serviço de Informações representa mais um daqueles trabalhos de divulgação no qual a exaltação do território é feita. Tal exaltação, invariavelmente tem início sempre com a retórica do país-continente: o tamanho exagerado do Brasil é um dos fatores sempre apontados.

"A República dos Estados Unidos do Brasil, apresentando a particularidade de estender-se aos dois lados do Equador e além do trópico de Capricórnio,(...). A superfície abrangendo quase a metade da América do Sul, ultrapassa a oito e meio milhões de quilômetros quadrados, 8.524.778, segundo os cálculos oficiais, total suscetível de retificação pelos trabalhos que venham rigorosamente a precisar o vasto patrimônio territorial." (BRASIL, MAIC, Serviço de Informações, 1928: 01).

O estudo do clima era uma das questões fundamentais. Duas das finalidades primeiras do MAIC estavam ligadas diretamente a esta questão como vimos anteriormente – a diversificação da produção e a atração de investimentos e mão-de-obra. Para demonstrar a salubridade do clima, a existência de calor e umidade em excesso é minimizada e a utilização de nomenclaturas como “clima temperado” para boa parte do território é comum. São esses dois aspectos que se sobressaem nas publicações do Serviço de Propaganda do MAIC, sobretudo naquelas voltadas para o público estrangeiro: diversidade e salubridade.

No sentido de divulgar o estudo do clima do Brasil, o Serviço de Informações publica um estudo sobre a bibliografia já então existente sobre o tema. Assim, Tancredo Paiva, ex-bibliotecário da Biblioteca Fluminense, lista segundo o sobrenome do autor, centenas de trabalhos com ligações ao estudo do clima do Brasil, contando com autores que escreveram em português, inglês, francês e alemão (PAIVA, 1928).

Um outro gênero de texto publicado pelo MAIC eram aqueles técnicos, direcionados à agrônomos e agricultores, que procuravam difundir formas técnicas de produção agrícola. Tratava-se de estratégia de expansão do progresso ao campo e de disciplinar a agricultura, na tentativa de se criar uma cultura agrícola moderna no país. Assim, uma série de monografias, muitas das vezes, publicadas tanto no Boletim do MAIC, como veremos adiante, quanto sob a forma de panfletos e pequenos livros, foi fartamente distribuída pelo país e fora dele, no intuito de alcançar seus alvos: agricultores, agrônomos, investidores, administradores.

Muitos destes textos procuravam mostrar a viabilidade desses produtos em território nacional. Nesse sentido, cabia demonstrar que as condições naturais lhe eram favoráveis. No entanto, muitos desses eram genéricos e, ao apontar quais as condições que lhe eram necessárias e sua existência no Brasil, não faziam a distinção de quais pedaços do território lhe eram ideais. Nesses trabalhos que foram publicados, pôde-se notar que alguns autores possuíam uma preocupação em espacializar o conhecimento, em demonstrar quais áreas reuniam condições para tais produtos, enquanto outros não. Aqueles que o faziam contribuíam para apontar objetivamente a diversidade do território, enquanto os outros contribuíam para reforçar uma retórica da diversidade laudatória.

Dessa forma, esses trabalhos que não faziam uma diferenciação objetiva das condições de produção, contribuíam para a difusão da idéia de diversidade do território, mas sem apontar para uma diferenciação específica. É um exemplo desse gênero de texto o trabalho técnico sobre o trigo assinado por A. Gomes Carmo. Nele seu autor analisa a composição química das diferentes variedades, e todas as etapas da produção, da escolha da semente ao beneficiamento. Para justificar a necessidade do trabalho, no prefácio escrito pelo próprio Afonso Costa, o diretor do Serviço afirma:

"A possibilidade da cultura do trigo, em vastas zonas do território nacional, onde as condições agrológicas e climatéricas lhe são convinháveis (sic), já passou do campo das discussões e dos ensaios para o domínio de uma realidade verificada e já indiscutível." (COSTA, Afonso, *In* CARMO, 1918).

Ligada à intenção de diversificação das culturas, uma das preocupações no período era a inexistência de produção e comércio de frutas do Brasil para outros países. Nesse sentido, algumas publicações do Serviço de Informações demonstravam esse problema através de uma análise dos dados estatísticos (COSTA, 1915) e tentavam apontar para as melhores formas de desenvolvê-las, seja com textos direcionados ao próprio governo, seja com textos direcionados aos agricultores.

Dessa forma, as publicações avulsas do MAIC possuem uma grande variedade de autores e de temas, mas todas podem ser encaixadas dentro da questão da diversificação da produção e, de uma forma ou de outra, contribuíam para a divulgação da idéia de um território diversificado. Além das publicações avulsas, a melhor e mais sistemática forma de veiculação de informações patrocinada pelo MAIC através do Serviço de Informações foi o seu *Boletim* que, mesmo com uma periodicidade variável, jamais deixou de ser publicado ao longo do período.

O Boletim do Ministério da Agricultura Indústria e Comércio

A principal publicação seriada do Serviço de Informações e do próprio MAIC constituiu-se no *Boletim do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio*. Sua publicação foi prevista no art 1º do novo regulamento do Serviço baixado com o decreto n. 9.115 de 9 de dezembro de 1911. Seus objetivos, desde o início eram ambiciosos. Segundo esse mesmo regulamento, o boletim deveria ter distribuição gratuita a todas as repartições públicas, bibliotecas, corporações científicas, institutos de ensino e a todas as pessoas que se interessassem. A preferência, no entanto, deveria ser dada a "lavradores, criadores e profissionais de indústrias conexas". Estas medidas revelam claramente a tentativa de fomentar no país uma agricultura moderna, fazendo com que o boletim fosse então dirigido preferencialmente aos lavradores. No entanto, sabe-se que a porcentagem dos agricultores e de pessoas trabalhando no campo do interior do país capazes de compreender o tipo de literatura técnica presente nos boletins, ou mesmo que fossem alfabetizados, era ínfimo. Desse modo, o boletim possuía uma circulação real entre uma parte reduzida da população agrícola que tinha verdadeira capacidade de leitura e compreensão de seu conteúdo. Eram compostos principalmente de engenheiros agrônomos e grandes proprietários com formação universitária localizados nos grandes centros de produção. Sua incapacidade de alcançar um número maior de agricultores, exatamente aqueles mais atrasados diminuía assim um dos principais objetivos do boletim, a grande difusão de uma agricultura moderna e diversificada no país.

No entanto, o boletim tinha o objetivo de difundir entre as elites agrícolas do país novos métodos e novos produtos. Nos seus artigos pouco ou quase nada era dito sobre o principal produto agrícola do país, o café, uma vez que, como já dito aqui, seus assuntos eram cuidados diretamente pelo Ministério da Fazenda. Tratava-se de um veículo que expressamente deveria divulgar e promover a diversificação agrícola do país. Nele encontramos uma preocupação muito grande em mostrar e incentivar a produção de produtos até então pouco cultivados no país, como o trigo, a uva ou a soja. Também havia uma forte preocupação em difundir novas técnicas de produção e de

proteção contra pragas de produtos tradicionais brasileiros, como a cana-de-açúcar, a borracha e o algodão, apenas para citar alguns⁸⁶.

A difusão de conhecimento sobre o território e de suas capacidades produtivas também fazia parte, direta ou indiretamente da publicação. Dados estatísticos, divididos por estados, sobre a produção, além da publicação seriada de boletins meteorológicos foram incorporados em todas as edições e contribuíam para formar uma visão diferenciada sobre espaço. Desse modo, o Boletim do MAIC constitui uma das primeiras publicações oficiais do país com uma publicação periódica e sistemática de informações sobre o Brasil.

A periodicidade do boletim variou bastante, ao passar por diferentes administrações, diferentes orçamentos, além de diferentes condições de edição, tais como a existência ou não de uma tipografia coordenada pelo Serviço de Informações. Variou entre mensal, bimensal, trimestral e anual. No entanto, nunca deixou de ser publicado no período aqui em análise, possuindo a seção de periódicos da BN a coleção quase completa, à exceção de alguns números.

As divisões do país

Nos trabalhos publicados no boletim, o território brasileiro começa a ser dividido e mesmo suas unidades da federação encontram subdivisões. Assim, o relatório apresentado ao ministro por Manoel Rodrigues Peixoto, diretor de Agricultura do MAIC, sobre o Rio Grande do Sul, este faz uma divisão detalhada do estado. Partindo da divisão feita por Martius para o Brasil, entre Zona da Mata, Zona das Caatingas, Zona Campestre e Zona das Araucárias, o autor afirma que naquele estado estariam presentes a Zona Florestal e a Zona Campestre. Esta última poderia ser subdividida em 5 regiões diferentes: a) Região Serrana; b) Região do Alto Uruguai; c) Região Central;

⁸⁶ Os títulos dos artigos que compõem o primeiro número são bastante explicativos desse fato: "Sobre alguns peixes novos para a fauna marinha do Brasil"; "Diagnóstico demonstrativo de uma moléstia dos galináceos"; "Criação de Avestruzes"; "A *Melipona sentallaris* Lats"; "A cultura econômica do chá"; "Engenho d'água"; "Inseticidas e outros meios eficazes de destruição de insetos nocivos"; "Contribuição ao estudo da influência da umidade e do vento na sensação térmica"; "A carnaúba"; "Cultivo da banana". (Boletim do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, 1 (1), 1912.

d) Região Marítima; e) Região Fronteiriça. Esta última poderia ainda ser novamente dividida em Região Fronteiriça do Alto Uruguai e Região Fronteiriça da Argentina. Em seguida o autor analisa a produção nessas regiões. Algumas observações importantes podem ser tiradas dessa divisão.

Em primeiro lugar, o grau de divisões que ele estabelece é significativo de uma visão compartimentada do território. Por outro, fica evidente a *dessimetria* entre essas divisões. Da primeira classe extraída, qual seja, a divisão entre Zona da Mata e Zona Campestre, somente o segundo item recebe uma subdivisão detalhada. A Zona da Mata, ou Florestal, permanece sem subdivisões enquanto a Zona Campestre recebe cinco. Nota-se claramente que as divisões referem-se às zonas que foram efetivamente ocupadas e estão incorporadas ou sendo incorporadas ao processo produtivo. Pouco interesse desperta a área de florestas a não ser para extração de madeiras e ela não é suficiente para promover uma subdivisão desta zona. No sentido inverso, uma das áreas mais ocupadas e disputadas, a Região de Fronteira, recebe uma subdivisão especial.

Uma outra observação importante, diz respeito à nomenclatura adotada. É interessante notar que para a escala do país, a divisão realizada adota o termo "zona", enquanto "região" é adotado para a escala do estado. Revela-se assim, uma compreensão sobre o termo região ligado a escalas locais, enquanto zona para escalas mais amplas. Esse aspecto não é exclusivo desse texto, podendo ser encontrado em vários outros documentos da época.

O discurso laudatório das riquezas do Brasil também está presente no boletim, impregnado também da idéia de diversidade do território. O discurso de João Maria Lacerda sobre a defesa da ação do MAIC, em conferência realizada a 15 de dezembro de 1912 em São João del Rei e publicada no boletim é um bom objeto de análise.

"O Brasil é, sem favor, uma das regiões mais privilegiadas do planeta. A natureza prodigalizou-lhe *os mais ricos e variados dons*. Cavando-se a terra em um pedaço de Minas, encontra-se ouro; ao mergulhar-se o olhar na correnteza cristalina de suas águas, sente-se o faiscar dos diamantes; se no norte sacode-se a árvore do pão, tem-se o alimento por um ano; vagueando-se o olhar pela imensa planície dos Pampas, vêem-se sem conta rebanhos numerosos.

Possui campos extensíssimos cobertos de pingens pastagens, *os mais variados climas, solo fértil*, e apto para todo o gênero de cultura e exploração inteligente e remuneradora." (LACERDA, 1913: 147)⁸⁷.

O interessante aqui é que, para além do discurso sobre a diversidade de riquezas do país, seu autor nomeia áreas diferenciadas dentro do país, ao falar dos Pampas, do Norte e de Minas, o autor designa espaços que fornecem diferentes tipos de riqueza e que por isso são diferenciados entre si.

A relação entre conhecimento do território e o aumento da produção do consumo também é bastante evidenciado por seu discurso em defesa dos trabalhos do Ministério da Agricultura:

"Não existindo um departamento técnico especialmente incumbido de estudar o nosso meio físico no que se relaciona com o solo, clima e plantas cultiváveis e que propague nos países de emigração as nossas riquezas e liberdade de nossas leis para com o estrangeiro, a colonização não seria possível e nem prática e nem proveitosa.

Apesar do nosso relativo progresso, não temos ainda conhecimento perfeito do nosso solo, e das suas condições hidrológicas, nem tão pouco fizemos estudos completos sobre a nossa riquíssima flora agrícola, ignoramos a composição físico-química e o valor nutritivo da maior parte das forragens que vicejam em nossos campos, não conhecemos sequer a facilidade de aclimação das nossas plantas cultivadas, desconhecemos a geografia botânica agrícola do país, o valor das nossas indústrias, a área do solo cultivada, a importância da nossa produção anual e o número dos nossos rebanhos.

Em síntese, não sabemos ainda exatamente o que é e o que vale o Brasil economicamente, principalmente por deficiência estatística.

Posso, entretanto, assegurar-vos que, dentro em pouco, graças às medidas em execução, o Ministério da Agricultura estará habilitado a informar a nacionais e estrangeiros qual o valor econômico do território desta grande pátria, e só isso justificará abundantemente a sua criação." (LACERDA, 1913: 149).

A visão do autor é clara quanto à ação que o ministério deve tomar no sentido de aumentar o conhecimento sobre o território nacional. Conhecimento este que deveria ser dirigido para que as possibilidades produtivas do país fossem reveladas, descobrindo *o que vale o Brasil economicamente*.

⁸⁷ Grifos meus.

Num trabalho sobre as zonas de produção brasileiras, Ezequiel Cândido de Souza Brito, admite a possibilidade de divisão do país em cinco zonas. Numa defesa da ação do MAIC, afirma que tais zonas teriam permanecido inexploradas e que só agora, com a criação do Ministério, o trabalho de exploração estaria começando.

"Nas cinco regiões principais em que se pode dividir o nosso país, como um poderoso organismo produtor de imensas variedades de recursos naturais, matérias primas a serem elaboradas, energias e forças para a grande usina da indústria humana, desde a indústria agrícola até a indumentária e manufatora e siderúrgica, tudo está quase por explorar, iniciando-se agora, com a criação do Ministério da Agricultura, os primeiros movimentos destes aparelhos que nos hão de dar, em breve futuro, a hegemonia econômica para que estamos talhados." (BRITO, 1913: 50)

Vejamos então a seguir como o autor descreve as zonas, ou regiões:

"A primeira região é a chamada equatorial, que enche o vale do Amazonas, numa largura média de nove graus, onde não há diferença de estações, clima constantemente úmido e quente, desenvolvendo, por isso, grande força vegetativa em todos os meses do ano. É a primeira e mais importante zona geográfica do país, de acordo com o critério de Koppen, que, com justa razão, considera as associações vegetais como pedra de toque dos climas." (BRITO, 1913: 51)

O autor reconhece ainda que uma zona tão vasta como esta tem suas subdivisões internas. Neste caso, encontram-se diferentes tipos de matas dependentes do sistema hidrológico. Dessa forma, o autor estabelece diferenças entre a mata de aluviões marítimos, a mata de aluviões fluviais e a mata de terra firme.

A segunda zona, em função de sua diversidade interna é, segundo o autor, mais difícil de ser apontada uma característica comum.

"Na segunda zona de produção, que vai desde o Maranhão até o Estado da Bahia, zona do açúcar, fumo, cacau, maniçoba e algodão, compreendendo a extensa área de 1.630.510 quilômetros quadrados, não poderá o economista biólogo, à primeira vista, destacar os vários aspectos desta natureza, diversa conforme a estação que atravessa ou penetra do litoral para o interior." (BRITO, 1913: 61)

A terceira é aquela dos principais produtos e, portanto, a mais rica:

"A terceira zona, compreendendo os Estados do Espírito Santo, S. Paulo, Rio de Janeiro, inclusive o Distrito Federal, e Minas Gerais, zona do café e minérios, indústrias várias e laticínios, abrange uma extensa área de 1.096.145 quilômetros quadrados, tendo grande parte central, em Minas Gerais, e o restante no litoral." (BRITO, 1913: 65).

A quarta zona é a área de colonização europeia e de clima frio, mas que manteria a exuberância e produtividade do clima tropical. Bela peça de propaganda para a imigração:

"A quarta zona de produção, do mate, do pinho e carvão de pedra, compreendendo os Estados do Paraná e Santa Catarina, com área de 295.475 quilômetros quadrados, inclusive o território das Missões, é de clima ameníssimo, terrenos férteis, equiparados aos de países frios, onde o europeu se adapta perfeitamente e a produção tem a exuberância dos climas tropicais. Desenvolvendo-se aí a colonização alemã, que tem contribuído muito para despertar o estímulo dos nacionais, fomentando a exploração da terra na cultura, na criação, na indústria de laticínios, do bicho da seda e de conservas, fonte de riqueza variada para a zona." (BRITO, 1913: 72).

A quinta zona, caracterizada pela pecuária, não contaria com o fator contigüidade, sendo composta por estados separados no território:

"Finalmente, a quinta zona, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Goiás, do trigo, do vinho, charque e madeiras, zona pastoril por excelência, compreendendo a área de 2.362.647,5 quilômetros quadrados, que, a não ser a parte do Rio Grande do Sul, já bastante adiantada, está ainda com os seus cabedais ocultos, tal a extensão que ocupa, privada, por falta de viação férrea, e relações imediatas com o resto do país e pela distância em que se acha." (BRITO, 1913: 74-75)

O autor cita o trabalho do biólogo Arthur Orlando publicado no *Jornal do Comércio* em 8 de abril de 1911. É interessante notar como este trabalho faz uma divisão do país baseada em critérios econômicos. Mesmo que estes estariam embasados em alguns aspectos naturais, o que predomina nessa divisão é o caráter econômico,

aspecto que interessa mais de perto à administração. Foi a força desses trabalhos que teria levado ao IBGE, no momento de definir uma regionalização oficial do país, adotar também o critério econômico, não permanecendo apenas no critério natural como na Argentina, cuja regionalização foi feita apartada das questões da administração pública.

Em 1917 foi publicado um artigo sobre a produção de frutas no Brasil, assinado pelo próprio Serviço de Informações do MAIC, no qual, além da retórica da abundância de riquezas e da possibilidade de tudo se plantar em função da variação do clima, é apresentada uma divisão do país em duas zonas distintas:

"O Brasil possui climas para todas as frutas do globo, desde do da zona tórrida até os das regiões brandamente temperadas.

Para melhor exposição do assunto, pode ser dividido em duas seções perfeitamente distintas entre si: a tropical marítima e a temperada.

A primeira, ou tropical marítima, compreende toda a região que vai da bacia amazônica e daí pelas costas ao sul de Santa Catarina. Caracteriza-se esta zona pelas chuvas abundantes e alta temperatura. Nela prosperam todas as árvores frutíferas da zona tropical, como sejam, entre outras muitas a bananeira, a mangueira, o cajueiro, o abricoteiro do Pará, o mamoeiro, o abieiro, etc.

A segunda, ou zona temperada, estende-se pelas terras altas de Goiás e Minas Gerais ao extremo sul. Nesta região vicejam as plantas frutíferas dos climas temperados e que suportam temperaturas vizinhas do grau zero do termômetro centígrado. Aí o verão costuma ser quente e chuvoso e o inverno seco e relativamente frio. É nesta zona que crescem e se desenvolvem perfeitamente todas as plantas frutíferas da Europa e do Japão." (BRASIL. Serviço de Informações do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. 1917: 48).

O trabalho do Serviço Geológico também era apresentado no *Boletim*. Dando créditos ao trabalho de cartografia dos solos do Brasil ao Ministério, em um artigo sobre o assunto na seção de informações, o diretor do Serviço, Euzébio Paulo de Oliveira, afirma que foi somente após a criação do MAIC, que o problema do mapeamento dos solos tornou-se uma questão para o Estado: "A cartografia dos solos aráveis do Brasil somente depois da instalação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, em 1911 foi considerada como serviço a ser executado pelos Poderes Públicos." (OLIVEIRA, 1924: 122).

Antes dos estudos do Serviço Geológico, os trabalhos mais relevantes de cartografia dos solos no Brasil haviam sido realizados pelo agrônomo Manoel Paulino

Cavalcanti sob os auspícios da SNA, mas estes trabalhos permaneciam incipientes. Pretendendo fechar essa lacuna, foi criada uma seção dentro do Serviço Geológico para a preparação das cartas agrológicas, agrônômica e florestal do Brasil. Para este fim, no entanto, cabia o acúmulo de uma grande quantidade de informações.

"Para se desempenhar cabalmente as exigências desse Serviço é indispensável ter boas cartas topográficas, em escala suficientemente grande para nelas se figurarem todos os tipos de solo e os dados indispensáveis a sua interpretação como sejam: natureza e valores relativos das culturas, natureza e qualidade da criação, condições econômicas, etc.

Além disso, são também de grande utilidade as cartas geológicas, em escalas correspondentes, pois, como é sabido, a geologia constitui um dos mais potentes auxiliares da agronomia, sendo mesmo opinião de certos agrônomos que há vantagem em se constituir a carta agrônômica sobre a geológica de preferência sobre uma puramente topográfica." (OLIVEIRA, 1924: 122).

Como trabalhos já executados que dariam sustentação a este, estariam as cartas topográficas publicadas pelo Clube de Engenharia para o Centenário da Independência. Estas cartas incluíam uma carta geral na escala de 1:2.750.000, além de várias folhas na escala de 1: 1.000.000, onde foi adotada a convenção da carta mundial, como visto anteriormente. Além desse trabalho, a Diretoria de Inspeção e Fomento Agrícola, possuía mapas agrícolas de 15 unidades da Federação, a saber: Amazonas, Pará, Piauí, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso, "contendo cada mapa a divisão em zonas agrícolas, todos os acidentes físicos, divisão municipal, áreas cultivadas das principais culturas, dados climatéricos, rendimentos por hectares e outros dados indispensáveis à interpretação racional desses mapas." (OLIVEIRA, 1924: 124).

Nesse momento, o Serviço Geológico já possuía esboçada carta geológica do Brasil em 22 folhas correspondentes às unidades da federação, em diferentes escalas para os estados, segundo o grau de informações sobre o terreno, mas onde predominavam as escalas 1: 1.000.000 e 1: 2.000.000.

Este artigo, como outros, caracteriza-se por um tipo de retórica que pretende justificar a existência do Serviço, mostrando os trabalhos executados até então, sempre vistos como imprescindíveis, mas também sempre com muito ainda por fazer.

No *Boletim* também foram publicados alguns trabalhos sobre áreas específicas do território brasileiro. Tal gênero de monografia contribuiu para ampliar uma visão compartimentada do território nacional para além da forma tradicional de divisão do país: as unidades federativas. Como exemplo deste tipo de trabalho existe aquele publicado por Pedro de Moura sobre a Guiana Brasileira (1926). Neste artigo, seu autor está preocupado com o problema da expansão da pecuária da Amazônia, já então dessa forma denominada. Aponta para as pequenas áreas de campos naturais dentro da região e para o fato de os campos da Guiana serem pouco conhecidos no país.

"Problema difícil é o da criação de gado na Amazônia. Quase toda coberta de matas, esta região enorme apresenta zonas de campo relativamente pequenas, onde é possível o desenvolvimento da pecuária, em reduzida escala, sobressaindo dentre essas os campos de criação de Marajó, Baixo Amazonas e Rio Branco. (...)

De lá muito se houve falar nos chamados campos gerais da Guiana Brasileira, em terrenos que correspondem às savanas das Guianas estrangeiras.

Os nossos 'Campos Gerais', embora conhecidos e visitados por diversas expedições, eram tidos como misteriosos, duvidando-se mesmo, de sua existência; figuravam, até bem poucos dias, no rol das coisas problemáticas ou inverossímeis.

Existem, de fato, ocupando a grande área de terra que se estende ao longo da fronteira das Guianas inglesa e holandesa, região banhada pelos rios Erepecurú e Curuá e afluentes do Pará." (MOURA, 1926: 817).

Dessa forma, o autor contribuiu para a divulgação dessa área como distinta das demais. A partir da recente 'descoberta' de uma área diferenciada do seu entorno no território nacional, e com a possibilidade de uso também diferenciado, o texto contribuiu para dar destaque à área, diferenciando assim áreas do território.

O *Boletim* também possuía uma parte dedicada à meteorologia, organizada pelo Instituto Central de Meteorologia do Rio de Janeiro, órgão central do Serviço de Meteorologia do MAIC. Ali eram publicadas em todos os números as "sinopses das chuvas" e a "meteorologia agrícola". Nestes trabalhos o país aparece dividido em três zonas distintas: norte, centro e sul. A primeira englobava os estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Sergipe e Alagoas. A zona centro correspondia aos estados da Bahia, Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás. A zona sul do país nos boletins meteorológicos era composta pelos estados do Rio de

Janeiro, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além do Distrito Federal.

A seção das sinopses das chuvas era dividida nessas três zonas e após uma descrição geral da situação da zona, alguns estados eram situados especificamente. A seção de meteorologia agrícola era dividida pelos principais produtos, sendo apontados seus desempenhos em cada uma das zonas. Os produtos que constavam nessa seção mais comumente eram: arroz, algodão, cacau, café, cana-de-açúcar, fumo, feijão, milho, além dos pastos. Incluía também o estado das estradas de rodagem e dos rios. Vejamos como exemplo o arroz em fevereiro de 1926:

"Arroz - As temperaturas mostraram-se acima das normais embora sem haver grandes afastamentos em relação a esta. Houve chuvas no Norte e no Centro, sendo as desta zona muito abundantes em Minas, Goiás, Mato Grosso, etc. Nesta zona o excesso de chuvas e enchentes causaram prejuízos, às vezes grandes, à vegetação, e também às colheitas. Os maiores prejuízos foram em Minas. No Sul, mormente no Rio Grande do Sul, a seca está prejudicando também a vegetação. No Norte houve plantios. Apesar do tempo adverso no centro, realizaram-se em lugares desta zona e no Sul colheitas com superiores rendimentos." (BRASIL. MAIC. Serviço de Meteorologia. Instituto Central, 1926: 390)

Esta divisão em zonas é mantida sem alteração até o final do período aqui analisado. No entanto, a partir da segunda metade da década de 1920 nota-se a utilização de novas nomenclaturas para indicar subdivisões na zona norte. Os termos empregados são "nordeste" para os estados ao sul do Maranhão e "bacia amazônica" para os estados ao norte. Nesse sentido, mesmo que a divisão anterior ainda seja mantida, nota-se uma sobreposição de divisões que em muitos textos não é clara. Vejamos:

"Algodão - o tempo decorreu, por vezes fresco, assim sucedendo, sobretudo no Norte, em geral, se mostrando, porém, quente, verificando-se temperatura média mais elevada, mormente na zona Sul. Foi chuvoso em vários pontos da bacia Amazônica, raramente no Nordeste e por vezes no Centro, zona onde as chuvas se mostraram, em geral, poucas. No Sul, mormente nos três últimos Estados mais meridionais, a escassez de chuvas, foi grande, sendo essas mesmo nulas em diversos pontos. As culturas, de um modo geral se mostram boas na região amazônica e no centro, não sucedendo o mesmo no

Sul onde se mostram apenas regulares em diversos pontos. As colheitas ficaram quase terminadas no Norte, prosseguindo os preparos de terras nesta zona e os plantios na região amazônica e nos Estados do Centro e do Sul." (BRASIL. MAIC. Serviço de Meteorologia. Instituto Central, 1928: 129)

A discussão sobre a implantação e organização de um Serviço Florestal no Brasil, questão premente na década de 1920, também estava presente no *Boletim*. Os estudos para a criação do Serviço que tiveram a cooperação do *Tropical Plant Research Foundation*, com sede em Washington, analisados no capítulo anterior foram publicados pelo *Boletim*. Nesse sentido, a questão sobre a classificação dos solos que já havia preocupado o Serviço Geológico, passaria a preocupar também um novo serviço, transformando-se num elemento fundamental na constatação das possibilidades econômicas do território e de sua diversidade.

Seguindo-se a esse trabalho, no *Boletim* também foi publicado um artigo sobre a importância da classificação do solo de autor também americano, ligado ao Serviço de Química e Solo dos Estados Unidos.

"A prática agrícola moderna está exigindo cada vez mais conhecimentos relativos às muitas espécies de solos encontradas na superfície da terra. Isto por sua vez está pedindo uma classificação agrológica estalonada e estudos do solo que façam ver a distribuição exata das diversas espécies de terra. O ajustamento dos métodos agrícolas aos tipos agrológicos vai ser trazido cada vez mais para o plano da frente da agricultura mundial, especialmente das regiões mais esparsamente ocupadas em que a lavoura se destina a espalhar-se em futuro próximo. Assim, pois, é importante que o lavrador moderno se familiarize com os principais tipos agrológicos da sua localidade, e que os estadistas e chefes de indústria baseiem os seus programas de desenvolvimento nacional em um inventário exato dos recursos do solo e da adaptação dos mesmos às culturas dos seus países." (BENNETT, 1929: 214).

Desse modo, se é verdade que o Serviço de Informações representava a "voz" do MAIC, é verdade também que o *Boletim* representava a principal "voz" do Serviço de Informações. Ele contribuiu para difundir os estudos realizados pelos serviços do Ministério. Contribuiu também para difundir uma representação do território que convinha aos ideais sobre os quais o Ministério fora criado e que refletia também os interesses dos grupos aos quais ele estava ligado.

Segundo o modelo sob o qual o *Boletim* foi criado, sua circulação deveria ser a mais ampla possível, mas restrita, em grande parte, ao território nacional. Escrito em português e com uma preocupação dirigida principalmente a técnicos ligados à produção, principalmente agropecuária, e aos agricultores de um modo geral, seu alvo eram brasileiros. No entanto, um dos principais designios do MAIC era aumentar a procura dos produtos brasileiros no exterior para que o aumento da produção que tanto almejava encontrasse mercado. Nesse sentido, a atividade de diversificação da produção não se faria sem a abertura de mercados para os produtos brasileiros. Foi nesse contexto que um órgão que pudesse se encarregar da propaganda permanente do Brasil e de seus produtos no exterior foi pensado. Veremos adiante.

4. O Serviço de Propaganda e Expansão Econômica do Brasil no Estrangeiro

Ligado à preocupação com o incentivo às exportações este serviço fora criado com base nas instruções de 3 de outubro de 1907, aprovadas pelo decreto n. 6.668 no Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. Com a instalação definitiva do MAIC em 1909 foi transferido para a Secretaria de Negócios deste ministério, tendo seu nome alterado para *Comissão de Expansão Econômica do Brasil*. No entanto, foi logo em seguida extinta, através do decreto n. 8.403 de 30 de novembro de 1910.

Apesar da extinção oficial do órgão, a representação dos produtos brasileiros no exterior ligada ao MAIC continuou sendo realizada. Na intenção de divulgar a produção nacional foi organizado um escritório central em Paris, além de um museu comercial, tendo aos poucos estendido seus serviços a 11 países do continente europeu, já em 1910, com a fundação de delegacias ou agências.

No breve período em que funcionou, sua atividade foi registrada. O serviço de informações registrou em 1908 uma média de 30 consultas orais e escritas por dia. Nesse sentido, segundo o próprio ministro Miguel Calmon du Pin e Almeida, os melhores repositórios das informações eram, além dos relatórios e publicações do governo, a obra do Centro Industrial do Brasil, cujo resumo estaria sendo editado em francês, inglês, alemão e italiano (RMIVOP, 1909: 178). O registro geral de informações foi arrolado em 12 livros, destinados aos seguintes assuntos: obras públicas

(estradas, portos, etc.), correios, telégrafos, saúde pública, comércio interior, exterior e navegação, finanças, produção agrícola e pastoril, minas e minerais, propaganda e expansão econômica, leis e regulamentos, relatórios e estatísticas, além de vários outros assuntos.

O governo também patrocinou conferências públicas, realizadas por "pessoas competentes, em localidades devidamente escolhidas, e acompanhadas de projeções luminosas, representando fatos de nossa terra, experiências dos nossos produtos, demonstrações práticas do seu uso e preparo." (RMIVOP, 1909: 178). Tais conferências contavam com o financiamento de suas despesas, tais como aluguel das salas, impressão de convites e transporte do conferencista, às expensas do Serviço de Propaganda. O quadro XV mostra as conferências realizadas em 1908.

Entre os locais das conferências, nota-se uma predominância clara da França, seguida pela Alemanha. Algumas outras ainda foram realizadas na Itália, na Inglaterra, na Bélgica, na Holanda e na Suíça. Eles mostram quais eram as articulações desse serviço nos seus primeiros anos e, também, quais eram seus alvos preferenciais.

Dentre os temas destaca-se a abordagem do Brasil em geral. Tratava-se realmente de apresentar o país para um grande público e suas possibilidades futuras. Outras conferências, em menor número trataram de apresentar estados específicos ou a capital da República, mas na mesma linha de apresentação do país. Especificamente sobre produtos brasileiros há apenas sobre a borracha que na época rivalizava com o café na liderança da pauta de exportações do Brasil, e um outro sobre as culturas do Brasil⁸⁸.

⁸⁸ No entanto, é possível imaginar que nas palestras gerais sobre o país os produtos aqui produzidos também fossem destacados.

QUADRO XV

Conferências patrocinadas pelo Serviço de Propaganda no Exterior em 1908

Nome e posição	Local	Tema ⁸⁹
Sr. Quellenec. engenheiro do canal de Suez	Bordeaux	O Brasil e seus portos
Sr. F. A. Georlette. cônsul do Brasil em Anvers	Instituto Superior do Comércio	O Rio de Janeiro
Sr. Luiz Casabona. Secretário da Sociedade de Geografia de Paris	Mairie de Muret	O Brasil
Antoine Vinesot. padre	Huy, província de Liege	Minas Gerais
Antoine Vinesot. padre	Huy, província de Liege	Embelezamentos do Rio de Janeiro
G. Flachsbart	Salão da <i>Südamerikanische Gesellschaft</i> em Berlim	O Brasil
H. Faulhaben. pastor	Postdam	Os progressos da antiga colônia de Blumenau
Luiz Casabona	Clube Africano de Anvers	O Pan-Americano
A. Lalière. professor	Universidade de Saint-Gilles, Bruxelas	O café
Madame de Sant-Genès	Sociedade de Geografia Comercial, Paris	Os progressos do Brasil
Paulo Doumer	Sociedade Real de Geografia, Anvers	-
Theodoro Vider. professor	Sociedade de Geografia Comercial, Paris	Au Pays du Caoutchouc
Giovanni Canonico	Sala do teatro Vincenzo Troja, Turim	O Brasil
Madame de Sant-Genes	Teatro Femina, Paris	Une promenade à Rio de Janeiro
Paul Schinz	Cercle Suisse de Paris	O Brasil e as suas culturas
Charles Wiener. ministro	Sociedade de Geografia de Paris	Une mission commerciale au Brésil
Hans Heilborn.	Zurique. a convite da associação suíça de imigração	O Brasil em geral e particularmente o estado do Paraná
Edmundo Wright	Teatro Olimpia, Londres, durante a exposição da borracha	
Sr. Nozagaraja e Hipólito de Vasconcelos. agente em Londres	Olimpia, Londres	A borracha
Flachsbart. professor	Königsberg	O Brasil
Casabona	Sociedade de Geografia de Roubaix	O Brasil
Faulhaber. professor	Schlieben	-
-	Royal Geographical Society de Londres	O rio Paraná
Flachsbart. professor	Dresden	-
Casabona	Sociedade de Geografia de Roubaix	-
Hans Heilborn	Salão da <i>Sudamerikanische Gesellschaft</i>	O programa de política econômica do Brasil
Alfredo Theulot. jornalista	Raims	O Brasil
Everardo Backheuser	Sociedade de Geografia Comercial de Paris	O Brasil, sua organização, seu desenvolvimento e seu futuro, em esperanto
Baronesa de Wilson	Teatro Femina	Le Brésil
Villebergs, professor da Universidade de Louvain	Instituto Saint-Jean Berckmanna, Anvers	Assuntos brasileiros, em flamengo
Raquet, professor do Instituto Agrônomo de Gembloux	Bruxelas	O Brasil
Luiz Casabona	Société de Géographie, Angers	O Brasil
Luiz Casabona	Société de Géographie, Tours	O Brasil

Fonte: RMIVOP, 1909: 179-181.

⁸⁹ Título transcrito conforme informado no Relatório do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas.

Não se tem informação sobre o público dessas palestras. Os relatórios do Ministério apenas informam que as palestras eram "bastante concorridas". A realização de boa parte delas nas sedes de Sociedades de Geografia podem indicar um apoio dado por estas à realização dos eventos e o interesse despertado nos membros dessas instituições, muitas vezes ligadas à expansão dos capitais europeus pelo mundo. Sobretudo a partir do final do século XIX, as sociedades de geografia da Europa demonstraram uma intensificação com as preocupações com a busca de novos mercados que permitiu o desenvolvimento de uma geografia comercial (CAPEL, 1981). Possuíam interesses voltados sobretudo para o continente Africano, campo de disputas por excelência do colonialismo europeu. No entanto, essas sociedades estavam abertas para receber contribuições com informações sobre quaisquer lugares onde os interesses comerciais europeus pudessem ser aplicados.

Além dessas conferências, o serviço de propaganda investia em publicações de livros, opúsculos, mapas geográficos e cartões postais. Dessa forma, no relatório de 1909, o Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas informava que haviam sido publicadas pelo Serviço de Propaganda as seguintes obras, indicadas no quadro XVI:

Nota-se um grande número de mapas entre as publicações. Fazer conhecer o território brasileiro era uma questão importante na atração de investimentos e de imigrantes. Nesse mesmo sentido, os cartões postais procuravam passar imagens do Brasil, transformando o país imaginado em algo palpável, de fácil assimilação para possíveis colonos, mas também para futuros investidores. Um dos exemplos dos mapas que deveriam mostrar o país no exterior pode ser visto na *Carte des États-Unis du Brésil, politiques, économiques et voies de communications* (figura 17). Apresentado na escala 1:5.000.000, medindo 90x89 cm, ele apresenta o país dividido em estados, mas indica também as principais vias de comunicação e cidades. O mapa deveria mostrar ao investidor estrangeiro um país moderno, pronto bem remunerar qualquer investimento feito.

QUADRO XVI

Publicações do Serviço de Propaganda no Exterior em 1909

Título e autor	Tiragem	Línguas
Bases regulamentares para o serviço do povoamento do solo	29.000	Francês, inglês, alemão, italiano, russo e polonês
Carta geográfica do Brasil, com elementos de corografia	16.000	Francês, inglês, alemão e italiano
Carta do Brasil, com indicação das linhas férreas e linhas de navegação	50.000	Francês, inglês, alemão e italiano
Carta do Brasil, com indicação das produções de cada estado	120.000	Francês, inglês, alemão e italiano
Carta do Brasil, política	160.000	Francês, inglês, alemão e italiano
Análise do mate e vantagens do seu uso	40.000	Francês, inglês, alemão e italiano
Estudo sobre o mate, do Dr. Victor do Amaral	10.000	Alemão
Estudo sobre o mate, de Maurice Francfort	10.000	Francês
Un centre économique, Minas Gerais, de Carlos Delgado de Carvalho	2.000	Francês
Clima e salubridade de São Paulo, por Nereo Ranoel Pestana	20.000	Francês, alemão, italiano e espanhol
L'Immigration et la Trachoma au Brésil, por Nereo Ranoel Pestana	20.000	Francês, alemão, italiano e espanhol
Au pays du Caoutchouc, de Mr. Yibert	500	Francês
Salubrité du Brésil	35.000	Francês, alemão, italiano, espanhol, polonês, holandês e <i>ruthenio</i> (?)
Cartões Postais, com vistas da Capital Federal e dos Estados	1.605.000	-
Cartões coloridos de propaganda do café	100.000	-
Papéis mata-borrão com reclames sobre o café brasileiro	300.000	-

Fonte: RMIVOP, 1909: 181-182.

A comissão também tratou de inserir notícias sobre o Brasil em numerosos anuários publicados na Europa. Sobre a atuação em 1909 nessa direção temos:

"Confiando na eficácia da propaganda por meio de livros, cartões-postais, mapas e cartazes sobre o Brasil, a comissão tratou de alargar o mais possível a distribuição desses instrumentos de vulgarização. O número de publicações enviadas pelo escritório central foi de 505.765 contra 139.127 em 1908; o de mapas, de 108.746; o de revistas e jornais, 61.217; o de guias, catálogos e anúncios, de 743; o de álbuns ilustrados de 575; o de cartões postais, de 262.895 e o de cartazes sobre o café, de 214.789." (RMAIC, 1909: 245)

Nesse mesmo ano de 1909, das 955.038 publicações distribuídas, 831.066 foram em francês, enquanto 54.328 em italiano; 31.985 em alemão; 25.475 em inglês; 3.781 em português; 3.000 em austríaco; 2.383 em polaco; 1.423 em esperanto; 705 em espanhol; 571 em holandês; 321 em sueco. Nota-se a predominância absoluta da França como o grande pólo de interesses brasileiros e do francês como a língua preferencial para difusão dos textos sobre o país. O pequeno número de obras distribuídas em inglês, se comparada àquelas distribuídas em italiano e alemão pode revelar um relativo pequeno interesse na atração de investimentos desse país. No entanto, é necessário lembrar que Itália e Alemanha constituíam nessa época os dois principais pólos de emigração para o Brasil, enquanto a Inglaterra representavam um pólo de investimentos em capitais. Nesse sentido, a distribuição de obras direcionadas à atração de capitais poderia ser muito mais seletiva, enquanto aquelas destinadas à atração de mão-de-obra deveriam se dar em larga escala entre a população.

Alegando diminuição das despesas, a Comissão foi dissolvida em 1910. No entanto, o Ministério da Agricultura criou logo em seguida dois escritórios de informações sobre o Brasil em Paris e em Genebra, mantendo ainda um delegado encarregado da propaganda nos Estados Unidos e Canadá e outro nos países de língua alemã.

O escritório de Paris aproveitou o material e arquivo da extinta Comissão. Segundo informações do Ministério da Agricultura, dentre os assuntos que mais despertaram pedidos de informações, o que mais teve destaque foram os que se referem às condições de vida no Brasil e a aplicação de capitais na agricultura, indústria e comércio.

Em 1912 já contava com escritórios em Paris, Genebra, Bruxelas e São Francisco, na Califórnia, além de comissariados incumbidos do mesmo serviço, na

Inglaterra, Holanda e nos países de língua alemã. Neste mesmo ano, o escritório de Paris mudava de endereço. As novas instalações eram assim descritas:

"Compõe-se esse prédio de uma loja destinada à exposição de produtos, um grande armazém para depósito de publicações a distribuir e mostruários, um pequeno compartimento onde está o ascensor para objetos pesados que tenham que ser recolhidos ao primeiro andar, no qual há um salão de leitura para o público, um grande salão e três salas para o museu e 14 compartimentos, dos quais seis para biblioteca (livros e mapas) e depósito de fotografias, *clichés* para impressões e filmes cinematográficos, um destinado ao serviço de informações, um para os arquivos do Escritório e do *Boletim*, um para a redação do *Boletim* e, finalmente, cinco ocupados pelo chefe do Escritório e pelos auxiliares encarregados do serviço de propaganda prática, da divulgação e dos trabalhos de datilografia." (RMAIC, 1913: 213)

Sob os auspícios do Escritório em Paris também foi criada a Câmara de Comércio Franco-Brasileira em dezembro de 1912. Era também publicado pelo escritório de Paris um Boletim com informações comerciais sobre o Brasil, distribuído no escritório, bem como a bibliotecas e serviços consulares.

Em 1913 o escritório foi novamente transferido para um novo prédio em Paris tendo sido inaugurada uma nova exposição permanente em 15 de novembro. No período entre 17 de novembro e 31 de dezembro a exposição foi visitada por 549 pessoas. Durante todo o ano de 1913 o escritório atendeu verbalmente 1.924 pessoas, prestando, por escrito, 3.780 informações sobre o Brasil. No mesmo período foram distribuídas 97.976 publicações de propaganda, sendo 90.125 em francês, 994 em inglês, 207 em português, 105 em Espanhol e 6.475 mapas geográficos. A importância que esses escritórios e essas exposições obtinham no exterior na época pode ser medida pela visita do presidente francês, Raymon Poincaré, em 10 de janeiro de 1914, recebido com entusiasmo pela delegação brasileira.

O escritório de Genebra também publicava quinzenalmente o *Bulletin du Bureau Officiel de Renseignements sur le Brésil*, com uma tiragem de 3.000 exemplares. O *Bulletin* era distribuído em sua maior parte na Suíça, nas câmaras comerciais e escolas de comércio, bancos, grandes hotéis, industriais, negociantes exportadores e importadores, etc. Em dezembro de 1912 foi publicado um número

especial, com 84 páginas, em papel de luxo, sobre o Brasil que também trazia um mapa econômico do país.

Além do Boletim, o escritório de Genebra também publicou em 1912: *Reglement pour l'importation d'animaux; La défense économique du caoutchouc* (decreto n. 9.521, de 17 de abril de 1912, vertido também em alemão); *L'élevage du porc au Brésil; Le Brésil, sa culture, son libéralisme* (conferência pronunciada no Grand Théâtre de Genève, no dia 15 de novembro de 1911, pelo Dr. Rodrigo Otávio); *Verordnungsmässige Grundlagen; Guide des étrangers au Brésil*, 10.000 pastas escolares, contendo, além do calendário, uma carta geográfica, em duas cores, e um resumo de história, geografia física e política do Brasil, sendo 5.000 em francês e 5.000 em alemão, para serem distribuídas às escolas públicas e colégios da Suíça; 6.000 álbuns de cartões postais com 24 vistas do Rio de Janeiro, divididas em duas séries de 12 cada uma; 1.000 etiquetas de reclamos com 10 vistas do Brasil, diferentes, para serem distribuídas juntamente com a correspondência do escritório; 1.000 álbuns pequenos, contendo cada um cinco vales gratuitos para degustação de café e mate do Brasil no *Bar-Restaurant Accarini*, de Genebra, ilustrados com vistas do país; Notícia sobre o Rio de Janeiro, ilustrada com vistas e escrita em francês, inglês e alemão no álbum de luxo *De Londres a Nápoles*, que é largamente distribuído na Europa (RMAIC, 1913: 218).

O escritório de informações na Bélgica iniciou seu serviço de propaganda em 1913, promovendo a realização de conferências econômicas sobre o Brasil. A primeira dessas conferências foi realizada no salão acadêmico de Liège, no dia 24 de fevereiro de 1913, sobre o comércio do Brasil. Outras conferências foram realizadas em 10 de março, em Gand, em 12 de março na Câmara de Comércio Belgo-Brasileira e em 1 de novembro e 5 de dezembro.

Em 1915 o serviço de propaganda no estrangeiro era composto de um escritório de informações do Brasil em Paris, um escritório de informações do Brasil em Genebra, Câmaras de Comércio brasileiras, subvencionadas pela União e estabelecidas em Paris, Bruxelas e Hamburgo. Nesse mesmo período também foi criada a Câmara de Comércio Internacional do Brasil:

"Criada para promover, por todos os meios a seu alcance, o aumento das nossas relações mercantis e industriais com os demais países, a Câmara de Comércio tem sido um poderoso fator de nossa expansão econômica, uma fonte insuspeita de eficaz propaganda das nossas riquezas naturais e das atividades do comércio nacional e estrangeiro." (RMAIC, 1914: 134).

Terminada a Primeira Guerra Mundial, a necessidade de um serviço mais sistemático e centralizado de propaganda do Brasil faz renascer a idéia de um serviço único. Desse modo, em 1920 o Congresso analisava a organização *do Serviço de Divulgação e Expansão Comercial do Brasil*. Nessa época, o ministro assim o defendia:

"Quanto à propaganda geral, tem como principal objetivo atrair para o Brasil capitais e braços, devendo chegar-se a esse resultado por um trabalho sistemático, e pelos meios mais eficazes, para dar a conhecer com exatidão a importância das riquezas naturais do país, bem como as vantagens e facilidades que o mesmo oferece a todos quantos se dispunham a empregar aqui a sua atividade, contribuindo, simultaneamente, para o nosso desenvolvimento econômico e para a conquista do próprio bem estar e, não raro, da fortuna." (RMAIC, 1920: 469)

Com a transformação em 1928 do Museu Agrícola e Comercial no Instituto de Expansão Comercial, com sede no Rio de Janeiro, como visto anteriormente, os trabalhos de propaganda no exterior deveriam ser por ele coordenados. Era esta instituição que deveria se encarregar de enviar aos serviços e representações do Brasil no exterior publicações em diferentes línguas para serem distribuídas, além de receber desses escritórios informações e dados estatísticos desses países que pudessem ser repassadas aos exportadores brasileiros.

É necessário assinalar no entanto que o Serviço de Propaganda ligado ao Ministério da Agricultura não representava uma unanimidade e que a competição entre diferentes esferas da administração pública por serviços existia. Em 1930, Hildebrando Barreto defendia na Associação Comercial a existência de um Serviço de Expansão Comercial ligado ao Ministério das Relações Exteriores. Tal defesa provocou um discurso veemente de resposta na sessão seguinte de Hannibal Porto defendendo a ação do MAIC e de um Serviço de Propaganda ligado a ele, publicado como um panfleto em

seguida (PORTO: 1930). Este episódio exalta bem o fato de que a concorrência entre os Ministérios por atribuições e, conseqüentemente recursos e reconhecimento, era uma constante. As constantes reorganizações, fechamento e abertura de serviços fazem parte deste jogo de interesses.

O território como um dado a ser exibido desempenhava parte importante dos afazeres do Estado. Encontrando alvos diferentes, também era exibido de maneiras diferenciadas. Havia o território exibido como patrimônio da pátria para a população nas festas didáticas nacionais como a Exposição do Centenário; o território como fonte de riqueza que podiam ser bastante variadas se devidamente aproveitadas através de técnicas modernas como se pretendia passar aos agricultores e técnicos ligados ao campo; o território como reprodução da Europa no Novo Mundo com muito mais oportunidades, imaginado para atração de imigrantes europeus; o território como um produto a ser vendido nos mercados europeu e americano, a procura de atração de investimentos.

Todas essas formas de representações do território tinham uma característica em comum: demandavam representações de um território heterogêneo. Um território nacional que fosse pouco diferenciado internamente não importava a nenhum desses interesses que estavam representados no MAIC. Desse modo, seja através dos estudos e pesquisa, seja através das atividades de exibição, o MAIC pôde se transformar num difusor da idéia de diversidade do território nacional, quebrando com as velhas representações homogeneizantes provenientes ainda do período imperial.

Figura 13
Mapa Geral do Brasil – Jornal do Brasil
3ª. ed. Especial, 1922



Acervo da Biblioteca Nacional

Figura 14
Mapa Geral do Brasil – Jornal do Brasil
3ª. ed. Especial, 1922

Detalhe



Acervo da Biblioteca Nacional

Figura 16 Mapa Econômico do Brasil

GR=21X

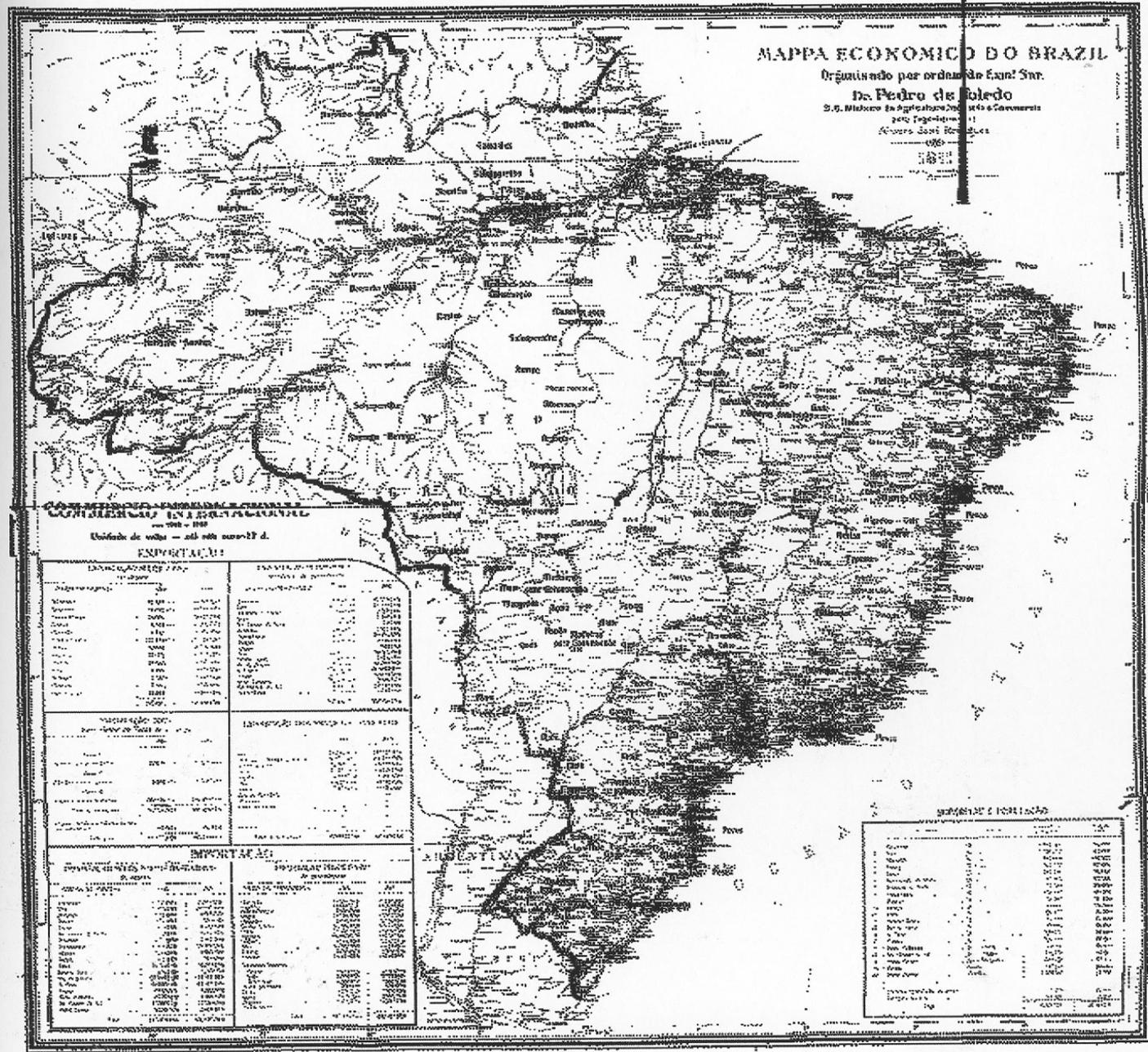


Figura 17
Carte des États Unis du Brésil



Acervo da Biblioteca Nacional

Considerações Finais

Classificar, dividir, diferenciar continuam sendo atividades importantes na nossa construção do conhecimento. O que não podemos perder de vista é que estas são atividades construídas e que não devem ser naturalizadas. Mesmo a construção do conhecimento nas ditas ciências duras, ou da natureza, também é fruto de escolhas e caminhos seguidos em diferentes momentos. O conhecimento sobre o espaço e o território não escapa dessa contingência. As formas de compartimentação do espaço, da qual a geografia regional é apenas a forma mais evidente, mas não a única, também são construídas em função de diferentes contextos.

Desse modo, a geografia de uma área, no seu sentido mais material, é algo inventado. Por mais que geógrafos e outros cientistas tentem conferir um aspecto objetivo do conhecimento do terreno, como a mais forte expressão da verdade, ele sempre estará ligado às contingências do momento histórico e do conhecimento humano, inclusos aí os aspectos culturais e subjetivos. A valorização de determinadas divisões internas dos territórios está ligada a inúmeros contextos, sendo passível de transformação. Assim, um dos esforços do trabalho foi exatamente o de desnaturalizar certas visões do Brasil, incluindo visões sobre o dito meio natural, mostrando que elas são frutos de determinadas escolhas e ações levadas a cabo por determinados atores em momentos históricos específicos.

Foi desse modo que a pesquisa enfrentou o desafio de compreender a forma pela qual o território brasileiro foi representado e como essa representação está associada à organização da ação sobre o território imaginado. Foi aqui analisado como durante o processo inconcluso de construção do Estado brasileiro, especialmente aquele correspondente à consolidação da república federativa, este criou e/ou se apropriou de representações sobre o território e como estas se ligam à forma como o próprio Estado se organizou para atuar sobre seu território.

Lembrando mais uma vez a tese principal que foi defendida aqui, a ascensão ao poder de partes de uma elite periférica conferiu maior visibilidade a novos territórios e territorialidades dentro do aparelho de Estado, o que permitiu a emergência da representação de uma diferenciação interna bem maior, facilitando mesmo a recomposição de uma nova geografia nacional. O aparelhamento do Estado no sentido de conferir visibilidade a essas elites e seus territórios foi um dos fatores fundamentais na construção das novas geografias do país.

O trabalho mostrou ainda como as representações do território tiveram um papel importante na construção da idéia de um Brasil republicano e moderno. Da mesma forma, a disputa de poder entre partes das elites nacionais na configuração do aparato estatal durante esse período também representou uma disputa pela visibilidade de seus territórios.

Reunindo evidências de como se gestou a idéia de diversidade territorial brasileira, uma das bases da divisão regional do Brasil, a pesquisa mostrou como a própria geografia do país foi vista e pensada e como a estrutura burocrática organizada pela República Velha, aqui representada pelo Ministério da Agricultura, participou da invenção da diversidade brasileira. As repartições criadas junto com o MAIC a partir do discurso tecnicista da administração e da necessidade de diversificação das culturas provaram ter sido responsáveis pela produção e reprodução de imagens de um Brasil bem mais diverso daquelas que haviam vigorado até então e que esta nova geografia que nascia, mesmo que amparada no discurso técnico-científico é filha de um contexto específico e pôde ser valorizada a partir do momento em que atendia a interesses próprios a grupos que tentavam se firmar dentro do aparato do Estado.

Assim, a idéia de um território diversificado que há muito já fazia parte de um discurso laudatório sobre o país só pôde ser demonstrado quando este território pôde ser recortado, quando a disputa de poder e a divisão das elites nacionais marcaram também a divisão do território. Nesse sentido, o MAIC demonstrou ter sido um órgão privilegiado para que emergissem novas visões do território nacional. Ao ser controlado pelas elites periféricas e por suas questões, o MAIC tornou-se o órgão que mostrava um Brasil além daquele do café e das regiões onde este era produzido. O discurso da

diversificação das culturas sob o qual essa elite amparou sua ação mostrou ser o responsável pela valorização da idéia de diversidade territorial do país

O discurso científico, amparado na valorização do técnico em detrimento do político, foi o meio através do qual essas novas representações do território brasileiro puderam ser construídas, valorizadas e aceitas. Foi através da técnica e da ciência que a diversidade pôde ser demonstrada. Ao serem criadas repartições que deveriam lidar com problemas eminentemente técnicos e que deveriam promover um aumento do conhecimento do território, essas novas repartições puderam procurar e tornar visível a diversidade do território, tão cara a setores do Estado naquele momento. Foi dessa forma que foram aqui analisadas as comissões de exploração do território criadas nesse contexto, além da criação e atuação da Diretoria de Meteorologia, do Serviço de Geologia e do Serviço Florestal como importantes repartições de produção do conhecimento, ligados ao MAIC e à idéia de diversificação da lavoura e, portanto, do território. Tais instituições mostraram ser o *locus* privilegiado para criação dentro do aparelho de Estado de novas representações do território nacional que, por sua vez estão intimamente ligadas à forma como o território era gerido. Desse modo, foi possível explicitar que a ciência não está isenta das disputas entre grupos políticos e de contextos específicos. A valorização do conhecimento técnico e científico e a forma como este foi desenvolvido está intimamente ligada aos conflitos de interesses e à necessidade de valorização de determinadas visões para fundamentar a ação de determinados grupos. Nesta perspectiva, o aparelhamento do Estado, a valorização do conhecimento científico e a ação dos diferentes grupos das elites brasileiras estão intimamente ligados.

Além da burocracia - organizações públicas - de pesquisa, para que a visibilidade desses novos territórios pudesse ser reforçada, foi necessária a estruturação de uma série de repartições e de eventos ligadas à publicidade. Nas exposições universais as repartições de propaganda do MAIC no Brasil e no exterior constituíram aparatos fundamentais para aquela visibilidade. Não bastava apenas produzir informações era necessário fazer com que chegassem a públicos específicos. Daí a criação dessas repartições e eventos e sua diferenciação.

Tanto as atividades de pesquisa quanto aquelas de publicidade estavam intimamente ligadas e tinham como objetivo principal apoiar a diversificação da

produção brasileira e, conseqüentemente, mostrar um território diverso. Foi nesse sentido que a ação do Estado nesse período proporcionou um incremento considerável de dados, informações e representações sobre o território brasileiro que constroem a nova geografia do país.

Ao tomar o território como o fundamento do Estado, foi evidenciado como interesses de diferentes grupos sociais representavam também uma disputa por territórios, mesmo que do ponto de vista das representações. A estratégia de determinados grupos para controlar parte do aparelho do Estado passa, fundamentalmente, por estratégias para controle e gestão de territórios e para torná-los visíveis. Ao analisar o caráter territorial do Estado Moderno, a pesquisa possibilitou argumentar que, mesmo se a gestão da diversidade é uma das principais atribuições do Estado, não menos importante é que essa gestão sobre o território está intimamente ligada à forma como esta diversidade é vista e aos fatores que a fazem ser encarada de uma forma e não de outra. É a partir da visão do que é diferente e do que não é e como ele deve ser tratado que o Estado se organiza para executar determinadas decisões. É exatamente isto que fez de um estudo sobre as representações da diversidade um instrumento fundamental para se entender como o espaço e a sociedade são pensados e geridos.

Ao tomar o MAIC como fonte para analisar a relação entre a burocracia do Estado, controle e representação do território, o trabalho não pretendeu fazer uma sociologia da administração pública, mas mostrar como o processo de constituição e formação do MAIC fornece elementos para entender como instituições dos Estados estão ligadas à representação do território e como estas representações funcionam dentro de sua administração e, portanto, na gestão e controle desse território. Nesse sentido, o processo de constituição e aparelhamento do Estado para lidar com as questões ligadas às atividades produtivas, com destaque para a principal delas no caso brasileiro da época, a agricultura, pôde nos servir para compreender como o território foi sujeito/objeto dessas ações e como a forma de representação desse território funciona dentro do sistema.

Dessa forma, a questão da diversidade, sua negação ou valorização, emergiu como uma questão importante para o Estado Moderno. O período analisado representou

ainda um momento particularmente rico nas transformações da forma como a diversidade interna do país era representada. No entanto, essas são questões inerentes ao Estado Moderno e a comparação com outros países permitiu apontar como ela pode ser colocada de maneiras distintas em contextos diferentes. Apesar de todas as transformações do mundo moderno, a questão do controle e gestão da diversidade, passando pela forma como esta é construída continua uma questão premente para os Estados, evidenciando a atualidade do debate.

Mudemos de tempo, mudemos de ministério. Brasil, 2005. Os tempos mudaram. O país está consideravelmente transformado. Não é mais um país agrícola, mais de 70% de sua população está nas cidades. Possui um dos maiores parques industriais do mundo. O Rio de Janeiro também não é mais a capital da República. Setenta anos após a primeira expedição, foi instalada a nova capital na área escolhida e demarcada por Cruls, cidade que já conta hoje mais de um milhão de habitantes, onde antes nada havia. O país continua sua marcha para oeste, embora este já tenha sido consideravelmente ocupado em relação a um século atrás. No entanto, a questão da diversidade ainda continua a ser posta ao Estado e este continua criando mecanismos de institucionalização dessa diversidade. Abandonemos por hora a agricultura e voltemos nossa atenção para uma das questões que se tem colocado de forma mais forte em nossos dias: a cultura.

Passado um século, o Brasil do início do século XXI vive um novo momento de institucionalização da diversidade, agora valorizando a diferença cultural, sob a égide do Ministério da Cultura. Na escala internacional observa-se uma valorização da cultura local e dos aspectos imateriais do patrimônio incentivada por ações de diversas organizações não governamentais, da UNESCO e de diversos governos nacionais que levou a uma reformulação das ações do governo brasileiro nessa direção. Ligado ao Ministério da Cultura, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN - criado na década de 1930 sempre pautou sua atuação no sentido de identificar e criar ações de preservação daquilo que hoje chamamos de patrimônio material, aquele constituído por edificações, monumentos, conjuntos artísticos, passíveis de serem "tocados". A própria criação dessa instituição em 1937, primeira agência estatizada de

preservação cultural, está ligada à gênese da noção de "patrimônio nacional", (CHUVA, 1998) valorizado enquanto patrimônio material, associado sobretudo a tudo aquilo que dizia respeito à arquitetura colonial barroca. Desse modo, a ação dessa instituição foi pautada durante mais de seis décadas na identificação e preservação do patrimônio nacional identificados como bens materiais – o patrimônio de pedra e cal.

No entanto, atendendo ao contexto histórico, em 4 de agosto de 2000, através do decreto 3.551 foi criado o *Programa Nacional do Patrimônio Imaterial* e instituído o *Registro dos bens culturais de natureza imaterial*⁹⁰. A partir dessa diretriz, o IPHAN passa a se paramentar para atuar nesse sentido. Foi nomeado um Grupo de Trabalho que deveria definir as diretrizes da ação sobre o patrimônio imaterial⁹¹. A instituição foi dividida no Departamento de Patrimônio Material e no Departamento de Patrimônio Imaterial. Da mesma forma como já havia um Inventário Nacional de Bens Imóveis – INBI – encarregado da identificação e documentação de bens de interesse para o patrimônio, foi criado um Inventário Nacional de Referências Culturais. O INRC, ainda em fase de implantação, ao constituir um instrumento de identificação de bens culturais de interesse, constitui também um forte instrumento de construção de representações sobre a diferenciação interna do território brasileiro. A ação da instituição tem demonstrado uma preocupação sobretudo com áreas do interior do Brasil onde estas singularidades não foram identificadas, apontando para um novo processo de procura, identificação e valorização da diferença no país. A partir dessa ação do Estado, novas representações do país deverão surgir, novas formas de ver a população e seu território, valorizadas segundo a ação do aparelho estatal.

No início do século XX, as demandas das elites econômicas ligadas ao MAIC giravam em torno da diversificação da produção brasileira, em um contexto de reinserção do Brasil dentro da economia mundial. No início do século XXI observa-se um fortalecimento das demandas ligadas ao poder simbólico, à valorização da cultura local e das questões de identidade. Nesse sentido, o Estado é novamente chamado a

⁹⁰ Deve ser ressaltado que algumas iniciativas no sentido de incluir dentro da esfera do Estado medidas de identificação e preservação ligados à cultura são bem anteriores a essa data, mas é somente com este decreto que esta preocupação ganha envergadura na administração pública. Dentre as ações anteriores podemos destacar as reivindicações de Mário de Andrade dentro do contexto de consolidação da SPHAN na década de 1930, a mobilização em torno da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, nos anos 1950, além da ação a partir da década de 1970 do Centro Nacional de Referência Cultural e da Fundação Nacional Pró-Memória.

exercer o seu papel de gestor e mediador, nesse contexto, através do Ministério da Cultura⁹².

Na verdade, todos esses fatos mostram uma nova reinvenção da diversidade hoje. Mais que isso, eles mostram que a idéia de diversidade está sempre sendo alvo das atenções do Estado, seja para saudá-la, seja para negá-la. Mostra também que ela está constantemente sendo reinventada. Nesse sentido, tal qual a invenção de geografias do Brasil pelo Ministério da Agricultura no início do século XX, cabe também atentarmos para as novas geografias que serão inventadas no século XXI.

⁹¹ Ver: Comissão e Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial (2003).

⁹² Mais uma vez é necessário lembrar que a ação do Ministério da Cultura, aqui tomada como caso exemplar, não é a única a lidar com questões ligadas à diversidade territorial. Inerente à ação do Estado, como discutido anteriormente, essas questões podem ser encontradas de forma bastante evidente hoje também, por exemplo, na ação do Ministério do Meio Ambiente e nas preocupações com a diversidade ambiental do país.

Referências Bibliográficas

Textos oficiais

- AGUIAR, F. M. de Souza (1906): *Relatório: O Brasil na Exposição da Compra da Luisiana, São Luis, 1904*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.
- BENNETT, H. H. (1929): "Importância do estudo e classificação dos solos para a vida moderna". *Boletim do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio*. Rio de Janeiro: Typographia do Serviço de Informações do Ministério da Agricultura, 18, 1 (2), pp. 214-220.
- BRANNER, John Casper (1919): "Resumo da geologia do Brasil para acompanhar o mapa geológico do Brasil". *Geological Society of America*. Washington, 30 (2), 152 p.
- BRASIL, Império do (1867): *O Império do Brasil na Exposição Universal de 1867 em Paris*. Rio de Janeiro: Typografia Universal de Laemmert.
- (1873): *O Império do Brasil na Exposição Universal de 1873 em Viena d'Áustria*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional.
- (1875): *O Império do Brasil na Exposição Universal de 1876 em Filadélfia*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional.
- BRASIL, MAIC, Instituto de Expansão Comercial (1929): *O Brasil atual. Força econômica, progressos*. Rio de Janeiro: Instituto de Expansão Comercial, 106p.
- BRASIL, MAIC, Museu Agrícola e Comercial (1927): *Informações relativas aos mostruários*. Rio de Janeiro: Benedicto de Souza ed.
- BRASIL, MAIC, Museu Agrícola e Comercial (1928): *Agriculture. Fiches de la section de propagande des produits brésiliens*. Rio de Janeiro: Museu Agrícola e Comercial, 47 p.
- BRASIL, MAIC, Serviço de Informações (1913): *Notes on the chief products of Brazil*. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 146p.

- BRASIL, MAIC, Serviço de Informações (1916): *Economical Notes on Brazil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 93p.
- BRASIL, MAIC, Serviço de Informações (1917): "Produção de Frutas no Brasil". *Boletim do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 5 (2), pp. 47-49.
- BRASIL, MAIC, Serviço de Informações (1928): *Sinopse da Atualidade Brasileira*. Rio de Janeiro: Typographia do Serviço de Informações, 53p.
- BRASIL, MAIC, Serviço de Meteorologia, Instituto Central (1926): "Meteorologia Agrícola". *Boletim do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio*. Rio de Janeiro: Oficinas Typográficas do Serviço de Informações do Ministério da Agricultura, 15, 1 (3), pp. 390-394.
- BRASIL, MAIC, Serviço de Meteorologia, Instituto Central (1928): "Meteorologia Agrícola". *Boletim do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio*. Rio de Janeiro: Oficinas Typográficas do Serviço de Informações do Ministério da Agricultura, 17, 1 (1), pp. 127-134.
- BRASIL, MJNI (1921): *Programa da Comemoração e regulamento geral da Exposição*. Rio de Janeiro: Oficina Gráfica do Jornal do Brasil.
- (1926): *Exposição Internacional do Centenário, Rio de Janeiro, 1922-1923, Relatório dos trabalhos*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 2 vol.
- BRITO, Ezequiel Cândido de Souza (1913): "Zonas naturais de produção brasileira em suas relações botânicas e dendrológicas". *Boletim do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio*. Rio de Janeiro: Typographia do Serviço de Estatística, 2 (2), pp. 42-103.
- CAMPOS, Gozanga de (1912): *Mapa Florestal*. Rio de Janeiro: Typographia da Diretoria do Serviço de Estatística, 102p.
- CARMO, A. Gomes (1918): *A cultura do trigo*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 68p.
- CONTRIBUIÇÕES do Club de Engenharia para a comemoração do centenário da independência do Brasil (1922): *Revista do Club de Engenharia*. Edição

Comemorativa do Centenário da Independência, 42. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, pp. 237-57.

COSTA, Afonso (1915): *Memorial apresentado ao Sr. Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio pelo Dr. Afonso Costa sobre exportação e comércio de frutas no Brasil*. Rio de Janeiro: Serviço de Informações, 1915.

COSTA, Afonso (1925): *Comércio de exportação do Brasil para a França, Inglaterra e Alemanha*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 251p.

CRULS, Luís (1893): *Relatório parcial apresentado ao Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas pelo Dr. ... chefe da Comissão Exploradora do Planalto Central*. Rio de Janeiro: H. Lombaerts e Cia, 140 p.

----- (2003)[1894]: *Relatório Cruls (Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil)*. Brasília: Senado Federal, 7^a. ed. Edição Facsimilar a de 1894, 380p.

DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA (1908): *Boletim Comemorativo da Exposição Nacional de 1908*. Rio de Janeiro: Typographia de Estatística.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA [atribuído] (1903): *General Regulations, Universal Exposition, Saint Louis, 1904*. St. Louis: s.ed.

FERRAZ, J. de Sampaio (1928): "Diretoria de Meteorologia. Seus objetivos e sua organização". *Boletim do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio*. Rio de Janeiro: Typographia do Serviço de Informações do Ministério da Agricultura, 17, 2 (1), pp. 22-46.

IHGB - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1922): *Diccionario Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil (Commemorativo do primeiro centenário da independência)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

MIRANDA FILHO, Antônio dos Passos (1911): *As riquezas e o valor econômico do Norte do Brasil*. Rio de Janeiro: Museu Comercial / Jornal do Brasil, 76p.

MOURA, Pedro de (1926): "Campos Gerais da Guiana Brasileira". *Boletim do Ministério da Agricultura Indústria e Comércio*. Rio de Janeiro: Typographia do Serviço de Informação do Ministério da Agricultura, pp. 817-824.

O RELATÓRIO da Comissão exploradora do Planalto Central do Brasil. Artigos publicados na imprensa (1895): Rio de Janeiro: Typographia da Gazeta de Noticias, 72 p.

OLIVEIRA, Euzébio Paulo (1924): "A cartografia dos solos no Brasil". *Boletim do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio*. Rio de Janeiro: Oficinas Typographicas do Serviço de Informações do Ministério da Agricultura, pp. 122-125.

ORTON, W. A. (1928): "A riqueza florestal do Brasil". *Boletim do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio*. Rio de Janeiro: Typographia do Serviço de Informações do Ministério da Agricultura, 17, 2 (6), pp. 941-963.

PAIVA, Tancredo de Barros (1928): *Bibliografia do clima brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia do Serviço de Informações, 34p.

PEIXOTO, Manoel Rodrigues (1913): "Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Pedro de Toledo, Ministro da Agricultura, pelo Dr. ..., Diretor Geral de Agricultura, contendo uma apreciação geral sobre o Rio Grande do Sul". *Boletim do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio*. Rio de Janeiro, Typographia do Serviço de Estatística, 2 (1), pp. 54-71.

PIMENTEL, Antônio (2003): "Relatório do médico higienista da comissão". In: CRULS, Luíz. *Relatório Cruls (Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil)*. Brasília: Senado Federal, 7ª. ed. Edição Facsimilar a de 1894, pp. 237-272.

PONTE RIBEIRO, Barão da (1876): *Exposição dos trabalhos históricos, geográficos e hidrográficos que serviram de base à carta geral do Império exibida na exposição nacional de 1875*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional.

PORTO, Hannibal (1930): *Em defesa dos Serviços do Ministério da Agricultura*". Rio de Janeiro: Pap. Americana, 19p.

[RMAIC] BRASIL. MAIC (1909-1930): *Relatórios do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio*. Rio de Janeiro.

[RMIVOP] BRASIL. MIVOP (1892-1909): *Relatórios do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas*. Rio de Janeiro

- SANTA-ANNA NERY, M. F. J. (1889): *Le Brésil en 1889*. Paris: Librairie Charles Delagne, 699 p.
- SOUZA AGUIAR, F. M. (1904): *Brazil at the Louisiana Purchase Exposition, St. Louis, 1904*. S.l.: s.ed.
- TORRES, Amazonas de Almeida (1925): *Breves notas para o estudo florestal do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 41p.
- TOSTA, Joaquim (1906): *Projeto e parecer sobre a criação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, apresentado ao Congresso Nacional*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, SNA, 236 p.
- WRIGHT, Marie Robinson (1908): *The Brazilian national exposition of 1908*. Filadelfia: George Barrie and sons.

Bibliografia Citada

- ABREU, Mauricio de Almeida (1997): *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 147p., 3ª. ed.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de (1999): *A invenção do nordeste e outras artes*. Recife: FJN, Massangana; São Paulo: Cortez.
- ALLIÈS, Paul (1980): *L'invention du territoire*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (1983): "A decadência da lavoura na versão dos administradores provinciais. Uma análise dos discursos e relatórios dos presidentes da província do Maranhão no transcurso do século XIX.". *In: A ideologia da decadência: leitura antropológica a uma história da agricultura no Maranhão*. São Paulo: IPES, Estudos Monográficos, pp. 71-190.
- ANDERMANN, Jens (2004): "A Expedição ao Planalto Central: notas para uma história espacial de Brasília". *In: Terra Brasilis*, 6, pp 43-73.
- AUGRAS, Monique (1998): *O Brasil do samba-enredo*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 296 p.
- BADIE, Bertran (1995): *La fin des territoires : essai sur le désordre international et sur l'utilité sociale du respect*. Paris: Fayard, 276 p.
- BEETHAM, David (1988): *A Burocracia*. Lisboa: Editorial Estampa.
- BENNET, Robert (ed.) (1989): *Territory and administration in Europe*. London: Pinter Publishers.
- BERDOULAY, Vincent (1981): *La formation de l'école française de géographie (1870-1914)*. Paris: Bibliothèque Nationale.
- (1988): *Des mots et des lieux, la dynamique du discours géographique*. Paris: Ed. CNRS.

- BOURDIEU, Pierre (1983a): "A economia das trocas lingüísticas". In: Ortiz (org.) *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, pp. 156-183.
- (1983b): "O campo científico". In: ORTIZ (org.) *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, pp. 122-155;
- (1989): "Introdução a uma Sociologia Reflexiva". In: *O Poder Simbólico*. Lisboa: DIFEL, pp. 17-58.
- (1996): *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: EdUSP.
- BRAUDEL, Fernand (1986): *L'identité de la France – Espace et Histoire*. Paris: Arthaud.
- BRAUN, Bruce (2000): "Producing vertical territory: geology and governmentality in late victorian Canada". *Ecumene*. 7 (1), pp. 7-46.
- BRUNET, Roger; FERRAS, Robert & THÉRY, Hervé (1993): *Les mots de la géographie. Dictionnaire critique*. Montpellier: Reclus, 3^a. ed.
- CAPEL, Horacio (1981): "Sociedades geográficas, geografia e imperialismo". In: *Filosofia y ciencia en la geografía contemporánea. Una introducción a la geografía*. Barcelona: Barcanova, pp. 173-206.
- (1996): "Institutionalization of geography and strategies of change." In: AGNEW, J.; LIVINGSTONE, D. N.; ROGERS, A. (eds.). *Human geography: an essential anthology*. Oxford: Blackwell, pp. 66-94. Originalmente publicado em: STODDART, D. R. (ed.). *Geography, ideology and social concern*. Oxford: Basil Blackwell, 1981, pp. 37-69.
- CARONE, Edgar (1983): *A República Velha, Evolução Política (1889-1930)*. São Paulo: DIFEL, 4^a ed.
- (1988): *A República Velha, Instituições e Classes Sociais (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 5^a ed.
- CARVALHO, José Murilo de (1987): *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras.

- (1990): *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- (1996): *A construção da ordem: a elite política imperial: Teatro das sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, Relume-Dumará. 2^a ed. dupla.
- (1998): "O motivo edênico no imaginário social brasileiro". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, 13 (38).
- CASTRO, Iná Elias de (1997): "Imaginário Político e Território: Natureza, Regionalismo e Representação". In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (orgs.): *Explorações geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, pp.155-196.
- CAVALCANTI, Themistocles Brandão (1970): "A federação e a verdade democrática no manifesto republicano de 1870". *Revista de Ciência Política*. Rio de Janeiro: FGV, pp. 5-22.
- CELSO, Afonso (1997): *Por que me ufano do meu país*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura.
- CHAUÍ, Marilena (2000): *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo.
- CHUVA, Márcia Regina Romeiro (1998): *Os arquitetos da memória: a construção do patrimônio histórico e artístico nacional no Brasil (anos 30 e 40)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, Tese de Doutorado em História Social das Idéias, 516 p.
- CLAVAL, Paul (1997): "As abordagens da geografia cultural" In: CASTRO, I.E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (orgs.). *Explorações geográficas*". Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, pp. 89-118.
- COMISSÃO e Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial (2003): *O Registro do Patrimônio Imaterial. Dossiê final de atividades*. Brasília: MinC/IPHAN, 2^a. ed., 138 p.

- COOMBES, Annie E. (1994): *Reinventing Africa. Museums, Material Culture and Popular Imagination in late Victorian and Edwardian England*. New Haven, London: Yale University Press, 280 p.
- COELHO, Edmundo Campos (1999): *As profissões Imperiais. Medicina, Engenharia e Advocacia no Rio de Janeiro, 1822-1930*. Rio de Janeiro: Record, 304 p.
- COSTA, Wanderley Messias da (1992): *Geografia política e geopolítica*. São Paulo: Hucitec, Edusp, 374 p.
- COX, Kevin R. (1979): *Location and Public Problems. Political Geography of the Contemporary World*. Chicago: Maaroufa, 352p.
- DAOU, Ana Maria Lima (1998): *O teatro, a cidade e o 'paiz das seringueiras': práticas e representações da sociedade amazonense na virada do século XIX-XX*. Rio de Janeiro: Museu Nacional/PPGAS/UFRJ, Tese de Doutorado.
- DIAS, José Luciano de Mattos (1994): "Os engenheiros do Brasil". In: GOMES, Angela de Castro (org.): *Engenheiros e economistas: novas elites burocráticas*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, pp. 13-81.
- DURKHEIM, Émile (1983): *Lições de sociologia: a Moral, o Direito e o Estado*. São Paulo: T. A. Queiroz: Ed. da Universidade de São Paulo.
- ELIAS, Norbert (1972): "Processos de formação do Estado e construção da Nação [Process of state formation and national building]" Tradução de Kenzo Pagabelli. In: INTERNATIONAL SOCIOLOGICAL ASSOCIATION. *Transactions at the Seveth World Congress of Sociology*. Varna: International Sociological Association, V. III.
- FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando J. (2004): *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada*. São Paulo: Ed. 34, 576 p.
- FARIA, Luís de Castro (1993): "Museu Nacional. O espetáculo e a excelência". In: *Antropologia - espetáculo & excelência*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, EdUFRJ.

- FERRAZ, J. de Sampaio (1994): "A meteorologia no Brasil". In: AZEVEDO, Fernando de (org.). *A ciências no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2^a. ed [1^a. ed. de 1955], vol 1, pp. 233-274.
- FOUCAULT, Michel (1972): "Resposta ao círculo epistemológico". In: *Estruturalismo e teoria da linguagem*. Petrópolis: vozes, pp. 9-55.
- (1986): *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária. 2^a ed.
- (2001): "A governamentalidade". In: *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 16^o ed., pp.277--293.
- FRAZÃO, Manuel José Pereira (1883): *Noções de geografia do Brasil para uso da mocidade brasileira*. Rio de Janeiro: Tipografia Esperança de J. Aguiar e Cia.
- FUNDAÇÃO Casa de Rui Barbosa (1985): *O Governo Presidencial do Brasil: 1889-1930; Guia Administrativo da Primeira República. Poder Executivo*. Brasília: Senado Federal, Pró-Memória; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa.
- GARCIA ALVAREZ, Jacobo (2002): *Provincias, regiones y comunidades autónomas. La formation del mapa político de España*. Madrid: Temas del Senado.
- GOMES, Paulo Cesar da Costa (1995): "O conceito de região e sua discussão". In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORREA, R. L. (orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, pp. 49-76.
- GOMES, Angela de Castro (1994): "Novas Elites Burocráticas". In: "GOMES, Angela de Castro (org.). *Engenheiros e economistas: novas elites burocráticas*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, pp. 1-12.
- (2002): "Através do Brasil: o território e seu povo". GOMES, A. C.; PANDOLFI, D. C.; ALBERTI, V. (org.). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, CPDOC-FGV, pp. 151-197.
- GOTTMANN, Jean (1952): *La politique des États et leur géographie*. Paris: Armand Colin, 225 p.
- GREENHALGH, Paul (1988): *Ephemeral Vistas. The Expositions Universelles, Great Exhibitions and World's Fair, 1851-1939*. Manchester: Manchester University Press.

- GREGORY, Derek (1996): "Areal differentiation and post-modern human geography".
In: AGNEW, J.; LIVINGSTONE, D.; ROGERS, A. (eds.). Human Geography: an essential anthology. Oxford: Blackwell, p. 211-231. Originalmente publicado em:
 GREGORY, D. & WALFORD, R. (eds.) (1989). *Horizons in Human Geography.*
 London: Macmillan, 1989, p. 67-96.
- GUIMARÃES, Fábio M. S. (1941): "Divisão Regional do Brasil". *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 2 (2), pp. 318-372.
- GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado (1988): "Nação e Civilização nos trópicos. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional".
In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, 1, pp. 5-27.
- GUMUCHIAN, Hervé (1991): *Représentation et aménagement du territoire.* Paris: Anthropos.
- HARLEY, Brian (1995): "Cartes, savoir et pouvoir". *In: GOULD, Peter & BAILLY, Antoine (orgs.): Le pouvoir des cartes. Brian Harley et la cartographie.* Paris: Anthropos, pp. 19-51.
- HARTSHORNE, Richard (1950): "The functional approach in political geography"
Annals of the Association of American Geographers, 40, pp. 95-130.
- HARVEY, David (1996): *Justice, nature and the geography of difference.* Oxford: Blackwell.
- HOBSBAWN, Eric J. (1988): *A era dos Impérios.* Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de (1959): *Visão do Paraíso. Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil.* Rio de Janeiro: José Olympio.
- IANNI, Octavio (2004): *Pensamento social no Brasil.* Bauru: EDUSC, 350 p.
- KAELBLE, Hartmut (1988): *Vers une société européenne, 1880-1980.* Paris: Belin.
- KUHLMANN JÚNIOR, Moysés (2001): *As grandes festas didáticas: a educação brasileira e as exposições internacionais (1862-1922).* Bragança Paulista: Ed. Universidade São Francisco.
- LACERDA, João Maria de (1913): "A Ação do Ministério da Agricultura no desenvolvimento econômico do país". *Boletim do Ministério da Agricultura,*

- Indústria e Comércio*. Rio de Janeiro, Typographia do Serviço de Estatística, 2 (1), pp. 144-150.
- LE BRAS, Hervé & TODD, Emmanuel (1981): *L'invention de la France*. Paris: Librairie Générale Française.
- LEINZ, Viktor (1994): "A geologia e a paleontologia no Brasil". In: AZEVEDO, Fernando de (org.). *As ciências no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2ª. ed, 1ª. ed de 1955, 2 v. pp. 275-295.
- LESSA, Renato (1988): *A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira*. Rio de Janeiro: IUPERJ, Vértice, 173p.
- (2001): "A invenção da República no Brasil: da aventura à rotina". In: CARVALHO, Maria Alice Rezende de (org.). *República no Catete*. Rio de Janeiro: Museu da República, pp. 11-60.
- LÉVY, Jacques (2003): "Diversité". In: LÉVY, Jacques & LUSSAULT, Michel (orgs.). *Dictionnaire de la Géographie et de l'espace des sociétés*. Paris: Belin, pp. 274-276.
- & LUSSAULT, Michel (orgs.) (2003): *Dictionnaire de la Géographie et de l'espace des sociétés*. Paris: Belin.
- LIMA, Antonio Carlos de Souza (1985): *Aos fetichistas, Ordem e Progresso: um estudo do campo indigenista no seu estado de formação*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Rio de Janeiro: PPGAS/MN/UFRJ, 2 v., 572p.
- (1987): "Sobre indigenismo, autoritarismo e nacionalidade: considerações sobre a constituição do discurso e da prática da proteção fraternal na Primeira República", In: OLIVEIRA, João Pacheco de. (org.): *Sociedades indígenas e indigenismo no Brasil*. Rio de Janeiro, São Paulo: Ed. da UFRJ, Marco Zero, pp. 149-204.
- (1992): "O governo dos índios sob a gestão do Serviço de Proteção aos Índios". In: CUNHA, Manuel Carneiro da (org.): *História Indígena no Brasil*. São Paulo, Fapesp, Cia das Letras, SMC, pp. 155-172.

- (1995): *Um grande cerco de paz. Poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis: Vozes.
- (2002a): "Sobre Gestar e Gerir a Desigualdade: pontos de investigação e diálogo". In: ----- (org.): *Gestar e Gerir: Estudos para uma antropologia da administração Pública*. Rio de Janeiro: Relume Dumará. pp. 11-22.
- (2002b) (org.): *Gestar e Gerir: Estudos para uma antropologia da administração Pública*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 314 p.
- LIMA, Fernando Sgarbi (1988): *Organização e Administração do Ministério da Agricultura no Império*. Brasília: FUNCEP, Col. História Administrativa do Brasil, 14.
- LIMA, Nisia Trindade (1999): *Um sertão chamado Brasil*. Rio de Janeiro: Revam, IUPERJ, UCAM.
- LIVINGSTONE, David N. (1995): "The politics of nature: representations, virtue, strategy". In: *Ecumene*, 2 (4), pp. 353-377.
- LOPEZ TRIGAL, Lorenzo & BENITO DEL POZO, Paz (1999): *Geografía Política*. Madrid: Cátedra.
- LORIAUX, Michel (1988): "Différencier pour expliquer? Questions à propos de la méthodologie de l'analyse différentielle.". In: *Démographie et différences. Colloque international de Montréal (7-10 juin 1988)*. Paris: Association Internationale des Démographes de Langue Française, Presses Universitaires de France, pp. 479-488.
- MACDONALD, Sharon (1996): "Introduction". In: MACDONALD, S. E FYFE, G (orgs.): *Theorizing Museums*. Oxford, Maden: Blakwell, The Sociological Review, pp. 1-18
- MACHADO, Lia Osório (1995): "Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a idéia de ordem (1870-1930)." In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, pp. 309-353.

- 247
- MANN, Michael (1992): "O poder autônomo do Estado: suas origens, mecanismos e resultados." In: HALL, John A. (org.). *Os Estados na História*. Rio de Janeiro: Imago, pp. 163-204.
- MAQUIAVEL, Nicolau (1996): *O Príncipe*. São Paulo: Nova Cultural.
- MARQUESE, Rafael de Bivar (1999): *Administração e escravidão. Idéias sobre a gestão da agricultura escravista brasileira*. São Paulo: Hucitec, Fapesp, 259 p..
- MAUREL, Marire-Claude (1984): "Pour une géopolitique du territoire. L'étude du maillage politico-administratif". *Hérodote*. 33-34, pp. 131-143.
- MELO, Barão Homem de; e MELO, Francisco Homem de (1923): *Geographia-atlas dos Brasil e das partes do mundo*. Rio de Janeiro: F. Briguet e Cia.
- MELO, Evaldo Cabral de (1999): *O norte agrário e o Império, 1871-1889*. Rio de Janeiro: TopBooks, 2ª. ed.
- MENDONÇA, Sonia Regina (1990): *Ruralismo: agricultura, poder e estado na Primeira República*. São Paulo: USP, Tese de Doutorado em História.
- (1997): *O Ruralismo Brasileiro*. São Paulo: Hucitec.
- MONMONIER, Mark (1993): *Comment faire mentir les cartes*. Paris: Flammarion.
- MORAIS, Antonio Carlos Robert de (2002): *Território e história no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 198 p.
- MOREIRA, Roberto S. C. (1994): "Raízes do Brasil contemporâneo". *Sociedade e Estado*. Brasília, 9 (1,2), pp. 173-192.
- MOTA, Marly da Silva (1992): *A nação faz 100 anos. A questão nacional no centenário da independência*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV.
- NADAL, Francesc (1990): "Delimitar territorios, territorializar a los hombres". In: CAPEL, H. (org.). *Los Espacios Acotados. Geografía y dominación social*. Barcelona: PPU, pp. 95-112.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi (1990): *A questão nacional na primeira república*. São Paulo: Brasiliense.

- OZOUF-MARIGNIER, Marie-Vic (1989): *La formation des départements. La représentation du territoire français à la fin de 18e siècle*. Paris: Eds de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales.
- PÁDUA, José Augusto de (1997): *A degradação do berço esplêndido. Um estudo sobre a tradição original da ecologia política brasileira - 1786 1888*. Rio de Janeiro: IUPERJ, Tese de Doutorado em Ciência Política.
- PATRIARCA, Silvana (1996): *Numbers and nationhood: writing statistics in nineteenth century Italy*. New York: Cambridge University Press.
- PLUM, Werner (1979): *Exposições mundiais no século XIX: Espetáculos da transformação sócio-cultural*. Bonn: Friedrich-Ebert Stiftung.
- POLIANO, L. Marques (1942): *A Sociedade Nacional de Agricultura*. Rio de Janeiro: SNA, 177 p.
- PRADO, Paulo (1931): *Retrato do Brasil. Ensaio sobre a tristeza brasileira*. Rio de Janeiro: Briguiet, 4^a. ed.
- PRADO JÚNIOR, Caio (1976): *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 364 p, 19^a. ed.
- PRÖSLER, Martin (1996): "Museums and Globalization". In: MACDOLDAND, Sharon e FYFE, Gordon (ed.): *Theorizing museums*. Oxford, Malden: Blackwell, The Sociological Review, pp. 21-44
- QUINTERO, Silvina (2002): "Geografías regionales en la Argentina. Imagen y valorización del territorio durante la primera mitad del siglo XX." In: *Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*. Universidad de Barcelona, vol. VI, no. 127, 15 de outubro de 2002. <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-127.htm>
- REIS, Elisa Pereira (1985): "Interesses agro-exportadores e construção do Estado: Brasil de 1890 a 1930". In: SORJ, Bernardo (org.): *Economia e movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, pp. 194-217.
- RIBEIRO, Rafael Winter (1997): *Seca e Determinismo: a gênese do discurso da seca nordestina*. Rio de Janeiro: UFRJ, Monografia de Graduação.

- (2001): *A construção da aridez: representações da natureza, regionalização e institucionalização do combate à seca (1877-1909)*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PPGG/UFRJ, 147p.
- (2002): "A construção da seca como problema: administração pública e representações da natureza durante a seca de 1877/1879 no Ceará" In: LIMA, Antonio Carlos de Souza (org.). *Gestar e Gerir. Estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, pp. 23-50.
- ROMERO, Silvio (1890): *A história do Brasil ensinada pela biografia de seus heróis (livro para as classes primárias)*. Rio de Janeiro: Livraria Clássica de Alves.
- RUSSEL, Robert Edward (1974): *Nilo Peçanha and the fluminense politics, 1889-1917*. Albuquerque: University of New Mexico, Tese de Doutorado, 318p.
- SAID, Edward (1995): *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 459p.
- SAMPAIO, Carlos (1924): *Memória Histórica - obras da prefeitura do Rio de Janeiro. 8 de junho de 1920 a 15 de novembro de 1922*. Lisboa: Lumen.
- SACARDIGLI, Vitor (org.) (1993): *L'Europe de la diversité. La dynamique des identités régionales*. Paris: CNRS ed.
- SCHAEFER, Fred D (1996): "Exceptionalism in geography: a methodological examination". In: AGNEW, J.; LIVINGSTONE, D.; ROGERS, A. (eds.). *Human Geography: an essential anthology*. Oxford: Blackwell, p. 571-589. Originalmente publicado em: *Annals of the Association of American Geographers*, 1953, 43, p. 226-249.
- SCHAER, Roland (1993): *L'invention des musées*. Paris: Gallimard, Réunion des Musées Nationaux, 144 p.
- SCHWARTZMAN, Simon (1982). *Bases do autoritarismo brasileiro*. Brasília: Ed. UnB.
- SIMMONS, I. G. (1993): *Interpreting nature: cultural constructions of the environment*. London: Routledge.

- SMITH, Brian C. (1985): *Decentralization. The territorial dimension of State*. London: George Allen and Unwin.
- SMITH, Graham (1996): "Teoria política e geografia humana". In: GREGORY, D.; MARTIN, R.; SMITH, G. *Geografia Humana: sociedade, espaço e ciência*. Rio de Janeiro: Zahar, pp. 65- 89.
- SMITH, Neil (1988): *Desenvolvimento desigual. Natureza, capital e a produção do espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 250 p.
- SOARES, Álvaro Teixeira (1975): *História da formação das fronteiras do Brasil*. Rio de Janeiro: Conquista, 3ª ed.
- SOUZA, Candice Vidal e (1997): *A pátria geográfica. Sertão e litoral no pensamento social brasileiro*. Goiânia: Ed. da UFG.
- STASZAK, Jean-François *et all.* (orgs.) (2001): *Géographies anglo-saxonnes. Tendences contemporaines*. Paris: Belin.
- TAYLOR, Peter & FLINT, Colin (2002): *Geografia Política. Economia-Mundo, Estado-Nación y Localidad*. Madrid: Trama, 2ª. ed. espanhola corrigida e aumentada, 1ª. ed. em inglês: 1985.
- TELLES, Pedro Carlos da Silva (1984): *História da engenharia no Brasil, séculos XVI a XIX*. Rio de Janeiro: LTC.
- (1993): *História da engenharia no Brasil, século XX*. Rio de Janeiro: Clavero, Clube de Engenharia
- TENÓRIO, Maurício (1994): "Um Cuauhtémoc carioca: comemorando o centenário da independência do Brasil e a raça cósmica". *Estudos Históricos*, 14, pp. 123-148
- TORRES, João Camilo de Oliveira (1961): *A formação do federalismo no Brasil*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 381p.
- TÓRTIMA, Pedro (1990): "Exposições mundiais e nacionais: a participação do Brasil". In: IHGB e ADONIAS, Isa (orgs.): *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 150 anos*. Rio de Janeiro: Studio HMF, 293-302.

- TRINDADE, Hélio (1985): "A construção do Estado Nacional na Argentina e no Brasil (1810-1900): Esboço de uma análise comparativa". In: *Dados – Revista de Ciência Sociais*, Rio de Janeiro, 28 (1), pp. 61-87.
- TURAZZI, Maria Inez (1995): *Poses e trejeitos. A fotografia e as exposições da era do espetáculo (1839-1889)*. Rio de Janeiro: Funarte, Rocco.
- URICOCHEA, Fernando (1978): *O minotauro imperial. A burocratização do Estado patrimonial brasileiro no século XIX*. Rio de Janeiro e São Paulo: Difel.
- VIDEIRA, Antonio Augusto Passos (2003): *Henrique Morize e o ideal de ciência pura na República Velha*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 120p.
- VILHENA, Mario (1944): "Evolução administrativa dos serviços de informação do Ministério da Agricultura". *Revista do Serviço Público*. Rio de Janeiro: DASP, 1 (3), pp. 54-59.
- WEBER, Max (1964): *Economía y Sociedad. Esbozo de sociología comprensiva*. México: Fondo de Cultura. 2ª. ed, 1.237 p.
- WERNECK, José Luís Foresti (1989): "La participation de l'empire du Brésil à l'exposition universelle internationale de 1889 à Paris. La section brésilienne aux Champs-de-Mars". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 150 (364): 417-420 p.

ANEXO

Modelo de Fichas

03 Ficha Biográfica

01. NOME:

FONTE:

02. AUTOR:

03. TÍTULO:

04. CIDADE:

05. EDITORA:

06. DATA:

07. PÁGINAS

08. EDIÇÃO:

09. VOLUME:

10. INSTITUIÇÃO/SEÇÃO:

11. LOCALIZAÇÃO:

DADOS GERAIS:

12. DATA DE NASCIMENTO:

13. LOCAL:

14. DATA DE MORTE:

15. LOCAL:

16. PAI/MÃE:

17. PROFISSÃO/CARGO DO PAI:

18. CÔNJUGE:

19. DATA DE CASAMENTO:

20. LOCAL:

21. FILHOS:

22. OBSERVAÇÕES:

DADOS PROFISSIONAIS:

23. FORMAÇÃO:

24. INSTITUIÇÃO/LOCAL:

25. CARGOS OCUPADOS:

26. TÍTULOS OBTIDOS:

27. OBSERVAÇÕES: